

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**RAFAELA BIEHL PRINTES**

**PLANO DE VIDA *MBYA KUERY* QUE “SAIU DO PAPEL” NO LITORAL DO RIO  
GRANDE DO SUL: GOVERNANÇA PARA O *TEKÓ PORÃ REGUÁ* (CAMINHO DO  
BEM VIVER)**

**PORTO ALEGRE**

**2019**

**RAFAELA BIEHL PRINTES**

**PLANO DE VIDA *MBYA KUERY* QUE “SAIU DO PAPEL” NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL: GOVERNANÇA PARA O *TEKÓ PORÃ REGUÁ* (CAMINHO DO BEM VIVER)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Silva Pereira Mello

**PORTO ALEGRE**

**2019**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Printes, Rafaela Biehl

Plano de vida Mbya Kuery que "saiu do papel" no litoral do Rio Grande do Sul : governança para o Tekó Porã Reguá (caminho do bem viver) / Rafaela Biehl Printes. -- 2019.

310 f.

Orientadora: Gabriela Coelho-de-Souza.

Coorientador: Ricardo Silva Pereira Mello.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Territorialidade. 2. Governança. 3. Mbya Guarani. 4. Bem viver. I. Coelho-de-Souza, Gabriela, orient. II. Mello, Ricardo Silva Pereira, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**RAFAELA BIEHL PRINTES**

**PLANO DE VIDA *MBYA KUERY* QUE “SAIU DO PAPEL” NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL: GOVERNANÇA PARA O *TEKÓ PORÃ REGUÁ* (CAMINHOS DO BEM VIVER)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza - Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros

UFPA

---

Dra. Maria Inês Ladeira

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

---

Dra. Mariana de Andrade Soares

EMATER/RS

---

Dra. Rumi Regina Kubo

UFRGS

Ao Povo Guarani

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos representantes do povo *Mbya* Guarani, especialmente André Benites, Felipe Brizoela, Julia Gimenes, Cirilo Morínico, José Verá, como principais interlocutores desta tese, e que me permitiram, entre caminhadas e convívios nos últimos anos, conhecer e registrar no *kuaxiá* a arte da resistir e manter o *Mbya rekó* em uma só terra - *Yvy Rupá*.

Aos queridos amigos e parceiros de trabalho no indigenismo, representantes de instituições como Emater, SDR, CTI, AEPIM, ANAMA, CIMI, UFRGS, SEMA, Mariana Soares, Marcia Londero, Inácio Kunkel, Rodrigo Cossio, Flávio Gobbi, Guilherme Fuhr, Gabriel Poester, Grégori Turra, Rafael Frizzo, Lucas Ferreira, Roberto Liebgott, João Maurício Farias, Ana Maria Barros, Joana Bassi, Brizabel Rocha (*in memorian*), Jeidi Galeano, entre tantos outros que direta e indiretamente estiveram presentes na elaboração desta tese.

Aos colegas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Gabriela Dias, Taís Scaglioni, Marcia Motta, Ricardo Mello, Daniela Limberger, Fernando Guaragna, Suelen Costa da Silva, pelo incentivo e apoio institucional para realização do doutorado. À Suelen, agradeço especialmente pelo apoio na elaboração dos mapas temáticos.

À minha orientadora Gabriela Coelho-de-Souza pelo apoio incondicional na fase mais difícil que passei ao longo dos anos de realização do doutorado e, especialmente, na fase de elaboração e conclusão da tese. Ao meu Coorientador pelas reflexões e sugestões ao longo de toda elaboração da tese.

Ao Gilson José de Oliveira (*in memorian*) pelo amor, companheirismo, apoio e incentivo, mesmo nos momentos mais difíceis, e, na sua ausência, ensinando-me a superar as perdas e ser resiliente frente aos maiores desafios que a Vida nos apresenta.

Aos meus queridos irmãos e minha mãe, Isolde, pelo incentivo em concluir o doutorado, mesmo diante de tantas dificuldades.

Ao Ali Baptista, pelo amor, carinho, alegrias e compreensão durante a finalização desta tese e por fortalecer a minha coragem – agir com o coração!

*Aguyjevete!*

"Que tudo se renove que tudo se transforme, e que a busca da perfeição sempre esteja conosco"

## RESUMO

A territorialidade e a governança *Mbya* Guarani foram estudadas na porção do *Yvy Rupá* (território originário) localizada ao leste do Rio Grande do Sul (RS), onde existem *tekoá* (aldeias) que apresentam laços fortes de reciprocidade e dinâmicas de circulação, tecidas na interação com as criações naturais originárias de uso comum, em meio a relações de governança com as demais territorialidades coexistentes. A tese teve como objetivo geral estudar as dinâmicas da territorialidade Guarani, enfatizando a dimensão do bem viver, dos sistemas socioecológicos, da governança das *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum e da governança intercultural, envolvendo políticas públicas e ação coletiva, buscando compreender a coexistência da territorialidade *Mbya Guarani* em um território com múltiplas territorialidades. Os objetivos específicos centraram-se em: a) realizar a caracterização intercultural da territorialidade *Mbya* Guarani, com ênfase nas interações socioecológicas e no uso e acesso as *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum; b) caracterizar a governança do *ka'aguy heté reguá* de uso comum pelos *Mbya* Guarani; c) analisar a contribuição do *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) para o entendimento dos processos de gestão das criações naturais originárias de uso comum; d) analisar a coexistência da territorialidade *Mbya* Guarani com as múltiplas territorialidades no litoral, enfatizando a governança intercultural *Mbya* Guarani, por meio da interlocução com políticas públicas e da construção de redes de pluralidades. O contexto da governança Guarani e de sua interação com as múltiplas territorialidades foi analisado no âmbito da execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) em transversalidade com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), através das ações do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET UFRGS). Adotou-se como metodologia a pesquisa-ação, complementada por uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, realizada em diferentes tempos (tempo aldeia, tempo *Nhemboaty*, tempo espaços de governança). Verificou-se que a territorialidade *Mbya* Guarani é caracterizada pelas interações socioecológicas estabelecidas interculturalmente que viabilizam o acesso e uso de cerca de nove *ka'aguy heté reguá*, as quais caracterizam as condições de cada uma das dez aldeias presentes no litoral, fortalecendo vínculos de intercâmbios. O acesso às criações naturais compõe o caminho do *teko porã reguá* (bem viver), pois por meio delas mantêm-se viva as regras de *Nhanderu* e o *mbya rekó* (modo de ser). Os *Mbya* Guarani coexistem no território litoral com múltiplas territorialidades, tendo o acesso sido facilitado, pelo período estudado, a recursos e políticas

públicas por meio da interlocução com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Litoral (CODETER-Litoral). Por meio da execução transversal de políticas territorial e indigenista se construiu uma rede de pluralidades geradora de ação coletiva voltada a construir caminhos de desenvolvimento que contemplem e contribuam para o Bem Viver Guarani. Os resultados demonstram que, apesar do difícil contexto sociopolítico e econômico em que os *Mbya* Guarani vivem no Litoral, o grupo protagoniza processos de governança interna e intercultural que contribuem para os caminhos que levam em direção ao *tekó porã reguá*.

**Palavras-chave:** Territorialidade. Governança. *Mbya* Guarani. Bem viver.

## RESUMEN

La territorialidad y la gobernanza *Mbya* Guaraníes fueron estudiadas en la “porción” del *Yvy Rupá* (territorio originario) ubicado al este de Rio Grande do Sul (RS) donde existen *tekoá* (aldeas) que presentan fuertes lazos de reciprocidad y dinámicas de circulación, en la interacción con las creaciones naturales originarias de uso común, en medio de relaciones de gobernanza con las demás territorialidades coexistentes. La tesis tuvo como objetivo general estudiar las dinámicas de la territorialidad Guaraní, enfatizando la dimensión del bien vivir, de los sistemas socioecológicos, de la gobernanza del *ka'aguy heté reguá* (creaciones naturales originarias) de uso común y de la gobernanza intercultural, involucrando políticas públicas y acción colectiva, buscando comprender la coexistencia de la territorialidad *Mbya* Guaraníes en un territorio con múltiples territorialidades. Los objetivos específicos se centraron en: a) realizar la caracterización intercultural de la territorialidad *Mbya* Guaraníes, con énfasis en las interacciones socioecológicas y en el uso y el acceso a la *ka'aguy heté reguá* (creaciones naturales originarias) de uso común; b) caracterizar la gobernanza del *ka'aguy heté reguá* de uso común por los *Mbya* Guaraníes; c) analizar la contribución del *teko porã reguá* (camino para el bien vivir) para el entendimiento de los procesos de gestión de las creaciones naturales originarias de uso común; d) analizar la coexistencia de la territorialidad *Mbya* Guaraníes con las múltiples territorialidades en el litoral, enfatizando la gobernanza intercultural *Mbya* Guaraníes por medio de la interlocución con políticas públicas y de la construcción de redes de pluralidades. El contexto de la gobernanza Guaraní y de su interacción con las múltiples territorialidades fue analizado en el marco de la ejecución del Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) en transversalidad con la Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) a través de las acciones del Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET UFRGS). Se adoptó como metodología la investigación-acción, complementada por un enfoque cualitativo de naturaleza aplicada, realizada en diferentes tiempos (tiempo pueblo, tiempo *Nhemboaty*, tiempo espacio de gobernanza). Se comprobó que la territorialidad *Mbya* Guaraníes se caracteriza por las interacciones socioecológicas establecidas interculturalmente que viabilizan el acceso y el uso de cerca de nueve *ka'aguy heté reguá* que caracterizan las condiciones de cada una de las diez aldeas presentes en el litoral fortaleciendo vínculos de intercambios. El acceso a las creaciones naturales compone el camino del *teko porã reguá* (bien vivir), porque por medio de ellas se mantienen vivas las reglas de *Nhanderu* y el *Mbya rekó* (modo de ser). Los *Mbya* Guaraníes coexisten en el territorio litoral con múltiples

territorialidades, habiendo el acceso sido facilitado, en el período estudiado, al los recursos y políticas públicas por medio de la interlocución con el Colegiado de Desarrollo Territorial do Litoral (CODETER – Litoral). Por medio de la ejecución transversal de políticas territorial e indigenista se construyó una red de pluralidades generadora de acción colectiva para construir caminos de desarrollo que contemplen y contribuyan al Bien Vivir de los Guaraníes. Los resultados demuestran que, a pesar del difícil contexto sociopolítico y económico en que los *Mbya* Guaraníes viven en el Litoral, el grupo protagoniza procesos de gobernanza interna e intercultural que contribuyen a los caminos que conducen hacia el camino *tekó porã reguá*.

**Palabras-clave:** Territorialidad. Gobernanza. Mbya Guaraníes. Bien Vivir.

## ABSTRACT

The territoriality and the *Mbya* Guarani governance were studied in the fraction of *Yvy Rupá* located in the east of Rio Grande do Sul State (RS), Brazil. There, the *tekoá* (villages) show strong strings of reciprocity and dynamics of circulation that were built in interaction with the natural creations with origin in the common use, and in the middle of relationships of governance with the other coexistent territorialities. This thesis has the general aim of studying the dynamics of the Guarani territoriality, emphasising the dimension of the “good living” (*bem viver*) from the socio ecological systems and from the governance of the *ka´aguy heté reguá* (original natural creations) from common use and from the intercultural governance. For this purpose, public policies and collective action were congregated with the intention of comprehending the coexistence of the *Mbya Guarani* territoriality in one territory with multiple territorialities. The specific goals were focused in: (a) presenting the intercultural characterization of the *Mbya* Guarani territoriality with emphasis in the socio ecological interactions and in the use and access to *ka´aguy heté reguá* (original natural creations) of common use; (b) characterizing the *ka´aguy heté reguá* governance of common use by the *Mbya* Guarani; (c) analysing the *teko porã reguá* contribution (pathway to the good living) for understanding the processes of management of the original natural creations of common use; (d) analysing the coexistence of *Mbya* Gurani territoriality with the multiple territorialities in the seacoast, emphasising an intercultural governance *Mbya* Guarani, throughout the ongoing dialogue with public policies and the built of plurality nets. The context of the Guarani governance and of its interaction with the multiple territorialities was analysed in the frame of the enforcement of the National Programme for Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT) and in transversal way with the National Policy of Environmental and Territorial Management of Indigenous Lands (PNGATI). These were done throughout the actions of the Extension Nucleus in Territorial Development (NEDET UFRGS). The adopted methodology was the research-action, complemented by a qualitative approach of applied nature, performed in distinct times (village time, *Nhemboaty* time, space time of governance). It was verified that the *Mbya* Guarani territoriality is characterized by socio ecological interactions inter culturally established which allows access and use of around nine *kaágury heté reguá*, This characterizes the conditions of each one of the ten villages settled in the seacoast, which strengths interchangeable connections. The access to the natural creations compose the way to the *teko porã reguá* (good living), thus because of them the rules of *Nhanderú* and the *mbya rekó* (way of being) are kept alive. The *Mbya*

Guarani coexist in the seacoast territory with multiple territorialities and, during the period of the study, the access to resources and public policies was facilitated by means of the ongoing dialogue with the Collegiate Body for Territorial Development (CODETER/ Seacoast). By means of the transversal enforcement of territorial and indigenous policies a plurality net was built. This net was the mechanism for collective actions in favour of developmental ways that complement and contribute to the Guarani good living. The findings of this work have shown that, despite the hard social political and economical context in which the Guarani live in the seacoast, the group plays the leading in internal and intercultural governance processes which contribute to maintain the *tekó porã reguá*.

**Keywords:** Territorialities. Governance. *Mbya* Guarani. Good Living.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões da territorialidade dos <i>Mbya</i> e sua relação com outras territorialidades e com o Estado no território Litoral, enfatizando os diferentes tempos envolvidos na pesquisa	33
Figura 2 - Quatro fases da investigação ação da tese .....	39
Figura 3 - Quadro de análise ( <i>framework</i> ) de análise dos sistemas socioecológicos .....	50
Figura 4 - Tipos ideais de regime sobrepostos e recursos de uso comum manejados de maneira mista, combinada .....	55
Figura 5 - Interações entre ecossistemas, conhecimento ecológico e instituições para análise de sistemas socioecológicos .....	59
Figura 6 - Quatro unidades geográficas e cosmo-ecologia <i>Mbya</i> Guarani.....	66
Figura 7 - Localização das aldeias <i>Mbya</i> no <i>Yvy Rupá</i> .....	70
Figura 8 - Dados quantitativos dos Territórios Rurais do Brasil.....	102
Figura 9 - Estrutura organizacional do CODETER.....	103
Figura 10 - NEDET implantados por região do Brasil.....	104
Figura 11 - O perfil da Bacia Hidrográfica do rio Tramandaí, no litoral do RS .....	123
Figura 12 - Mapa das regiões fitoecológicas do RS - situação original e situação dos remanescentes .....	124
Figura 13 - Perfil territorial e etnopaisagem em áreas de transição entre Planície e Planalto, conforme referência <i>Mbya</i> Guarani.....	127
Figura 14 - Mapa de localização das aldeias <i>Mbya</i> Guarani no litoral do Rio Grande do Sul, no período de 2016-2018.....	129
Figura 15 - Territorialidades presentes no território litoral do RS .....	131
Figura 16 - Variedades de <i>avaxi etei</i> plantadas nas tekoá no litoral do RS, <i>tekoá Guyra Nhendu</i> e .....	134
Figura 17 - Seu José mostra os <i>avaxi</i> colhidos e a dificuldade de cultivar nas terras altas da tekoá <i>Nhu'u Porã</i> .....	135
Figura 18 - Construção da <i>opy</i> e colheita de milho na <i>tekoá Baçara</i> .....	137
Figura 19 - Jovens <i>Mbya</i> ralam o <i>avaxi</i> para o <i>mbyta'i</i> (bolinho de milho). Os <i>kyringue</i> (crianças) orientados a abrirem as espigas de <i>avaxi etei</i> .....	137
Figura 20 - Galhos de <i>ka'a</i> cortados para feitiço do carijo .....	138
Figura 21 - Coleta de <i>takua'i</i> e preparo da fibra para fazer os cestos, na <i>tekoá Nhu'u Porã</i> .	141
Figura 22 - Casa tradicional <i>Mbya</i> feita de <i>Xaxim</i> , com amarras de <i>Gembé pi</i> e cobertura de <i>taqua'i</i> .....	142

Figura 23 - Coleta dos frutos do <i>pindó</i> nas matas do <i>Yvy Rupá</i> , em Maquiné. (nov. 2017) ..	144
Figura 24 - Coleta dos frutos de <i>jejy</i> na <i>tekoá Guyra Nhendu</i> (dez. 2016) .....	144
Figura 25 - Espacialização das <i>ka'aguy heté reguá</i> de uso comum, conforme o perfil ecossistêmico a qual estão associados .....	152
Figura 26 - Espacialização e fluxos das <i>ka'aguy heté reguá</i> que circulam pelo litoral do RS mobilizados pela territorialidade <i>Mbya Guarani</i> .....	157
Figura 27 - Corredores etnoambientais <i>Mbya Guarani</i> tracejados em vermelho representam os caminhos percorridos entre aldeias no litoral do RS .....	158
Figura 28 - Quadro do sistema socioecológico <i>Mbya Guarani</i> no litoral e seus subsistemas	160
Figura 29 - Território Rural Litoral e seus 24 municípios, com destaque para os 7 municípios com presença de aldeia <i>Mbya Guarani</i> .....	171
Figura 30 - Linha do tempo dos eventos vinculados ao Sistema de Governança <i>Mbya Kuery</i> no litoral do RS.....	178
Figura 31 - <i>Tekoá Pindoty</i> e área do entorno.....	179
Figura 32 - Material de divulgação da 1º Conferencia Temática de ATER <i>Mbya Guarani</i> ...	181
Figura 33 - Representante <i>Mbya</i> do CODETER Litoral abrindo o 1º <i>Nhemboaty Mbya kuery</i> .....	182
Figura 34 - <i>Tekoá Nhu Porã</i> e área do entorno.....	188
Figura 35 - Representante da <i>tekoá Pindoty</i> na abertura do 2º <i>Nhemboaty</i> no litoral.....	191
Figura 36 - Cacique Felipe conversa com proprietário sobre venda de terras em Praia Grande/SC .....	191
Figura 37 - Localização da <i>tekoá Kuaray Rexë</i> , em Osório .....	193
Figura 38 - Cacique Avelino Gimenes dando aconselhamentos durante o 3º <i>Nhemboaty</i> .....	194
Figura 39 - <i>Tekoá Guyra Nhendu</i> e área do entorno .....	196
Figura 40 - Construção coletiva de casas na <i>tekoa Guyra Nhendu</i> , aldeia anfitriã do 4º <i>Nhemboaty</i> , Linha Solidão, Maquiné .....	199
Figura 41 - Corte de eucalipto na <i>tekoá Nhu Porã</i> , em Torres, cujas toras serviram de alicerce na construção das casas na <i>tekoá Guyra Nhendu</i> .....	199
Figura 42 - Cerimônia de abertura do 4º <i>Nhemboaty</i> na <i>tekoá Guyra Nhendu</i> , em Maquiné (nov. 2016).....	201
Figura 43 - Jovens <i>Mbya</i> servem o <i>aroca jejy</i> (suco de juçara) durante 4º <i>Nhemboaty</i> .....	201
Figura 44 - Mulheres dançam a Dança do <i>Xondaro</i> durante do 4º <i>Nhemboaty</i> .....	202

Figura 45 - André Benites apresenta suas palavras com força durante o 4º <i>Nhemboaty</i> , fala sobre a retomada da governança territorial no <i>Yvy Rupá</i> no litoral, que, em parte, iria se materializar nos meses seguintes na retomada de terras em Maquiné .....	203
Figura 46 - Encerramento do 4º <i>Nhemboaty Mbya kuery</i> na <i>tekoá Guyra Nhendu</i> , em Maquiné .....	204
Figura 47 - Os Guarani em diálogo durante o 5º <i>Nhemboaty</i> na <i>tekoá Nhu Porã</i> , em Torres	206
Figura 48 - Rede de pluralidades e espaços de governança formados ao longo dos <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i> no litoral do RS .....	211
Figura 49 - Visita de representantes da Cooperativa na <i>tekoá Guyra Nhendu</i> (Som dos Pássaros) .....	224
Figura 50 - Lideranças <i>Mbya</i> no primeiro dia da retomada em Maquiné/fev. 2017 .....	242
Figura 51 - Localização da <i>tekoá Ka'aguy Porã</i> em meio à territorialidade <i>Mbya</i> no Vale do Maquiné .....	243
Figura 52 - Primeiro reconhecimento da área com uso de imagem de satélite para elaboração de um croqui de uso .....	244
Figura 53 - Construção da primeira <i>opy</i> na <i>tekoá Ka'aguy Porã</i> , coberta com folhas do <i>Pindó</i> .....	245
Figura 54 - Primeiras famílias da área retomada em frente à <i>opy</i> da nova aldeia .....	245
Figura 55 - Segunda <i>opy</i> construída na área retomada em Maquiné .....	246
Figura 56 - Primeiro núcleo de casas aberto na área retomada em Maquiné com destaque para as duas <i>opy</i> .....	246
Figura 57 - <i>Ara pyau</i> e o manejo da coivara na <i>tekoá Ka'aguy Porã</i> , em Maquiné .....	247
Figura 58 - Registros do crescimento das <i>ma'ety</i> (plantações originais) na área retomada em Maquiné .....	248
Figura 59 - <i>Kunhangue</i> (mulher) <i>Mbya</i> debulha as espigas do <i>avaxi hetei</i> .....	248
Figura 60 - Coleta do <i>yxió</i> pelas crianças na nova aldeia da área retomada .....	249
Figura 61 - Jovens <i>Mbya</i> após expedição de caça na <i>tekoá Ka'aguy Porã</i> .....	249
Figura 62 - Um quati amansado na <i>tekoá Ka'aguy Porã</i> .....	250
Figura 63 - Após coleta da <i>ka'a</i> (erva mate) o carijo é feito pelas <i>kunhangue</i> na nova aldeia .....	251
Figura 64 - Esquema de proximidade dos apoiadores que compõem a rede de pluralidades formada a partir da retomada de terras ancestrais <i>Mbya</i> Guarani, em Maquiné, no litoral do RS .....	253

Figura 65 - Registro da audiência pública na Assembleia Legislativa do RS para encaminhar a situação da área retomada em Maquiné.....	254
Figura 66 - Reunião com procuradores da PGE, CEPI, SEMA e apoiadores na área retomada .....	255
Figura 67 - Caciques <i>Mbya</i> reunidos no CEBB, em Viamão.....	261
Figura 68 - Capa do Correio do Povo + Domingo, Ano 122/ N°275 .....	262
Figura 69 - Cartaz de divulgação da festa em comemoração a 1 ano da Retomada <i>Mbya</i> Guarani em Maquiné .....	263
Figura 70 - Quadro de análise do sistema socioecológico <i>Mbya</i> Guarani e seus subsistemas com destaque para os Usuários.....	267

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aldeias <i>Mbya</i> Guarani em que foram realizadas as visitas no âmbito da organização dos <i>Nhemboaty Mbya kuery</i> no litoral.....	33
Quadro 2 - Espaços de interlocução com os <i>Mbya</i> Guarani para coleta de dados em campo..	38
Quadro 3 - Esquema analítico da territorialidade e governança <i>Mbya</i> Guarani.....	41
Quadro 4 - Quatro tipos básicos de bens e recursos .....	53
Quadro 5 - Caracterização dos quatro regimes básicos de direito de apropriação .....	53
Quadro 6 - Direitos de propriedade sobre o recurso.....	54
Quadro 7 - Sete princípios da resiliência.....	56
Quadro 8 - Categorias da vegetação e presença de <i>ka'aguy heté reguá</i> conforme cosmoecologia <i>Mbya</i> Guarani no Rio Grande do Sul .....	72
Quadro 9 - Situação da demarcação de Terras Indígenas <i>Mbya</i> Guarani no Rio Grande do Sul .....	115
Quadro 10 - Terras adquiridas pelos <i>Mbya</i> no RS .....	117
Quadro 11 - Unidades de Conservação no litoral do Rio Grande do Sul.....	125
Quadro 12 - Terras de Quilombo presentes no território litoral .....	126
Quadro 13 - Sistema de Recurso representado pelas <i>tekoá Mbya</i> Guarani no litoral no Rio Grande do Sul – situação em 2016-2018.....	128
Quadro 14 - Criações naturais de uso comum utilizada para construção de casas <i>Mbya</i> Guarani .....	142
Quadro 15 - Categorias de usos associados às criações naturais de uso comum .....	147
Quadro 16 - Unidades de recursos – com destaque para espécies vegetais, animais da <i>ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais) e das <i>ma'ety</i> (plantações verdadeiras) que se salientaram em diálogos interculturais quanto à importância da conservação pelo uso nas aldeias no litoral do RS .....	148
Quadro 17 - Composição do Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural Litoral no período de 2015 a 2017 .....	173
Quadro 18 - Síntese das demandas apresentadas nos <i>kuaxiás</i> dos <i>Nhemboaty Mbya kuery</i> no litoral.....	213
Quadro 19 - Encaminhamentos do 2º <i>Nhemboaty Mbya kuery</i> referente ao trabalho dos jovens nas aldeias do Litoral.....	222

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
AEPIM	Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários
ANAI	Associação Nacional do Índio
ANAMA	Ação Nascente Maquiné
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CERBMA	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPG	Conselho de Articulação do Povo Guarani
COMIM	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CEPI	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CF 1988	Constituição Federal de 1988
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CGGAM	Coordenação Geral de Gestão Ambiental
CGMT	Coordenação Geral de Monitoramento Territorial
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IECAM	Instituto de Estudos Culturais e Ambientais
IF	Instituto Federal
MDA	Ministério Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente

NIT	Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais
DESMA	Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica
NEDET	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PACIG	Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
PMG	Programa <i>Mbya</i> Guarani
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PDPI	Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PROINF	Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
TRL	Território Rural Litoral
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
1.1	APRESENTAÇÃO DA MINHA TRAJETÓRIA.....	22
1.2	INTRODUZINDO A PESQUISA.....	25
1.3	PERCURSO METODOLÓGICO .....	30
<b>1.3.1</b>	<b>Governança Guarani</b> .....	35
<b>1.3.2</b>	<b>Análise de dados</b> .....	38
<b>2</b>	<b>TERRITÓRIOS, SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS E AÇÃO COLETIVA: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA GOVERNANÇA GUARANI EM DIREÇÃO AO BEM VIVER</b> .....	43
2.1	TERRITÓRIO COMO A COEXISTÊNCIA DE TERRITORIALIDADES .....	43
<b>2.1.1</b>	<b>Territórios, sistema socioecológico e interações socioecológicas</b> .....	48
<b>2.1.2</b>	<b>Atores e governança no sistema socioecológico</b> .....	58
2.2	A GOVERNANÇA E A AÇÃO COLETIVA: AS REDES DE PLURALIDADES	61
<b>2.2.1</b>	<b>A dinâmica da interação do sistema socioecológico em território <i>Mbya</i> Guarani</b> . .....	65
2.3	BEM VIVER .....	74
<b>2.3.1</b>	<b><i>Teko porã</i>: o Bem Viver <i>Mbya</i> Guarani</b> .....	80
<b>3</b>	<b>OS <i>MBYA</i> GUARANI NO <i>YVY RUPÁ</i>: CONTEXTO TERRITORIAL E AMBIENTAL CONTEMPORÂNEO</b> .....	85
3.1	CENÁRIOS “ANTI-INDÍGENA” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	85
<b>3.1.1</b>	<b>A gestão territorial e ambiental em terras indígenas no Brasil</b> .....	92
<b>3.1.2</b>	<b>Políticas públicas intersetoriais visando alcançar povos indígenas e comunidades tradicionais: gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e territórios rurais e da Cidadania</b> .....	100
3.2	CONTEXTO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL GUARANI .....	105
<b>3.2.1</b>	<b>Os <i>Mbya</i> Guarani no Rio Grande do Sul: situação territorial e ambiental</b> .....	112
<b>4</b>	<b>SISTEMA SOCIOECOLÓGICO <i>MBYA</i> GUARANI NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E AS CRIAÇÕES NATURAIS ORIGINÁRIAS</b> .....	121
4.1	ASPECTOS DO SISTEMA ECOLÓGICO DO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL .....	122
4.2	<i>KA’ AGUY HETÉ REGUÁ</i> : CRIAÇÕES NATURAIS ORIGINÁRIAS DE USO COMUM.....	132

4.2.1	<i>Ma'ety</i> (plantações originais).....	133
4.2.2	Governança Guarani e as criações naturais de uso comum.....	146
4.2.3	O sistema socioecológico: as tekoá (sistema de recurso), as criações naturais de uso comum (unidades de recurso), os usuários e a governança .....	159
5	<b>DINÂMICAS DA TERRITORIALIDADE GUARANI E SUA DIMENSÃO DE GOVERNANÇA ENTRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES: A CONSTRUÇÃO DE REDES.....</b>	165
5.1	NHEMBOATY E MBYA REKÓ: A ARTICULAÇÃO GUARANI.....	166
5.1.1	<b>Os territórios rurais no Rio Grande do Sul: o Território Rural Litoral e os Mbya Guarani.....</b>	168
5.2	1º NHEMBOATY MBYA KUERY: TEKOÁ PINDOTY (ALDEIA JERIVAZAL) - FORTALECIMENTO DA REDE MBYA DO LITORAL DO RS E A POLÍTICA DE ATER NO RS.....	178
5.2.1	<b>Conferência Estadual e Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: passos para a união institucional do PGTA e PTDRS .....</b>	185
5.2.2	<b>2º Nhemboaty Mbya kuery – tekoá Nhu Porã (aldeia Campo Bonito) .....</b>	187
5.2.3	<b>3º Nhemboaty Mbya kuery – tekoá Kuaray Rexë (aldeia Sol Nascente) .....</b>	192
5.2.4	<b>4º Nhemboaty Mbya kuery - Guyra Nhendu (aldeia Som dos Pássaros) em Maquiné.....</b>	195
5.2.5	<b>5º Nhemboaty Mbya kuery na tekoá Nhu Porã (aldeia Campo Bonito) .....</b>	204
5.3	DA SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS <i>KUAXIÁ</i> DOS <i>NHEMBOATY MBYA KUERY</i> AOS PLANOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAIS.....	209
6	<b>A COEXISTÊNCIA DA TERRITORIALIDADE MBYA GUARANI COM AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO LITORAL: O ENTRELAÇAR DAS REDES DE PLURALIDADES .....</b>	219
6.1	MANEJO DA PALMEIRA JUÇARA: ENTRELAÇANDO REDES DE AGROECOLOGIAS E INICIATIVAS INTERCULTURAIS DE USO DAS CRIAÇÕES NATURAIS .....	219
6.2	RETOMADA NO YVY RUPÁ: O PLANO DE VIDA MBYA KUERY SAIU DO PAPEL.....	230
6.2.1	<b>Ação coletiva em prol da retomada da porção do Yvy Rupá no litoral: Tekoa Ka'aguy Porã (Floresta Sagrada) .....</b>	242
6.2.2	<b>As redes de pluralidades: a rede de apoiadores à governança Guarani para a retomada de Maquiné .....</b>	251

6.3	AÇÃO COLETIVA, REDES DE PLURALIDADES E A COEXISTENCIA COM MULTIPLAS TERRITORIALIDADES: EM DIREÇÃO AO TEKÓ PORÁ REGUÁ? .....	265
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	269
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	275
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS</b> .....	296
	<b>ANEXO A - DOCUMENTO A 1ª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ATER MBYA GUARANI KUAXIÁ 1º NHEMBOATY</b> .....	297
	<b>ANEXO B - KUAXIÁ 2º NHEMBOATY</b> .....	300
	<b>ANEXO C - KUAXIÁ 3º NHEMBOATY</b> .....	302
	<b>ANEXO D - ATA REUNIÃO LIDERANÇAS MBYA GUARANI DO RS E SC SOBRE O PACIG</b> .....	304
	<b>ANEXO E - KUAXIÁ 4º NHEMBOATY</b> .....	306
	<b>ANEXO F - PLANO DE VIDA MBYA KUERY</b> .....	307
	<b>ANEXO G - KUAXIÁ 4º NHEMBOATY – RECURSO PACIG – COMPRA TEKOA GUYRA NHENDU</b> .....	309

# 1 INTRODUÇÃO

Esta tese analisa as interações do sistema socioecológicos associados à governança territorial intercultural dos *Mbya* Guarani voltada à gestão territorial e ambiental de suas terras e recursos de uso comum em uma porção do seu território originário (por eles identificado como *Yvy Rupá*) situada no litoral do Rio Grande do Sul (RS). Este primeiro capítulo introdutório da tese está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta a minha trajetória acadêmica e profissional que motivou a pesquisa. Na segunda seção faz-se a introdução do tema de pesquisa, juntamente com a apresentação da problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos que orientaram a tese. A terceira sessão apresenta o percurso metodológico traçado para alcançar os objetivos, juntamente com a análise dos dados.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DA MINHA TRAJETÓRIA

As motivações desta pesquisa estão associadas à minha caminhada, entre diálogos e práticas interculturais que venho estabelecendo junto aos *Mbya* Guarani desde 2008, quando, como geógrafa, integrei a equipe do grupo de trabalho (GT) interdisciplinar, instituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para realizar os estudos de identificação e delimitação das terras indígenas de Itapuã, Morro do Coco (ambas no município de Viamão) e Ponta da Formiga (município de Barra do Ribeiro), e elaborar o relatório socioambiental, um dos componentes do *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas* (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, 2013).

À época, também ingressei como pesquisadora no Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), do qual faziam parte outros pesquisadores integrantes deste GT da FUNAI, desafiados a, juntamente com os indígenas, garantir o direito de retorno dos *Mbya* Guarani às terras originárias em porções territoriais da confluência do Lago Guaíba e Laguna dos Patos. O estudo foi realizado em área de sobreposição com uma Unidade de Conservação de proteção integral (Parque Estadual de Itapuã) e áreas privadas no Morro do Coco, e no horto de silvicultura de empresa Celulose Riograndense (grupo CMPC), na Ponta da Formiga.

Tais áreas compõem a territorialidade *Mbya* incluindo aldeias ancestrais<sup>1</sup> nas margens lacustres. Estas *tekoa* estão reprimidas, na atualidade, devido aos diversos impedimentos de acesso e uso, tais como a urbanização, empreendimentos, áreas privadas destinadas a sítios de lazer, parque e reservas naturais, entre outros. Além dos indígenas outros grupos como pescadores artesanais e os remanescentes de quilombos compunham a territorialidade deste cenário.

Foi neste contexto, inicialmente conflituoso, que me aproximei da luta *Mbya* no RS, estando minha atuação vinculada a trabalhos técnicos, projetos de pesquisa, ensino e extensão pelo DESMA, junto aos coletivos *Mbya* Guarani no RS, mas também associada ao ativismo indigenista junto à Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM). Nessa caminhada, também tive a oportunidade de acompanhar projetos de mapeamento da territorialidade e presença Guarani em território transfronteiriço (Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia).

Acompanhei também, ainda que indiretamente, os desdobramentos da situação dos *Mbya* Guarani frente à duplicação da BR 101, ocorrida em 2007, trecho entre Palhoça/SC e Osório/RS. Nesta obra, outra parcela do território originário *Mbya* Guarani foi atingida, sendo instituído o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), que teve como instituição responsável a FUNAI, sendo esse um programa destinado a garantir os direitos a medidas mitigadoras e compensatórias pela duplicação. No RS a duplicação da BR 101 comprometeu direta e indiretamente a vida dos *Mbya* que habitavam em 7 (sete) aldeias localizadas na abrangência da rodovia. Pelos impactos da duplicação da BR 101/RS, foram adquiridos 954 hectares para realocação das aldeias (WERÁ XONDARO *et al.*, 2011). Até o presente momento, muitas das demandas exigidas pelas comunidades por meio do PACIG não foram cumpridas.

Desde então, tenho buscado encontrar respostas às inquietações surgidas nesta trajetória entre relações interculturais e multiterritorialidade, em processos de retomadas de terras, diante da complexidade de um modo de ser e viver, como o *Mbya rekó*. Em 2012 concluí minha dissertação de mestrado no PGDR em que busquei compreender as concepções de gestão territorial e ambiental que embasaram a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, Decreto 7.747/2012) e a influência desta política na afirmação de territórios sociais indígenas (PRINTES, 2012).

---

<sup>1</sup> Entendendo as aldeias ancestrais como aldeias de ocupação pretérita, reconhecidas pelos *Mbya* por meio dos relatos dos mais velhos e por sítios arqueológicos, como os sambaquis encontrados no litoral norte do Rio Grande do Sul (WAGNER, 2009) ou o acúmulo de peças de materiais cerâmicos (NOELLI, 2000).

Neste contexto, como parte da pesquisa de mestrado, tive oportunidade de trabalhar temporariamente na FUNAI Sede, em Brasília, na Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), atuando em diversas funções voltadas à proteção e prevenção de ilícitos em terras indígenas brasileiras, além de participar diretamente de atividades com o grupo gestor da PNGATI que também executava o início do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, sendo este um projeto piloto para implementação da PNGATI.

Posteriormente, após concluir o mestrado, também realizei trabalhos técnicos junto à CGMT da FUNAI, em Brasília, ministrando cursos de cartografia e uso de equipamentos de orientação (bussola, GPS) para povos indígenas no norte e centro-oeste do Brasil. Em 2013 coordenei a organização do “I Seminário de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no RS: desafios, ações e possibilidades”, realizado em Porto Alegre, de 18 a 20 de novembro daquele ano. Neste evento os *Mbya* expuseram a situação de fragmentação de suas terras e território, e o quão distante estão do “modelo amazônico” de gestão territorial e ambiental, pensada para territórios contínuos e ambientes naturais conservados. Entre 2014 e 2015 realizei como colaboradora as atividades de Etnomapeamento e Etnozoneamento de terras adquiridas pelos *Mbya* em compensações socioambientais, por meio de Programa de Apoio às Comunidades Indígenas *Mbya*-Guarani no Âmbito das Obras de Duplicação da Rodovia BR-116/RS<sup>2</sup>, sendo esta uma experiência no RS que tem abordado a gestão territorial e ambiental nos termos da PNGATI.

Mais recentemente, minhas experiências interculturais junto aos *Mbya* no RS se deram do âmbito do projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial no Estado do Rio Grande do Sul - Constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Litoral e Campos de Cima da Serra<sup>3</sup>, executado pelo PGDR/UFRGS. Este Projeto esteve vinculado ao acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>4</sup> para execução do Programa de Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Esta apresentação demonstra o contexto em que esta tese foi realizada, entre múltiplas ações envolvendo extensão e pesquisa, em diálogo com processos em curso em meio às dinâmicas territoriais *Mbya* Guarani. Como demonstrado, foram em diferentes espaços de diálogo, interação e intervenção que minhas experiências junto aos *Mbya* se

---

<sup>2</sup> Trecho entre Guaíba e Pelotas, Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Chamada CNPQ/MDA/SPM-PR nº 11/2014.

<sup>4</sup> Encerrado no final do ano de 2016 e não mais renovado.

constituíram. A partir desta caminhada pessoal intercultural junto aos *Mbya* no RS, entendo que atualmente o planejamento de ações voltadas à gestão territorial e ambiental de terras indígenas brasileiras exige reconhecer que o primeiro passo se dá pela garantia à demarcação das terras e pelo fortalecimento das suas próprias redes políticas internas, em parceria com as redes com os demais povos e comunidades tradicionais, pescadores, pequenos agricultores, agrofloresteiros, entre outros coletivos, que habitam os espaços contemporâneos demonstrando a coexistência de territorialidades.

## 1.2 INTRODUZINDO A PESQUISA

No Brasil, povos originários<sup>5</sup> como os *Mbya* Guarani, vivendo majoritariamente em contextos territoriais não amazônicos<sup>6</sup> estão constantemente desafiados a encontrarem estratégias de sobrevivência e reexistência em meio aos fragmentos de terras e territórios secularmente atravessados pelas mais variadas ocupações e territorialidades. As terras indígenas localizadas no sul do Brasil além de diminutas estão em áreas de remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Pampa, em lentos processos de regularização fundiária e com uma população em crescimento. Por outro lado, grande parte das maiores extensões de terras indígenas demarcadas no país, a partir da década de 1990, se concentra no bioma amazônico em decorrência da aliança de interesses internacionais pela conservação da sociobiodiversidade brasileira.

Entre os séculos XX e início do XXI o reconhecimento dos direitos aos povos originários na América Latina garantiu a estes o acesso a políticas públicas específicas, mas ainda insuficientes para saldar o passivo territorial e ambiental ao qual foram submetidos. Constantemente pressões políticas e econômicas atuam na desregulamentação dos direitos já conquistados, tensionam a revisão das legislações como a indigenista e a ambiental, comprometendo profundamente as possibilidades da manutenção de espaços equilibrados ecologicamente, que resguardam ambientes imprescindíveis a para manutenção de sistemas culturais, como o *Mbya rekó* (modo de ser, modo de vida) dos *Mbya* Guarani.

Apesar do cenário adverso ao qual estão submetidos, especialmente em áreas geograficamente mais urbanizadas, como é o caso das regiões litorâneas brasileiras, os *Mbya* seguem mantendo seus códigos morais e éticos, pautados na ancestralidade de uma cultura

---

<sup>5</sup> Utilizarei ao longo do texto as expressões povos originários, povos indígenas e indígenas como sinônimos, me referindo aos povos que habitam as terras baixas da América do Sul desde o período pré-colombiano.

<sup>6</sup> No que tange a dimensão das terras (em tamanho/extensão em hectares) e maior acesso a florestas e seus recursos naturais que nas demais regiões brasileiras.

mantida na memória dos mais velhos e nas práticas diárias de manejo e uso da Terra e das *ka'aguy heté reguá* e de uso comum disponíveis e distribuídas nos reinos vegetal, animal e mineral.

Suas sementes originárias e seus modos próprios de uso das plantas e animais silvestres estão profundamente associados à dimensão espiritual e aos mitos que se refletem na organização do espaço geográfico em que se situam as *tekoá* (aldeia) (LADEIRA, 2008).

Entretanto, mesmo diante das dificuldades os povos indígenas buscam o Bem Viver, discurso ecoado em diferentes contextos latino-americanos como movimentos “alternativos ao desenvolvimento”, que se materializam no enfrentamento do sistema hegemônico. Sob diferentes perspectivas, como para os *Mbya* Guarani, o bem viver é um caminho - *teko porã reguá* (caminho para o bem viver), com múltiplas entradas, acessos e passagens, um caminho coletivo, mas trilhado na individualidade da pessoa *Mbya*.

A indissociabilidade das questões ambientais e indigenistas que foi enfatizada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 (Rio-92) demonstrou a necessidade de pensar “desde baixo”, junto com as comunidades que vivem *no* e *do* território, conforme as especificidades de cada cultura, quanto aos usos e manejos dos recursos naturais que usufruem comumente. Foi neste contexto que as demarcações participativas e o enfoque na intercientificidade passaram a orientar as políticas de gestão territorial e ambiental das terras e territórios indígenas no Brasil, de maneira transescalar e descentralizada entre os entes federativos, desafiando a transversalidade com as demais políticas públicas.

A PNGATI fez-se “urgente” como política pública em um contexto de pressão sobre os territórios indígenas. As terras indígenas e territórios, mesmo já demarcados, passaram a ser atravessados pela logística dos transportes (rodoviário, ferroviário e hidroviário) destinada a promover a circulação das cargas das *commodities* que sustentam o setor do agronegócio brasileiro e as grandes obras voltadas a expandir o capital econômico. Essa pressão também recaí sobre as áreas protegidas que deveriam estar voltadas à proteção da biodiversidade brasileira e que complementam as chances de acesso dos povos e comunidades tradicionais aos recursos naturais de uso comum, contribuindo com a conectividade do fluxo gênico entre os remanescentes. Políticas de compensação de terras aos indígenas, obtidas por meio dos impactos causados por tais obras, acabaram sendo um alento à difícil situação em que populações indígenas viviam às margens das rodovias no sul do país.

Ao longo das últimas décadas percebe-se um aumento do envolvimento de redes cooperativas, envolvendo agentes governamentais e não governamentais voltadas a atuar

frente às demandas indigenistas, ambientalistas e da agricultura de base ecológica, que cada vez mais aproximaram suas agendas, contribuindo para melhorar as condições de vida da população indígena<sup>7</sup>. Entretanto, há uma profunda disparidade entre a condição das terras indígenas no contexto do norte e sul do país. Quando da implementação da PNGATI, por exemplo, por meio do projeto piloto GATI, os biomas Amazônico e Mata Atlântica foram prioridades. No entanto apesar dos objetivos desta política terem sido incorporados por instituições como FUNAI, ICMBio, Emater, Universidades e ONGs, em suas ações e projetos de Etnodesenvolvimento nos biomas brasileiros, eles não atendem as terras indígenas diminutas dos *Mbya* no Rio Grande do Sul (PRINTES, 2012).

A complexidade e desafios implícitos à governança indígena sobre seus territórios contemporâneos estão registrados na amplitude dos objetivos da PNGATI, que só poderão ser alcançados de maneira transversal, em diálogos com as demais territorialidades presentes e políticas públicas interinstitucionais, como o PRONAT. De abordagem territorial, o PRONAT salienta as forças endógenas da sociodiversidade presente nos territórios, mostrando-se complementar à implementação da PNGATI, tendo, a exemplo desta pesquisa de tese, os *Mbya* Guarani como protagonistas no processo de governança territorial com o objetivo do caminho do bem viver.

Esta pesquisa se dá à luz do olhar sobre a territorialidade dos *Mbya* Guarani, a relação com um território e recursos de uso comum, analisada por meio da abordagem dos sistemas socioecológicos como um aprofundamento dos estudos de governança, tendo como empírico a situação *Mbya* Guarani em aldeias localizadas ao leste do RS, em áreas de transição entre o Planalto e a Planície Costeira, região identificada nesta tese como “litoral” do RS.

Diante do exposto, esta tese buscou responder as seguintes questões:

**Quais são as características da territorialidade *Mbya Guarani*, analisada a partir da concepção de um sistema socioecológico, no litoral do RS? Como o sistema socioecológico *Mbya Guarani* no litoral está relacionado à governança do *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum? Como a territorialidade *Mbya Guarani* interage na governança deste território ao coexistir com múltiplas**

---

<sup>7</sup> Programas e projetos de institutos e ONGs de abrangência nacional como, por exemplo: Instituto Socioambiental (ISA) <https://www.socioambiental.org/pt-br>, Centro de Trabalho Indigenista (CTI) <https://trabalhoindigenista.org.br/home/>, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), que também atuam em parceria com órgãos governamentais.

**territorialidades? Qual a relação entre a governança Guarani, as redes de pluralidades e o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver)?**

Desta problemática surge o seguinte objetivo geral: **Estudar as dinâmicas da territorialidade Guarani, enfatizando a dimensão do bem viver, dos sistemas socioecológicos, da governança do *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum e da governança intercultural, envolvendo políticas públicas e ação coletiva, em uma porção do *Yvy Rupá* no litoral no Rio Grande do Sul, buscando compreender a coexistência da territorialidade *Mbya Guarani* em um território com múltiplas territorialidades.** Para alcançar este objetivo, os objetivos específicos são:

- a) **realizar a caracterização intercultural da territorialidade *Mbya Guarani* no litoral, com ênfase nas interações socioecológicas e no uso e acesso ao *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum;**
- b) **caracterizar a governança do *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum pelos *Mbya Guarani*, considerando a porção do *Yvy Rupá* no litoral do Rio Grande do Sul;**
- c) **analisar a contribuição do *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) para o entendimento dos processos de gestão das criações naturais originárias de uso comum em um território com múltiplas territorialidades;**
- d) **analisar a coexistência da territorialidade *Mbya Guarani* com as múltiplas territorialidades no litoral, enfatizando a governança intercultural *Mbya Guarani*, por meio da interlocução com políticas públicas e da construção de redes de pluralidades.**

Considerando as interações socioecológicas que sustentam a vida contemporânea dos *Mbya* e que caracterizam os territórios que ocupam, a hipótese desta tese centra-se em que o sistema socioecológico e a porção do *Yvy Rupá* (território originário *Mbya Guarani*) no litoral do Rio Grande do Sul apresentam condições mínimas para alcançar o *Mbya rekó*, em função do recente fortalecimento de sua governança e desta em diálogo com outras territorialidades, por meio de processos de mediação da universidade com as políticas públicas e seus desdobramentos.

O “recorte do litoral” do Estado do Rio Grande do Sul, delimitado a partir do Território Rural Litoral<sup>8</sup> (TRL), foi assumido como área de estudo da tese a partir da minha inserção como pesquisadora do DESMA junto ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Essa delimitação territorial se traduz, nesta pesquisa, como uma porção do território originário *Mbya* Guarani, por eles identificado como *Yvy Rupá*, um território contínuo, onde a territorialidade se expressa sem um limite pré-definido (LADEIRA, 2008).

No contexto de empoderamento dos *Mbya* na execução do PRONAT, a linguagem do “território” introduzida pela política, bem como seu “recorte operacional”, foi aceito e assumido por eles, após consenso interno obtido pelas lideranças mediadoras da equipe intercultural construída no âmbito do NEDET UFRGS, como estratégia de diálogo com as demais territorialidades.

Neste sentido, esta tese voltou-se a esta porção do *Yvy Rupá*, território *Mbya* Guarani, situada na transição entre o Planalto e a Planície Costeira do RS, em que existem *tekoá* (aldeias) que apresentam laços fortes de reciprocidade e processos dinâmicos de circulação, tecidos na interação com as *ka'aguy heté reguá* de uso comum em meio a relações de governança com as demais territorialidades coexistentes. As *tekoá Mbya* Guarani no litoral do RS circunscrevem fragmentos do *Yvy Rupá* nas porções sul litorâneas na América do Sul. Doravante, a região deste estudo será denominada “litoral”, conforme caracterizada no capítulo 4.

Este trabalho coloca em diálogo a perspectivaêmica indígena Guarani, com a ambiental e indigenista, no contexto de construção de processos de intersectorialidade entre as políticas públicas. Para estabelecer um arcabouço teórico-conceitual parte-se da adoção do conceito de território, considerando a possibilidade da convivência *Mbya* com múltiplas territorialidades. Adota-se como referencial teórico-metodológico o sistema socioecológico de Ostrom, para compreender as dinâmicas da relação dos Guarani com as *ka'aguy heté reguá* entre as *tekoá*, bem como para compreender a governança *Mbya* Guarani em um território com múltiplas territorialidades. Esta análise do contexto da governança Guarani e as múltiplas territorialidades, promovida pelas políticas públicas, se propõe a estar em constante diálogo, com a perspectiva do Bem Viver, o *teko porã reguá* para os *Mbya* Guarani.

A justificativa para o desenvolvimento desta tese está em registrar e analisar dinâmicas da governança indígena, a partir da situação dos *Mbya* Guarani no litoral,

---

<sup>8</sup> O campo empírico da análise, o Território Rural Litoral (TRL), foi assessorado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET UFRGS), constituído pela UFRGS/PGDR, em parcerias com a UERGS e o IFRS (Osório), juntamente com povos e comunidades tradicionais, dentre eles os *Mbya* Guarani.

impulsionada por uma política pública territorial, como o PRONAT, e executada no âmbito da mediação de uma equipe intercultural, para o fortalecimento do *Mbya rekó* (modo de ser) no território Guarani, que por sua vez exige condições de acesso à terra, às criações naturais de uso comum, contribuindo para o *tekó porã reguá Mbya*. Além disso, demonstrar a contribuição e o sentido da pesquisa e da extensão em contextos interculturais versando sobre as problemáticas territoriais contemporâneas em meio aos retrocessos de políticas indigenistas, ambientais e territoriais. A próxima seção apresenta o percurso metodológico realizado para atingir os objetivos propostos.

### 1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia para alcançar os objetivos desta tese buscou considerar a trajetória da pesquisadora e sua relação com os *Mbya* Guarani, além do contexto de interlocução dos *Mbya* com núcleos da UFRGS e políticas públicas na porção do *Yvy Rupá* localizada no litoral do RS. O DESMA/PGDR, grupo de pesquisas do qual faço parte, ligado ao PGDR, tem como fundamento aliar a pesquisa e extensão, considerando que a extensão se refere à interação entre a Universidade e a sociedade, visando ao desenvolvimento mútuo (UFRGS<sup>9</sup> Estatuto, 2015, p.16). O DESMA adota a Etnoecologia como uma ciência dialógica, buscando estabelecer processos de interações com grupos sociais e interlocução com órgãos executivos contribuindo nos processos de mediação de políticas públicas entre os níveis locais, regionais e nacionais. Também busca voltar suas pesquisas e ações a um retorno concreto às demandas estabelecidas, sendo a pesquisa-ação a principal metodologia exercitada (KUBO *et al.*, 2009). Nesse contexto, as pesquisas do grupo buscam responder às problemáticas de pesquisa que emergem dessas interações.

Conforme consta na apresentação dessa tese, o DESMA participou do GT de identificação e delimitação de terras Guarani, iniciado em 2008. Desde esse período atuei como pesquisadora iniciando nos estudos de demarcação de terras indígenas *Mbya* Guarani, voltando minha trajetória acadêmica e profissional para essa temática. O que me levou nos anos seguintes a caminhar pelo *Yvy Rupá* e perceber as dinâmicas territoriais que configuram a atual distribuição das *tekoá* neste território. Conhecendo os representantes *Mbya* de diferentes aldeias (anciões, anciãs, homens, mulheres, jovens, crianças) fui consolidando relações de confiança junto aos *Mbya* que me deram condições de transitar como parceira,

---

<sup>9</sup> Título IV. Do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Art. 68 - a extensão, realizada pela interação entre a universidade e a sociedade, visa ao desenvolvimento mútuo, através de atividades de cunho científico, tecnológico, social, educacional e cultural.

ativista, pesquisadora e extensionista, sendo inclusive reconhecida entre os interlocutores *Mbya* como “*xondária*” (guerreira/mensageira).

Nestas condições, minha inserção nas dinâmicas Guarani, já vinha ocorrendo desde esse período, entretanto, minha inserção no processo de interlocução com os Guarani e acompanhamento das lideranças na constituição do Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural Litoral (CODETER – Litoral) ocorreu desde 2016. Desde o início das minhas atividades como extensionista no DESMA para apoiar as ações do CODETER deixei claro aos *Mbya* (interlocutores Felipe Brizoela, André Benites, Julia Gimenez) que para além das atividades de extensão estaria realizando paralelamente uma pesquisa de doutorado, com a finalidade de registrar o movimento de governança em andamento.

A metodologia adotada por esta tese é a pesquisa-ação que considera o estudo da territorialidade Guarani como uma "situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dentro dela" (ELLIOTT, 1991<sup>10</sup> *apud* TRIPP, 2005). De acordo com Silveira; Cordova (2009, p.40) citando Thiollent (1988)<sup>11</sup> a pesquisa-ação é um tipo de investigação social que possui “base empírica concebida e realizada em associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Superando a dicotomia sujeito objeto, neste tipo de pesquisa o campo inclui o pesquisador e não o contrário, na medida em que suas ações, seu envolvimento (entrevistas, dinâmicas, análises de dados, retorno das informações obtidas) modificam aqueles inseridos na pesquisa (KUBO *et al.*, 2009).

Esta pesquisa-ação se vale de uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, pois busca gerar conhecimentos dirigidos à compreensão da problemática do *tekó porã reguá* (caminho para o bem viver Guarani) no território. A abordagem qualitativa se justifica pelo fato da pesquisa buscar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32) que correspondem aos processos e fenômenos relacionados à situação dos *Mbya* Guarani - na história e contemporaneidade - em relação ao TRL e a relação dos *Mbya* Guarani com os movimentos de agroecologia e agroflorestas e a sua contribuição - histórica e atual - para estas perspectivas.

Esta tese está vinculada ao projeto "Resiliência dos Sistemas Socioecológicos em Territórios Rurais do Sul do Brasil: entraves e potencialidades de processos de desenvolvimento territorial nos Territórios Rurais Centro Sul, Campos de Cima da Serra e Litoral, Rio Grande do Sul" (Processo UFRGS 30798), registrado e aprovado no âmbito da

<sup>10</sup> ELLIOT, J. Action research for educational change. Filadélfia: Open University Press, 1991.

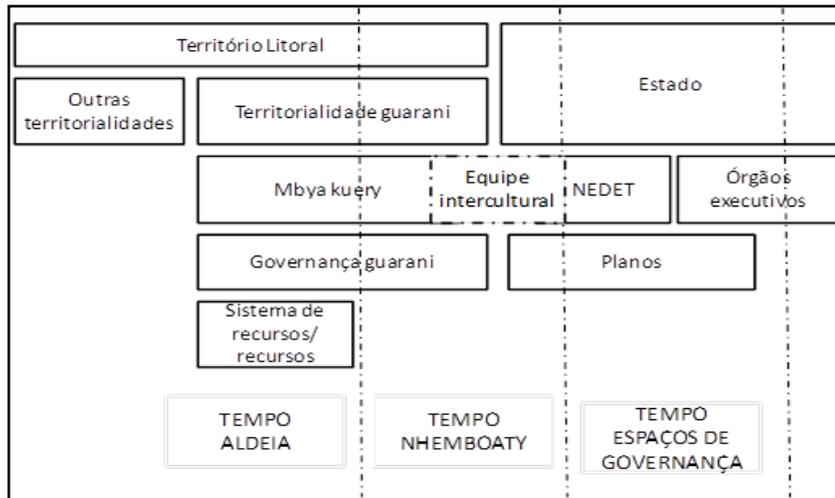
<sup>11</sup> THIOLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.

Comissão de Pesquisas da Faculdade de Ciências Econômicas. Em relação ao processo de aprovação e execução da pesquisa-ação junto aos *Mbya*, este será apresentado na seção 1.3.1 e no capítulo 5.

O contexto institucional onde a pesquisa se insere é o espaço de interlocução do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET UFRGS) com as aldeias *Mbya* no Território Rural Litoral, promovido pela política territorial. O NEDET UFRGS foi proposto, em 2014, a partir da experiência do DESMA, no âmbito do PGDR. Dentre seus objetivos destaca-se: "d) fomentar a constituição de um grupo de pesquisadores/as colaboradores/as que realizem sua produção científica com base em dados, informações e conhecimentos gerados pela implementação do projeto" (NEDET UFRGS, 2014, p. 10). Acompanhei a interlocução entre os *Mbya* e o NEDET, como pesquisadora do DESMA e membro da equipe intercultural, formada entre o NEDET e lideranças Guarani.

Com base no arranjo institucional, explicitado na figura 01, visualiza-se a territorialidade Guarani no TRL em um contexto de múltiplas territorialidades e em interlocução com o Estado. A partir dessa concepção foi possível analisar a governança Guarani, a partir da interlocução do *Mbya kuery* com o NEDET UFRGS e os órgãos executivos. Bem como o trabalho da equipe intercultural envolvendo lideranças Guarani, pesquisadores e extensionistas do NEDET UFRGS, da qual fui integrante. Para o alcance dos objetivos da pesquisa, a metodologia considerou diferentes tempos-espacos: o tempo aldeia, o tempo *Nhemboaty* (Encontros) e o tempo espacos de governança, os quais são descritos a seguir.

**Figura 1 - Dimensões da territorialidade dos *Mbya* e sua relação com outras territorialidades e com o Estado no território Litoral, enfatizando os diferentes tempos envolvidos na pesquisa**



Fonte: Elaborado pela autora.

O **tempo aldeia** refere-se aos momentos em campo de permanência nas aldeias no litoral, ao longo dos anos 2016 e 2017, onde foram visitadas as dez aldeias<sup>12</sup> presentes no litoral (quadro 1). Esses momentos foram compartilhados com a equipe intercultural, onde foram realizadas reuniões de preparação e organização para os *Nhemboaty* nas aldeias anfitriãs; visitas às aldeias para articulação interna e convite para participação nos *Nhemboaty*; pernoites nas aldeias pelo período de até uma semana para um maior convívio e vivência junto ao *Mbya rekó*.

**Quadro 1 - Aldeias *Mbya* Guarani em que foram realizadas as visitas no âmbito da organização dos *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral**

Nome <i>Mbya</i>	Nome em português	Município
<i>Tekoa Nhu Porã</i>	Campo Bonito	Torres
<i>Tekoa Guyra Nhendu</i>	Som dos Pássaros	Maquiné
<i>Tekoa Nhu'u Porã</i>	Campo Molhado, TI Guarani Barra do Ouro	Maquiné
<i>Tekoa Itapoty</i>	Riozinho 1	Riozinho
<i>Tekoa Pindoty</i>	Riozinho 2	Riozinho
<i>Tekoa Ka'aguy Pa'ũ</i>	TI Varzinha	Caraá
<i>Tekoa KuarayRexê</i>	Sol Nascente	Osório
<i>Tekoa Araxaty</i>	Capivari	Capivari do Sul
<i>Tekoa Yryapu</i>	Granja Vargas	Palmares do Sul
<i>Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ũ</i>	Ilha	Palmares do Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>12</sup> Cabe destacar o dinamismo da vivência Guarani nesta porção do *Yvy Rupá*, e que ao longo desta pesquisa algumas aldeias foram criadas e outras deixaram de existir na abrangência do recorte territorial e temporal, conforme será apresentado no capítulo 5 e 6.

Com o intuito de responder ao objetivo referente à "caracterização intercultural do sistema socioecológico *Mbya* Guarani no litoral, com ênfase nas interações socioecológicas e no uso e acesso ao *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum", e "caracterização da governança do *ka'aguy heté reguá* (criações originárias) de uso comum pelos *Mbya* Guarani", no **tempo aldeia** foram levantados os dados para compor o *framework* para análise dos sistemas socioecológicos *Mbya* Guarani<sup>13</sup>, o qual é apresentado detalhadamente no capítulo 2 (OSTROM, 2009). Para compreensão do Sistema de Recursos (SR) foram realizadas caminhadas guiadas<sup>14</sup> pelos *Mbya* e a identificação e mapeamento participativo das Unidades de Recurso (UR) onde são encontradas as *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum, acessadas pelos *Mbya* no litoral.

Durante as caminhadas guiadas e conversas informais foram identificadas e espacializadas as zonas de abrangência de maior ocorrência de espécies da vegetação nativa que se destacam como *ka'aguy heté* (criações naturais) usadas pelos *Mbya* no litoral. Também acompanhei os *Mbya* em excursões de coletas de *takua'i* (taquara-mansa), quando em visitas à *tekoá Nhu'u Porã*; coleta de *ka'a* (erva mate) para o carijo<sup>15</sup> nas *tekoá Guyra Nhendu* e *Nhu'u Porã*. Igualmente, aspectos internos e externos do Sistema de Governança *Mbya kuery* no litoral foram acessados durante os dias de permanência nas aldeias. A coleta de pontos (coordenadas geográficas) para localização das aldeias e demais informações (como trilhas, espacialização das criações naturais de uso comum) foi feita com uso do *GPSMap 60 CSx* (Garmim). Posteriormente os pontos foram georreferenciados em Sistema de Informações Geográficas (SIG), e os produtos cartográficos elaborados com programa *ArcMap 10.5.1*. com dados da base cartográfica vetorial contínua do RS (HAZENACK; WEBER, 2010). Para localização das aldeias também foi utilizado o Mapa Guarani Digital (CTI, 2016). Para edição final de mapas e figuras foi utilizado o programa *Coreal Draw 2018* e *Photoshop PS6*.

Ao longo do tempo aldeia foram realizadas conversas com os interlocutores em variados momentos, muito deles não programados, onde os interlocutores Guarani me orientaram em relação aos objetivos perseguidos nesta pesquisa. Foi elaborado um roteiro entrevistas abertas (Apêndice A) buscando pontuar questões relacionadas à territorialidade

<sup>13</sup> O sistema socioecológico *Mbya* Guarani foi caracterizado com uso do *framework* para análise dos sistemas socioecológicos (OSTROM, 2009), conforme quatro os subsistemas: Subsistema 1: Sistema de Recurso: porção do *Yvy Rupá* (território originário *Mbya* Guarani) no litoral do RS e suas *tekoá* (aldeias); Subsistema 2: Unidades de Recurso: *ka'aguy heté reguá*– criações naturais originárias de uso comum; Subsistema 3: Governança: regras formais e informais; Subsistema 4: Usuários: *Mbya* e *juruá* (não-indígenas), conforme será apresentado no capítulo 4 e 5.

<sup>14</sup> Em trabalhos de Etnobotânica, pode ser chamado de turnê guiada ou caminhada Etnobotânica (*walk-in-the-woods*) (ALBUQUERQUE; LUCENA; CUNHA, 2008).

<sup>15</sup> Processamento artesanal de erva-mate.

das *ka'aguy heté* (criações naturais originárias) de uso comum, a governança Guarani, a governança dos Guarani em espaços de governança intercultural. A elaboração contou com a orientação dos Guarani a respeito das "inquietações" colocadas neste roteiro, esse diálogo aconteceu em meio a espaços de diálogos ou observação participante, nas reuniões da equipe intercultural para organização dos *Nhemboaty*, nas plenárias nos *Nhemboaty*, até os momentos de conversas menos formais, entre as caminhadas pelas trilhas nas aldeias ou "mateadas" à beira da fogueira. Tomar chimarrão tranquilamente ao redor do fogo fez parte dos passos metodológicos participativos de trabalho junto aos *Mbya*, onde vivenciei o tempo da aldeia.

Utilizei a técnica de registro em caderno de campo (MARCONI; LAKATOS, 2009), sendo que eventualmente foram realizadas gravações de áudio (gravador de voz digital PX440 Série PX), obtidas em diferentes momentos da minha inserção em campo: nas entrevistas abertas, nos depoimentos e nas manifestações dos interlocutores indígenas<sup>16</sup> em espaços de reuniões envolvendo a organização dos *Nhemboaty* e também nas rodas de conversas interculturais durante os *Nhemboaty*. Todas as gravações dos áudios foram realizadas com consentimento dos *Mbya* e de demais participantes não indígenas, conforme solicitação prévia. Todos os depoimentos dos *Mbya* Guarani registrados nesta tese foram feitos na língua portuguesa.

### 1.3.1 Governança Guarani

Com intuito de "analisar a contribuição do *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) para o entendimento dos processos de gestão das criações naturais originárias de uso comum" e para "analisar a territorialidade *Mbya Guarani* enfatizando a governança intercultural *Mbya Guarani*, por meio da interlocução com políticas públicas e da construção de redes de pluralidades", foram analisados o **tempo espaços de governança** e o **tempo *Nhemboaty***.

O **tempo espaços de governança** é caracterizado pelos espaços de interlocução intercultural entre os Guarani e as políticas públicas, destacando-se os espaços de reuniões da equipe intercultural nas aldeias e na universidade, nas reuniões do CODETER Litoral, Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), dos Guarani com a ONG Centro Ecológico, audiências públicas relacionadas à retomada de terras em Maquiné.

---

<sup>16</sup>Os principais interlocutores *Mbya* Guarani que colaboraram com esta pesquisa são aqueles que estiveram diretamente envolvidos em atividades junto ao NEDET, particularmente durante os *Nhemboaty* (desde a organização até a realização destes encontros).

A equipe de trabalho intercultural foi consolidada, em 2015, a partir do diálogo entre Felipe Brizoela, cacique da *tekoa Pindoty*, município de Riozinho, com o NEDET UFRGS. O cacique passou a integrar o Núcleo Diretivo do CODETER Litoral, sendo incentivada a sua participação pela EMATER, conforme será abordado no capítulo 5. A equipe intercultural foi constituída com o objetivo de construir um diálogo e ações possíveis entre os Guarani e a política territorial. A proposta apresentada pelo NEDET foi de conduzir um planejamento participativo entre as aldeias, em interlocução com a política territorial e política indigenista, para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral em conjunto com a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA).

A primeira etapa foi a constituição da equipe intercultural, e suas ações voltaram-se à preparação dos *Nhemboaty* junto às aldeias e as instituições. A equipe intercultural passou a se constituir em setembro de 2015, fazendo reuniões de periodicidade mensal, que tiveram como objetivo estabelecer o diálogo intercultural construindo os entendimentos sobre os objetivos do trabalho da comissão intercultural entre os Guarani, e entre os Guarani com os órgãos governamentais e as políticas públicas.

A abordagem territorial foi um desafio ao engajamento dos *Mbya* na proposta do PRONAT, tendo em vista a perspectiva Guarani de território originário questionar a imposição de limites e convenções das fronteiras contemporâneas. Desse modo, a circunscrição do Território Rural Litoral RS foi questionada, da mesma forma com que as fronteiras criadas entre Brasil, Argentina e Paraguai restringem sua liberdade. Em espaços de diálogos, antes de assumirem o recorte TRL como espaço operacional para articulação política interna e externa às aldeias, os *Mbya* enfatizaram a amplitude do seu território originário, delineado mais pelas redes de parentesco, afinidades e acessos às criações naturais de uso comum do que por critérios de proximidade geográfica. Outra orientação dos *Mbya* para um trabalho de longo prazo foi o de integrar à comunidade em geral, por exemplo, construindo um maior envolvimento com as mulheres e os jovens, deslocando a centralidade das conversas com o cacique (COSSIO, 2017).

Para proceder ao trabalho de articulação entre os Guarani visualizou-se a necessidade de encontros de articulação entre lideranças e aldeias presentes no Território Litoral, os quais são denominados de *Nhemboaty*. Do ponto de vista do papel de mediação da equipe intercultural, visualizaram-se as possíveis conexões com os processos de articulação em torno do Território Rural Litoral, envolvendo as representações de prefeituras, agricultores

familiares, agroecologistas, cooperativas, comunidades remanescentes de quilombos, pescadores artesanais. E esta rede foi acionada para o apoio aos *Nhemboaty*.

Ainda no tempo **espaços de governança**, no ano de 2017, acompanhei os desdobramentos/resultados dos *Nhemboaty* de 2016, que culminaram, principalmente, nas articulações dos *Mbya* em redes de agroecologia voltadas ao extrativismo de frutas nativas, como a *jejy* (juçara) e a retomada de terras ancestrais no *Yvy Rupá*, em Maquiné.

O **Tempo *Nhemboaty*** foi o período de acompanhamento intensivo durante a realização dos Encontros *Mbya* Guarani no litoral, em que estive envolvida, juntamente com a equipe intercultural na interlocução diretamente relacionada à governança, envolvendo logística para deslocamentos dos *Mbya*, a compra de alimentos. Para a realização dos Encontros houve várias reuniões com Prefeituras municipais, EMATER local, CODETER – Litoral, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), para buscar a viabilização logística. Neste processo o NEDET teve um papel importante na articulação e mobilização.

Foram acompanhados os quatro *Nhemboaty Mbya kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ë reguá* - Encontro Guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura (Encontros Guarani), entre fevereiro e dezembro de 2016. Em 2018 foi realizado o 5º *Nhemboaty*, na *tekoá Nhu Porã*, em Torres (quadro 02). Os Encontros foram realizados pelo período de cinco dias, sendo dois dias reservados para deslocamento dos Guarani até a aldeia anfitriã e vice-versa, dois dias para reunião interna e exclusiva aos *Mbya* e um dia aberto ao diálogo intercultural com as instituições convidadas (compondo também o **tempo espaços de governança** da pesquisa). Registos fotográficos e de vídeo, anotações em caderno de campo e gravações de áudio foram realizadas durante todos *Nhemboaty*, com devido consentimento dos Guarani.

Ao final de cada encontro, sob orientação dos caciques da aldeia anfitriã e das aldeias convidadas, sempre com a presença de Felipe Brizoela representante *Mbya* no CODETER, a equipe intercultural se reunia para redação de um documento contendo a sistematização dos principais temas tratados, demandas a serem encaminhadas às instituições responsáveis pelo seu cumprimento, compondo os resultados de cada *Nhemboaty*. Os documentos elaborados receberam o título *kuaxiá* (papel/documento) (Anexos A, B, C, D, E, F, G). Em relação ao modo como os *kuaxiás* foram elaborados e a definição dos seus conteúdos, estes eram previamente conversados entre os Guarani, na língua *Mbya*, e posteriormente traduzidos pelas próprias lideranças indígenas, a fim de serem registrados em língua portuguesa pelos *juruá* da equipe intercultural. Os *Mbya* priorizavam as pautas de interesse interno da aldeia anfitriã,

juntamente com prioridades de interesses coletivo das aldeias *Mbya* no litoral. Os *kuaxiás* produzidos foram analisados como fontes documentais. Também neste tempo ocorreu a interlocução com os demais representantes das instituições que compuseram a rede de pluralidades construída no âmbito do CODETER e seus desdobramentos.

**Quadro 2 - Espaços de interlocução com os *Mbya* Guarani para coleta de dados em campo**

Principais espaços de interlocução em campo	Tempos	Local	Período
Visitas às aldeias (organização dos <i>Nhemboaty</i> )	Tempo aldeia	Aldeias: <i>Pindoty</i> , <i>Nhu Porã</i> , <i>Kuaray Rexë</i> , <i>Guyra Nhendu</i>	Fev. Abr. Jun. Out. Dez. 2016
1º Conferência temática de Assistência Técnica e Extensão Rural <i>Mbya</i> Guarani no território rural litoral/1º <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i>	Tempo <i>Nhemboaty</i>	Aldeia <i>Pindoty</i> (Riozinho)	Mar. 2016
2º <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i>	Tempo <i>Nhemboaty</i>	Aldeia <i>Nhu Porã</i> (Torres)	Mai. 2016
3º <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i>	Tempo <i>Nhemboaty</i>	Aldeia <i>Kuaray Rexë</i> (Osório)	Jul. 2016
4º <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i>	Tempo <i>Nhemboaty</i>	Aldeia <i>Guyra Nhendu</i>	Nov. 2016
Reunião da equipe intercultural, lideranças guarani e Centro Ecológico	Tempo espaços de governança	Torres	Dez. 2016
Visita do Centro Ecológico à aldeia	Tempo espaços de governança	Aldeia <i>Guyra Nhendu e Baçara</i>	Dez. 2016
Retomada <i>Mbya</i> Guarani	Tempo aldeia	Fepagro Maquiné	Jan. 2017
VIII SINGA Simpósio Internacional de Geografia Agrária - Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina	Tempo espaços de governança	Curitiba/PR	Nov. 2017
Reuniões CEPI; PGDR; área Retomada em Maquiné; outras aldeias no litoral do RS	Tempo espaços de governança	Porto Alegre, Osório, Maquiné, Riozinho, Torres.	Fev. Mar. Abr. Jun. Jul. 2017
Reunião de fortalecimento na Retomada <i>Mbya</i>	Tempo espaços de governança	Aldeia <i>Ka'aguy Porã</i>	Abr. 2017
5º <i>Nhemboaty Mbya Kuery</i>	Tempo <i>Nhemboaty</i>	Aldeia <i>Nhu Porã</i> (Torres)	Mai. 2018

Fonte: Elaborado pela autora.

### 1.3.2 Análise de dados

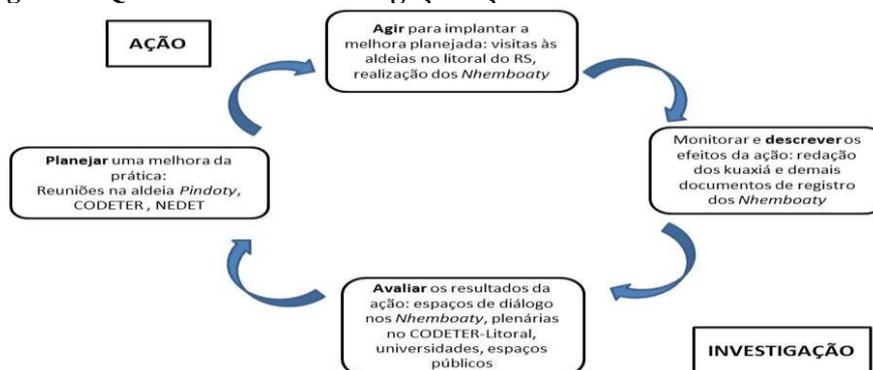
As gravações das entrevistas foram transcritas e organizadas em banco de dados no Word, juntamente com as anotações dos diários de campo referentes à preparação dos encontros, aos *Nhemboaty* e aos seus desdobramentos. Esse material, associado aos *kuaxiás* e demais documentos acessados em pesquisa de campo foi analisado por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2006; GERHARDT; SILVEIRA, 2009), considerando como categoria

de análise *teko porã reguá* (caminho do bem viver); *ka'aguy heté* (criações naturais originárias); *Nhemboaty* (encontros); retomada; *Yvy Rupá* (território originário); regras de *Nhanderú*. Além disso, foram analisados os registros fotográficos. Conforme Gerhardt; Silveira (2009) buscou-se descrever e explicar o fenômeno estudado com a intenção de produzir reflexões aprofundadas e ilustrativas, no caso a territorialidade e a governança Guarani associadas ao *tekó porã reguá* em um contexto de múltiplas territorialidades.

O espaço onde a pesquisa-ação foi exercitada se deu por meio da interação entre a equipe intercultural, o que nos possibilitou construir os caminhos conjuntos da extensão que visa o desenvolvimento mútuo no caso a interação da Universidade com a rede *Mbya* Guarani no Litoral.

A figura 02 apresenta as quatro fases da investigação ação (TRIPP, 2005), sendo que no contexto da tese a etapa do planejamento da pesquisa-ação, ocorreu no âmbito da equipe intercultural em reuniões na aldeia *Pindoty* conduzidas pelo cacique Felipe Brizoela, bem como nas reuniões do NEDET junto ao CODETER-Litoral.

**Figura 2 - Quatro fases da investigação ação da tese**



**Fonte:** Adaptado de Tripp (2005).

Ao longo dos espaços de governança onde os Guarani protagonizavam a interlocução, se relacionando com as instituições, assumi o papel de pesquisadora que observa os processos.

A etapa do agir inicialmente foi conduzida por meio das visitas de representantes da equipe intercultural às aldeias para explicação e condução de um processo de rearticulação interna dos Guarani a respeito das atividades propostas pelo PRONAT, bem como realizar os convites para participação nos *Nhemboaty*. Os *Nhemboaty*, propriamente ditos, também foram os espaços de ação tanto interna aos *Mbya*, quanto externa da equipe intercultural em diálogo com outras territorialidades.

A redação dos *kuaxiá* (papel/documento) produzidos em cada um dos Encontros compôs o processo de monitoramento e descrição dos efeitos da pesquisa-ação, acompanhados de ações práticas que se desdobraram em resultados, conforme serão apresentados no capítulo 6 desta tese. A avaliação dos resultados da ação, que buscou fortalecer a rede *Mbya* voltada à governança em uma porção do *Yvy Rupá*, se deu no âmbito dos *Nhemboaty* e em plenárias do CODETER-Litoral, além de se expandirem por meio das redes de pluralidades tecidas pelos próprios *Mbya* ao longo das atividades, abrindo-se outros espaços diálogo, articulação e avaliação intercultural.

O quadro 03 apresenta uma síntese do esquema analítico da tese, incluindo as questões de pesquisa, os objetivos, o referencial teórico e metodológico.

A tese esta organizada em sete capítulos. Este primeiro capítulo introdutório contempla a apresentação da minha trajetória, a introdução propriamente dita que contempla as questões de pesquisa, os objetivos e o percurso metodológico. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico que orientou esta tese. O terceiro capítulo apresenta o contexto geral da situação territorial dos *Mbya* Guarani na contemporaneidade. No quarto capítulo é feita a caracterização da porção do *Yvy Rupá* localizada no litoral do RS e onde se encontram as *tekoá* e as *ka'aguy heté reguá* de uso comum que compõem o sistema socioecológico *Mbya* Guarani. O quinto capítulo apresenta a realização dos *Nhemboaty* no âmbito do PRONAT, as ações do CODETER Litoral e do NEDET juntamente com a equipe intercultural liderada por representantes *Mbya* Guarani, demonstrando os resultados alcançados nesses encontros que compuseram a metodologia para construção de um Plano de Vida *Mbya* kuery fortalecendo a governança *Mbya* no litoral do RS. O sexto capítulo apresenta os desdobramentos dos processos de governança intercultural e as redes de pluralidades formadas no âmbito dos *Nhemboaty* e da retomada de terras em Maquiné, conformando a ação coletiva. Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais.

**Quadro 3 - Esquema analítico da territorialidade e governança *Mbya Guarani***

<b>Problema</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Referencial teórico</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Análise de dados</b>
Quais são as características da territorialidade <i>Mbya Guarani</i> , analisada a partir da concepção de um sistema socioecológico, no litoral do RS?	1. Realizar a caracterização intercultural da territorialidade <i>Mbya Guarani</i> no litoral, com ênfase nas interações socioecológicas e no uso e acesso ao <i>ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais) de uso comum.	<b>Espaço geográfico, território e territorialidade <i>Mbya Guarani</i></b> (Ladeira; Souza; Soares)  <b>Território e territorialidade</b> (Sack, Haesbaert, Bonnemaïson)  <b>Sistema socioecológico e regimes de apropriação de recursos naturais</b> (Ostrom; Berkes)	Tempo aldeia Caminhadas guiadas pelos <i>Mbya</i> e conversas informais; Identificação e mapeamento participativo das Unidades de Recurso (UR) das <i>ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais) de uso comum, acessadas pelos <i>Mbya</i> ; Acompanhamento de coleta de criações naturais de uso comum pelos <i>Mbya</i> ; Coleta de coordenadas geográficas para localização das aldeias;	Criação de um <i>framework</i> para análise dos sistemas socioecológicos <i>Mbya Guarani</i> . Elaboração de mapa, fluxogramas e figuras temáticas.
Como o sistema socioecológico <i>Mbya Guarani</i> no litoral está relacionado à governança do <i>ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais) de uso comum?	2. Caracterizar a governança do <i>ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais) de uso comum pelos <i>Mbya Guarani</i> , considerando a porção do <i>Yvy Rupá</i> no litoral do Rio Grande do Sul.	<b>Governança e ação coletiva</b> (Ostrom)  <b>Criações naturais</b> (Ladeira)	Tempo aldeia/ Tempo Nhemboaty Observação participante nos espaços de reuniões; Organização e participação direta nos <i>Nhemboaty</i> ; Visita às aldeias anfitriãs e convidadas os Encontros; Entrevistas abertas; registros fotográficos; Gravações de áudio; Registros em caderno de campo;	Análise de conteúdo Transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos; Análise temática Ferramentas para o processamento e informação de texto com os programas de Microsoft Office (Excel e Word)
Como a territorialidade <i>Mbya Guarani</i> interage na governança deste território ao coexistir com múltiplas territorialidades?	3. Analisar a contribuição do <i>teko porã reguá</i> (caminho para o bem viver) para o entendimento dos processos de gestão das criações naturais originárias de uso comum em um território com múltiplas territorialidades	<b>Sistema socioecológico e regimes de apropriação de recursos naturais</b> (Ostrom; Berkes)  <b>Bem viver</b> (Van Hulst, Acosta, Lang)  <b>Tekó porã</b> (Meliá, Chamorro,	Tempo aldeia/ Tempo Nhemboaty/ Tempos Espaços de Governança Observação participante nos espaços de reuniões; Organização e participação direta nos <i>Nhemboaty</i> ; Visita às aldeias anfitriãs e	Análise de conteúdo Transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos;

Problema	Objetivos específicos	Referencial teórico	Coleta de dados	Análise de dados
		Pissolato)	convidadas os Encontros; Entrevistas abertas; Registros fotográficos; Gravações de áudio; registros em caderno de campo;	
Qual a relação entre a governança Guarani, as redes de pluralidades e o <i>teko porã reguá</i> (caminho para o bem viver)?	4. Analisar a coexistência da territorialidade <i>Mbya</i> Guarani com as múltiplas territorialidades no litoral, enfatizando a governança intercultural <i>Mbya</i> Guarani, por meio da interlocução com políticas públicas e da construção de redes de pluralidades.	<b>Espaço geográfico, território e territorialidade <i>Mbya</i> Guarani</b> (Ladeira; Souza; Soares)  <b>Território e territorialidade</b> (Sack, Haesbaert, Bonnemaison)  <b>Governança e ação coletiva</b> (Ostrom)	Tempo <i>Nhemboaty</i> / Tempos Espaços de Governança Revisão bibliográfica e documental; Observação participante nos espaços de reuniões; Organização e participação direta nos <i>Nhemboaty</i> redação coletiva intercultural dos <i>kuaxiá</i> (papel/documento); Entrevistas abertas; Registros fotográficos; Gravações de áudio; Registros em caderno de campo;	Análise de conteúdo Transcrição/degravação de entrevistas, depoimentos e documentos.

Fonte:

Elaborado

pela

autora

## **2 TERRITÓRIOS, SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS E AÇÃO COLETIVA: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA GOVERNANÇA GUARANI EM DIREÇÃO AO BEM VIVER**

Este capítulo visa abordar os principais elementos referenciais que constituem o enquadramento da pesquisa que será apresentada nos próximos capítulos da tese. Trata-se de aportar subsídios teóricos e conceituais da geografia, ecologia e ciências sociais que contribuam para a compreensão da territorialidade *Mbya* e das interações no sistema socioecológico Guarani, se utilizando da abordagem teórica e metodológica dos sistemas socioecológicos, de Elinor Ostrom. Ao mesmo tempo, a análise das dinâmicas da governança no território e o seu direcionamento para a perspectiva do Bem Viver, se utiliza da abordagem pós-colonial do Bem Viver, para a compreensão da ação coletiva em torno da governança territorial *Mbya*, buscando analisar as dinâmicas étnicas e interétnicas, em especial o papel das redes de pluralidades. O capítulo apresenta, primeiramente, o território como a coexistência de territorialidades. A seguir os territórios e o sistema socioecológico, abordando os subsistemas unidades de recursos, sistema de recursos, sistema de governança e usuários/atores. Para, então, apresentar a governança e a ação coletiva, analisando o papel das redes de pluralidades para os processos de Bem Viver.

### **2.1 TERRITÓRIO COMO A COEXISTÊNCIA DE TERRITORIALIDADES**

Nas últimas décadas tem sido frequente a ênfase dada aos termos “território e territorialidade”, especialmente no que tange à conexão desses conceitos às dinâmicas socioespaciais que envolvem ações (muitas conflituosas) pela garantia de direitos relacionados à “terra”, em estreita relação à sobrevivência de etnias ou culturas fragilizadas. Trata-se de direitos diversos que refletem a sociodiversidade das populações em contextos rurais e/ou urbanos, cujos vínculos com o espaço estão associados a perspectivas culturais específicas.

O discurso e uso dos temas territoriais ganha força, transbordando o campo epistemológico da Geografia, envolvendo as Ciências Sociais, a Ciência Política e a Antropologia produzindo contribuições relevantes para esse debate do ponto de vista epistemológico e aplicado. O conceito de território na Ciência Política faz referência ao poder do Estado e na Antropologia associa-se à relação de sociedades autóctones/originárias/tradicionais cujos aspectos culturais e simbólicos determinam os

vínculos com o espaço. Já nas Ciências Sociais advogam-se até mesmo singularidades como o “desaparecimento” do território (HAESBAERT, 2004a).

Se partirmos da perspectiva da geografia determinista, de Ratzel, reduz-se o território à materialidade, à posse de terra. Quanto mais terra, mais território e mais poder para delinear as fronteiras geográficas de um Estado. Esta noção de território é a que predominou secularmente no âmbito das grandes navegações, que levaram à invasão e colonização de terras, como a ocorrida na América Latina, considerando-as desocupadas e sem dono (MORAES, 1990). No entanto, a discussão não se resume a esse compartimento (por si só complexo). Como mostra Di Méo (2006, p. 10) – além de espaço do poder, o território também é espaço de exercício político, mas antes disso também social e cultural, em tempo de novas lógicas de comportamento social.

Além da delimitação conceitual do território e de sua própria qualificação – a territorialidade – aparecem outros conceitos correlatos, como os atos de territorializar, desterritorializar e reterritorializar, mostrando que a discussão em torno do termo território é bastante complexa. Pois são múltiplas as concepções que os fundamentam, em uma miríade de noções e conceitos possíveis, exigindo que na adoção destes conceitos se explicita detalhadamente a perspectiva que será a base da análise.

Apesar da polissemia estabelecida a partir do termo, a terminologia e vocabulário geográfico apresentam uma proposta onde o território seria um espaço onde se projetou intenções de apropriação, uso e conseqüentemente revela relações marcadas pelo poder. Raffestin (1993) é um dos autores que se debruça sobre a questão do poder, colocando-o como elemento central na construção das tessituras que compõem o território. Este também atenta para a necessidade de análise cuidadosa das diferentes manifestações de poder no espaço, pois estas tessituras apresentam objetivos distintos, de acordo com sua origem ou objetivo. De acordo com Raffestin (1993), a partir de uma representação (sistema territorial), os atores vão proceder à repartição das superfícies (tessituras), à implantação de nós (pontos) e à construção de redes (linhas). Através desses sistemas de tessituras, nós e redes, seria possível impor e manter uma ou várias ordens, constituindo também o invólucro no qual se originam as relações de poder. Esses sistemas podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes.

Entre as sociedades existem distintas formas de expressar o poder, assim como diferentes “formas de organizações geográficas e concepções de espaço e lugar”, influenciando na mudança de paisagens e significados conforme se modificam as sociedades

(SACK, 2011, p.88). Haesbaert (2004a) citando Godelier (1984, p.114)<sup>17</sup>, enfatiza a perspectiva idealista e cultural do território, em que a apropriação simbólica se dá na medida em que a reivindicação de um território por uma sociedade se relaciona ao acesso, controle e uso, tanto do visível quanto do invisível, em condições de interdependência entre a vida humana e dos recursos dos quais tal vida depende.

Para além da dimensão do poder, Haesbaert (2004b) traz a noção de multiterritorialidade como uma nova dimensão de análise para as relações humanas com o território. Propõe-se uma generalização de dois caracteres diferentes de território: um mais contínuo e de controle de áreas, do Estado, e outro mais ligado à lógica empresarial a partir da noção de conexão por redes. Além desta dicotomia inicial, adiciona-se neste raciocínio a figura do indivíduo, sujeito da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004b). O multipertencimento está associado à multiescala, onde: um ser no espaço pode experimentar diferentes territórios na escala da família, de um grupo social, de uma nação, etc.

Esta noção de territorialidade multiescalar também é explorada por Sack (2011), que trabalha com diferentes casos situados em escalas que um mesmo indivíduo pode experimentar simultaneamente. As diferentes ações dos sujeitos para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica (SACK, 2011) afeta aos demais em diferentes escalas, criando um panorama de territorialidades complexas, ao qual ainda se pode adicionar o elemento temporal abordado anteriormente. Como afirma Haesbaert, não se trata de uma simples sobreposição de territorialidades que podem ser compreendidas isoladamente (HAESBAERT, 2004b). A experiência efetiva da multiterritorialidade se daria justamente a partir do amálgama que significa esta complexidade de redes e relações situadas em um espaço-tempo multiescalar e relacional.

A compreensão da territorialidade pode ser um caminho para iniciar a desbravar o entendimento do território e de seus desdobramentos teóricos. Para Sack (2011, p. 63), a territorialidade pode ser compreendida como uma “estratégia geográfica” com a qual “se controla pessoas e coisas através de controle de áreas”, sendo então a “territorialidade uma expressão geográfica primária de poder social, meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”, desse modo, “as mudanças da territorialidade auxiliam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo”. Porém igualmente Sack (2011, p 76) afirma que “pensar em territorialidade somente como controle de área é uma definição reduzida”, pois

---

<sup>17</sup> GODELIER, M. O ideal e o material: pensamento, economias, sociedades. Fayard, Paris 1984.

existe pretensão individual ou coletiva de provocar influências, afetando as ações de outros, mesmo dos não humanos. Assim, a territorialidade pode ser definida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área é chamada de território” (SACK, 2011, p. 76).

O geógrafo tropicalista<sup>18</sup> Bonnemaïson (2002) escreve que o conceito de território para os humanos não necessariamente está vinculado a um fechamento e nem mesmo a um tecido espacial unido, bem como a um comportamento estável. Antes de representar a fronteira, um território é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários<sup>19</sup>. Entre as etnias habitantes das ilhas na Oceania o território se fundamenta com as dinâmicas mantidas no espaço e ao mesmo tempo com as áreas que divide, em um “sistema de vaivém entre enraizamento e viagens”. Existem povos que não tem noção sobre o significado de fronteira, porém isso não significa o desconhecimento do seu território. Assim, a cultura também se traduz em termos de uso do espaço, não se separando da ideia de território, pois na existência da cultura se criam os territórios (BONNEMAISON, 2002, p. 102).

A noção de territorialidade para Bonnemaïson (2002, p. 101-102) pode ser compreendida pela relação social e cultural mantida pelos grupos na trama de lugares e itinerários relacionados à mobilidade, constituindo dessa forma um território. Conforme o mesmo autor, “da etnia emana a territorialidade que é antes de tudo a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – um território” (BONNEMAISON, 2002, p. 97). Os contornos desses territórios são fluidos, porém também não deixam de apresentar “pontos fortes/fixos/de reconhecimento” conforme a expressão cultural e intencional sobre o espaço, que podem ser apresentados por elementos do ambiente (rochas, árvores, desníveis em terrenos, etc.). Entre os povos originários a noção de território se alterna na fluidez da mobilidade. Pensar o território enquanto “fronteira” e “demarcação” faz parte de uma visão moderna, vinculada a questões geopolíticas dos Estados nacionais. O território para os povos originários remete à noção de “núcleo”, de “vínculos afetivos e culturais com a terra”, contrariamente à ideia de apropriação e exclusão (BONNEMAISON, 2002, p. 100).

---

<sup>18</sup> Suas pesquisas se deram na Oceania com povos melanésios e nômades.

<sup>19</sup> Que se refere a trajetos percorridos de um lugar a outro, espaços de trânsito, caminhos a seguir.

As contribuições de Bonnemaïson (2002) a respeito do território se aproximam da leitura de Ladeira (2008, p. 87), sob um olhar que transita entre a antropologia e a geografia, onde território é entendido enquanto,

Espaço físico, onde determinada sociedade desenvolve relações sociais, políticas e econômicas, segundo suas bases culturais, isto é, o espaço suficiente para o desenvolvimento de todas as relações e vivências definidas pelas tradições e cosmologias (LADEIRA, 2008, p.87).

Conforme Ladeira (2008, p. 84) entre as sociedades indígenas o termo território não é usual. Delimitações territoriais foram historicamente fixadas conforme “estratégias de poder e controle político do Estado”, de modo que a noção de “território indígena” e “terra indígena” representam “espaços dominados que forçam os índios a firmarem um pacto eterno com o Estado”. Para a autora a política indigenista opera por meio da contradição na qual a “dinâmica de expropriação – concessão de terras e limites induz à crença de se estar propiciando liberdade e exercício de gestão para os índios”.

Para Ladeira (2008) a demarcação de terras – Terras Indígenas<sup>20</sup> - realizada pelo Estado está longe de garantir todo o espaço necessário para viverem conforme seus usos, costumes e tradições. Segundo a autora, as TIs são territórios normativos que não incluem a noção de territorialidade, configurando-se como espaços de confinamento e opressão. Diferentemente do contexto amazônico, as TIs de uma mesma etnia no sul e sudeste além de serem pequenas são descontínuas, configurando fragmentos, entremeados pelas mais diversas ocupações da sociedade não indígena, como a situação do povo indígena *Mbya* Guarani.

A dinâmica de uso do espaço pelos *Mbya* se assemelha ao exposto por Bonnemaïson (2002) em sua experiência com povos originários. Também para os *Mbya* a ideia de movimento e constante mobilidade são usuais e necessárias para manter seus vínculos sociais e ecológicos com o ambiente que suporta seus modos de vida. Por isso, os limites e fronteiras são inexistentes e as barreiras naturais que existem, como rios, montanhas ou densas matas se apresentam como parte de uma cosmo-ecologia (SOUZA, 2008) que determina a geografia da área de domínio, se expressando na territorialidade.

---

<sup>20</sup> De acordo com a FUNAI (2015, p.21) “Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por eles usada para as atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Este é um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito de propriedade privada. TI não é sinônimo de território indígena, pois a TI se refere às dimensões que o Estado logra declarar oficialmente como tradicionais nos moldes do art. 231 da CF 1988, por estudos antropológicos, etno-históricos, cartográficos, ambientais e fundiários que evidenciam a tradicionalidade da área”.

As particularidades trazidas pelas culturas dos povos indígenas motivam a pensar nas singularidades da percepção do tempo na compreensão do território. Para Saquet (2011) o tempo é elemento fundamental, podendo ser dividido em dois movimentos. O primeiro é o tempo das coexistências, que evidencia as simultaneidades e concomitâncias apreendidas a partir de uma abordagem relacional. O segundo, o tempo histórico, diz respeito aos períodos, com inícios e fins, contínuo e permeado por saltos e superações, que ocorrem de forma distinta. O que torna possível a diferenciação entre esses dois tempos, ou ainda, essas duas formas de compreender o tempo, é o espaço, criando uma relação de espaço-tempo.

A compreensão do território passa pela compreensão da sua história, que envolve diferentes tempos. Esses tempos são desiguais, vividos em cada dialética espaço tempo através de uma relação entre o singular e o universal, com diferentes velocidades, complexidades e intensidades (SAQUET, 2011). Esses diferentes movimentos do tempo geram transformações que se refletem em uma determinada ordem espacial.

Por meio dos referenciais apresentados é possível entender o território como uma construção social complexa, em meio à trama de relações inseparáveis, onde se expressam sistemas sociais e ecológicos diversos. O conhecimento e a compreensão da dinâmica dessa construção requerem aproximações multidimensionais, articulando o natural (transformado), o social (relações sociais e suas interações com o natural), o econômico (apropriação econômica), o político (configuração, organização, representação, apropriação, reprodução e transformação no âmbito do exercício de poder) e o cultural (representação feita pelos sujeitos sobre o espaço, configurando apropriação simbólica e material em processo de ação social), de onde os humanos e a coletividade constroem o território (VELÁSQUEZ, 2012).

A próxima seção apresenta as aproximações entre as noções conceituais de território até aqui apresentadas com a abordagem do sistema socioecológico, propondo um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão da territorialidade de povos indígenas com os *ka'aguy heté reguá* de uso comum.

### **2.1.1 Territórios, sistema socioecológico e interações socioecológicas**

A abordagem dos Sistemas Socioecológicos (SSE) surge em uma fase em que visões dicotômicas entre sociedade-cultura-natureza não mais se sustentam, incentivando estudos sobre as formas de manejo com base em relações complexas socioambientais fundamentadas na perspectiva holística e sistêmica (VELÁSQUEZ, 2012). Estas características se aproximam da complexidade presente em territórios, conformados por múltiplas territorialidades e usos

dos recursos presentes nos territórios. Compreender um sistema socioecológico (SSE) no âmbito das relações mantidas com o território exige entender a amplitude desse conceito, abarcado pelas várias dimensões que o constituem, tais como: relações ambientais, sociais, simbólicas, culturais, econômicas, políticas, de poder, etc. (VELÁSQUEZ, 2012).

A concepção de sistema socioecológico se dá à luz de uma perspectiva epistemológica baseada na visão sistêmica e holística, que aposta na inexistência de fronteiras e limites entre sociedade (humanos) e natureza (ecossistema). Nesse enfoque, a noção de sistema é um aspecto básico que orienta as inter-relações entre os elementos do ambiente, pois a alteração em um dos elementos traz consequência ao conjunto.

Nesta perspectiva, as tentativas de manejar recursos naturais sem considerar essa indissociabilidade tendem a não prosperar, pois são formas arbitrárias e artificiais que negam a complexidade das interações existentes na “vida” (BERKES *et al.*, 2003; MORIN, 2005; BERKES, 2005).

Para Buschbacher (2014), o sistema socioecológico é um sistema ecológico intrinsecamente ligado e afetado por um ou mais sistemas sociais. Um sistema ecológico pode ser definido como um sistema interdependente de organismos ou unidades biológicas; o sistema social tende a ser formado por relações cooperativas e interdependentes das pessoas que habitam um mesmo espaço, sendo que a interação entre o sistema social e ecológico apresenta propriedades emergentes, não se restringindo apenas à interação entre ambos sistemas.

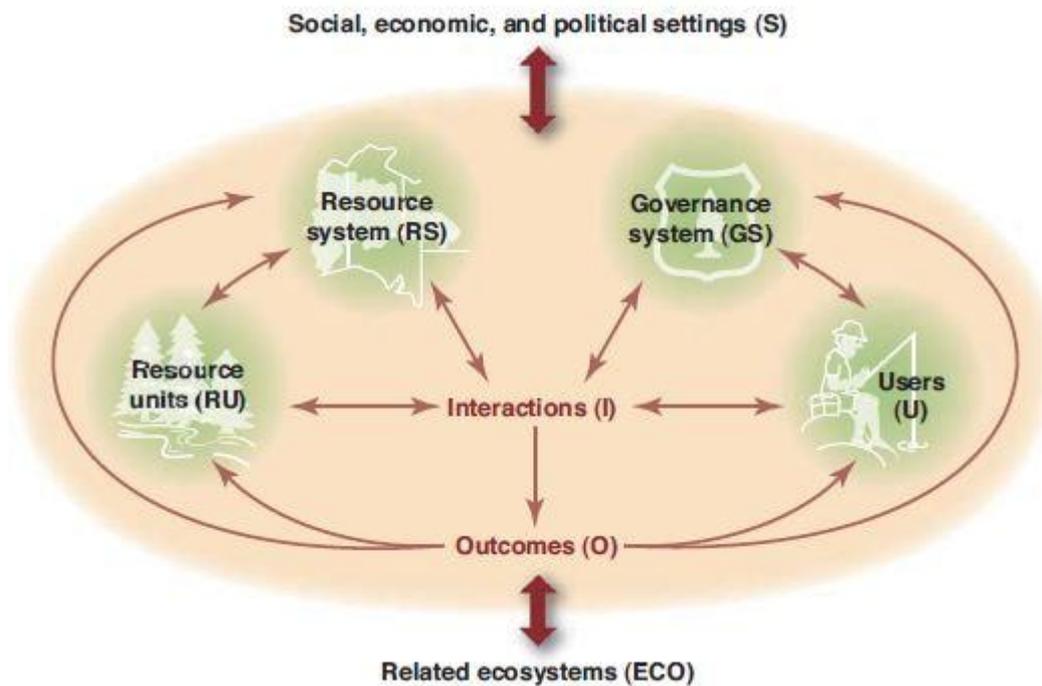
Em um território estão envolvidos diferentes sistemas socioecológicos que representam múltiplos grupos de interesse, cada qual imprimindo determinada territorialidade. Estas interagem a partir de múltiplos objetivos para o acesso a recursos biofísicos como água e biodiversidade disponibilizados nos territórios. Berkes *et al.* (2003) enfatizam as interações entre os ecossistemas, os conhecimentos (com reflexos nas práticas de gestão), e as instituições para análise de sistemas socioecológicos. Os autores demonstram quão tênues são as relações sociais e ecológicas que regem determinadas interações socioecológicas.

Ostrom (2009) apresenta um quadro analítico multinível para estudos dos sistemas socioecológicos<sup>21</sup>. Este esquema consiste em compreender a interação entre o sistema social e o ecológico a partir da subdivisão em quatro subsistemas (figura 03): as unidades de recurso, o sistema de recurso, os usuários e o sistema de governança.

---

<sup>21</sup> *Multilevel framework for analyzing outcomes achieved in SESs* (OSTROM, 2009, p.420).

Figura 3 - Quadro de análise (*framework*) de análise dos sistemas socioecológicos



Fonte: Ostrom (2009, p. 420).

Conforme este quadro de análise o sistema socioecológico se constitui nas interações existentes entre os subsistemas:

- a) Sistemas de Recursos que compreende determinado território, no caso desta pesquisa, uma aldeia indígena, Terra Indígena contendo florestas, animais, águas;
- b) Unidade de Recurso, contendo elementos naturais do ambiente acessados e manejados, como espécies da fauna e da flora de interesse específico (ex. alimentação, matéria-prima), plantas medicinais, animais silvestres, águas subterrâneas ou superficiais; etc.;
- c) Sistema de Governança pode ser representado pelo Governo ou outras instituições ou organizações envolvidas na gestão do território, aldeia/Terra Indígena, conforme se expressam as normas e regras de uso relacionadas ao espaço e recursos disponíveis;
- d) Usuários representam os atores sociais e seus interesses diversos quanto uso do território, como para o sustento, reprodução cultural, simbólica, recreação, econômica, comercial, evidenciando as territorialidades.

Estes subsistemas interagem entre si gerando resultados que retroalimentam os subsistemas, suscitando as dinâmicas dos sistemas socioecológicos. O sistema socioecológico é conformado pelas interações dos ecossistemas relacionados e pelas configurações sociais, econômicas e políticas que compõem um dado território.

Em relação à governança para Ostrom (1990; 2011) a governança está relacionada à capacidade de auto-organização de comunidades, em distintos locais e momentos, que pode dispensar, mas não necessariamente excluir, a intervenção de outros atores do mercado e do Estado. A autora acredita que esta capacidade de se auto-organizarem para gerir um recurso de uso comum pode ser efetiva, eficiente e estável ao ponto de evitar a escassez de tal recurso. É na governança que as regras, normas e estratégias que orientam comportamentos em meio às interações se formam, são aplicadas, interpretadas, reformuladas, conforme se desdobram os processos em que se buscam reconhecer as regras que estão em curso em um ambiente de ação coletiva.

De acordo com Bavaresco; Menezes (2014), a governança pode ser entendida como a condução de um processo com articulação e cooperação entre atores sociais e políticos em arranjos institucionais, envolvendo a participação da sociedade em torno de objetivos comuns em um dado território.

A próxima seção trata da noção de recursos comuns, a partir da abordagem teórico-metodológica de Ostrom (2009), com ênfase na caracterização da natureza intrínseca dos recursos e seus distintos regimes de apropriação.

#### 2.1.1.1 Recursos comuns e regimes de apropriação

A definição de “recurso” do ponto de vista ecológico refere-se a um determinado elemento (matéria, energia, espaço etc.) que apresenta atributo(s) para promover o curso de vida (crescimento, desenvolvimento, sobrevivência e reprodução) de um ou mais organismos vivos e que, ao ser utilizado, deixa de estar disponível para outro organismo (TOWNSEND *et al.* 2006). As Unidades de Recursos, que compõe um dos subsistemas propostos por Ostrom (2009), são, por exemplo, os alimentos, materiais para construção, espaço de moradia, etc. e suas características tais como taxa de crescimento, mobilidade, tamanho, interações entre os recursos, valores econômicos etc. (OSTROM, 2009; 2011). As variações na disponibilidade de recursos ecológicos em quantidade e qualidade no espaço-tempo são questões centrais em pesquisas ecológicas e socioecológicas, muito das quais com foco territorial (DIEGUES; MOREIRA, 2001; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

De acordo com Velásquez (2012), o território não se limita à porção de terra delimitada pela complexidade biofísica (relevo, condições ambientais, biodiversidade), mas, sobretudo, emerge no espaço construído socialmente (histórica, econômica, social, cultural e politicamente). Este autor fala da importante relação existente entre a dimensão geográfica e a ecológica como aspectos da biodiversidade. A biodiversidade envolve interações da diversidade da natureza e da diversidade sociocultural, que se transformam mutuamente, se configurando nos elementos naturais disponíveis para o manejo de grupos sociais.

De acordo com Cunha (2004), em distintos contextos de governança os recursos comuns, são manejados sob diferentes regimes de direitos de propriedade, articulados aos arranjos institucionais, construídos localmente em contextos históricos e ecológicos específicos, demonstrando experiências cooperativas para a resolução de problemas de manejo de recursos naturais, em especial de uso comum, sendo as regras formais e informais as facilitadoras ou não de uma bem-sucedida ação coletiva.

Para entender o conceito de recursos comuns, Ostrom (1990; 2011) destaca a importância de se distinguir a natureza intrínseca dos recursos, que é definida a partir dos seguintes atributos: a “excluibilidade (*excludability*) – dificuldade de excluir indivíduos dos benefícios de um bem; e subtraibilidade (*subtractability*) – relação entre os benefícios apropriados por um indivíduo e a disponibilidade do bem para os outros” (CUNHA, 2004, p.17). As características de “excluibilidade e subtraibilidade” permitem classificar os bens ou recursos em quatro tipos, conforme o quadro 1, resultando em quatro tipos básicos de bens e recursos, os bens públicos (*public goods*), privados (*private goods*), tributáveis (*toll goods*) e os recursos comuns (*common-pool resources*), conforme mostra o quadro 04.

Aqui cabe um parêntese: diferenciar o conceito de “recursos comuns” do conceito de “bens comuns”. Conforme Svampa (2016) os bens comuns podem ser entendidos como uma forma de ressignificação feita pelos movimentos sociais ao termo recursos naturais, na busca de deslocar a lógica mercantil capitalista dos recursos que a natureza oferece, pois são a garantia da sustentabilidade das vidas presentes em determinados territórios (SVAMPA, 2016). Nesse sentido, a palavra “comum” estaria vinculada ao caráter daquilo que é inalienável, compartilhado, pois se associa aquilo que é comunitário e desmercantilizar os recursos que a natureza dispõe para uso dos comuns, fortalecendo a perspectiva de “patrimônio natural, social e cultural, cujos valores transcendem qualquer preço” (SVAMPA, 2016, p.149).

Os recursos comuns possuem alta subtraibilidade do uso e alta dificuldade de exclusão dos indivíduos interessados, como, por exemplo, espécies da flora nativa em

florestas e campos, animais silvestres, peixes, águas superficiais e subterrâneas. Os bens privados se caracterizam pela relativa facilidade de impedimento de acesso dos indivíduos e pela alta subtraibilidade. Já os bens públicos, em oposição, são de difícil impedimento quanto ao acesso dos indivíduos possuindo baixa subtraibilidade. Cunha (2004, p.13) fazendo referência aos estudos de Olson (1995)<sup>22</sup> exemplifica um bem público como “a conservação de uma base comum de recursos naturais, mas que só pode ser alcançado pela ação coletiva do grupo de usuários destes recursos”, sendo que o “envolvimento nesta ação coletiva não é automático”. Os bens tributáveis se caracterizam pela facilidade de exclusão dos indivíduos e baixa subtraibilidade (OSTROM *et al.*, 1994; CUNHA, 2004), entretanto não ocorre a sobreposição entre bens privados e bens tributáveis, apesar de ambos possuírem facilidade de exclusão, a possibilidade de subtraibilidade é oposta.

**Quadro 4 - Quatro tipos básicos de bens e recursos**

		Subtraibilidade do uso	
		Baixa	Alta
Dificuldade de exclusão	Alta ou Difícil	Bens públicos	Recursos Comuns
	Baixa ou Fácil	Bens tributáveis	Bens privados

Fonte: adaptado de Grabher (2015)

Para fins de análise, os recursos de uso comum podem ser geridos sob quatro regimes de propriedade/apropriação: a propriedade comunal (gestão comunitária), a propriedade estatal, a propriedade privada, ou o livre acesso (ausência de regime de apropriação) (FEENY *et al.*, 2001; SEIXAS; BERKES, 2005), conforme mostra a quadro 05:

**Quadro 5 - Caracterização dos quatro regimes básicos de direito de apropriação**

Regime de propriedade/apropriação	Característica	Exemplo
Propriedade comunal	A apropriação dos recursos é feita pela comunidade de usuários interdependentes que regulam o acesso e uso interno, tendo poder de excluir usuários externos.	Terras/aldeias ocupadas por povos originários (Terras Indígenas não demarcadas), terras devolutas em que vivem comunidades tradicionais.
Propriedade Estatal	O Governo tem exclusividade sobre os direitos dos recursos, tendo poder de decisão sobre o acesso/uso dos recursos e forma de exploração. Possui poder coercitivo de	Unidades de Conservação, Terras Indígenas, projetos de assentamentos de reforma agrária, concessões florestais, rodovias, etc.

<sup>22</sup> OLSON, M. The logic of collective action: public goods and the theory of groups. Harvard: Cambridge: Harvard University Press, 1995.

Regime de propriedade/apropriação	Característica	Exemplo
	imposição.	
Propriedade Privada	Os direitos de acesso e uso dos recursos pertencem a um proprietário individual ou corporação, que pode excluir terceiros na regulação e exploração de recursos. São direitos exclusivos e transferíveis.	Propriedades particulares e assentamentos de reforma agrária ao final do projeto (quando o título da terra é transferido ao assentado).
Livre acesso	O direito de propriedade é ausente. Acesso aos recursos sem regulação e aberto a todos interessados.	Terras em que existe a incerteza em relação a quem pertence (podem ser propriedades particulares e estatais, mas em alguns casos o acesso a exploração dos recursos se dá livremente.

Fonte: Adaptado de Cunha (2004).

Neste contexto, complementar ao regime de propriedade/apropriação os recursos estão sujeitos a diferentes direitos sobre a propriedade, conforme mostra o quadro 6:

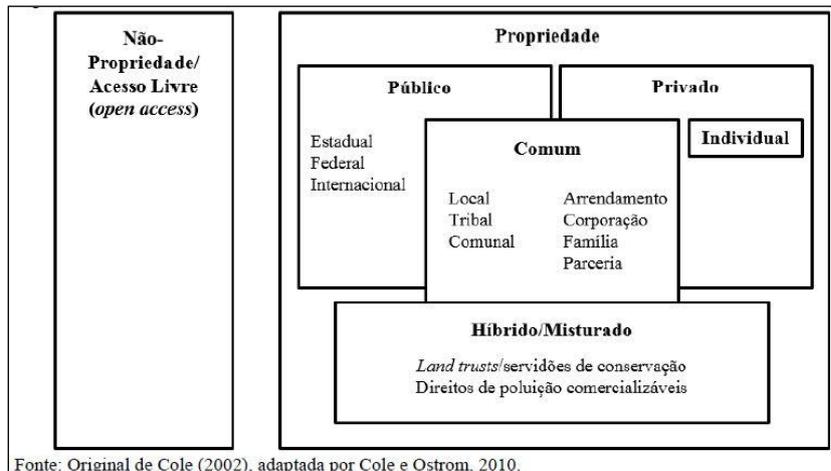
**Quadro 6 - Direitos de propriedade sobre o recurso**

Direitos sobre a propriedade do recurso	Característica
Acesso ( <i>entry</i> )	Direito de entrar/acessar no/o recurso.
Exploração ( <i>withdraw</i> )	Direito de colher e tomar algumas unidades de recurso para fora do sistema de recurso.
Manejo ( <i>management</i> )	Direito de regular os padrões internos de uso, transformando o recurso, fazendo melhorias.
Excluir usuários ( <i>exclusion</i> )	Direito de determinar quem mais terá direito a acessar/usar o recurso e como esse direito pode ser transferido.
Alienar o bem ( <i>alienation</i> )	Direito permanente (ou por um determinado período de tempo) de vender um ou mais dos quatro primeiros direitos.

Fonte: Cole; Ostrom (2010).

Geralmente, em situações empíricas estes tipos ideais de regime se sobrepõem e os recursos de uso comum são manejados de maneira mista/combinada, como por exemplo, por meio da governança e da gestão compartilhada. A figura 04 demonstra a sobreposição de regimes de propriedade:

**Figura 4 - Tipos ideais de regime sobrepostos e recursos de uso comum manejados de maneira mista, combinada**



Fonte: Original de Cole (2002), adaptada por Cole e Ostrom, 2010.

Fonte: Grabher (2015).

Neste contexto, as Terras Indígenas são um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. A TI não é criada, mas sim reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, conforme os termos da CF 1988, pois o procedimento administrativo de demarcação de TI é meramente declaratório. Por isso, as TI exemplificam a sobreposição de direitos de regimes de propriedade, podendo ser classificadas como propriedade comunal e propriedade estatal, pois são terras de direito originário, pré-colonial e de gestão comunal, mas que ao passarem pela regularização fundiária passam a pertencer à União, conforme artigo 231/CF 1988, apesar de serem de usufruto exclusivo dos indígenas. Por serem terras da União, pressupõe-se que tenham maior segurança fundiária e que o Estado seja co-responsável pela gestão/manutenção dos recursos na terra.

A próxima seção faz uma relação conceitual das interações socioecológicas e a resiliência em conexão com o manejo sustentável dos recursos comuns.

#### 2.1.1.2 Interações socioecológicas e resiliência

A abordagem do sistema socioecológico (SSE) também está associada à teoria da resiliência que contribui para enxergarmos a complexidade dos sistemas, sua dinamicidade e não linearidade. Nessa perspectiva, nenhum ator tem o poder de direcionar a dinâmica de um sistema, pois não existe certeza de como um sistema vai responder a cada ação. Tal compreensão conduz à humildade, mas não à resignação.

Significa que ao invés de maximizar um único fator, faz-se necessário se preparar para possíveis cenários futuros, de modo a aumentar a resiliência geral (adaptação, aprendizagem e auto-organização) ou capacidade adaptativa (BUSCHBACHER, 2014, p.20).

Conforme Folke (2006), a resiliência dos sistemas socioecológicos está baseada na gestão da capacidade dos sistemas socioecológicos lidarem com mudanças inesperadas, se adaptarem às alterações e moldarem as modificações. A resiliência pode ser entendida como a capacidade de um sistema em absorver choques, se adaptar ao inesperado, ao imprevisível, mantendo sua função a um determinado meio (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

O conceito de resiliência também diz respeito às formas de organização coletiva, como os modos de fazer a gestão de conhecimentos locais, organizações de coletivos no acesso a recursos da biodiversidade, a construção de relações políticas etc. que juntos formam a chamada resiliência socioecológica, baseada em relações de reciprocidade e interdependência, em que aspectos sociais e ecológicos estão plenamente interligados (GONÇALVES, 2016).

A abordagem da resiliência investiga como ocorrem as interações entre as pessoas e a natureza, as sociedades e os ecossistemas, o social e o ecológico, ou seja, o sistema socioecológico. Simonsen *et al.* (2015) avaliam fatores sociais e ecológicos que aumentam a resiliência dos serviços ecossistêmicos produzidos, apresentando para isto sete (7) princípios considerados cruciais para manutenção da resiliência em sistemas socioecológicos<sup>23</sup>. Tais princípios são apresentados no quadro 07:

**Quadro 7 - Sete princípios da resiliência**

(1) Manter a diversidade e a redundância	Está relacionado a práticas de manutenção da diversidade de espécies (vegetais, animais), de sistemas de conhecimentos, manejos, culturas, de formas de organização cultural, mercados, entre outras. A ideia de redundância está ligada à precaução, à redução de riscos, pois a diversidade amplia as possibilidades de se reorganizar diante de fatores negativos imprevistos;
(2) Manejar a conectividade	Diz respeito à estrutura e força com que os recursos, espécies ou atores se dispersam, migram ou interagem através de caminhos que se interligam, habitats ou domínios sociais. São as redes, as relações que promovem conectividade e podem facilitar a recuperação após distúrbio. A conectividade pode influenciar a resiliência dos serviços ecossistêmicos de várias maneiras. Entretanto, tais conectividades podem ser tanto positivas quanto negativas, pois altos níveis de conectividade podem facilitar a recuperação após perturbações, mas também podem espalhar

<sup>23</sup> Nesta pesquisa de tese, o quadro dos sete princípios da resiliência foi usado unicamente como ferramenta metodológica para caracterizar o sistema socioecológico *Mbya Guarani* no litoral do RS, dando visibilidade as dinâmicas em que estão envolvidos nesta porção do *Yvy Rupá* e que proporcionam condições, mesmo diante de adversidades, de manterem e fortalecerem espaços com ambientes para viverem o *mbya reko* (modo de ser).

	distúrbios rapidamente;
(3) Manejar variáveis lentas e retroalimentação	Diz respeito às diferentes maneiras que as variáveis de um sistema se conectam e interagem entre si e as respostas que apresentam em relação à manutenção de serviços ecossistêmicos em sistemas socioecológicos. O principal desafio da gestão de variáveis lentas é identificar aquelas que mantêm os regimes socioecológicos e produzem serviços ecossistêmicos desejados, identificando onde se encontram os limiares críticos que promovem reconfiguração do sistema;
(4) Promover pensamentos e ideias de sistemas adaptativos complexos	Exige afastamento de pensamentos reducionistas, para enxergar a complexidade presente em contextos sociais e ecológicos, as várias conexões que acontecem ao mesmo tempo em diferentes níveis. São as interações e dinâmicas muitas vezes complexas que criam melhores condições para a resiliência de sistemas socioecológicos;
(5) Promover o aprendizado	Diz respeito ao contínuo processo de aprendizado que se dá por meio da observação, experimentação, busca de informações, pois em meio às contínuas mudanças sociais e ecológicas o conhecimento é sempre incompleto, exigindo esforços e disposição na busca de novos conhecimentos, para melhorar a resiliência dos sistemas socioecológicos;
(6) Aumentar a participação	Diz respeito ao ativo engajamento e participação das pessoas envolvidas para a construção de um sistema socioecológico resiliente. Isto contribui para a melhoria da legitimidade e confiança dos envolvidos em situações de tomada de decisão. Além disso, expandindo a diversidade de conhecimentos ajuda a detectar e interpretar perturbações no sistema;
(7) Promover sistemas de governança policêntricos	Diz respeito a um sistema de governança policêntrico, em que múltiplos órgãos interagem para discussão de regras, decisões, encaminhamentos, dentro de uma arena política específica. Considerado um dos melhores caminhos para alcançar a ação coletiva diante de perturbações e mudanças, pois promove a participação democrática e divide decisões. Este tipo de governança contrasta com estratégias monocêntricas, pois a governança policêntrica amplia as condições dos sujeitos de afirmarem seus direitos e necessidades, melhorando a resiliência dos serviços ecossistêmicos em sistemas socioecológicos. Este último princípio coincide perfeitamente com os princípios apresentados anteriormente, pois promove oportunidades de aprendizagem e experimentação, permitem níveis amplos de participação, melhora a conectividade, contribui para minimizar e corrigir erros na governança, por exemplo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Simonsen *et al.* (2015). Tradução livre da autora.

Neste sentido, a resiliência dos SSE, que são sistemas complexos adaptativos, é condição inexorável de sustentabilidade em longo prazo de tais sistemas. Apesar do grau de complexidade e a inexistência de linearidade ou previsibilidade, estes sistemas são imprevisíveis, conforme os ciclos adaptativos existentes em suas dinâmicas. Com base na perspectiva ecológica de “ciclos adaptativos” de Holling (1973, 1992) mais tarde aplicados à análise de SSE (HOLLING, 2001; WALKER *et al.*, 2002), afirma-se que os sistemas adaptativos complexos possuem natureza evolutiva, estudada por Holling (2001) como “panarquia”, que explicam a estrutura hierárquica em que os SSE seguem intermináveis ciclos adaptativos de crescimento, acumulação, reestruturação e renovação. Neste sentido, de acordo com Holling (2001), a identificação destes ciclos e suas escalas fortalecem a resiliência do sistema provendo diretrizes para o manejo sustentável.

A próxima seção apresenta o papel dos atores enquanto usuários de recursos comuns em meio a interações socioecológicas e dinâmicas territoriais, nas quais estão presentes as instituições atuando na governança, ressaltando o reconhecimento da sociodiversidade nesse processo.

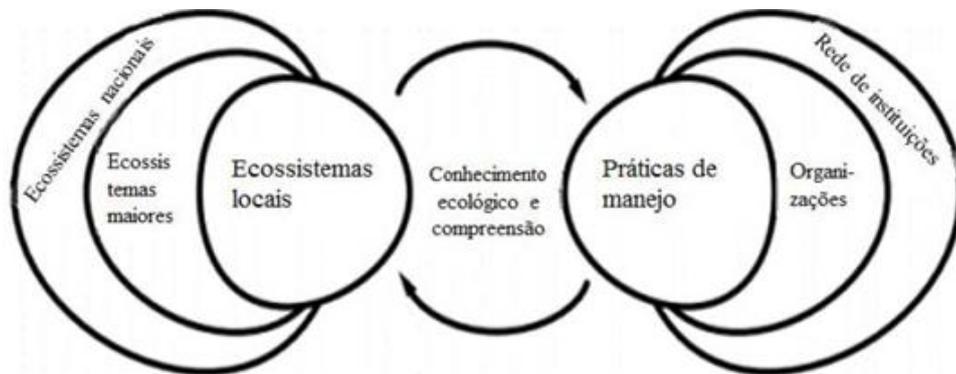
### **2.1.2 Atores e governança no sistema socioecológico**

A abordagem desenvolvida por Berkes; Folke (1998) buscou considerar as dimensões social e ecológica com os mesmos pesos, ao analisar um SSE. Para estes autores, os sistemas sociais se incluem dentro dos ecossistemas (ODUM, 1989), visão também compatível com a ecologia humana e com modos de vida de povos originários/indígenas que se consideram parte intrínseca à natureza, interdependentes. Este aporte contribuiu muito para a evolução da teoria, que passou a integrar múltiplas escalas, passando a analisar a governança de múltiplos recursos comuns e seus grupos de usuários, em escalas regionais e globais (OSTROM *et al.*, 2002, DIETZ *et al.*, 2003; DOLSAK; OSTROM, 2003; BERKES, 2006).

O território é estruturado e organizado em sua espacialidade por meio de relações entre os seres humanos e os demais elementos que contêm. Esta estruturação e organização dependem de um conjunto de fatores que afetam a distribuição espacial das atividades humanas e incidem na apropriação e transformação do espaço. O território é construído por meio das atividades espaciais dos agentes que operam em diversas escalas (VELÁSQUEZ, 2012).

Velásquez (2012) explica que o território é uma rede, um tecido que articula componentes físicos, processos ecológicos e sociais históricos que delineiam sua configuração sistêmica e relações de dependência, proximidade, propriedade, ingerência, informação, etc. Resulta então das relações entre ser humano e natureza, que se manifestam em processos sincrônicos e diacrônicos complexos. O território é um complexo de interconexões, onde as relações, eventos, fenômenos, dinâmicas e processos são reciprocamente interdependentes e se retroalimentam. A figura 5 ilustra estes movimentos de interações que retroalimentam o sistema socioecológico.

**Figura 5 - Interações entre ecossistemas, conhecimento ecológico e instituições para análise de sistemas socioecológicos**



Fonte: Berkes *et al.* (2003).

O papel das instituições e a dificuldade delas se manterem eficientes diante de interesses diversos têm causado situações conflituosas. Desse modo, dentre os enfoques considerados para análise de sistemas socioecológicos está o da perspectiva institucional. Os arranjos institucionais têm como foco o estudo da governança para o manejo efetivo dos recursos naturais, buscando entender como as instituições atuam e como os indivíduos modificam as suas próprias instituições (OSTROM, 1990; 2011).

A abordagem dos Sistemas Socioecológicos emerge na década de 1990, a partir dos estudos de Elinor Ostrom, desde a década de 1970, os quais foram realizados em contraposição aos efeitos do polêmico artigo intitulado “Tragédia dos Comuns” (*The tragedy of the commons*, HARDIN, 1968). Este versa sobre a inevitável “superexploração de áreas de pastagens num hipotético sistema de recursos comuns na Inglaterra medieval” (BERKES, 2005): o pasto em uma área comunal. Nesta situação, a degradação intensiva e irreversível do pasto se daria frente à ambição de pastores em aumentarem seus ganhos individuais pelo aumento de seu rebanho. Hardin analisou o pasto, enquanto um recurso comum limitado, em um cenário em que a observação da capacidade de carga sobre este recurso indicava o seu manejo inadequado e conseqüente extinção.

Estes resultados foram extrapolados para a relação da sociedade com os recursos comuns, destacando a contradição entre a racionalidade individual e coletiva, incentivando os regimes de propriedade privada e estatal como aqueles que conservam os recursos comuns necessários à sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, à sobrevivência das sociedades ao longo do tempo. Historicamente os argumentos de Hardin (1968) passaram a compor as estratégias de planejamento de uso dos recursos e orientar estudos ambientais e das ciências econômicas, ecológicas e políticas, influenciando a formulação de políticas de manejo de

recursos (FEENY *et al.*, 2001, p.18). De acordo com Ostrom esta abordagem constrói uma “visão pessimista e depreciativa da perspectiva humana” e justifica racionalizar o controle do governo central ou a privatização de todos os bens comuns (OSTROM *et al.*, 1999: 278).

A cientista política Elinor Ostrom (2009), orientada pela corrente do novo institucionalismo, trouxe contraposições importantes ao debate proposto por Hardin enfatizando a complexidade presente em sistemas de gestão de recursos comuns. Sob a ótica do novo institucionalismo, a autora trouxe questionamentos quanto à evolução das instituições frente a incentivos, estratégias e escolhas individuais; e ainda como estas instituições interferem no desempenho dos sistemas político e econômico no contexto dos recursos comuns (CUNHA, 2004).

Este corpo de reflexões, a partir de debates críticos nos campos da teoria do novo institucionalismo e da abordagem da escolha racional, iniciados nos anos de 1960, culminou na década de 1980 na Teoria dos Recursos de Uso Comuns (*common property theory*) (OSTROM, 1990; SEIXAS; BERKES, 2005). Esta teoria oferece um modelo analítico e explicativo de experiências de grupos de usuários e comunidades envolvidas no manejo de recursos comuns, a partir de estudos realizados nos últimos 30 anos que documentaram, em pormenor considerável, a capacidade de auto-organização e auto-regulação das comunidades para resolver os problemas de exclusão e subtração dos recursos comuns (BERKES, 2006). Esta abordagem analisa o papel das instituições na regulação do acesso e uso de recursos comuns, a fim de transcender os dilemas da ação coletiva (CUNHA, 2004, p. 19), contribuindo para o referencial desta tese na medida em que permite visualizar a relação dos grupos sociais com os sistemas de recurso e de governança, a partir da perspectiva do grupo.

De acordo com Berkes (2006) a teoria tem sofrido grandes transformações ao longo dos anos, passando do modelo simplista da "tragédia dos comuns" para sistemas comunitários de pequena escala como campo de estudo para investigar a auto-organização e a autogestão (Ostrom 1990). Resultado desse debate foi a retificação da visão inicial de Hardin na década de 1960, em outro artigo (HARDIN, 1994), em que ele distingue “recursos comuns não manejados (sem proprietários), sujeitos à tragédia, e recursos comuns manejados (com proprietários)” (McKEAN; OSTROM, 2001, p.81).

Ao longo da evolução da teoria, frente aos desafios do entendimento das múltiplas dimensões em torno do manejo de recursos por grupos sociais, há a aproximação com a abordagem dos Sistemas Socioecológicos. Desde a década de 1980, pesquisadores de diferentes disciplinas (biólogos, ecólogos, antropólogos, engenheiros florestais, geógrafos, historiadores, sociólogos rurais, economistas, cientistas políticos) passaram a desenvolver a

abordagem dos sistemas socioecológicos vinculadas ao manejo de recursos comuns. De acordo com Ostrom (1990) e Cunha (2004), até a década de 2000 predominaram as análises dos regimes de propriedade e das instituições locais, com base em referenciais teóricos do novo institucionalismo e da abordagem da escolha racional. Na transição para o século XXI novas referências surgem a partir de pesquisas que buscam agregar à teoria dos recursos de propriedade comum o reconhecimento do manejo sustentável de recursos de base comunal, lançando luzes às condições em que ações sustentáveis de manejo ocorrem ou são possíveis em meio a sociodiversidade, ao invés de reforçar o inexorável desaparecimento dos recursos comuns (DIEGUES; MOREIRA, 2001; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

A seção que segue trata da governança e ação coletiva tecida por meio das redes de pluralidades contemporâneas.

## 2.2 A GOVERNANÇA E A AÇÃO COLETIVA: AS REDES DE PLURALIDADES

A governança envolve “atores sociais, agentes governamentais vinculados a instituições, regras e procedimentos para tomada de decisão quanto às formas de uso dos recursos” (CAMPOS; FRACALANZA, p. 368), envolvendo sociedade civil e Estado nos territórios. De acordo com Nogueira (2003) por não haver compreensão consensual sobre o termo sociedade civil, ele serve tanto para alimentar forças de oposição ao capitalismo, como para delinear estratégias de inserção no mercado ou para formular e propor programas de democratização no campo das políticas públicas.

As relações sociais de diferentes sociedades são regidas pelas instituições formais e informais, as quais conformam o capital social disponível em determinados territórios. As instituições constituem o conjunto de regras formais e informais, indicando “[...] os pode ou não pode [...]” reconhecidos em determinadas situações entre um grupo social (TUCKER; OSTROM, 2009, p. 110).

Estudos recentes vêm comprovando a ineficiência da gestão ambiental ou de recursos naturais realizadas somente a nível local ou somente por um nível mais elevado, em que existe a centralização de decisões (BERKES, 2005) e ausência de diálogos. A confiança entre os indivíduos envolvidos na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos comuns também é uma variável importante (OSTROM, 2011).

As decisões e ações dos usuários dos recursos de uso comum para apropriar-se deles e provê-los para a manutenção do sistema de recursos de uso comum são as de indivíduos mais ou menos racionais em situações complexas e incertas. A escolha da conduta de um

indivíduo em qualquer situação particular depende de conhecer, considerar e avaliar os custos e benefícios de suas ações, assim como a percepção dos vínculos destas ações com resultados que também incluem uma mistura de benefícios e custos. A organização dos usuários para uma ação coletiva, relacionada com os recursos comuns, é uma tarefa incerta e complexa. A incerteza tem várias fontes externas, sendo uma das causas fundamentais a falta de conhecimento. É preciso entender a estrutura do sistema de recursos, seus limites e suas características internas. A estrutura de um sistema de recursos pode ser consequência de um uso extensivo, de observações cuidadosas e prolongadas. O modo de ação dos apropriadores afeta o sistema de recursos, a produção de unidades de recurso e suas consequências (OSTROM, 2011).

Para Berkes (2005, p.293) as instituições de gestão de diferentes níveis necessitam atuar de maneira conjunta, conectadas a partir das “interações que permeiam as diversas escalas” iniciando no nível local, pois assim os fatores que impedem a sustentabilidade ambiental passam a ser tratados de modo simultâneo (não isoladamente), articulando os diferentes níveis de gestão.

Conforme Berkes (2005), quando instituições locais são substituídas por instituições centralizadas, ocorrem com frequência mudanças na maneira de se utilizar o conhecimento para fins de gestão. Este autor, citando Williams e Baines, (1993) e outro trabalho de própria autoria (BERKES, 1999), argumenta que,

Instituições locais tendem a fazer uso do conhecimento popular – por vezes denominado conhecimento local, conhecimento indígena, ou conhecimento ecológico tradicional – ao passo que agências de gestão centralizada tendem a usar práticas científicas internacionalmente aceitas e, com frequência, desconsideram os conhecimentos e as práticas locais (BERKES, 2005, p.299).

Para o mesmo autor um dos principais impactos provocados pelas instituições governamentais sobre as instituições locais é a mudança nos sistemas de conhecimento, pois ao interferir na gestão de recursos de uso comum, influenciam na capacidade de controle local sobre a utilização dos recursos, solapando não só sistemas de conhecimento, mas também as instituições locais (BERKES, 2005).

A partir do momento em que o governo reconhece as regras locais desenvolvidas, as instituições comunitárias ampliam as condições para assegurar o seu cumprimento. Porém, críticos salientam que muitas pesquisas referentes sobre uso de recursos comuns concentram-se em analisar as instituições situadas em nível local, excluindo o mundo externo que as impacta e configura. Apesar dos impactos gerados por instituições situadas em níveis

superiores permearem essas pesquisas, atualmente, se desconsidera que a gestão dos recursos possa ser realizada de maneira transescalar, com instituições de maior abrangência apoiando, interagindo, interferindo nos processos de abrangência local ou nacional, por meio de mecanismos diversos (BERKES, 2005).

Dentre os formatos de instituições que potencializam e asseguram a viabilidade de conexões transescalares está o da gestão compartilhada ou cogestão, que articula por meio de diversas parcerias a gestão realizada no nível local à gestão realizada no nível governamental, buscando a integração de ambas. Esse modelo tem avançado em várias partes do mundo, nos setores da pesca, fauna silvestre e florestas (caça e extrativismo), buscando a redução de conflitos por meio de acordos de cogestão (BERKES, 2005).

Por meio dos arranjos institucionais a governança é fortalecida, conduzindo processos de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos, envolvendo a participação da sociedade em torno de objetivos comuns. A construção “desde baixo” de políticas públicas promotoras de ambientes voltados a promover ações coletivas demonstrou avanços nas últimas décadas, por exemplo, no que tange políticas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas no Brasil (BAVARESCO; MENEZES, 2014).

A temática da ação coletiva está inserida no âmbito da ação dos atores sociais. De acordo com Melucci *apud* Alonso (2009) os atores constroem a ação coletiva na medida em que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum e tomam decisões. De acordo com Conti (2016) a conformação da ação dos atores sociais está atrelada às condições contextuais e seu potencial de incidências, de acordo com a perspectiva estrutural e institucional.

Os estudos da ação coletiva estão reconhecendo a complexidade para resolver dilemas sociais, compreendendo não ser possível "resolver" todos eles, ainda mais em sociedades complexas como a contemporânea (CONTI, 2016). Nessa perspectiva os movimentos sociais são os atores protagonistas dessa ação. De acordo com Alonso (2009) o termo “movimentos sociais” foi cunhado na década de 1960 para designar as manifestações nas ruas demandando mudanças pacíficas, sem interesse em assumir o poder do Estado. Nesse período vieram à tona os movimentos empenhados em torno de definições de qualidade de vida, como o movimento “faça amor, não faça guerra”. Esses movimentos configurados como “novos movimentos sociais” se sustentam em uma luta simbólica não mais motivados por questões redistributivas:

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (HABERMAS, 1981, p. 33 *apud* ALONSO, 2009)<sup>24</sup>.

Na década de 1960, esses movimentos se estabeleceram a partir de um contexto de “crise do Estado e de seus padrões vigentes”, onde “inauguraram novas e complexas formas de relação”, que não se reduzem à integração ao mercado ou ao estatismo, construindo uma cultura política democrática e participativa “em campos de tensões” (COSTA, 1994), onde sociedade civil e Estado interagem nos processos de tomada de decisões de interesse público, como àquelas que ocorrem nas políticas públicas (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

Entre as formas de ação coletiva encontram-se as redes de pluralidades, que conforme Pablo Quintero (2017)<sup>25</sup> provocam a pluralização da ideia de Bem Viver<sup>26</sup>, onde movimentos sociais apresentam um conjunto de diversas dinâmicas populares fazendo seus projetos políticos, econômicos e de reivindicações ambientais e territoriais, que aos poucos vem sendo traduzidos em linguagem compatível com a de políticas públicas tendo visibilidade na sociedade. Assim como o contexto do *main stream* apresenta um conjunto de dinâmicas políticas econômicas, capitalistas, coloniais, imperiais.

Estes projetos políticos estão sendo desenvolvidos por povos indígenas, camponeses, pequenos produtores, quilombolas, pescadores, estudantes, trabalhadores, mulheres, entre outros. Estes grupos organizados estão construindo alternativas de sustentabilidade econômica e política, sugerindo outras formas de produção e intercâmbio cultural, social e econômico, e ainda que não se auto reconheçam, podem ser consideradas como iniciativas que colocam em prática a perspectiva de “Bem Viver”. Estas iniciativas podem ser chamadas de redes de economia solidária, comércio justo, cooperativismo, redes de agroecologia, redes de apoiadores a movimentos de retomadas de terras, etc., podem ser inseridas na categoria do Bem Viver em um debate mais amplo.

Neste sentido, Pablo Quintero (2017) sugere pensar em “Bens Viveres”, onde muitas práticas de democratização do poder, de alternativas econômicas poderiam ser classificadas como discursos e práticas em “Bens Viveres”, fortalecendo uma rede de articulação política,

<sup>24</sup> Habermas, J. 1981. “*New social movements*”. Telos, New York, nº 49.

<sup>25</sup> Palestra proferida no 7º Salão Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Mesa redonda 2: Perspectivas do Bem Viver a luz de reflexões teóricas do pós-colonialismo e do pós-desenvolvimento. 26/10/2017, Tapes, RS.

<sup>26</sup> Apresentada na seção 2.3 completar

discursiva, subjetiva, onde possamos seguir um conjunto de propostas já existentes no mundo, desde antes da modernidade, e que tem resistido às pressões da modernidade e do capital, ou que tenham ressurgido a partir das próprias crises do capitalismo e dos projetos autoritários de colonização.

A próxima seção, sob enfoque antropológico e geográfico, contextualiza o cenário da dinâmica e interações presentes no sistema socioecológico *Mbya* Guarani no âmbito do *Yvy Rupá* (território tradicional, onde se expressa a territorialidade originária Guarani), a fim de relacionar o conceito de território à complexidade de pensar as interações existentes entre o sistema social e ecológico que conduz o uso e ocupação do espaço no tempo por povos originários como os *Mbya*.

### **2.2.1 A dinâmica da interação do sistema socioecológico em território *Mbya* Guarani**

Para esclarecer como compreender o “*Yvy Rupá* – onde se assenta o mundo” em relação às categorias territorialidade e território em articulação com os estudos da Geografia e Antropologia, Ladeira (2008, p.86) discute a dinâmica do espaço geográfico *Mbya* Guarani. Conforme Ladeira (2008), os *Mbya* concebem o seu “mundo” (terra) no plano terrestre a partir da localização das suas aldeias (*tekoá*) que seriam o suporte e estrutura desse mundo/território. Ao falar em território tradicional para os *Mbya* é preciso abster-se da ideia de limites físicos das aldeias, de trilhas/caminhos, mas associar o território à “noção de mundo que implica a redefinição constante das relações multiétnicas, no compartilhar e dividir espaços”. O domínio do território se dá pelas redes de reciprocidade que envolve complexos geográficos contínuos e/ou próximos na abrangência desse mundo, conforme se dá a “especialidade Guarani”. Trata-se de um território assentado sobre um espaço usado e construído cotidianamente, onde as aldeias não sobrevivem isoladas uma das outras, fortalecendo a dinâmica da manutenção sociocultural que caracteriza a dimensão territorial *Mbya* Guarani (LADEIRA, 2008, p. 99-100).

*Yvy Rupá* - “a terra em que pisamos; uma só terra” - (MORINICO, 2010) é o termo usado pelos *Mbya* para referenciar o seu território a partir de conhecimentos específicos e “cosmo-ecológicos” dos ambientes que usufruem e que expressam “parte da sua territorialidade continental” (SOUZA, 2008, p. 22). Morinico (2010, p. 21) complementa que os *Mbya* ao falarem de espaço estão falando “da vida, do conviver, do modo de ser e do caminhar, que faz parte desse modo de ser”, do *Yvy Guatá* (*Yvy* = terra; *Guatá* = andar/caminhar) que é uma forma de viver, de livre circulação, assim como a água que não

pára, como o sol como a lua que estão em constante movimento. É no *Yvy Rupá* que a territorialidade *Mbya* Guarani se manifesta.

Na cosmo-ecologia *Mbya*, a Região Platina se expressa em quatro grandes unidades geográficas, que vai do interior do continente ao litoral atlântico: *Yvy Mbyté* (centro do mundo – Paraguai); *Para Miri* (mesopotâmia Paraná-Uruguaí, atual Província de Misiones, Argentina); *Tape* (caminho tradicional parte oriental do rio Uruguaí); *Pará Guaçu* (grande água - oceano Atlântico), conforme mostra a figura 06. Tais unidades cosmo-ecológicas ainda são referenciadas pelos *Mbya* quando expressam a geografia correspondente ao seu mundo (SOUZA, 2008, p. 23).

**Figura 6 - Quatro unidades geográficas e cosmo-ecologia *Mbya* Guarani**



Fonte: Adaptado de Souza (2008).

As disputas coloniais causadoras da divisão do território originário *Mbya* Guarani foram incapazes de apagar totalmente as toponímias geográficas que revelam na língua Guarani os nomes de rios, lugares, feições geográficas, denominadas outrora pelos verdadeiros donos da terra. Fronteiras políticas criadas pelos Estados nacionais não dizem respeito ao modo de vida Guarani, um território transfronteiriço e constantemente atualizado no movimento, fundamentado na cosmo-ecologia (SOUZA, 2008).

A noção de cosmo-ecologia usada por Souza (2008) se assemelha ao termo “ecocosmologia”, citado no documento de “Orientações básicas para a caracterização ambiental das Terras Indígenas em estudo” (FUNAI, 2013), que com mais clareza explica esta noção,

A ecocosmologia expressa uma complexa concepção a respeito da origem e das relações entre todas as coisas que existem no mundo. Os mitos e narrativas, expressões da cosmologia indígena, descrevem a origem dos humanos e não-humanos, as relações ecológicas entre animais, plantas e outros elementos da paisagem, a origem dos sistemas produtivos e das técnicas, a metamorfose simbólica de seres humanos em animais, a razão de ser de certas relações sociais importantes, além de indicar onde se encontram divindades, fenômenos atmosféricos e geográficos, animais e plantas, montanhas, rios, espíritos, ancestrais, entes sobrenaturais benévolos e malévolos (FUNAI, 2013).

Conforme afirma Souza (2009, p.277), os *Mbya*, assim como outros “povos autóctones nativos das Terras Baixas sul-americanas, sempre viveram em regime de circulação sazonal entre aldeias e acampamentos”. Seguindo o ritmo dos ciclos ambientais anuais, deslocavam seus núcleos de produção em uma ampla área de domínio, abrindo novas aldeias ou regressando para aldeias pré-existentes, habitadas por gerações. Estudos arqueológicos (Tupi guarani arqueológico) revelam a estabilidade de algumas aldeias ao longo das margens férteis dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e afluentes, mas que foram os primeiros espaços invadidos pelos colonizadores espanhóis. O mesmo autor explica que,

Esses autóctones eram sofisticados cultivadores pelo sistema de roças, possibilitando que a força econômica centrífuga – autarquia que move os núcleos de produção doméstica – fosse contrabalançada pela sustentação de relações de redistribuição econômica centralizadas por grandes chefes (*mburuvichá*) (SOUZA, 2009, p.277).

Desse modo, a configuração do território *Mbya* é mantida pela localização das suas aldeias em um vasto espaço geográfico transfronteiriço, que transpassa as atuais fronteiras nacionais entre o Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil. Trata-se de um “território comum” aos *Mbya*, que não equivale ao das sociedades nacionais (LADEIRA, 2008).

Conforme Garlet (1997, p.17) fontes documentais e história oral contribuem para visualização do que seria o território original *Mbya* “em região específica do Paraguai Oriental”, onde se localiza o *Yvy Mbyte* (Centro da Terra/Centro do Mundo), revelando um referencial mítico-geográfico. Trata-se de território de domínio não exclusivo, por vezes dividido, disputado com outros grupos étnicos, onde se vivia entre a “tensão e a tranquilidade”. Para Garlet (1997), os deslocamentos dos *Mbya* fazem parte da ampliação de um território original (Paraguai Oriental), resultante dos históricos eventos de contatos. Nesse processo há uma reelaboração do território *Mbya*, de uma perspectiva de território contínuo, usado de modo circular, a “território aberto, descontínuo e sem fronteiras definidas, razão pela qual pode ser continuamente ampliado a partir da incorporação de novos espaços” (GARLET, 1997, p.22).

O *Yvy Rupá* é formado por incontáveis pontos de passagens, acampamentos e centenas de *tekoá* interligadas por redes de parentesco, implicando constante reciprocidade entre as famílias (LADEIRA, 2008). Ladeira (2008, p. 97), afirma que a noção de território para os *Mbya*, “associa-se a noção de mundo” estando “vinculada a um espaço geográfico onde desenvolvem relações que definem um modo de ser, um modo de vida” específico, pois, “para os Guarani a questão do território contém a perspectiva da manutenção do seu mundo, ou está nela contida” (LADEIRA, 2008, p. 27). Em linhas gerais o Brasil se insere em uma porção do *Yvy Rupá* que coincide com o bioma Mata Atlântica.

Conforme Raffestin (1993 *apud* Ladeira, 2008, p. 86) “toda sociedade necessita de um campo operatório de ação e a prática espacial induzida por um sistema de ações e de comportamentos, se traduz por uma porção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede”. Nesta leitura pode-se exemplificar a situação dos *Mbya* que estabelecem suas “redes a partir de sistemas de ações que envolvem seus *tekoá* (aldeias)” (LADEIRA, 2008, p.87).

Cabe salientar que existe uma vasta bibliografia que trata sobre a questão da mobilidade territorial dos Guarani, desde a clássica referência da “busca da *terra sem mal*” (NIMUENDAJÚ [1914] 1987) à “abordagem contemporânea da busca do *teko* (modo de ser)” (MELIÁ, 1990), ambas orientadas pela religiosidade (PISSOLATO, 2007, p.97-98). A ideia de mover-se, ou melhor, a mobilidade é o termo apropriado para explicar a dinâmica de uso do espaço pelos *Mbya*, pois, a “mobilidade e a reciprocidade permitem a apreensão do espaço físico e do espaço social, sendo a base de intercâmbios de sementes, plantas, matérias-primas, rituais, mutirões, etc.” (LADEIRA, 2008, p. 104), pois nenhum espaço é abandonado por definitivo, os *Mbya* estão em constante movimento, tecendo, construindo, modelando os caminhos por onde passam, manejando os recursos da biodiversidade que lhes servem de suporte físico e espiritual no mundo (LADEIRA, 2008; GARLET, 1997).

As inúmeras dificuldades enfrentadas pelos *Mbya* no exercício de viverem no seu mundo, o *Yvy Rupá* (*Yvy* = terra/*Rupá* = assento e suporte), exigem estratégias em constante atualização, como a mobilização de esforços em parceria com aliados não indígenas, a fim garantirem seus direitos, almejando a autonomia e autodeterminação.

Desse modo, mesmo assumindo a luta pela garantia de um território nas bases jurídicas de demarcação de terras contemporâneas, os *Mbya* mantêm a perspectiva da “manutenção do seu mundo”. Apesar da situação de descontinuidade das atuais terras indígenas garantidas pela União, o *Yvy Rupa* (que pode representar o território) dos *Mbya* mesmo nestas condições é um espaço de uso em contínua construção e não fragmentada dada a interdependência entre as aldeias. O modo de vida *Mbya* mantém uma dinâmica

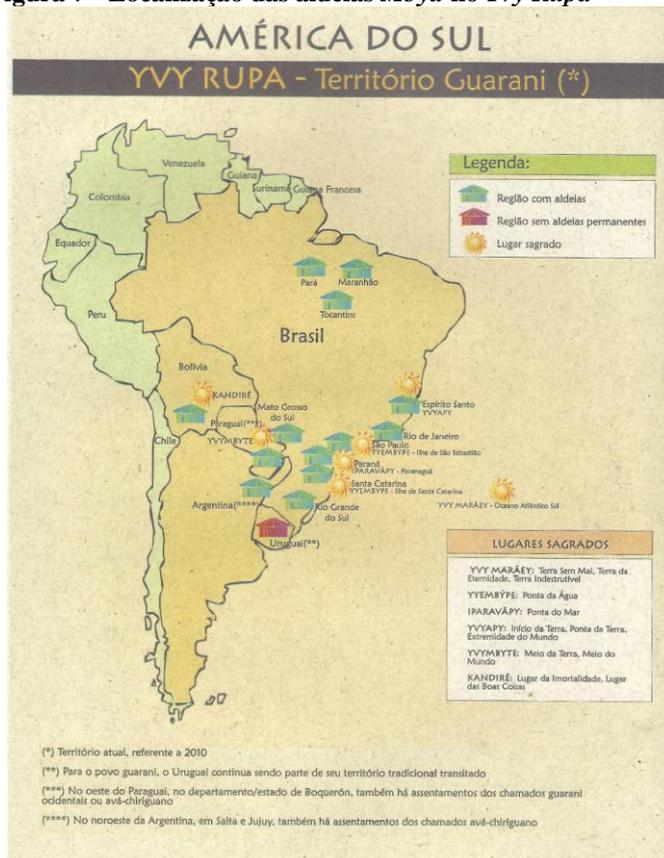
sociocultural que se desenvolve em toda sua dimensão territorial. Nesse sentido, a “configuração atual de um território como dos *Mbya* Guarani não é determinada por limites geográficos, mas pelas relações entre as aldeias” (LADEIRA, 2008, p. 97-100).

A dinâmica circular de mobilidade *Mbya* Guarani entre as aldeias é motivada por aspectos socioculturais: casamentos, mortes, visitas de parentes, atritos políticos, ou econômicos (extrativismo sazonal, intercambio de sementes, plantas, matérias-primas, rituais, mudanças de cultivos e de aldeia, mutirões, etc.) que configuram as regras institucionais, os costumes e tradições dos *Mbya* (GARLET, 1997; LADEIRA, 2008, p. 105). É neste contexto de mobilidade que realizam o *poraró* (*pó* = mão; *aró* = esperar), prática tradicional “associada à partilha de alimentos e circulação de bens pelas redes de parentesco indígena” (FERREIRA; MORÍNICO, 2008, p.37), em que se enquadram as trocas de plantas, sementes, animais silvestres entre as aldeias.

Nesse sentido, os *Mbya* se organizam “social, política e economicamente dentro de uma configuração espacial que envolve todas as partes do seu mundo, onde é preciso movimentar-se para conservá-lo”. A movimentação dos *Mbya* é operada em um “*continuum* em que relações sociais antigas e novas interagem-se, integrando o passado e o futuro como condição do presente” (LADEIRA, 2008, p. 105-106), demonstrando a temporalidade no uso do espaço e a forma deles realizarem a gestão territorial de uma área de domínio e caminhada, “constituída na mobilidade exercida no interior do espaço conhecido culturalmente, entendido como território *Mbya* Guarani” (GARLET, 1997, p.17).

Desse modo, a gestão do território *Mbya* se dá nesta mobilidade, no movimento que permite apreender o espaço físico e o espaço social (LADEIRA, 2008). A figura 07 apresenta a territorialidade *Mbya* Guarani na América do Sul.

Figura 7 - Localização das aldeias *Mbya* no *Yvy Rupá*



Fonte: extraído de Werá Xondaro *et al.* (2011).

Contribui, neste sentido, a consideração de Saquet (2011, p. 80) sobre território entendido como “o conteúdo da relação e a relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo próprio, ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivadas entre os sujeitos sociais e destes com sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo-território”. Um território só se efetiva quando existe “relação entre indivíduos (animal-humano-ambiente), com interação plural, multidimensional, multiforme e unidade na diversidade”. Existe então “movimento *no* e *do* território, numa contínua luta *no* e *pelo* espaço e pelo território-lugar”.

Nessas condições expressas por Saquet (2007) é possível vislumbrar a dinâmica do território *Mbya*, no qual estabelecem suas aldeias, denominadas de *tekoá*: conforme Melià (2012), *teko* abrange os significados de modo de ser e estar, é um sistema, lei, norma, comportamento, costume, incluindo desta forma o que chamamos de cultura<sup>27</sup>; e *a* significa lugar. Assim, *tekoá* é o lugar onde é possível viver a partir do modo de ser Guarani, que deve

<sup>27</sup> Tal significado foi dado pelo jesuíta Montoya, autor do primeiro dicionário O tesouro da língua Guarani (1639).

ser compreendido através da junção de diversas esferas, como a social, econômica, política, geográfica, ambiental e espiritual (LADEIRA, 2008).

Melià (1991<sup>28</sup> *apud* PISSOLATO, 2007, p. 106) fala sobre a “espacialidade” como aspecto fundamental do *teko* guarani, que contemporaneamente, é o constante movimento de busca por lugares – “geográfica e espiritualmente determinados” – “para a reconstrução de um modo de ser”. Procuram novos solos para as roças e aldeias, e para manifestações e inspirações divinas. Pissolato (2007, p.107) afirma que a “mobilidade passa a ser compreendida como decorrente de um modo (Guarani) de relação com a terra”.

Nesse mover-se a busca é por “condições ambientais mais adequadas para o desenvolvimento do modo de ser” (*mbya reko*), onde se definem lugares fixos, espaços concretos, em que se tornaria possível uma vida tradicional, incluindo a dinâmica econômica e a espiritualidade (PISSOLATO, 2007, p.108). Pissolato (2007, p.108) afirma a partir de leituras da etnologia, que o que parece orientar os autores é a noção de que existe um “sistema” (outra tradução possível para *teko*), “englobando ética religiosa, forma econômica, códigos de solidariedade, orientações para estar no mundo deixada pelos antepassados”.

Conforme Pissolato (2008) os Guarani buscam maneiras de dar continuidade a este “sistema” - ao *teko* – e conforme os contextos apresentados buscariam formas de atualização do *teko*, apesar das inúmeras adversidades históricas que se deparam efetivamente para pôr em prática esse “sistema”. Ressaltam a importância da garantia da terra compatível às necessidades desse sistema que se opõe ao sistema do *juruá* (não indígena). Desse modo, os espaços das *tekoá* (aldeias) devem possibilitar “reproduzir os elementos e as condições que lhes permitam pertencer”, pois, “não são os lugares que lhes pertencem, mas eles que pertencem aos lugares” (LADEIRA, 2008, p. 114) na dinâmica de um “sistema” cuja base é cosmo-ecológica (SOUZA, 2008).

Na mobilidade *Mbya*, por exemplo, a vegetação é representada por meio de categorias cosmo-ecológicas próprias, conforme as características e uso que fazem os *ka’aguy heté* (criações naturais) originárias de uso comum presentes, conforme mostra o quadro 08:

---

<sup>28</sup>

MELIÀ, B. *El Guarani*: experiência religiosa. Asunción: CEADUC-CEPAG, 1991.

**Quadro 8 - Categorias da vegetação e presença de *ka'aguy heté reguá* conforme cosmoecologia *Mbya* Guarani no Rio Grande do Sul**

<i>Kaàguy ete</i>	São matas verdadeiras, primárias e férteis, que guardam os <i>ka'aguy heté</i> - plantas medicinais, frutos, cipós e as árvores de porte - e devem abrigar todas as espécies vegetais do acervo Guarani.
<i>Kaàguy porã</i>	Matas sadias, boas, com <i>ka'aguy heté</i> ainda abundantes. Onde vivem os animais originais em sua diversidade.
<i>Kaàguy poru ey</i>	São áreas de mata intocadas e intocáveis, que nunca foram pisadas, nunca foram mexidas, nem podem ser usadas pelos homens, e estão nos morros muito altos. Em <i>Kaàguy poru ey</i> ficam e protegem-se os seres da natureza.
<i>Kaàguy yvin</i>	São as matas baixas, as capoeiras, onde escolhem áreas para as roças, encontram ou cultivam <i>ka'aguy heté</i> - ervas e material para artesanato.
<i>Kaàguy rive</i>	São áreas que já não servem para usar (degradadas), os animais não chegam e não encontram árvores ( <i>yvyra</i> ) ou plantas apropriadas.
<i>Kaàguy Yvate (mata alta)</i>	Ainda tem espécies importantes da fauna e flora. É um tipo de <i>Ka'aguy porã</i> .
<i>Kaàguy Karapeí (mata média)</i>	Em regeneração, ainda guarda algumas espécies de fauna e flora necessárias à reprodução física e cultural do grupo.
<i>Kaàguy yvy (mata baixa)</i>	De pequeno porte, mas que não obrigatoriamente estão associadas à capoeira, para qual o grupo designa um termo específico. É mata secundária nativa, mas que não disponibiliza quase nada de recursos, considerada uma mata vazia.
<i>Kaàguy'i capoeira</i>	Estão associadas a roças ( <i>hapó</i> ).
<i>Kaàguy pocã (mata esparsa)</i>	Baixa, mas que habitam animais e ainda encontram plantas importantes. É como denominam as matas de Restinga.
<i>Calipioty</i>	Mata de eucalipto.

Fonte: Gobbi *et al.* (2010, p. 25).

Nas variadas situações em que se encontram as áreas habitadas pelos *Mbya* na atualidade, como: desagregação espacial; moradias construídas de maneira improvisada, sem os *ka'aguy heté* os elementos e recursos acessados diretamente nas matas (como *Pindó etei*–Jerivá); baixa fertilidade dos solos e falta de espaços que dificultam o manejo da agricultura de modo tradicional; perda de algumas sementes originais, sendo um dos esforços atuais a manutenção das diversas variedades do *avaxi etei* (milho sagrado); poucas áreas de *ka'aguy* (florestas); entre outros fatores, está cada vez mais difícil essas áreas se expressarem como verdadeiros *tekoa*, dificultando muito o exercício do *mbyá rekó* (modo de ser e estar Guarani) (LADEIRA, 2008, p.161).

Conforme Ladeira (2008, p.118) para os *Mbya* a palmeira *Pindó etei* é “verdadeira e sagrada”, e está associada à construção dos *tekoa* em termos “simbólicos e práticos”. Os *Mbya* aproveitam tudo o que essa palmeira oferece: “fruto, caule, fibras e folhas” que servem para “alimentação, remédio, abrigo, artefatos”. E ainda seu caule quando em decomposição

favorece o crescimento de uma larvinha, chamada *Yxó*, rica em nutrientes que compõe um dos elementos da dieta alimentar Guarani.

Em território Guarani nas *ma'ety* (plantações originais) cultiva-se o *avaxi etei*, que é o milho verdadeiro. Para além de servir como alimento ele é usado para realizar cerimônias como o *Nheemongarai*, onde é revelado o nome dos pequeninos após um ano de vida. Além das sementes de milho, os *Mbya* também usam em cerimônias de benzimento, a *ka'a* (erva mate) a *jety* (batata doce), *kumanda* (feijão guarani), entre outras (LADEIRA, 2008).

Conforme Ladeira (1992 *apud* LADEIRA, 2008, p.161), uma *tekoa* “deve reunir condições físicas e ambientais que lhes permitam compor, a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social, fundamentado na religião e na agricultura de subsistência”. É preciso ter fontes de água pura (*Yy porã*), matas saudáveis (*kagiüy porã*) com variedade de animais e pássaros, possibilidades de pesca e caça, em consonância com os ciclos da natureza que regem a vida Guarani (GARLET, 1997; LADEIRA, 2008).

Muitas das atividades diárias Guarani no *tekoa* são regidas pelas estações *ara pyau* (tempos novos/tempo do plantio – primavera/verão) e *ara yma* (tempos antigos/colheita - outono/inverno) e o *jaxy* (as fases da lua). As estações e as fases lunares indicam as melhores épocas de caçar/fazer armadilha, pescar, coletar, cortar madeira, construir casa, plantio/colheita, etc. (LADEIRA, 2008).

A forma de um espaço de vida como o *tekoa* é estabelecido por divisões naturais, como rios, montes e florestas, que possibilitam o estabelecimento de relações fundamentais de reciprocidade e intercâmbios (como trocas de sementes) inerentes à existência de um verdadeiro *tekoa* “que reúne as constantes ambientais e sociais” ideais (LADEIRA, 2008, p.161). Outro aspecto fundamental que define a origem de um *tekoa* é que “ele precisa ser sonhado, assim como um novo ser precisa ser sonhado para que tome assento no útero materno” (GARLET, 1997, p. 156). No *tekoa* se associa “espaço-pessoa” e se somam condições “físicas e materiais” onde é possível viver dignamente e onde o “ecológico-econômico” esteja presentes provendo “relações com as divindades” (GARLET, 1997, p.156).

Diante deste contexto, pensar a gestão territorial e ambiental do *Yvy Rupá* na contemporaneidade implica no esforço de fortalecer estas redes que contribuem para a permanência da mobilidade *Mbya* neste território. Tal mobilidade ou *jeguatá* (caminhada) tem sido cerceada, limitada, reprimida, pelos mesmos mecanismos estatais e privados que esbulharam as terras originárias dos *Mbya* e também pelas políticas (diretas e indiretas) de confinamento em espaços reduzidos. Os deslocamentos tornam-se cada vez mais difíceis, pois

os obstáculos criados pelos *juruá* (não indígenas) além de privarem o acesso a recursos naturais imprescindíveis a manutenção dos seus modos de vida, afetam diretamente as relações com o cosmos, em que são orientados pelos Deuses sobre os seus destinos conforme o *jeguatá* (PRADELLA, 2009).

A próxima seção apresenta o estado da arte da perspectiva do Bem Viver na América Latina, demonstrando aspectos desta abordagem que propõe a construção de caminhos alternativos ao desenvolvimento, no sentido de ampliar e manter as possibilidades de expressão da sociodiversidade presente em contextos territoriais diversos.

### 2.3 BEM VIVER

A perspectiva do Bem Viver emerge no século XXI como parte de um conjunto dos discursos latino-americanos vinculados ao campo discursivo do desenvolvimento sustentável, cujo centro do debate está na problemática da sustentabilidade, que trata das relações de interdependência entre sociedade e ambiente e no desafio de orientar trajetórias de desenvolvimento em sociedade de modo sustentável. O discurso global do desenvolvimento sustentável tem se diversificado ao longo das décadas, sendo adaptado pelas coletividades (VANHULST, 2015), gerando apropriações sobre o termo.

Para Almeida (2009) a noção genérica de desenvolvimento sustentável que está vinculada ao Relatório Brundtland (1987), representou um avanço no campo das concepções do desenvolvimento e da preservação dos recursos naturais, porém dentro desta noção abrigam-se propostas difusas, abertas e variadas que abarcam até os que defendem o capitalismo verde reproduzindo a ideologia do progresso por meio de tecnologias avançadas que poderão salvar a humanidade da crise socioambiental civilizatória. Diante disso, evocar o desenvolvimento sustentável, por si só, parece pouco útil e insuficiente diante da complexidade das problemáticas apresentadas no século XXI.

As perturbações socioambientais geradas pelas dinâmicas socioeconômicas globais em diferentes territórios, orientados sob diferentes culturas, ao mesmo tempo em que gerou o caos levou à necessidade de despertar as capacidades de atores locais, que desde baixo e de dentro, apresentam em seus territórios uma pluralidade de lógicas alternativas ao desenvolvimento (JEAN, 2010).

Neste sentido, o Bem Viver trata de buscar alternativas ao desenvolvimento superando a ideia de desenvolvimento alternativo, na qual está vinculada a noção de desenvolvimento sustentável proposta no Relatório de Brundtland, pois se trata de um modelo

ainda “preso no jogo renovado do desenvolvimento”, financiado pelo Banco Mundial, que passou a adotar temas de “desenvolvimento humano, sustentável, participação, biodiversidade e sustentabilidade ecológica” (DE VRIES, 2013, p. 252), mas permanecendo na visão eurocêntrica de modernidade.

Conforme Vanhulst (2015) não existe um consenso ou uma definição única de “Bem Viver”, sendo esta uma característica que fortalece esse discurso enquanto uma perspectiva aberta e ampla. O Bem Viver enquanto um projeto em construção avança, pois mesmo sem um conceito claro e preciso, tem gerado debates entre vários acadêmicos como Arturo Escobar, Edgardo Lander, Leonardo Boff, Enrique Leff, Catherine Walsh, Pablo Quintero, Alberto Acosta, Eduardo Gudynas entre outros (VANHULST, 2015), cujas contribuições teóricas são construídas no empírico de contexto territoriais e culturais diversos.

Percorrendo os labirintos dos discursos do Bem Viver, Vanhulst (2011) apresenta a contribuição de Capitán (2014), que analisa a emergência de múltiplas apropriações contemporâneas do conceito de Bem Viver em países como Venezuela, Bolívia e Equador, separando-as em 3 grupos: a corrente “pós-estruturalista”, representada por intelectuais progressistas na América Latina e Europa, em que a ênfase é dada aos movimentos sociais e ambientalistas; a corrente “Socialista”, que faz severas críticas e busca alternativas aos modelos de desenvolvimento extrativistas<sup>29</sup>, enfatizando a centralidade na gestão da política estatal do Bem Viver, destacando a equidade social, com o fortalecimento de políticas sociais, em benefício do povo e uma melhor redistribuição das riquezas, com menos destaque aos temas ambientais, culturais e de identidade; e a corrente “indigenista”, que se define pelo fortalecimento das cosmovisões dos povos originários, com ênfase nos direitos, como os direitos da Natureza e a autodeterminação dos povos originários/indígenas (VANHULST, 2015).

Complementando a análise, Vanhulst (2015) distingue quatro elementos básicos que constituem o discurso do Bem Viver: a ideia de harmonia com a natureza; a reivindicação de princípios e valores de povos marginais e subordinados; um Estado que garanta as necessidades básicas (saúde, educação, alimentação e água), justiça social e igualdade; e a democracia.

---

<sup>29</sup> Para os autores que tratam da abordagem do Bem Viver o “extrativismo” é sinônimo de “extração desenfreada de recursos naturais, em grandes volumes destinados a exportação, para além de minerais ou petróleo, que fortalecem a reprimarização da economia” especialmente em países situados na periferia do capitalismo. Portanto, não se confunde com o uso brasileiro “tradicionalmente associado ao convívio equilibrado do homem com seu meio”, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (DILGER; PEREIRA-FILHO; 2016 p. 19-20).

De um modo geral, o Bem Viver, se apresenta como “ideia social de mobilização”, e propõe avanços ao “conceito de desenvolvimento, associando-o a uma noção mais ampla que o progresso” (VANHULST, 2015, p.8). Por isso, se apresenta como um paradigma crítico da “modernidade eurocêntrica (antropocêntrica, capitalista, economicista y universalista) e como um novo projeto político intercultural” (VANHULST, 2015, p.4), pois traz na sua essência críticas e resistência ao colonialismo, ao paradigma dominante de desenvolvimento vinculado a crescimento econômico, à ideologia do progresso, se inspirando em alternativas de vida baseadas nas culturas dos povos originários, buscando no diálogo intercultural possíveis caminhos à emancipação social.

Seguindo a corrente “indigenista”, o Bem Viver nos remete aos princípios da continuidade histórica e reivindica o passado e o presente dos povos e nações originárias (ACOSTA, 2016, p.73), com destaque para aspectos da territorialidade, autonomia, redes de reciprocidade, solidariedade, complementariedade, responsabilidade, equidade, democracia, e as diversas formas de conhecimento, saberes e práticas da sociodiversidade. Vinculadas às distintas maneiras de ver a vida e sua relação harmoniosa com a *Pachamama* (Mãe Terra) e sua Natureza, em que as cosmovisões que orientam as relações.

Esta corrente inclui nos discursos do Bem Viver a ideia de interdependência entre sociedade-natureza e a sociodiversidade cultural, em que se “assumem e se reconhecem as complementariedades entre humanos e entre humanos e não humanos, a partir do ponto de vista ecológico que poderia ser descrito como holístico” (VANHULST, 2015, p.5), rompendo com visões de mundo reducionistas, dicotômicas e cartesianas, ao apresentar uma perspectiva sistêmica em meio às interações presentes em um território.

Na noção indigenista de Bem Viver possui uma tradução equivalente ao *Sumak Kawsay* (Bem Viver) de origem indígena andina, e busca nestas origens romper com formas de colonização simbólica, descolonizar pensamentos e saberes euro-referenciados, estando atrelada à ampla discussão “sobre a colonialidade do poder”, cujo autor expoente é Anibal Quijano (VANHULST, 2015, p. 13).

Conforme Vanhulst (2015), na esfera acadêmica as discussões do Bem Viver transitam entre a visão radical, pós-desenvolvimentista (tendência anti-moderna), relacionadas a teorias pós-estruturalistas, cujos “elementos centrais são a preservação da natureza e a construção conjunta do Bem Viver”, propondo alternativas ao desenvolvimento na pluralidade de perspectivas do Bem Viver, que não somente na expressão *quechua Sumak Kawsay*, mas na construção da “participação e pluralidade das concepções indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas, feministas, pacifistas, ecologistas, socialistas, decolonial” e

também dos agroecologistas, agrofloresteiros, quilombolas, pescadores, demonstrando que “distintas concepções de Bem Viver podem coexistir em um mundo plural” (VANHULST, 2015, p.14).

Assim, o enfoque desta concepção de Bem Viver está na pluralidade contemporânea, superando visões reducionistas (dicotomia universalismo-particularismo) e dualistas (sociedade-natureza). Trata-se de uma visão moderada, motivada por intelectuais envolvidos com debates que buscam alternativas políticas e de desenvolvimento, apostando no diálogo de saberes, destacando-se nesta linha Alberto Acosta (VANHULST, 2015).

A perspectiva contemporânea do Bem Viver nutre-se no campo intercultural, não sendo um “retorno ao passado, nem um conjunto de comportamentos estanques, mas decorrem de interações e articulações entre múltiplos saberes” (GUDYNAS 2016, p. 183). Por isso para Gudynas (2016, p. 183) não existe uma “receita para alcançar o Bem Viver”, pois este é construído conforme contextos históricos e socioambientais que se apresentam. Segundo Guynas e Acosta (2011, p. 103), uma definição aberta sobre o Bem Viver seria “uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo”.

O Bem Viver ao buscar uma transformação civilizatória, pode parecer ousado e utópico, mas o que pretende é sair dos esquemas de Governo, da visão de progresso, produtivista e dos projetos de desenvolvimento do sistema capitalista global como única direção a seguir. O Bem Viver propõe descolonizar as relações no âmbito político, social, econômico, ambiental e cultural (ACOSTA, 2016).

De tal modo, construção do discurso do Bem Viver trata de buscar alternativas ao desenvolvimento superando a ideia de desenvolvimento alternativo, na qual está vinculada a noção de desenvolvimento sustentável proposta no Relatório de Brundtland, pois se trata de um modelo ainda “preso no jogo renovado do desenvolvimento”, financiado pelo Banco Mundial, que passou a adotar temas de “desenvolvimento humano, sustentável, participação, biodiversidade e sustentabilidade ecológica” (DE VRIES, 2013, p. 252), mas permanecendo na visão eurocêntrica de modernidade.

Portanto, o Bem Viver enquanto alternativa ao desenvolvimento possui seus princípios fundacionais no pós-desenvolvimento (ACOSTA, 2016). O pós-desenvolvimento, como uma análise discursiva do desenvolvimento, remonta o final da década de 1980, destacando-se entre os precursores autores como Escobar (1996) e Ferguson (1990), que compartilham um enfoque pós-estruturalista, resgatando Foucault. Ambos são críticos do

“desenvolvimento” e reconhecem a influência das dinâmicas discursivas e de poder na criação de realidades sociais e culturais. Para os autores que contribuem para a abordagem do pós-desenvolvimento o discurso de Harry Truman, em 1949, é um marco para entender a história dos efeitos do desenvolvimento enquanto um projeto do ocidente para o oriente (SAID, 2004), com pretensões de reproduzir no mundo inteiro as características de sociedade consideradas, à época, avançadas pelo alto nível de industrialização, urbanização, tecnologia empregada na agricultura, crescimento da produção material, aliando a isso a ideia de generalizar a valorização de sistemas educacionais e culturais modernos.

Por meio do discurso do desenvolvimento se construiu um objeto: o subdesenvolvido; e um espaço: o Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1996). Até os dias de hoje este discurso do desenvolvimento se faz presente, e é reproduzido nos meios de comunicação, nas escolas, nas universidades, associado a algo positivo e incontestável, um processo linear, que é preciso alcançar.

Conforme Acosta (2016), a perspectiva do Bem Viver vem na contramão dos projetos de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos. Inspirado na diversidade de culturas de vida, e por isso na complexidade, o Bem Viver pode ser identificado, conhecido e praticado em diversas regiões do nosso planeta, evocado em diferentes idiomas como *ubuntu* (África do Sul), *svadeshi*, *swaraj* e *apargrama* (Índia).

Na América Latina a perspectiva do Bem Viver se fortaleceu por meio da mobilização indígena principalmente no Equador e na Bolívia, cujas lutas revolucionárias reafirmaram a presença e territorialidade de povos originários, surtindo efeitos políticos que se desdobraram na inclusão da perspectiva do Bem Viver na Constituição destes países, com os termos: *Buen Vivir* (Equador) – *sumak kwasay* (*kíchua*); *Vivir Bien* (Bolívia) – *suma qamaña* (*aymara*). Estes Estados pluriétnicos ou plurinacionais<sup>30</sup> representam a vanguarda no que tange formalizar a perspectiva do Bem Viver em princípios constitucionais em que se destacam os Direitos da Natureza.

De acordo com Acosta (2016) a construção do Bem Viver vai muito além do desenvolvimento sustentável, pois assume a Natureza como sujeito de direitos, equivalente ao sujeito de direitos Humanos. Atualmente, se destaca na Constituição do Equador (2008) que reconhece os Direitos da Natureza na medida em que reconhece a mesma como “sujeito de direitos”, não mais como objeto, devendo ser “integralmente restaurada em caso de

---

<sup>30</sup>São os Estados que consideram na sua configuração a vinculação do Estado com duas ou mais culturas nacionais, ou com todas existentes no país, não importando número ou composição demográfica (SÁNCHEZ, 2009, p.77).

degradação” (ACOSTA, 2016, p.122). O termo “*Pachamama* (mãe Terra) como sinônimo de Natureza”, também consta nesta Constituição enfatizando a plurinacionalidade e interculturalidade.

No Equador o termo Bem Viver se institucionalizou por meio do *Plan Nacional para el Buen Vivir* (2009 - 2013) rompendo com os ideais neoliberais do Consenso de Washington (1989) e com a intransigência do capitalismo que aponta o desenvolvimento como única via a seguir. Neste Plano a lógica do “viver melhor” (na ambição de consumo), assumindo a lógica do “viver bem”, sendo este um direito de todas as sociedades e culturas, e, portanto, com diversas possibilidades de ser colocado em prática (CHAMORRO, 2015, p. 2). O último “*Plan Nacional para el Buen Vivir* (2013-2017) o Bem Viver se define como “la forma de vida que permite la felicidad y la permanencia de la diversidad cultural y ambiental; es armonía, igualdad, equidade y solidaridad. No es buscar la opulência ni el crecimiento económico infinito” (VANHULST, 2015, p.8).

No entanto, são muitas as dificuldades de cumprir tais princípios, pois seus governos ainda estão atrelados ao modelo “neodesenvolvimentista” apegados à lógica de acumulação capitalista (ACOSTA, 2016, p.238). Cabe ressaltar que para além da contribuição dos povos originários andinos e amazônicos, outras vozes, como dos ecologistas, das feministas, dos marxistas e humanistas compartilham noções do Bem Viver.

Em síntese o Bem Viver emerge para reforçar as múltiplas denúncias aos limites etnocêntricos e eurocêntricos que historicamente fundamentam as concepções de desenvolvimento e progresso, influenciando por sua vez variadas versões do desenvolvimento sustentável, que seguem sendo dominantes. Desse modo, o Bem Viver apresenta possibilidades de abertura de diálogo com alternativas contemporâneas de sustentabilidade, trazendo múltiplas contribuições aos discursos do desenvolvimento sustentável. A raiz da perspectiva do Bem Viver está vinculada aos princípios e cosmologias dos povos originários, que passam a ser interpretados e resignificados na contemporaneidade como discursos modernos e propositivos na construção de alternativas sustentáveis ao desenvolvimento, pautadas na ética, prudência e respeito à natureza, reforçando o vínculo com os movimentos sociais e indígenas do século XX que se tornaram aliados no que tange à defesa integrada das questões sociais e ambientais (VANHULST, 2015).

Por fim, o enfoque pluralista do Bem Viver não apresenta uma ruptura radical às bases discursivas do desenvolvimento sustentável, sendo que a potencial capacidade do Bem Viver transita nas possibilidades de interatuar com estes “arranjos culturais, sociopolíticos e econômicos preexistentes” (VANHULST, 2015, p.16), a partir do reconhecimento legítimo de

outras formas de conceber o território de em que múltiplas territorialidades de expressam e contribuir na orientação para a governança do mesmo.

Tendo como referencia a abordagem do Bem Viver na América Latina, a próxima seção trata da especificidade do *teko porã* (bem viver Guarani), vinculado ao a dinâmica do sistema socioecológico *Mbya* Guarani.

### 2.3.1 *Teko porã*: o Bem Viver *Mbya* Guarani

Entre os *Mbya* Guarani, pensar no bem viver implica compreender o *teko porã* (que pode ser traduzido como ‘a boa maneira de ser e viver ou boa vida’) (MELIÁ, 2012; CHAMORRO, 2015; SOARES, 2015) e as dimensões que viabilizam este caminho, tecido nas relações interaldeã e também interculturais, na constante mobilidade que mantém a territorialidade *Mbya* viva.

O *teko* possui uma conotação filosófica, recebendo vários tipos de qualificação e qualidade, como *teko porã* (boa maneira de ser e viver) que mais que um conceito abstrato representa a “experiência profunda que penetra no próprio ser e estar” (MELIÁ, 2012, p. 116). Existe, então, um “modo de ocupação e uso ambiental contido no *teko*”, em que são tecidas as relações humanas de reciprocidade, tanto de trocas entre famílias Guarani quanto de relações de troca entre humano e ambiente, pois é no movimento, no “mover, cuidar do território” que se coloca em prática a sociabilidade dos *Mbya* (LADEIRA, 2001<sup>31</sup>, p.223 *apud* PISSOLATO, 2007, p.110). Faz parte da necessidade dos *Mbya* encontrarem espaços ideias para praticar um “modo de vida compatível com as prescrições agrícolas e ecológicas e as normas de vida dentro do sistema cultural Guarani” (MELLO, 2001, p.53<sup>32</sup> *apud* PISSOLATO, 2007, p. 115).

Nessa perspectiva, *teko porã* (a boa maneira de ser e viver) (MELIÁ, 2012) é um termo usado pelos *Mbya* Guarani que mais se aproxima da perspectiva do Bem Viver, ora evocado como um caminho alternativo ao desenvolvimento na América Latina (*Abya Yala*). Conforme Meliá (2012, p.116), mais que uma ideia e expressão abstrata o *teko porã* trata de uma profunda experiência do “próprio ser e no estar” no mundo. Estar *no* e *com* o lugar não somente como espaço de habitação e uso, mas “experiência de vida compartilhada”. Meliá

<sup>31</sup> LADEIRA, M. I. Espaço Geográfico *Mbya* Guarani: significado, constituição e uso. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

<sup>32</sup> MELLO, F. C. de. *Aata Tape Rupy* – seguindo pela estrada. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

(2012) explica que para compreender o *teko porã* é preciso vivenciá-lo, como ele mesmo fez em sua trajetória etnográfica junto aos Guarani (MELIÁ, 2012, p. 116).

Também entre os Guarani a reciprocidade, que proporciona o intercâmbio de bens, compõe as características do *teko porã*. Na prática de reciprocidade não se geram dívidas monetárias que devem ser pagas em “tempo e quantidade fixas”, pois, além de bens, nos intercâmbios se levam as boas palavras. No *teko porã* a “palavra deve circular com liberdade e sem receio”, e também a autenticidade e legitimidade compõem a norma e a lei desse bem viver (MELIÁ, 2012, p. 116).

Chamorro (2015, p.3) traz contribuições sobre a noção de Bem Viver entre os *Kaiowá* Guarani, parcialidade étnica que se concentra na região centro oeste do Brasil. Conforme a autora entre os *Kaiowá* o Bem Viver se apresenta na vida como um “processo contínuo de plenificação e práticas de reciprocidade”. Esse processo está ligado ao “*teko* (modo de viver, o modo de ser no tempo)”. “*Teko porã* é viver bem, de acordo com os princípios que orientam o relacionamento dos seres”. É viver ampliando as possibilidades de “subsistência, xamanismo, reconhecendo a interdependência entre todos os seres, inclusive Deus” (CHAMORRO, 2015, p.10).

Meliá (2012) e Chamorro (2015) concordam que atualmente os Guarani percorrem um difícil caminho ao *teko porã* (bem viver), conforme as consequências da espoliação de suas terras originárias, o desmatamento, o uso de agrotóxicos que contaminam as terras e as águas, a violência, entre tantas outras ameaças ao ambiente contemporâneo. No centro-oeste do Brasil o ápice desse processo se desdobra no aumento de suicídios cometidos pelos indígenas (principalmente entre os *Kaiowá* no Mato Grosso do Sul), entre jovens de ambos os sexos, que escolhem tirar suas vidas diante de um cenário sombrio que torna cada vez mais distante as possibilidades de caminhar ao *teko porã*.

Desse modo, entre os Guarani a busca do Bem Viver é uma “bandeira de luta”, resistência e denúncia contra o Estado que historicamente os ignora. Vivendo situações adversas, o *teko porã* está presente nos sonhos, nas lutas de resistência, nas palavras proferidas nos *Nhemboaty* (encontros) em que as gerações se reúnem e se fortalecem na memória, pois é no passado que está o futuro que irá assegurar o *teko porã*.

Conforme Soares (2015), a *opy* (casa de reza) é o espaço ritual que os Guarani acreditam estar vinculado à condição do bem viver, representando a união/reunião/partilha onde ocorrem as danças, os cantos, as curas e aonde é possível se comunicar com as divindades. A autora afirma que, ainda que o termo “bem viver” não tenha sido explicitamente incorporado pelos Guarani no RS como um vocábulo que contrapõe modelos

hegemônicos de desenvolvimento, este termo pode ser traduzido por “*teko porã* (vida boa)”, que sinaliza a permanente busca por relações harmoniosas com os diversos “seres que compõe o seu cosmos”, podendo incluir, até mesmo, “aliados não índios”. São estas relações que garantem, por exemplo, a manutenção das *ma’ety* (plantações originais) que incluem mutirões e intercâmbios entre as aldeias, características culturais que garantem a “manutenção e conservação da agrobiodiversidade” Guarani (SOARES, 2015, p. 179-180).

Souza (2009, p.272) sugere que os *Mbya* não foram por completo colonizados, pois há mais de 500 anos sobrevivem por meio de “estratégias eficazes de resistência cultural”, de maneira autônoma e coletiva. Historicamente, fez parte destas estratégias se protegerem na invisibilidade, realizando movimentos discretos, ocupando os espaços ainda “disponíveis” (em geral beiras de estradas, nas faixas de domínio público, ou ainda áreas cedidas pelo Estado), mantendo tradições e vínculos socioculturais, com muita atenção à proteção das crianças e às sementes tradicionais originárias, que entende ser a base da resiliência cultural *Mbya*. Desse modo, para Souza (2009, p.272) “tanto no passado quanto no presente os *Mbya* são protagonistas dos seus próprios destinos”, e mesmo diante de espaços colonizados e relações interculturais de tendência colonizadora, encontram brechas para continuarem o caminho ao *teko porã*.

Na próxima seção são apresentados elementos concretos para compreensão do Bem Viver em termos práticos, como as iniciativas de construção dos planos de vida.

### 2.3.1.1 Planos de vida e o Bem Viver

De acordo com Lang (2016, p. 41-42) dentre os desafios colocados à prática de alternativas ao desenvolvimento e à própria abordagem do Bem Viver está uma transformação profunda nos “aparatos estatais e relações entre sociedade e Estado”. Para isso, exige-se uma “sociedade fortemente organizada, autônoma e capaz de pressionar os atores estatais”. Conforme a mesma autora, na América Latina experiências nesse sentido existem por meio de uma “autonomia relativa em relação ao Estado”, como, por exemplo, os processos de mobilização e resistência em relação aos grandes empreendimentos na defesa de “modos de vida relativamente autossuficientes e resistência à espoliação das condições materiais”, como as lutas pelas demarcações de terras indígenas, as lutas camponesas pela soberania alimentar, as redes de cooperativas de agricultores, entre outras iniciativas já representam alternativas ao desenvolvimento.

Lang (2016, p. 42) destaca as ações de controle e defesa do território que estão emergindo na Colômbia, por exemplo, por meio da elaboração de “planos de vida”, construído nas bases das articulações dos atores sociais que pensam formas de produção, distribuição, relações sociais, organização e comércio, alternativos aos planos de desenvolvimento convencionais que há séculos se impõe em territórios colombianos<sup>33</sup>. Os planos de vida construídos com base nos sistemas socioecológicos convidam à autogestão do território, retirando do Estado o papel central, pois buscam encontrar caminhos que levem à emancipação social em torno do diálogo de saberes. Os planos de vida são entendidos como processos contínuos de transformação, reposicionamento, renovação, que demonstram o ressurgir de espaços democráticos de tomada de decisão, coordenação e gestão local. De acordo com Lang (2016, p.43) as alternativas que se apresentam são multiformes, pois emergem do diálogo entre os diversos sujeitos que ocupam e usam o território em relação de aprendizagem coletiva, buscando superar “relações patriarcais, coloniais e de capital-trabalho”. É no tempo presente que ocorrem as transformações do plano de vida, a partir da “transformação da subjetividade, das relações interpessoais nas práticas cotidianas”, ou seja, o plano é a vida em movimento e com sentido.

Os planos de vida além de abordarem questões referentes à proteção das terras e territórios, uso e manejo dos recursos naturais se apresentam como um documento político, sistematizando em linguagem escrita, ilustrando a situação da vida na aldeia.

Estes planos buscam uma abordagem integrada de planejamento em rede, transformando projetos e iniciativas pontuais em ações articuladas com políticas públicas, consolidando as dimensões da vida em um plano geral sobre o futuro. Parte-se de um processo de reafirmação da memória coletiva a respeito do passado, que serve de base referencial para planejar o futuro. Algumas questões geralmente feitas na construção destes planos são: De onde viemos? “Onde queremos chegar? O que queremos do nosso futuro? O que queremos para as nossas próximas gerações?” Tais questões envolvem diversos aspectos (saúde, sociedade, ambiente, terra/território, cultura, economia, educação, etc.) e requerem a “difícil articulação entre tradições indígenas, modo tradicional de vida indígena e novas necessidades e conjunturas presentes devido o contato interétnico”. O plano de vida, na perspectiva da gestão territorial, parte de uma “visão sociopolítica, valorizando a percepção e os interesses indígenas sobre seu futuro, estabelecendo conexões com as esferas federais, as

---

<sup>33</sup>Exemplo do povo Misak na Colômbia.

políticas públicas e de assistência e outros agentes relevantes” (INGLEZ DE SOUZA; ALMEIDA, 2013, p. 51 e 66).

Os planos de vida, como um meio para se alcançar o Bem Viver, dão visibilidade às potencialidades individuais e coletivas, pois em meio ao processo de construção dos planos é que se encontram caminhos alternativos ao desenvolvimento. Dá-se visibilidade às novas formas de organização social, pois mesmo na diversidade as condições de escolhas dos indivíduos devem ser as mesmas, ainda que o meio para se alcançar tais escolhas sejam diferentes (ACOSTA, 2016).

Assumido como uma proposta holística de pensar e agir no mundo, na diversidade de elementos que condicionam as ações humanas, se encontram as bases do Bem Viver: “no conhecimento, nos códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, visão de futuro, entre outros” (ACOSTA, 2016, p. 71).

Nas palavras de Svampa (2016, p.152), o Bem Viver “opera como uma espécie de horizonte emancipatório que aponta para construir pontes entre passado-futuro, entre matriz comunitária e olhar ecologista”. Assim, a construção de planos de vida enquanto um processo de envolvimento comunitário para planejar ações presentes que serão reflexos do futuro, tem se mostrado um formato interessante de fortalecer e manter iniciativas de apoio em redes para o Bem Viver.

Diante do exposto, indaga-se a real possibilidade de colocar em prática a perspectiva do Bem Viver, inseridos em meio a políticas econômicas capitalistas, sem muitas possibilidades de autonomia em nossos cotidianos, até que ponto seria possível em meio às estruturas de dominação e exploração contemporâneas praticar o Bem Viver? Trata-se de uma questão ampla e sem respostas específicas. É neste sentido que esta tese propõe demonstrar a partir de relações interculturais estabelecidas possibilidades e alternativas construídas pelos *Mbya* Guarani para manter seu sistema socioecológico baseado no *Mbya reko* (modo de ser), em uma porção de um amplo espaço geográfico que viabiliza a expressão da territorialidade deste povo originário, em busca do *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) no *Yvy Rupá*, um território originário de uso comum aos Guarani.

### **3 OS MBYA GUARANI NO YVY RUPÁ: CONTEXTO TERRITORIAL E AMBIENTAL CONTEMPORÂNEO**

Este capítulo apresenta a situação em que se encontram os *Mbya* Guarani, que assim como os demais povos indígenas no Brasil resistem pela permanência na terra e acessos aos espaços necessários à manutenção da reprodução dos seus modos de vida. Por meio de distintas estratégias, entre lutas, enfrentamentos interculturais e articulações interinstitucionais, buscam a garantia de manutenção dos seus direitos territoriais já conquistados e firmados em leis, decretos, portarias, que regulamentam o capítulo VIII da Constituição Federal de 1988. Desdobram-se neste contexto ações voltadas ao fortalecimento da gestão territorial e ambiental das terras e territórios indígenas contemporâneos que exige um esforço organizacional e político interno às aldeias em diálogo com as instituições externas não indígenas, propositiva no sentido de construir espaços de governança territorial intercultural e acelerar a garantia de demarcação das terras. Neste cenário, em que as áreas protegidas se entrelaçam como terras indígenas, unidades de conservação, terra de quilombo, áreas de preservação permanente, reserva legal, a visão sistêmica passa a ser fundamental, no sentido de reconhecer a importância de cada uma destas áreas e estimular ações que fortaleçam interdependência socioambiental subjacente a estes espaços que resguardam as criações naturais de uso comum para sociedade como um todo.

#### **3.1 CENÁRIOS “ANTI-INDÍGENA” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Desde a segunda metade do século XX presenciamos o fortalecimento da luta dos povos originários/indígenas pela retomada dos seus espaços de vida, usurpados pelos mais variados mecanismos de poder. A atual política indigenista brasileira resulta das mobilizações dos povos indígenas, juntamente com aliados não indígenas, em assegurar primordialmente o acesso a terra e territórios de uso comum e de direito originário, garantia de sobrevivência e possibilidades de manutenção de modos de viver. A luta pela retomada de terras e territórios dos povos indígenas no Brasil, expressa as contradições de processos históricos, movidos por rearranjos de territorialidades que produziram distintos territórios dentro dos limites do Estado-nação.

As diversas situações territoriais e ambientais em que se encontram os povos indígenas no Brasil atual refletem a complexidade dos problemas enfrentados por eles no que tange às dimensões social, ambiental, territorial, cultural e econômica. Estes problemas

decorrem de algum tipo de contato direto ou indireto voltado à intervenção de processos de desenvolvimento estabelecido há séculos, sejam em contextos de assimilação dos indígenas para integração ao Estado nação ou assistencialismo tutelar (LITTLE, 2006; PRINTES, 2012).

Desde 1934 todas as Constituições brasileiras garantem os direitos dos povos indígenas às suas terras, já declarados mesmo em tempos coloniais. Mas somente na Constituição Federal de 1988 (CF 1988), capítulo VIII, artigo 231, estes direitos são inscritos na Carta Magna como direitos originários, reconhecendo tais direitos como preexistem à colonização europeia. Então, o papel do Estado, ao invés de “garantir” os direitos territoriais indígenas, deve é reconhecê-los (CUNHA, 2017).

Atualmente, os povos indígenas buscam reafirmar a garantia desse reconhecimento e fazer respeitar seus os direitos individuais e coletivos, conquistados especialmente a partir da CF 1988, superando práticas cunhadas em regimes coloniais de dominação anteriormente vigentes, consolidando o reconhecimento da pluralidade étnica no país. Esta Constituição definiu as terras indígenas como um território necessário para sua reprodução física e cultural. A CF 1988 passou a ser chamada de Constituição Cidadã, expressando esperanças ao consagrar nas suas bases os direitos humanos e a proteção do meio ambiente, ressaltando a justiça e a democracia. Entretanto, desde que foi promulgada tem sofrido muitas distorções, por meio de emendas constitucionais e demais normas.

A 1º Conferência Nacional de Política Indigenista (junho/2015), convocada pelo Decreto Presidencial de 24 de julho de 2014, com o tema “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988” (FUNAI, 2015), exemplifica esta busca. A Conferência promoveu o fortalecimento do diálogo entre representantes dos povos indígenas, reafirmando os direitos já reconhecidos pela CF 1988, valorizando a diversidade étnica e cultural, agindo na sensibilização e conscientização dos distintos atores governamentais e setores da sociedade nacional em relação a este processo histórico de negação dos direitos indígenas. A CF 1988, ao garantir o direito originário<sup>34</sup> dos povos indígenas sobre suas terras que tradicionalmente ocupam, afirma não só os usos passados e presentes da terra, mas também perspectivas futuras de uso e ocupação, conforme as especificidades das territorialidades indígenas.

Neste contexto, Santilli (2004, p.4) explica como a lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), por exemplo, é aplicada à luz da CF 1988. A CF 1988 ao reconhecer aos índios

---

<sup>34</sup>Fica reconhecido pelo Estado brasileiro que o direito dos povos indígenas a terra é anterior à ocupação colonial.

sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam também os assegura o direito de usufruto exclusivo sobre as riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos, e a posse permanente sobre suas terras tradicionais, garantindo, portanto o acesso à subsistência indígena, que dará condições para sua reprodução física e cultural.

Dessa forma, afirma a autora que “o modo de vida tradicional dos povos indígenas, suas atividades tradicionais como a caça, pesca e extrativismo, desenvolvidas e compartilhadas ao longo de gerações, e reproduzidas segundo usos, costumes e tradições indígenas” e até mesmo quando “que realizadas mediante o emprego de técnicas, métodos, petrechos ou substâncias não permitidas pela legislação ambiental” (SANTILLI, 2004, p.24) estão excluídas da aplicação da Lei de Crimes Ambientais. Então, salvo em casos de atividades consideradas não-tradicionais, como pesca comercial, exploração florestal, podendo então serem criminalizados conforme previsto em lei, assumindo as responsabilidades civil (reparação de danos ambientais provocados pela conduta ilícita) e administrativas (imposição de penalidades administrativas, como multas, embargos, interdição, etc.).

Assim, desde a constituinte, os povos indígenas, por meio de suas organizações<sup>35</sup>, passaram a conquistar, cada vez mais espaço na esfera política, bem como nas instâncias decisórias de formulação de políticas territoriais, ambientais e de desenvolvimento. Entre mobilizações, ações, estratégias, movimentos sociais e protestos emergiram conquistas e marcos legais nacionais e internacionais, voltados ao reconhecimento da sociodiversidade presente nos distintos Estados nacionais<sup>36</sup>.

Também foi a partir da CF 1988 o exercício da interculturalidade passou a ser necessariamente encarado, pois sua regulamentação exigiu e ainda exige ampla articulação dos movimentos sociais representados pela heterogeneidade étnico-racial brasileira. A interculturalidade é construída na coexistência das relações socioculturais baseadas no interesse mútuo de aprender, mudar e se reconstruir no contato com o outro, pois diferentes identidades culturais se tencionam no dinamismo do encontro e do conflito (GODOY, 2016). A interculturalidade deve levar à emancipação social, tecida na articulação em defesa dos

---

<sup>35</sup>Principalmente o movimento indígena da Amazônia, por meio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

<sup>36</sup>Convenção nº 169 (Organização Internacional do Trabalho/OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004; Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas e Minorias (2007). No Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 – Cap. VIII *Dos Índios*, art. 231 e 232, são rompidas as ideias assimilacionistas e tutelares do Estado sobre os povos indígenas e o Estatuto do Índio (lei 6.001/73) passa a ser interpretado à luz da nova Constituição.

direitos à igualdade e à diferença, por isso a necessidade de um constante olhar crítico à prática da interculturalidade, afastando possibilidades de regulação social (WALSH, 2007). Para Boaventura Sousa Santos (1997) é no diálogo intercultural que diferentes sistemas lógicos se encontram e se percebem como incompletos, desafiando a criação de novos conhecimentos que passam a ser coletivos.

Em 1989, quando foi adotada a Convenção 169, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004, tornou-se obrigatório o direito de os povos indígenas serem consultados, de forma prévia, livre e informada, quando em situações de tomadas de decisões que afetem seus bens e direitos. O direito à consulta prévia tem sido uma ferramenta política essencial na defesa dos direitos dos povos originários em todo mundo. Conforme Courtis (2009) a região da América Latina e Caribe concentra o maior número de países que sancionaram e incluíram na legislação nacional as disposições da Convenção 169 da OIT, chegando a catorze países com características multilíngues e multiculturais, sendo, em alguns casos, a maioria da população indígena.

Desde a década de 1990 o planejamento e a execução da política indigenista brasileira passaram a ser assumidas por diferentes órgãos do governo (VERDUM, 2005) e seus respectivos Ministérios, pois além da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculada ao Ministério da Justiça, passaram a se responsabilizar pelas questões indígenas os Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde, do Desenvolvimento Social<sup>37</sup>, da Educação e da Cultura, dos Esportes, impondo-se o grande desafio de criar e executar políticas públicas de maneira articulada para o atendimento das demandas dos povos indígenas no Brasil.

Atualmente, no Brasil as terras indígenas (em suas diferentes modalidades<sup>38</sup>) com limites já definidos ocupam uma superfície total de 12,9% da extensão do território nacional. Deste total, em termos de extensão mais de 90% destas terras estão localizadas na Amazônia Legal (AL) (FUNAI, 2015). O Censo do IBGE (2010) revelou que 896.917 pessoas (0,4% da população nacional) se autodeclararam indígenas, pertencentes a 305 povos indígenas, que falam 274 línguas. Os povos indígenas estão presentes em todas as regiões do país (FUNAI, 2015).

Entretanto, os povos originários seguem vivendo em meio as constantes pressões e ofensivas no que tange as ameaças aos seus direitos já conquistados. Isso se deve, dentre

---

<sup>37</sup>Em 2016 este ministério substituiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e incorporou parte das atividades do Ministério de Desenvolvimento Agrário, extinto pelo Governo Temer.

<sup>38</sup>Conforme os termos da legislação vigente (Lei 6.001/1973 - Estatuto do Índio CF/1988, Decreto nº 1.775/1996) as TIs são classificadas em modalidades distintas, tais como: Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas; Reservas Indígenas; Terras Dominais; Adquiridas; Interditadas (proteção de povos e grupos indígenas isolados) (FUNAI, 2015).

outros fatores, ao modelo extrativista ou agroextrativista brasileiro (DILGER; LANG; FILHO; 2016) que depende da exploração e exportação de matérias-primas, como *commodities* agrícolas e minerais, que exige grandes investimentos em obras de infraestrutura para o transporte e a geração de energia (rodovias, portos, usinas hidroelétricas, linhas de transmissão). Tais interesses econômicos envolvidos nessas obras acabaram por reunir setores político-econômicos, representantes do agronegócio e das mineradoras, das empreiteiras e do governo, que de maneira articulada buscaram construir condições para desconstruir direitos e explorar os territórios de populações minoritárias, como as indígenas e quilombolas.

Estas questões tem sido prejudiciais à soberania e autonomia dos indígenas sobre seus territórios não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, pois envolvem especialmente o tema da demarcação e proteção das terras indígenas no âmbito dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Para explorar e ocupar os territórios dos povos indígenas os poderes econômicos e políticos realizam alianças aos setores do governo e da base parlamentar procurando esvaziar os direitos indígenas inscritos na CF 1988, usando para isto instrumentos políticos-administrativos, jurídicos, judiciais e legislativos. Este cruel cenário é incentivado por deputados e senadores que representam o agronegócio, seja como latifundiários ou pelo fato dos seus partidos políticos serem financiados pelas empreiteiras.

É neste cenário que surgem as tentativas de reverter os direitos territoriais indígenas, inviabilizando e/ou impedindo o reconhecimento, sobretudo da demarcação de terras. Na atualidade dentre as propostas que assombam estão<sup>39</sup>: Proposta de Emenda Constitucional 215/2000 (PEC 215), que propõe alterar a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil; Portaria 303 (17/07/2012) incentivada pelo poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), busca estender as aplicações das condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento do caso da TI Raposa Serra do Sol (Petição 3388), para todas TI em diferentes regiões do país, com aplicabilidade retroativa; A tese do Supremo Tribunal Federal (STF) do “marco temporal”<sup>40</sup>, que sustenta que apenas os povos indígenas que estivessem ocupando seu território no dia da promulgação da CF 1988 poderiam ser beneficiários de direitos, e também qualquer decisão de ampliar a terra depois de 5 de outubro deve ser anulada. Esta tese foi julgada como improcedente em jul. 2017, não sendo vinculante

---

<sup>39</sup> Não é objeto da tese aprofundar todas as ameaças aos direitos que os povos indígenas no Brasil estão submetidos. Conforme necessário, algum aprofundamento será dado ao longo das discussões da tese.

<sup>40</sup> A tese do marco temporal foi anunciada pela primeira vez pelo STF no acórdão do caso Raposa Serra do Sol (Pet 3388/RR) que estabeleceu além do marco temporal, 19 condicionantes para a demarcação da TI Raposa Serra do Sol.

aos TIs brasileiras, mas somente a TI Raposa Serra do Sol. Em 2017, Outra forma de enfraquecer ou mesmo acabar com os direito indígenas foi a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a FUNAI (que incidiu também sobre o INCRA), sugerindo a dissolução a FUNAI. O relatório da CPI lançou acusações sobre os procedimentos demarcatórios das terras indígenas, alegando a pouca objetividade e ativismo de antropólogos e demais técnicos na elaboração dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas, deslegitimando tais processos. A FUNAI e o INCRA estão sendo sucateados e com orçamentos ínfimos ficam impossibilitados de executarem as suas responsabilidades, das mais básicas (promover ações de segurança alimentar nas terras indígenas, conduzir processos de demarcação de terras) as mais complexas (proteção territorial dos índios isolados) (CUNHA, 2017).

O cenário anti-indígena de proposições legislativas é acompanhado de racismo, intolerância e violência (espancamentos, ameaças, sequestros, torturas, estupros, destruição de patrimônio, invasões de terras, contaminação de águas, extração de ilegal de madeira, garimpo, tráfico de animais silvestres, etc.) por todo Brasil. O Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2015), revela tal brutalidade. As lideranças indígenas sofrem ataques paramilitares e são assassinados por fazendeiros ligados ao latifúndio do agronegócio, sendo emblemática a situação dos Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul. Em 2015 dados oficiais de homicídios de indígenas em todo o país totalizam 137 vítimas. Além disso, a CPI da FUNAI, promovida com apoio dos ruralistas, busca maneiras de criminalizar o trabalho dos aliados indígenas que lutam na defesa da vida indígena, que inclui a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos originários (CIMI, 2015). O Relatório preliminar sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Região Sul, corrobora com os dados do CIMI (2015), registrando os conflitos provocados pelo confinamento dos índios nas áreas pequenas terras que vivem. As demarcações de terra indígenas no RS estão paralisadas no desde 2003. Cerca de 2.000 índios das etnias *Mbya* Guarani e Kaingang vivem em pelo menos 22 acampamentos nas margens de rodovias ou em áreas ínfimas no Estado (CNDH, 2016).

No entanto, apesar de todos esses desafios os povos indígenas seguem na busca dos seus “bens viveres”, enfrentando as adversidades impostas a diversidade de formas de expressão de territorialidade. Conforme explicitado no capítulo 2, territorialidade de povos originários, como os *Mbya* Guarani, se expressa de diferentes formas, evidenciando lógicas espaciais calcadas em noções abertas e fluídas de viver e usar o espaço.

Nesse sentido, a noção de território e territorialidade entre povos originários está vinculada à dinâmica da mobilidade espacial. As lógicas espaciais indígenas passaram a ser

confrontadas a partir do contato com os invasores das suas terras, de modo que, o ato de pensar a noção de território sob uma perspectiva de fechamento está vinculado às imposições restritivas da colonização e dos processos de regularização fundiária criadas pelo Estado (GARLET, 1997; GALLOIS, 2004; LADEIRA, 2008). Entretanto, ainda que de maneira não intencional, mas sim pela relação cosmo-ecológica tecida no espaço (SOUZA, 2008), os povos originários acabam por expressar certos vínculos territoriais aos seus espaços de circulação, ocupação e permanência temporária (GALLOIS, 2004). A noção de território originário *Mbya* Guarani, conforme apresentado no capítulo 2, por exemplo, se associa à noção da manutenção do mundo deste coletivo, cujos vínculos estão “no espaço geográfico onde desenvolvem suas relações que definem um modo de ser, um modo de vida”, associados à ecologia local (LADEIRA, 2008, p. 27).

Desse modo, o ambiente por eles manejado como fonte de provisão de recursos por longos períodos de tempo revelam a interdependência existente entre sociedade-natureza, se traduzindo em práticas de conservação e, em certos casos, de incremento da biodiversidade. Nesse processo, aumentam a heterogeneidade dos ambientes, pois ao vivenciarem a indissociabilidade entre sociedade-natureza contribuem para a manutenção da diversidade biológica, essencial para manutenção dos serviços ecológicos<sup>41</sup> e fornecimento dos recursos naturais dos quais dependem. As práticas de conservação da biodiversidade pelos povos originários decorrem de longos períodos de tempo em meio a tentativas e erros e das dinâmicas socioambientais do território que habitam, sob uma base de conhecimento indeterminada, que envolve uma íntima relação com seus sistemas de crenças (GADGIL; BERKES; FOLKE, 1993).

Atualmente, os Guarani, assim como os demais povos indígenas no Brasil, estão, em maior ou menor medida, envolvidos em iniciativas de projetos, ações e políticas públicas indigenistas e/ou socioambientalista voltadas a gestão territorial e ambiental em suas terras e territórios. A próxima seção apresenta um resgate histórico da emergência deste debate e os desafios à sua prática, sem jamais desconsiderar que os povos originário/indígenas milenarmente realizam a gestão dos seus espaços de vida, entretanto, mais do que nunca no século XXI fez-se necessário fortalecer ações com base na interculturalidade, considerando a crise civilizatória (QUINTERO, 2014) em que todos os seres estão submetidos no mundo

---

<sup>41</sup> Entendendo os serviços ecológicos como aqueles benefícios gerados pelos sistemas naturais para todos os seres vivos, a partir das interações em um ecossistema. Tais interações ecológicas decorrem dos fluxos energéticos que ocorrem entre fatores bióticos e abióticos, podendo ou não ser influenciado pelo manejo de seres humanos. Os benefícios gerados envolvem a provisão e alimentos para humanos e animais, serviços de regulação do clima, fluxo hídrico, ciclagem de nutrientes, entre outros.

contemporâneo e os reflexos de tal crise sobre o ambiente requer ações coletivas com base nos saberes sociodiversidade.

### **3.1.1 A gestão territorial e ambiental em terras indígenas no Brasil**

A emergência do debate da gestão territorial e ambiental em terras indígenas no Brasil inclui o reconhecimento da indissociabilidade das questões sociais e ambientais, apresentando neste contexto os desdobramentos que levaram à construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), cujos objetivos almejam o fortalecimento de alternativas à sustentabilidade indígena em suas terras e territórios, desafiando ações articuladas entre políticas indigenista, ambiental e territorial.

Modelos de vida alternativos envolvendo as relações sociais e ecológicas passaram a ser identificados nos modos de vida de povos originários, pois diante das preocupações globais, tais como as ligadas às mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos, as terras indígenas aparecem como de extrema relevância por resguardarem consideráveis porções de remanescentes dos diferentes biomas brasileiros (principalmente Amazônia e Mata Atlântica, conforme revelam imagens de satélite divulgadas amplamente pelo software *Google Earth*) (RICARDO, 2004; ISA, 2016).

Análises de mudanças ambientais globais realizadas por equipes multidisciplinares no âmbito da ciência integrativa têm demonstrado contribuições importantes entre antropólogos e geógrafos, quando comprometidos em dar visibilidade às diferenças locais e regionais. Estes observam por meio das imagens de satélite “padrões de uso da terra associados aos processos socioeconômicos e culturais das populações locais” (MORAN, 2011, p.50).

Os espaços tradicionalmente ocupados e usados pelos indígenas, por vezes, impedem desmatamentos, grandes projetos de desenvolvimento que beneficiariam urbanizações e ocupações irregulares de maneira descontrolada, comprometendo o equilíbrio ecológico local. Tal contribuição que assegura a conservação dos ecossistemas levou alguns povos indígenas a chamarem atenção nacional e internacional no apoio a projetos de conservação e gestão da biodiversidade (RYLANDS; BRANDON, 2005, PRINTES, 2012).

Barreto Filho (2014, p.277), em suas análises sobre limites e possibilidades de uma gestão territorial e ambiental “integradora, democrática e promotora de justiça ambiental” de espaços territoriais protegidos, retoma a ecologia histórica de Balée (1989; 1992) cujos estudos antropológicos sobre as capoeiras como *habitats* de povos caçadores-coletores da

floresta tropical, demonstraram que as florestas secundárias amazônicas resultam de cultivos agrofloretais não intencionais praticados por povos da floresta que secularmente ocupam um mesmo território. Tais cultivos se expressam como “florestas antropogênicas” e abrigam vegetações associadas e importantes economicamente para os grupos. Desse modo, as florestas que compõem a “natureza amazônica”, por exemplo, resultam de um histórico cultural de manejo de solos e plantas, sugerindo uma “transformação cultural da natureza”.

O reconhecimento do manejo indígena sobre a biodiversidade no Brasil passou a ter maior visibilidade quando lideranças participaram da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Naquele evento o Brasil assumiu alguns compromissos, tais como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Agenda 21, que passaram a orientar as estratégias de desenvolvimento sustentável (inspirados no Relatório de Brundtland/Nosso Futuro Comum-1987) brasileiro.

Nesse contexto, se fortaleceram as organizações não governamentais ambientais e sociais, com forte atuação em estabelecer conexões entre “problemáticas socioambientais locais e circuitos globais de financiamento” (OLIVEIRA, 2011, p. 14). Esse processo propiciou espaços de diálogos estimulando a convergência de movimentos sociais, como dos ambientalistas e organizações indígenas. Na Eco-92 criou-se o Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility* - GEF) do Banco Mundial, mecanismo financeiro para apoiar projetos voltados à conservação da biodiversidade. O GEF passou a fomentar conexões e interações institucionais voltadas à gestão de recursos naturais de uso comum do nível local ao global, incentivando a perspectiva transescalar de gestão ambiental. Se iniciou um período de cooperação internacional entre os países signatários dos compromissos firmados na Eco-92, se consolidando mundialmente um momento favorável para convergências institucionais voltadas à gestão ambiental dos recursos naturais em escala planetária (PRINTES, 2012).

Nesse contexto, é criado o “Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7), tendo como prioridade o bioma Amazônico (Amazônia Legal) e bioma Mata Atlântica. No que tange às questões indígenas o PPG7 financiou projetos como: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), executado pela FUNAI entre 1996 a 2010, com atuação no âmbito da regularização fundiária das terras indígenas especialmente localizadas na Amazônia e Mata Atlântica, demarcando terras indígenas por meio de metodologias participativas, visando maior engajamento e

proteção dessas áreas por parte dos indígenas, frente a ameaças externas à biodiversidade nelas existente.

Tais metodologias fundamentaram-se no diálogo intercientífico ou na intercientificidade, que diz respeito ao encontro de diferentes ciências, em que os conhecimentos científicos dos povos originários e os conhecimentos técnico-científicos dos não indígenas interagem e se complementam para fins de gestão. Considerando que as problemáticas territoriais e ambientais contemporâneas, na sua complexidade, exigem ampliar possibilidades de responder as demandas que se apresentam (LITTLE, 2010). Gradualmente estas metodologias foram sendo incorporada ao marco legal da política indigenista brasileira.

Outras iniciativas surgiram a partir do PPTAL, como os Subprogramas de Projetos Demonstrativos PD/A, os quais apoiaram financeiramente iniciativas ou experimentos/projetos comunitários de proteção às áreas de floresta tropical na Amazônia e na Mata Atlântica e ecossistemas associados, bem como ações destinadas à recuperação e manejo de espécies da fauna e flora, tendo como referência práticas de gestão ambiental e manejo indígena pré-existente; o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), executado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual apoiou projetos indígenas voltados a atividades produtivas com incentivo às estratégias culturais de sustentabilidade econômica e social pré-existente (GRAMKOW *et al.*, 2007).

Também a Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas (a “Carteira Indígena”) foi uma experiência intersetorial e descentralizada de ação indigenista, que constituiu uma parceria entre o movimento indígena e o governo brasileiro (MMA, MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e a FUNAI, principalmente) para o desenvolvimento de ações que contribuíssem para a segurança alimentar e nutricional em comunidades indígenas e a gestão ambiental em suas terras (PRINTES, 2012).

Tais projetos são considerados emblemáticos dentro do histórico de projetos que posteriormente influenciaram a construção de políticas públicas voltadas à de gestão territorial e ambiental indígena, visto que a partir dessas iniciativas ocorre o fortalecimento da articulação entre o movimento indígena organizado da Amazônia, nomeadamente a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com os esforços do movimento socioambientalista, cujas demandas passaram a ser tratadas de maneira articulada (GRAMKOW *et al.*, 2007).

Em decorrência das aproximações de questões sociais e ambientais o Ministério do Meio Ambiente passou a ter uma “compreensão mais abrangente e integradora da proteção

especial a determinados espaços territoriais”, saindo da visão de “conservação da biodiversidade *in situ*, potencializando suas externalidades, abrangendo a diversidade de apropriações, destinações e usos desses espaços territoriais” (BARRETO FILHO, 2014, p.281), decorrendo disso os princípios, diretrizes e objetivos do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758/2006, que reconheceu as terras indígenas como Áreas Protegidas (APs), legitimando a contribuição dessas áreas como parte de um sistema dinâmico de conservação da biodiversidade (RAMOS, 2006). Ampliou-se o olhar da “paisagem de territórios especialmente protegidos e a importância da complementariedade de todas as UCs e outras APs, como as terras indígenas, na conservação da diversidade tanto biológicas como sociocultural dada às interfaces entre ambas” (BARRETO FILHO, 2014, p.283).

O PNAP inovou prevendo “um arranjo institucional (instâncias, processos e atores) para o planejamento e gestão das APs”, estando os “direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas” expressos no PNAP “não como obstáculos, mas como instrumentos complementares de conservação da biodiversidade” (BARRETO FILHO, 2014, p.283). Conforme afirma Barreto Filho (2014, p. 284), resgatando observações da biologia da conservação, a “equidade social também é parte integral da conservação da natureza”, no entanto atualmente a PNAP aparece marginalizada como referência à política pública de gestão ambiental e territorial no país. É claro que existem “limites e possibilidades de promover a interface entre a proteção da diversidade biológica e da diversidade sociocultural”, pois ao falarmos de terras indígenas, terras de quilombos, e outras terras e territórios de populações tradicionais, estamos em primeiro lugar diante da “materialização do reconhecimento de direitos territoriais coletivos” (BARRETO FILHO, 2014, p.284) envolvendo certas especificidades quanto à gestão destas áreas protegidas.

Little (2006, p.16-23) afirma que o tratamento da gestão territorial em terras indígenas abarca “[...] duas grandes agendas políticas que atuam e se inter-relacionam: a agenda de direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas e a agenda ambientalista da sustentabilidade”. De acordo com Little (2006, p.21) questões referentes à gestão ambiental e territorial devem ser analisadas de maneira conjunta, pois considera que gestão ambiental se encontra implícita na gestão territorial, pois resulta da noção de gestão de território como um todo. Para o autor, a gestão territorial seria “o controle político e o manejo ambiental do espaço geográfico que é o território de um grupo social ou entidade política”, por isso a “noção da gestão territorial é o que melhor combina a dimensão política de controle territorial

das terras indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade” (LITTLE, 2006, p.21).

O mesmo autor salienta que muitos sistemas de conhecimento tradicional no Brasil e em países da América Latina interagem constantemente com a ciência moderna, no entanto, essa interação se dá dentro marcos assimétricos de poder (LITTLE, 2006). Tais espaços de interação podem ser interpretados como campo de saber intercientíficos, que possibilitam ampliar as possibilidades de gestão compartilhada<sup>42</sup> de um território marcado pela sociobiodiversidade. Uma interação simétrica, que proporcione condições para entendimentos mútuos em diálogo intercultural é o passo inicial para viabilizar a apropriação necessária aos envolvidos na gestão de espaços e recursos de uso comum.

Foi este contexto de múltiplas aproximações das questões sociais e ambientais que favoreceu a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) - Decreto 7.747/2012, política pública indigenista que reconhece a importância do manejo milenar indígena realizado em suas terras e territórios, formalizando a necessidade de o Estado brasileiro proteger<sup>43</sup>, promover<sup>44</sup> e manter tais práticas e conhecimentos associados à conservação da sociobiodiversidade.

Esta política traz como objetivo geral “promover a proteção, recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas”, com vistas à “melhoria na qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas”, tendo como base o “respeito à autonomia sociocultural”, conforme consta no seu Art. 1º.

A PNGATI possui um caráter transversal, pois a diversidade e complexidade dos seus 47 objetivos relacionados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas vão além das competências dos órgãos ambiental e indigenista, contribuindo para sinergia das instituições responsáveis pelo atendimento das demandas indígenas no país.

Esta política propõe a governança e cogestão de terras e territórios indígenas no Brasil, trazendo elementos para orientar ações de gestão e manejo adaptativo, permitindo que se estabeleçam conexões transescalares de gestão (diferentes níveis de gestão interagindo e se ajustando conforme os erros e os acertos se apresentam) (SEIXAS; BERKES, 2005).

---

<sup>42</sup> Este assunto será retomado no capítulo 6.

<sup>43</sup> Na contemporaneidade a proteção diz respeito a não violação dos direitos dos povos indígenas em meio a relações assimétricas de poder, observada historicamente e geradora de ameaças e violência física à integridade física e cultural destes povos.

<sup>44</sup> A proteção diz respeito ao reconhecimento da diferença como algo positivo e com potencial para fortalecer trocas de diferentes saberes, rompendo com práticas assistencialistas.

No Art. 2º da PNGATI constam como ferramentas para a gestão territorial e ambiental o Etnomapeamento<sup>45</sup> e o Etnozoneamento<sup>46</sup>, que têm fornecido as bases de diálogo para a elaboração de outro instrumento para a gestão das terras indígenas: os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) (FUNAI/CGGAM, 2013).

A PNGATI está sendo implementada, desde 2012, por meio de um projeto piloto nacional, o “Projeto de Gestão Ambiental Indígena (Projeto GATI)”<sup>47</sup>, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com lideranças indígenas e representantes da FUNAI e do MMA, tendo como financiadores o Banco Mundial com recursos do *Global Environment Facility* (GEF); o governo federal (FUNAI e Ministério do Meio Ambiente), o PNUD e *The Nature Conservancy* (TNC)<sup>48</sup>. Está sendo executado por consultores contratados pelo PNUD em 32 TIs localizadas em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade<sup>49</sup>, com destaque para o bioma Amazônico e Mata Atlântica.

A priorização dos biomas florestais em detrimento do único bioma brasileiro considerado “não florestal”, o Pampa, localizado na extremidade meridional do Brasil, enfraqueceu as possibilidades das terras indígenas no Rio Grande do Sul (RS) serem incluídas no Projeto GATI. Apesar da Mata Atlântica<sup>50</sup> cobrir uma parcela significativa da metade norte do Estado do RS, e as terras indígenas Kaingang e *Mbya* Guarani ocuparem ambos os biomas, com muitos problemas relacionados à gestão territorial e ambiental, não houve a inclusão de nenhuma área indígena do extremo sul brasileiro, sendo uma das alegações o fato de não existirem experiências pré-existentes voltadas à gestão territorial e ambiental ou conservação da biodiversidade em tais terras indígenas (PRINTES, 2012).

Entretanto, no Estado do Rio Grande do Sul existem iniciativas relacionadas a promover a gestão territorial e ambiental de terras indígenas e em um contínuo processo de aprendizado intercultural e intercientífico entre os envolvidos. Estes projetos decorrem da aproximação de universidades com seus núcleos de pesquisa e extensão, programas de

---

<sup>45</sup> O Etnomapeamento é “o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas” (BRASIL, 2012).

<sup>46</sup> Etnozoneamento é “o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do Etnomapeamento” (BRASIL, 2012).

<sup>47</sup> Iniciado em 2009, com previsão de cinco anos (prorrogáveis).

<sup>48</sup> Compõe o grupo de ONGs transnacionais, cujo interesse é proteger grandes paisagens de países megabiodiversos.

<sup>49</sup> Essas escolhas ocorreram em observância das áreas prioritárias definidas pela “Lista de Áreas Prioritárias Definidas para a Conservação da Biodiversidade do PROBIO/MMA” (1997), dentre outros critérios focados na experiência prévia de projetos em gestão ambiental com ênfase na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais em terras indígenas.

<sup>50</sup> O Domínio da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul é constituído de floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista (floresta com araucária), floresta estacional semidecidual, campos de altitude, restinga.

compensação ambiental decorrentes de duplicação de rodovias, bem como de ONGs e órgão de assistência técnica e extensão rural como a Emater/ASCAR.

Somente para citar alguns destes projetos: “Agrobiodiversidade e Cultura *Mbya* Guarani: condições de produção, modos de transmissão e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em comunidades no litoral norte do RS” (Projeto *Kokué -2010/2011*), tendo como proponente UFRGS/PGDR/DESMA e instituições parceiras NIT/UFRGS, AEPIM, FUNAI, EMATER/ASCAR-RS e CTI; “Territorialidades tradicionais e de unidades de conservação no rio grande do sul: contribuição da etnoconservação para a gestão compartilhada” (UFRGS/DESMA/PGDR – 2010-2012). “Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de rede e segurança alimentar e nutricional” (Executores: UFRGS/PGDR; EMATER/ASCAR-RS; *Mbya*-Guarani; Quilombolas; APEL; Araricá/Ferrabrás. Apoiadores: RODA – UVAIA, GVC, GARRA, DESMA; FUNAI; SEMA; NESAN/IEPE/UFRGS – 2011-2012). “Ar, Água e Terra: Vida e Cultura Guarani”, concebido e executado pela ONG IECAM (2011-2015).

Também, muitas destas ações passaram a ser viabilizadas a partir das exigências ligadas a processos de licenciamento ambiental de empreendimentos, como os de duplicação de rodovias, em que a legislação passou a exigir o componente indígena, que deve explicitar os impactos socioambientais e indicar as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas socioambientais correlatos do empreendimento em relação aos coletivos indígenas afetados. Entre as condicionantes, devem ser elaborados programas orientados pelos indígenas que promovam a auto sustentabilidade desses coletivos durante as fases de implantação do empreendimento, bem como programas estruturantes de apoio e gestão das terras indígenas posteriores à conclusão da obra.

O Programa de Apoio às Comunidades Indígenas *Mbya*-Guarani no Âmbito das Obras de Duplicação da Rodovia BR-116/RS, trecho entre Guaíba e Pelotas/RS é uma experiência recente neste sentido. O Programa decorre das medidas de mitigação e compensações do empreendimento de duplicação da rodovia BR 116/RS, estando suas ações estreitamente ligadas aos objetivos da PNGATI, com exceção do subprograma fundiário de aquisição (compra) de terras para os indígenas. Tal empreendimento, associado à aceleração do desenvolvimento econômico do país<sup>51</sup> e consequente valorização das terras na região, tende a dificultar ainda mais processos de reconhecimento tradicional de terras pelos indígenas. Diante de um contexto adverso em que forças econômicas e políticas fortalecem os

---

<sup>51</sup> Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2).

obstáculos para demarcação de terras, o “licenciamento passou a ser visto como um mecanismo possível de viabilizar a conquista das terras”, situação facilitada na medida em que a questão fundiária indígena passa a dialogar com o mercado imobiliário (GOBBI, 2014, p.73).

No RS também já foram elaborados pelos *Mbya* Guarani (com colaboração de técnicos, pesquisadores e gestores governamentais e da sociedade civil) dois Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), nas terras indígenas *TekoáJata'ity* e *Tekoá Ka'aguy Mirim* localizada na região do Cantagalo, abrangendo os municípios de Porto Alegre/Viamão; e terra indígena *Tekoá Porã*, localizada no município de Salto do Jacuí. Estes PGTA foram parte integrante de um projeto executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em parceria com a Comissão Guarani *Yvyrupá* e colaboração do Fundo Newton de Pesquisa (*Newton Fund*). Estes planos destacam temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, manejo dos recursos naturais existentes na região, fontes de geração de renda, condições de habitação e usufruto da terra (PGTA TI CANTAGALO, 2017).

Cabe salientar que, enquanto no norte do Brasil o foco da gestão das terras indígenas é a proteção e conservação da biodiversidade, no sul a recuperação ambiental desses espaços é o principal desafio. Trata-se de problemáticas que exigem uma ampla articulação entre os órgãos responsáveis pela execução da política indigenista e parcerias orientadas pelos indígenas, buscando neste diálogo a aplicação de tecnologias intercientíficas que revertam às condições a favor da integridade dos ecossistemas e conseqüente melhoria em benefício aos modos de vida indígena em suas terras.

Tais esforços devem servir para fortalecer ações que possam responder às pressões internas e externas que ameaçam as terras indígenas contemporâneas, quais sejam: as internas seriam aquelas vinculadas à situação de viverem em espaços reduzidos a perímetros reconhecidos pela União, diante da transição demográfica pela qual estão passando, em que há crescimento da população indígena e mudanças de valores geracionais. As externas são aquelas relacionadas ao aumento das obras de infraestrutura, mineração, expansão da fronteira agrícola, desmatamento e atividades ilegais que contribuem para o isolamento das terras indígenas e conseqüente perda da biodiversidade e conectividade com outras áreas protegidas, desmantelando as possibilidades de manutenção de vínculos socioecológicos e sustentabilidade indígena em suas terras.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que existem mobilizações dos povos originários no Brasil e na América Latina como um todo, voltados à governança de suas terras

e territórios de vida, e que tais movimentos tem tencionado para a descolonização das relações que passam, também, pela reelaboração de políticas públicas que os afetam diretamente e que influenciam os caminhos para o bem viver indígena.

A próxima seção apresenta iniciativas de políticas públicas que objetivam trazer benefícios a sociodiversidade brasileira, incluído os povos originários-indígenas, tendo como perspectiva execução de políticas públicas, ações e programas de maneira transversal e integrativa. Mostra-se a proposição do arranjo interinstitucional necessário para lidar com a complexidade das demandas territoriais, aproximando-se o poder público (através de suas Secretarias) com as IES presentes no território.

### **3.1.2 Políticas públicas intersetoriais visando alcançar povos indígenas e comunidades tradicionais: gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e territórios rurais e da Cidadania**

Em 2016 foi divulgado o Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PII-PNGATI (2016), que propõe ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e indigenistas, para o período de 2016 a 2019.

Neste Plano, que faz referencia aos 7 eixos em que estão distribuídos os 47 objetivos específicos da PNGATI, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aparece como instituição responsável e parceira em variadas ações/metast indicadas para execução. Em linhas gerais o MDS aparece naquelas ações/metast voltadas à diagnosticar a situação nutricional em terras indígenas e indicar projetos de Etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar; articular a produção e a facilitação da aquisição de alimentos para consumo nas escolas indígenas por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); promover e apoiar a articulação com instituições parceiras, realização de intercâmbios em práticas de agricultura e alimentação tradicional indígena; na governança e processos de tomada de decisão voltada à capacitação e à implementação da PNGATI.

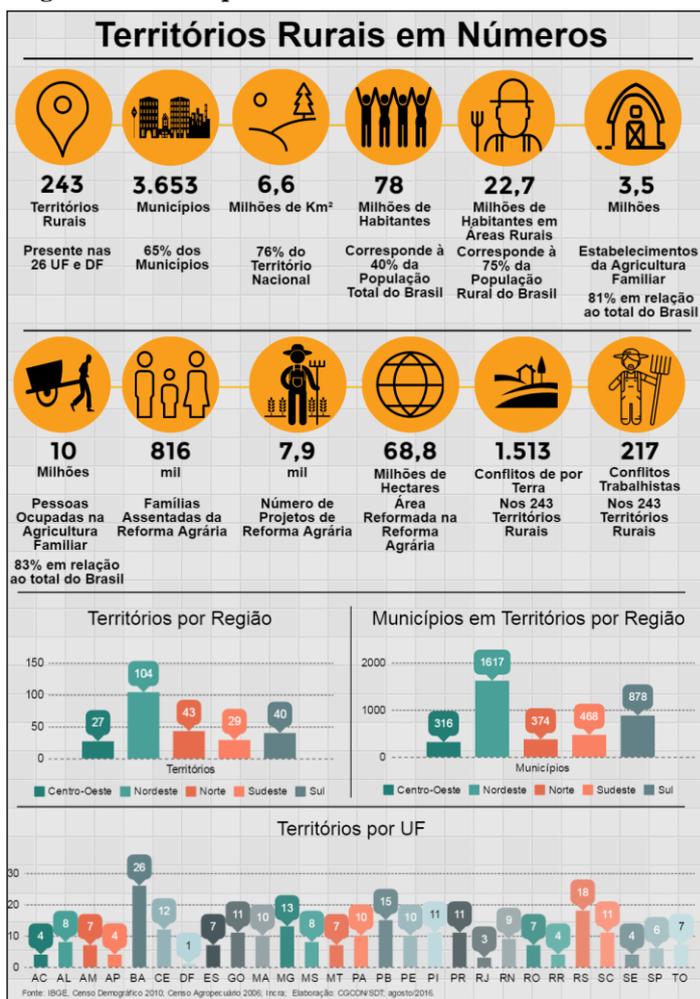
Uma das políticas públicas territoriais criadas e executadas pelo extinto MDA, foi o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). De acordo com essa política o conceito de território da política territorial “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a

sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (RAMBO *et al.*, 2013).

A concepção de “território rural” na operacionalização de políticas públicas ocorreu em 2003, quando foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo início o PRONAT. A construção de políticas públicas a partir do território supera uma visão setorial, seguindo uma tendência internacional, vigente no final do século XX e início do século XXI em que se prioriza o local e as dinâmicas territoriais (RAMBO *et al.*, 2013).

O PRONAT tem por objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia com base na valorização da sociobiodiversidade, salvaguardada nas práticas dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens. A participação no PRONAT se dá via os Territórios Rurais homologados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). A figura 08 apresenta dados quantitativos da abrangência desta política pública, voltada a fortalecer as potencialidades locais de desenvolvimento em diferentes regiões brasileiras, com foco na abordagem territorial. Verifica-se que as regiões nordeste e sul se destacam quanto ao número de territórios por região e também quanto aos municípios envolvidos neste espaço de governança coletivo.

Figura 8 - Dados quantitativos dos Territórios Rurais do Brasil



Fonte: NEAF-NEDET UFG (2017).

Como espaço de governança o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) é a estrutura organizacional dos territórios rurais, que forma uma instância local de mobilização, onde Estado e sociedade planejam e geram as políticas públicas conjuntamente em torno da construção de ações destinadas, em especial, aos agricultores familiares, assentados, povos indígenas, quilombolas, pescadores e piscicultores familiares. O CODETER usa como instrumento de gestão de Câmaras Temáticas, constituídos em plenárias envolvendo os membros do núcleo diretivo e técnico, dialogando com temas de interesse de desenvolvimento, salientando os gargalos e desafios que se apresentam no território em questão<sup>52</sup>.

<sup>52</sup> O capítulo 5 apresenta as câmaras do Território Rural Litoral (TRL).

**Figura 9 - Estrutura organizacional do CODETER**

Fonte: CODETER Campos de Cima da Serra (2017).

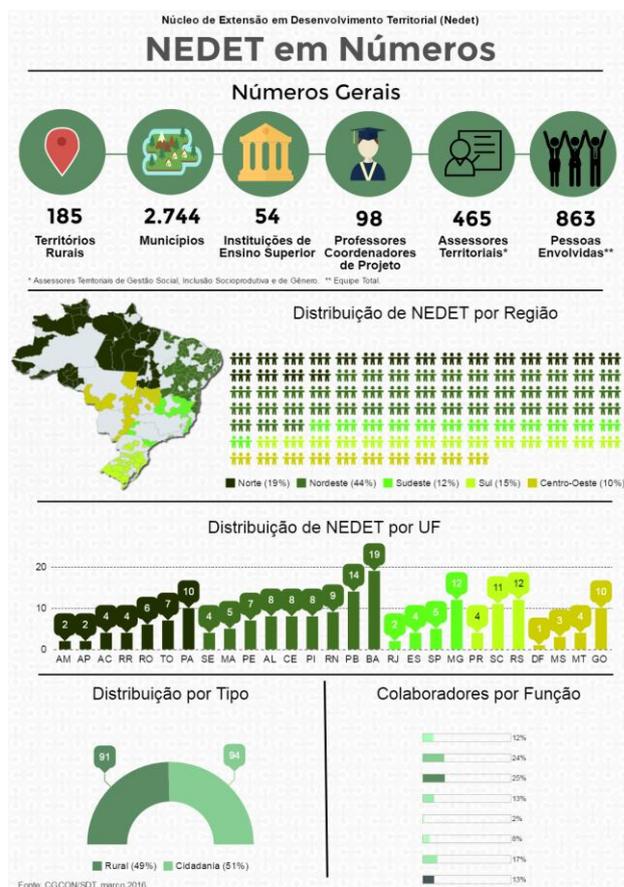
Desde 2014, os Territórios Rurais passaram a receber assessoria das Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo nas dinâmicas territoriais as práticas de extensão, pesquisa e ensino destes atores. Em 2014 a política territorial brasileira teve importante inovação institucional ao proporcionar, via chamada pública, a inserção da extensão universitária na articulação e assessoria aos colegiados e a ampliação do diálogo com outras instâncias territoriais<sup>53</sup>, por meio da implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Tal propiciou significativa dinâmica nas ações extensionistas e projetos de interesse nos diversos territórios rurais brasileiros, com especial repercussão em públicos e atores historicamente marginalizados e pouco visíveis ao reconhecimento social e estatal.

Neste contexto que ocorreu o acordo MDA-CNPq-UFRGS/PGDR para fortalecer a implantação de Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) através dos NEDET do Território Litoral e dos Campos de Cima da Serra, por meio de assessoramento executado pela UFRGS, UERGS e IF/RS, na qual se insere a pesquisa desta tese.

A figura 10 apresenta em números a presença dos NEDET nas diferentes regiões brasileiras, junto aos territórios rurais abarcados pelo PRONAT no Brasil. A região Sul apresenta 15% dos NEDET constituídos no Brasil.

<sup>53</sup> Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

**Figura 10 - NEDET implantados por região do Brasil**



Fonte: NEAF-NEDET UFG (2017).

Em meio a este processo, no final de 2016, ocorreu uma drástica mudança no cenário político e econômico, acarretando na transferência da SDT para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que passou a ter suas atividades divididas entre a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Nesse novo formato institucional onde esta pasta passa a ser gerida por uma Secretaria, ao invés de Ministério, a tendência é fragilizar a operacionalização e manutenção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, incluídos os povos indígenas que coabitam esta categoria desde o início do século XXI, diminuindo a sua importância frente aos interesses de fomento do agronegócio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (PRINTES; COELHO-DE-SOUZA, 2016).

De acordo com Froehlich,

[...] a política territorial brasileira teve importante inovação institucional ao proporcionar, via chamada pública, a inserção da extensão universitária na

articulação e assessoria aos colegiados e a ampliação do diálogo com outras instâncias territoriais. Tal propiciou significativa dinâmica nas ações extensionistas e projetos de interesse nos diversos territórios rurais brasileiros, com especial repercussão em públicos e atores historicamente marginalizados e pouco visíveis ao reconhecimento social e estatal. Mediante diversas ações e projetos voltados à inclusão produtiva e gestão social, ampliou-se a mobilização e protagonismo de jovens, mulheres, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas nos territórios rurais brasileiros (FROEHLICH, 2017, p.1).

Esta política pública, mesmo deixando de ser prioridade do governo federal na medida em que se extingue o MDA, trouxe a possibilidade de promover o engajamento e fortalecimento de diferentes instituições para pensar o desenvolvimento territorial, a partir de laços sociais, oportunizando a sociedade enfatizar debates proativos sobre o uso de recursos disponíveis em organizações produtivas, ou seja, a relação entre sistemas sociais e ecológicos e formas de governança pública (ABRAMOVAY, 2010).

Políticas públicas como o PRONAT integram a atual tendência da abordagem territorial do desenvolvimento que propõe a gestão por meio da cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo - municipal estadual e federal, com a participação da sociedade civil, conformando uma nova unidade de referência, expressa pelo território (RAVANELLI, 2010; SCHNEIDER, 2004).

Para compreender como esta política atuou no sentido de incentivar o fortalecimento da governança *Mbya* Guarani no território rural litoral do Rio Grande do Sul faz-se necessário retomar o contexto histórico da situação dos Guarani, no que tange as dificuldades as quais foram submetidos ao longo da ocupação do território brasileiro, ignoradas as formas de territorialidade e noções de uso do espaço na perspectiva originária. as consequências disso na contemporaneidade, que se desdobram em movimentos de resistências diversas, como pela retomada de terras ancestrais são apresentadas na próxima seção.

### 3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL GUARANI

Os *Mbya*, juntamente com os *Nhandeva* e *Kaiowá*, são integrantes de um grande conjunto sociocultural da família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Trata-se de três parcialidades étnicas que apresentam diferenças linguísticas e socioculturais (SCHADEN, 1974). Provenientes da região amazônica, por isso denominado “povos amazônicos”, passaram a migrar para a porção sul, nas terras baixas da América do Sul há aproximadamente três mil anos. A história Guarani tem por cenário as matas subtropicais das bacias dos Rios Paraná, Paraguai e Uruguai (SCHIMITZ, 1991; CHAMORRO, 1999).

“*Mbya*”, assim se autodeclararam e se reconhecem como identidade genérica, com afinidades étnicas, linguísticas e socioculturais que os diferenciam de outros Guarani e dos *juruá* (brancos ou não indígenas). Os *Mbya* estão presentes no atual território do RS há pelo menos 2.000 anos (GOBBI *et al.*, 2010). Há séculos habitam de preferência em áreas florestadas nas margens das áreas lacustres, fluviais e marítimas, evidenciando uma ocupação fundamentada em “regime de circulação sazonal entre aldeias e acampamentos” orientada por “fatores ambientais, ecológicos, históricos e de ascendência cultural” que expressa a sua cosmo-ecologia (SOUZA, 2008, p.19).

Compõe a história Guarani, o projeto redução dos jesuítas entre os séculos XVII e XVIII, como parte de uma das facetas da colonização, que procurou catequizar os índios, torna-los “dóceis” com objetivo de torna-los trabalhadores. As marcas monumentais do projeto jesuíta estão ainda presentes nas ruínas encontradas no Brasil (São Miguel das Missões), na Argentina e no Paraguai. O final do projeto jesuíta foi marcado pela violência, com a união entre Espanha e Portugal, que juntas passaram expulsar os jesuítas e os Guarani das reduções, configurando-se as atuais fronteiras nacionais. Ao longo dos séculos os Guarani foram perseguidos, caçados, escravizados, confinados. Os núcleos familiares foram sendo dispersos, ocupando o território de maneira diversa. A partir do século XX o projeto moderno colonizador sobre os *Mbya* foi intensificado, com reflexos profundos sobre seus espaços de vida (LIEBGOTT, 2010).

Desse modo, os espaços de vida *Mbya* Guarani foram secularmente colonizados, descaracterizados, desmatados, destruídos concomitante as agressões cometidas aos ambientes da Mata Atlântica e ecossistemas associados. Como refugiados ambientais e cativos em seu próprio território, ainda que mesmo mantendo certo grau de interação com os não indígenas, os *Mbya* como estratégia de autoproteção, foram se embrenhando nas matas e nas áreas montanhosas mais íngremes e de difícil acesso, buscando a invisibilidade, o isolamento, afastando-se das margens dos rios e do mar, deixando inclusive de praticar deslocamentos em suas canoas, um componente fundamental do *oguatá reguã* (por onde andamos). No sul e sudeste brasileiros, o crescimento das cidades e a urbanização decorrente da consolidação de modelos econômicos e políticos desenvolvimentistas do século XX, obrigou os *Mbya* a buscarem formas de diálogo interculturais, enquanto sujeitos de direitos nos Estados nacionais que habitam e lutar para pelo reconhecimento de seus direitos territoriais originários. Entretanto, os *Mbya* começam a “reaparecer” em lugares secularmente habitados pelos seus ancestrais, porém em condições de precariedade, mas mantendo os aspectos fundamentais da cultura: a língua, costumes alimentares tradicionais, cantos e

danças, mantendo suas sementes verdadeiras cultivadas em pequenas *kokué* (roças), transmitindo conhecimentos da medicina e alimentação específica, conforme o *mbya rekó* (modo de ser).

Fundamental neste contexto territorial Guarani são os registros históricos, que desde as primeiras incursões coloniais nos 1500 até a contemporaneidade, encontraram os Guarani em movimento. No século XX, os *Mbya* Guarani impressionaram aqueles que buscavam compreendê-los por, aparentemente, “não pararem”. Conforme as interlocuções se aprimoraram, apreendeu-se que a mobilidade, o caminhar (*oguatá*), através das orientações e ensinamentos dos xamãs, em comunicação com as divindades, constitui os fundamentos do *mbya reko*. É neste constante movimento que constroem os lugares que possibilitam a sua reprodução física e cultural: o *tekoa*, a aldeia (PRINTES *et al.*, 2017).

Há séculos a sua mobilidade tem se deparado com constrangimentos decorrentes do processo de colonização não indígena, de modo que situações de retomadas como as que se configuram atualmente no Oeste do Paraná e Rio Grande do Sul, devem ser compreendidas como um complexo esforço de manterem-se em movimento, no fazerem-se como pessoas entre si.

Na contemporaneidade, os *Mbya* têm retomado suas terras e territórios originários por meio de diferentes mecanismos processuais. Estas terras representam apenas porções de uma só terra originária, por eles chamada de *Yvy Rupá*, e conforme apresentado no capítulo 2, de noção contínua, pois para os *Mbya* Guarani os limites, as fronteiras, são invenções dos *jurua* (não indígenas) e não correspondem a maneira como habitam esse mundo.

Para os *Mbya* toda terra onde pisam compõe parte do *Yvy Rupá* território originário, ancestral. *Yvy Rupá* é uma categoria Guarani para se referir a “Terra”, ao “Mundo”, conforme suas formas de pensamento, indissociáveis de suas práticas de territorialização que possuem como tudo o mais para este povo, um fundamento religioso/cosmológico, conforme amplamente descrito e analisado pela bibliografia nos mais de cem anos de produção etnológica/antropológica sobre os Guarani<sup>54</sup> (PRINTES *et al.*, 2017).

O *Yvy Rupá* se expressa em um amplo espaço geográfico e sociocosmológico, que remonta para antes da formação do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai, países que, em suas construções coloniais, impuseram fronteiras no contínuo território guarani. A partir da imposição destas fronteiras se viram obrigados a lidar com as identidades nacionais, as

---

<sup>54</sup> A produção antropológica sobre os Guarani, bem como historiográfica e arqueológica, é imensa. Sobre este aspecto da centralidade da religião/cosmologia, cabe citar os clássicos cujas descrições e análises continuam pertinentes e ressoando nas pesquisas contemporâneas: Nimuendaju 1987[1914] Schaden 1954, Cadogan 1997[1954] (PRINTES, *et al.*, 2017).

quais não impedem que suas relações atravessem as linhas divisórias, e os constrangimentos típicos de fronteiras, do colonizador, configurando aos Guarani uma territorialidade, cujos processos históricos, desde certa perspectiva colonial, buscou, e busca, enquadrar os Guarani como estrangeiros (PRINTES *et al.*, 2017).

Para os *Mbya* uma só terra foi criada pelo *Nhanderú* (nosso pai, Deus), para que todos os povos, todos os seres, vivessem nela sem conflitos e em harmonia. Entretanto, os *Mbya*, semelhante a tantos outros povos indígenas no Brasil, vivem há mais de 500 anos em movimentos de lutas de resistências para manter seus costumes, seus modos de vida, que dependem exclusivamente desta terra onde *Nhanderú* deixou tudo aquilo que necessitam em termos de recursos disponibilizados nos mais diversos ambientes em que se expressa a territorialidade *Mbya* (TUPÃ, 2017).

A resistência dos *Mbya*, motivada há décadas pelos *xeramoí* (anciãos) e *xejary* (anciãs), juntamente com os *xondaros* e *xondárias* (guerreiros e guerreiras), estimulou a criação da Comissão Guarani *Yvyrupa* (CGY) nome escolhido em grandes assembleias, que reuniram aldeias *Mbya* de todo o Brasil, formalizando e fortalecendo a articulação nacional para representar oficialmente as lutas das lideranças pelas terras *Mbya* Guarani, defendendo os direitos territoriais. A CGY possui sua sede na TI *Tenonde Porã*, em São Paulo (TUPÃ, 2017).

Conforme o último senso do IBGE (2010) no Brasil se estima que juntas componham uma população de aproximadamente 51.000 mil pessoas<sup>55</sup>, se destacando populações indígenas mais numerosas do país, em contato secular com os colonizadores, estando entre povos originários mais estudados no Brasil. Porém, o povo Guarani é o que possui com menos terras regularizadas no país (FUNAI, 2015). No Brasil a população *Mbya* Guarani é estimada em 8.026 indígenas (IBGE, 2010) sendo mais expressiva nas regiões sudeste e sul<sup>56</sup>. No Rio Grande do Sul predominam os *Mbya* Guarani. A territorialidade dos *Mbya* é transfronteiriça, transpassando os limites do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. No RS atualmente vivem aproximadamente 2.500 pessoas da etnia *Mbya*, distribuídas em cerca de 400 famílias (SOARES, 2015).

Atualmente os *Mbya* se encontram em meio de um processo histórico de luta pelo reconhecimento de direitos originários, principalmente através da demarcação de terras indígenas e de retomadas de terras para autodemarcação, apontando para tempos de

---

<sup>55</sup>Sem considerar a população que vive em cidades.

<sup>56</sup>Com exceção de Minas Gerais. Nos estados do Pará (Reserva Indígena Nova Jacundá) e Tocantins (Terra Indígena Xambioá) também habitam populações *Mbya* Guarani.

reterritorialização. Para Little (1995, p.11) a reterritorialização seria uma “relocalização no espaço”, que se dá, em parte, “pela manipulação múltipla complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local”. No caso dos *Mbya* estes, forçados pela ocupação não indígena, se deslocam pelas suas terras originárias em um movimento migratório, buscando espaços para se relocalizar. Essa relocalização se dá de forma planejada e de acordo com as “demandas da cultura, envolvendo os aspectos sócio-econômico-religiosos” (GARLET, 1997, p.55).

O esbulho contemporâneo das terras Guarani passa pelas madeiras, grilagem, mineração e agronegócio com destaque para atividades de pecuária e grandes monocultivos de soja, por exemplo, envolvendo fortes investimentos de capital privado. Neste contexto, são muitos os conflitos enfrentados pelos Guarani, especialmente no Centro-Oeste, incluindo Mato Grosso do Sul e oeste do Paraná, cujo território foi colonizado com apoio do Governo na década 1940, restando para os Guarani o confinamento em pequenas reservas. Os Guarani seguem tentando recuperar seus espaços, enfrentando milícias armadas pelos patrões dos latifúndios, situação retratada em documentários, como o *Martírio* (Vicente Carelli) e relatórios anuais de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2016).

Neste contexto, de desrespeitos, descumprimentos e desmantelamento dos direitos indígenas no país, parecem poucas as esperanças de que legislação vigente seja cumprida. A morosidade dos processos de demarcação levou os Guarani, a mobilizarem-se em retomadas de terras nas regiões centro-oeste, sudeste e sul do Brasil.

Trago aqui, por exemplo, a situação dos Avá Guarani, no oeste do Paraná, estão organizados em retomadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. As retomadas realizadas pelos Avá estão ocorrendo em áreas de remanescentes de florestas que compõem a ocupação tradicional Guarani no *Yvy Rupá*, em que *tekoá* (aldeias) estão sendo estabelecidas, em movimentos de autodemarcação, enfrentando violações e processos judiciais com apoio de ONGs nacionais e internacionais, com referências em marcos legais internacionais. O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é a ONG nacional que mais tem apoiado a resistência dos Avá no oeste do Paraná, cujas terras foram esbulhadas pela inundação das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipú. O depoimento de um representante do CTI que atua no oeste do Paraná, explica o movimento de resistência dos Avá em retomar parte das terras e território naquela região,

Agora são 20 aldeia que a gente está apoiando, eram 17 até o mês de junho, mas agora tiveram mais algumas retomadas. São aldeias que foram retomadas de poucos anos pra cá, dos anos 2005 mais ou menos pra cá, e lá tem uma situação de muita hostilidade, com os Avá Guarani, muita campanha de ódio, pois é uma região de agronegócio, plantios de soja e milho. E as aldeias estão muito próximas destas lavouras, eles estão no meio das lavouras então sofrem com os impactos, dos usos de agrotóxicos, os ruralistas indo para cima, então está nesta situação. Nós do CTI estamos lá há alguns anos, apoiando estas aldeias, principalmente a permanência deles nestas aldeias, dos Avá Guarani, principalmente pelo apoio ao plantio da roça e plantio de mudas, nativas e frutíferas, que já demonstram diferenças de alguns anos pra cá, pois lá os Avá passam por momento de fome. Em Guaíra e terra Roxa já teve um estudo na Funai, teve estudo antropológico, mas o levantamento fundiário não foi feito ainda, e em Caicolândia e Santa Helena não teve nada ainda. [...] Guaíra e Terra Roxa que são municípios vizinhos são 14 aldeias. Em 2016 teve duas retomadas em Caicolândia, e agora esse mês de julho foram mais três retomadas, três em Santa Helena esse ano e uma em Caicolândia. As retomadas são em áreas onde restou um pouquinho de mata, o resto foi devastado, então eles estão nestas áreas onde sobrou um pouquinho de mata, ou em algumas APPs de fazenda de propriedades (Representante do CTI, jul. 2017).

Em 2017 foi publicado o Relatório sobre Violação dos Direitos Humanos contra os Avá Guarani do oeste do Paraná (resultado de levantamentos/depoimentos de 2015 e 2016). O relatório trata de uma porção territorial que abrange os municípios de Guaíra até Foz do Iguaçu, fazendo fronteira com Paraguai e Argentina, espaço de mobilidade dinâmica histórica Guarani, tecida nas redes de parentesco. As áreas retomadas atuais buscam espaços onde seja possível realizar o modo de vida Guarani, desenvolvido na existência de regras culturais próprias. Atualmente, os Avá, assim como os demais Guarani, tem sua liberdade ceifada, são impedidos de acessar e transitar livremente pelas poucas matas que restam, para obter águas limpas, coletar mel, coquinhos de jerivá, jabuticaba, guabiroba, remédios das plantas medicinais desde folhas às cascas de árvores nativas, caçar (anta, queixada, tatu, veado), etc. já nem possuem mais espaços para fazerem roças e manterem suas variedades de milhos, batata-doce, etc., realizar coletas de erva-mate, enfim tantos recursos naturais antes abundantes e atualmente cada vez mais escassos. No referido relatório, na página 22, é feita menção as palavras de um pesquisador (Ian Parker) que resume a situação que chegaram os Avá no oeste do Paraná:

O processo de expropriação territorial dos Guarani do oeste do Paraná foi conduzido sob a égide de um sistemático descumprimento da legislação indigenista e de um genocídio silencioso que se efetuou por meio de expulsões, trabalho escravo, assassinatos, prisões arbitrárias e ocultamento de cadáveres, que foi acobertado pelo regime de exceção vigente no país e pela militarização das estruturas dos órgãos indigenistas e demais órgãos em contato com os povos indígenas.

Resumindo, o relatório recomenda: celeridade no processo de demarcação dos territórios reivindicados pelos Avá Guarani e que sejam feitas reparações históricas a este

povo, recuperando ambientalmente suas terras além de que sejam garantidos, conforme registrado em Ações Cíveis Públicas em andamento, assistência aos serviços básicos, como saúde, educação, saneamento básico, eletricidade, alimentação e direitos individuais e sociais. Recomenda-se que sejam investigadas e punidas as situações de discriminação e violência por eles vivenciadas; promover campanhas locais de informação a população sobre os direitos indígenas; incluir nos currículos escolares, conforme lei 11.645/2008, a inclusão da temática das graves violações aos direitos humanos que ocorrem contra os Avá na região.

Quanto aos *Mbya* Guarani no RS, os movimentos de retomadas de terras têm ocorrido discretamente e em menor escala. No RS algumas mobilizações de retomadas vêm ocorrendo entre os *Mbya*, como por exemplo, se considerarmos como tal a retomada da *tekoá Ka'a Mirindy Yy Pa'ü*, uma ilha na lagoa do Casamento, localizada no município de Palmares do Sul, e ainda as aldeias que se consolidam na origem dos acampamentos dos *Mbya* em beiras das estradas. Já em 2008 ocorreu a desapropriação de uma família *Mbya* que estava acampada às margens da Estrada do Conde, na divisa dos municípios de Guaíba e Eldorado do Sul. De lá foram violentamente removidos em uma operação envolvendo executivo e judiciário, com apoio da Brigada Militar sob alegação de que estariam “invadindo” uma área da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO). Os *Mbya* encontravam-se em faixa de domínio público, entre a estrada BR 116 e a dita propriedade da FEPAGRO. Conforme a FUNAI sabe-se que na localidade do Arroio do Conde, possuem pesquisas arqueológicas e etnográficas que referendam a tradicionalidade da ocupação Guarani na região da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, e que inclusive respaldaram os estudos de identificação e delimitação de terras em áreas próximas aos municípios de Eldorado do Sul, Guaíba e Barra do Ribeiro, iniciados em 2009 (HEURICH *et al.*, 2010).

Porém, as primeiras retomadas “declaradas” como tal, no Estado do RS pelos *Mbya* ocorreram em 2017, sendo a primeira no município de Maquiné em uma área da FEPAGRO<sup>57</sup>, remanescente de Mata Atlântica com 367 hectares, por muito tempo conhecida pelos *Mbya*, que realizavam acessos esporádicos, adentrando na invisibilidade, cruzando as cercas e arames farpados, para acessarem plantas medicinais ou mesmo somente caminharem por matas sadias reservadas exclusivamente à pesquisa dos *juruá* (brancos). As outras retomadas ocorreram nos municípios de Rio Grande, Terra de Areia (área da FEPAGRO) e Porto Alegre (na Ponta do Arado, bairro Belém Novo).

---

<sup>57</sup>

A situação da retomada em Maquiné será aprofundada no capítulo 6 da tese.

Os movimentos de retomadas “declaradas”, iniciado em Maquiné, está sendo conhecido e reconhecido como parte de um movimento de “retomadas no *Yvy Rupá*”, sendo esta uma porção de um território aparentemente fragmentado.

Na seção seguinte será abordada mais especificamente a situação dos *Mbya* Guarani no Rio Grande do Sul. Faz-se a caracterização da questão do acesso a terra e as formas de articulação política interna em diálogo com instituições voltadas a causa indígena, que contribuíram para garantir algumas demarcações no Estado.

### **3.2.1 Os *Mbya* Guarani no Rio Grande do Sul: situação territorial e ambiental**

A presença *Mbya* Guarani no RS se faz presente em todos os ambientes geográficos, desde a região das Missões, passando pelo Planalto, Pampa e Litoral. Historicamente o confinamento dos *Mbya* em pequenas porções de terras, nas beiras das estradas, tem os submetidos a uma vida de privações e desigualdades.

Os *Mbya* no RS estão em constante luta pela manutenção dos seus direitos às terras que tradicionalmente ocupam, e as que já ocupam, em sua grande maioria, são consideradas por eles inadequadas para sua reprodução física e cultural, com recursos naturais escassos, ou seja, sem acesso as criações naturais, empobrecidas ambientalmente em qualidade e quantidade de espécies vegetais e animais. Dos cerca de 25 milhões de hectares de terras no RS, cerca de 90 mil hectares estão destinadas às terras indígenas, correspondendo a 0,37% no Estado, distribuídas entre as etnias Kaingang, Guarani e Charrua (SOARES, 2012).

Os *Mbya* por acreditarem que *Nhanderú* criou o mundo repartindo os espaços destinados aos *Mbya* e aos *juruá* (brancos), então não seriam necessários demarcar espaços já que estes estariam definidos pelo Criador. Também para os Guarani a terra, por ser sagrada, não deve pertencer a ninguém, portanto, demarca-la e cerca-la significa torna-la particular à alguém e isso é ferir os princípios sagrados. Soma-se a isso ser esta mais uma maneira do Estado controlá-los, influenciar e intervir na sua cultura. Todas estas questões levaram os *Mbya* a rejeitarem, inicialmente, a demarcação de terras (GARLET, 1997). Soares (2012, p. 108) salienta também a omissão do Estado que, por considerar os Guarani como “estrangeiros” vindos do Paraguai, deveriam retornar ao país de origem, sem necessidade de demarcação.

Garlet (1997) explica que essa posição contrária a demarcação foi sendo revista, em meios a relações de diálogos interculturais, considerando um futuro incerto frente aos processos de redução dos seus espaços tradicionais. Assim, para os *Mbya* a aceitação ocorre

diante da “evidente distinção entre os espaços ideais, os possíveis e os que resultam da premência e do imediatismo, ditados pela necessidade de sobrevivência”.

Somente na década de 1980, os Guarani se aproximam da Associação Nacional do Índio (ANAI), primeira organização não governamental a realizar atividades com os Guarani no RS. Neste período era crescente a circulação dos Guarani pela capital, pois buscavam atendimento de saúde na Santa Casa de Misericórdia, tendo como referência para mediação o apoio da ANAI, sediada no bairro Partenon, em Porto Alegre. Foi com apoio da ANAI que formaram a primeira comissão com representantes *Mbya* para reunirem-se com o governador na época, dando um passo inicial na caminhada da luta pela terra. A primeira terra Guarani efetivamente demarcada no RS foi a terra indígena Cantagalo (*tekoá Jatai'ty*), em 1986, localizada no município de Viamão (SOARES, 2012).

Em 1991, dissidentes da ANAI formaram o Programa *Mbya* Guarani (PMG), entidade indigenista não governamental, que iniciou um debate mais centrado na situação territorial, com vistas a encontrarem garantias de espaços para os *Mbya* formarem aldeias. O interesse inicial dos *Mbya* era por áreas públicas (federal, estadual e/ou municipal), considerando serem menos conflituosas as possíveis negociações em comparação com áreas privadas. Desse período em diante, os *Mbya* passaram a aceitar a abertura de diálogo com Estado, buscando terras públicas para compra ou desapropriação, considerada uma “estratégia pacífica” de garantia de terras, mesmo que em as mínimas condições ambientais para sobreviverem de acordo com o *Mbya rekó*. De fato, todas as terras negociadas se caracterizam como “sobras da colonização” (SOARES, 2012, p. 111-113).

A estratégia *Mbya* de garantir terras via compra geraram debates polêmicos entre apoiadores da causa indígenas, envolvendo ONGs, setores ligados à igreja católica, como a Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com os acadêmicos. Para o CIMI a estratégia tenderia a enfraquecer a luta indígena pelos mecanismos legais existentes, com base na tradicionalidade, conforme o art. 231 (CF 1988) e demais dispositivos previstos no Estatuto do Índio, lei 6001/1973. Os acadêmicos trouxeram para reflexão a teoria abstrata do direito aliado à utopia legalista, que pela morosidade dos processos conduz à inércia nas negociações. Também levantaram a questão da impossibilidade de reivindicar o território tradicional Guarani na sua totalidade, atualmente sobreposto por cidades e latifúndios, referendando conceitos e legislações, deixando de encaminhar ações práticas para garantia de terras, que o

Estado tem o dever de devolver para os Guarani<sup>58</sup> (SOUZA<sup>59</sup>, 1998p. 242 *apud* SOARES, 2012).

Outro grande passo no fortalecimento da luta pela terra no RS foi dado a partir da criação da Comissão de Terra Guarani (*Nhembaé Apo Yvyreguá Mbyá-Guarani*), que foi posteriormente, em 2008, substituída pelo Conselho de Articulação do Povo Guarani (CAPG) do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo principal “Seu objetivo principal é garantir os direitos indígenas assegurados legalmente, tendo como foco principal a questão da terra, mas também as políticas públicas diferenciadas” (SOARES, 2012, p.116).

A CAPG conta com apoio do CIMI, Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIM), Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) e de núcleos de pesquisa e extensão da UFRGS, como o Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA) e Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT). Ao longo dos anos de atuação a CAPG tem demonstrado conquistas quanto à garantia de terras, como, por exemplo, a mobilização para aquisição de terras no âmbito da compensação de medidas mitigadoras e compensatórias pela duplicação da BR 116, possibilitando viverem em condições menos precárias que nas beiras das estradas. Sendo estas apenas “conquistas parciais”, de um processo contínuo de demarcações de terra, que não podem parar (GOBBI, 2014).

Dados disponibilizados no site da FUNAI (FUNAI, 2015) e pelo Centro de Trabalho Indigenista (Atlas das Terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil, SALLES *et al.*, 2015) informam que as terras da etnia *Mbya* no RS se encontram em diferentes fases de procedimento demarcatório: Tradicionalmente Ocupadas<sup>60</sup>, Declaradas<sup>61</sup>; Regularizadas<sup>62</sup>; Homologadas<sup>63</sup>; as em fase de estudos de identificação e delimitação<sup>64</sup>. Existem também áreas

<sup>58</sup> Na gestão do governador Olívio Dutra (1999-2002), do Partido dos Trabalhadores (PT), através do Decreto Estadual nº 4.082, de 29 de novembro de 2000, foram desapropriadas 3 áreas do Estado para Reservas Indígenas: *Tekoa Porã/Coxilha da Cruz*; *Tekoa Ka'a Miridy/Água Grande*; *Tekoa Koenjù/Inhacapetum* (SOARES, 2012).

<sup>59</sup> SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos Fantasmas das Brenhas: Etnografia, Invisibilidade e Etnicidade de Alteridades Originárias no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Porto Alegre: PPGAS, UFRGS, 1998.

<sup>60</sup> Demarcadas conforme os procedimentos do art. 231 da CF 1988 e portarias 14/2006 e 1,775/2006.

<sup>61</sup> São aquelas que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento (FUNAI, 2015).

<sup>62</sup> São as que após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União (FUNAI, 2015).

<sup>63</sup> Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial (FUNAI, 2015).

<sup>64</sup> Terras que são objeto de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena, conforme artigo 231/CF1988 (FUNAI, 2015).

“adquiridas” pelo Estado ou por doação<sup>65</sup>; além daquelas “sem providência”, somando ao todo cerca de 56 terras *Mbya Guarani*<sup>66</sup> no Rio Grande do Sul.

O quadro 09 apresenta os dados do Sistema de Terras Indígenas (STI, 2017) da FUNAI, referente à situação da demarcação de Terras Indígenas *Mbya Guarani* no Rio Grande do Sul, mostrando que existem cerca de 10.858,4243 hectares de terras indígenas em diferentes nos diferentes fases de procedimentos demarcatórios e 11 áreas em fase de estudos de identificação e delimitação.

**Quadro 9 - Situação da demarcação de Terras Indígenas *Mbya Guarani* no Rio Grande do Sul**

Nº	Terra Indígena/tekoá (aldeia)	Etnia	UF	Município	Superfície/hectare (ha)	Fase do procedimento	Modalidade
1	Cacique Doble	Kaingang e Guarani	RS	Cacique Doble e São José do Ouro	0,0000	Em Estudo*	Tradicionalmente ocupada
2	Cacique Doble	Kaingang e Guarani	RS	Cacique Doble e São José do Ouro	4.426,2833	Regularizada**	Tradicionalmente ocupada
3	Cantagalo	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Porto Alegre, Viamão	283,6761	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
4	Capivari (Granja Vargas)	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Palmares do Sul	43,3215	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
5	Estiva	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Viamão	0,0000	Em Estudo*	Tradicionalmente ocupada
6	Guarani Barra do Ouro	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Maquiné, Caraá, Riozinho.	2.268,6045	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
7	Guarani de Águas Brancas	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Arambaré	230,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
8	Guarani Votouro	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Benjamin Constant do Sul	717,3770	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
9	Guarita	Kaingang e Guarani	RS	Ervál Seco, Redentora, Tenente Portela	23.406,8684	Regularizada**	Tradicionalmente ocupada
10	Irapuá	<i>Mbya Guarani</i>	RS	Caçapava do Sul	222,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
11	Itapuã	<i>Mbya</i>	RS	Viamão	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente

<sup>65</sup> Estas poderão ser registradas posteriormente como Reservas Indígenas, se destinando à posse permanente dos povos indígenas (FUNAI, 2015).

<sup>66</sup> Sem considerar as “antigas áreas de uso ou áreas esbulhadas”, conforme identificadas no Atlas das Terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil do Centro de Trabalho Indigenista (SALLES *et al.*, 2015).

Nº	Terra Indígena/tekoá (aldeia)	Etnia	UF	Município	Superfície/hectare (ha)	Fase do procedimento	Modalidade
		Guarani					ocupada
12	Ka'aguy Poty	Mbya Guarani	RS	Estrala Velha	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
13	Lami	Mbya Guarani	RS	Viamão	0,0000	Em Estudo*	Tradicionalmente ocupada
14	Lomba do Pinheiro	Mbya Guarani	RS	Viamão	0,0000	Em Estudo*	Tradicionalmente ocupada
15	Mato Preto	Mbya Guarani	RS	Erechim, Erebangó, Getúlio Vargas	4.230,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
16	Morro do Coco	Mbya Guarani	RS	Viamão	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
17	Nonoai	Kaingang e Mbya Guarani	RS	Rio dos Índios, Nonoai, Planalto, Gramado dos Loureiros	19.830,0000	Declarada**	Tradicionalmente ocupada
18	Pacheca (YguaPorã - Fonte Sagrada)	Mbya Guarani	RS	Camaquã	1.852,2050	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
19	Passo Grande	Mbya Guarani	RS	Barra do Ribeiro	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
20	Petim/Aracaty	Mbya Guarani	RS	Barra do Ribeiro	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
21	Ponta da Formiga	Mbya Guarani	RS	Barra do Ribeiro	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
22	Rio Capivari – Porã'i	Mbya Guarani	RS	Capivari do Sul	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
23	Salto Grande do Jacuí (tekoá Koenju)	Mbya Guarani	RS	Salto do Jacuí	234,9641	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
24	Varzinha	Mbya Guarani	RS	Caraá, Maquiné	776,2761	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Elaborado pela autora

Notas: \*Já habitada, aguarda conclusão de estudos.

\*\*Terra não exclusiva dos Mbya Guarani, habitada juntamente com os Kaingang.

Além das terras apresentadas no quadro 10 existem as terras adquiridas pelos Mbya por outros mecanismos, como por doação de pessoas físicas, cedidas/disponibilizadas pelo Estado do RS e adquiridas por meio de medidas de compensações pelos impactos da duplicação das rodovias BR 101/RS e da rodovia BR 116/RS.

Quadro 10 - Terras adquiridas pelos *Mbya* no RS

Nº	Terra Indígena/tekoá (aldeia)	Etnia	UF	Município	Superfície Hectare (ha)	Fase do procedimento	Modalidade
1	<i>Tape Porã</i> (Caminho Sagrado)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro-Guaíba	153 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
2	<i>Nhu'u Poty</i> (Flor do Campo)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro	4 ha	Retomada, há mais de 10 anos, encontra-se em estudo de identificação e delimitação.	Em estudo
3	<i>Tekoá Porã</i> (Aldeia Sagrada- (Coxilha da Cruz)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro	100 ha (aprox.) (202 ha no decreto)	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
4	<i>Guapoy</i> (Figueira)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro	103 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
5	<i>Yvy Poty</i> (Flor da Terra)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro	100 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
6	<i>Ka'a Miridy</i> (Água Grande)	Mbya	RS	Camaquã	100 ha (aprox.) (165,4 ha no decreto)	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
7	<i>Yvy ã Poty</i> (Flor da Serra - Bonito)	Mbya	RS	Camaquã	111 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
8	<i>Kapi'i Ovy</i> (Campos Verdes - Colônia Maciel)	Mbya	RS	Pelotas	30 ha (aprox.)	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
9	<i>Tenonde</i> (Esperança) - Nova Passo Grande II	Mbya	RS	Camaquã	100 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
10	<i>Guajayvi Poty</i> (Flor da Guajuvira)	Mbya	RS	Canguçu	129 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
11	<i>Tekoa Mirim</i> (Nova Coxilha)	Mbya	RS	Mariana Pimentel	87 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
12	<i>Ka'aguy Porã</i> (Nova CAPG)	Mbya	RS	Barra do Ribeiro	113 ha	Adquirida – subprograma fundiário BR-116	Reserva Indígena
13	<i>Araçaty</i> (Araçazal - Petim)	Mbya	RS	Guaíba	0,0000	Comunidade mudou para <i>Tapé Porã</i> , a TI encontra-se em estudo de identificação e delimitação.	Em estudo
14	Área Ponte –	Mbya	RS	Barra do	3 ha	Área associada à Flor	Em Estudo

	Passo Grande			Ribeiro		do Campo, ocupada desde a década de 80, encontra-se em estudo de identificação e delimitação.	
15	<i>Takuaty</i> (Taquaral - Arroio do Conde)	Mbya	RS	Eldorado do Sul / Guaíba	0,0000	Comunidade mudou para nova terra, a TI encontra-se em estudo de identificação e delimitação.	Em estudo
16	Águas Brancas / “Velhaco”	Mbya	RS	Camaquã	?	TI demarcada (FUNAI, MJ), alaga praticamente na totalidade; logo, desocupada.	Demarcada
17	<i>Tava'i</i> (Pequena ruína - “Parque Bento”)	Mbya	RS	Cristal	180 ha (aprox.)	Cedida pelo Governo do Estado em janeiro/fevereiro de 2014.	Cedida pelo Governo
18	<i>Guavira Poty</i> (Três Bicos)	Mbya	RS	Camaquã	78 ha	Cedida pelo Governo do Estado em janeiro/fevereiro de 2014.	Cedida pelo Governo
19	<i>Nhuum Porã</i> (Campo Bonito)	Mbya	RS	Torres	97 ha	Adquirida com recursos das medidas mitigadoras da duplicação da BR 101.	Reserva Indígena
20	<i>Pindoty</i>	Mbya	RS	Riozinho	2 ha	Adquirida com recursos das medidas mitigadoras da duplicação da BR 101.	Reserva Indígena
21	<i>Kuaray Rexe</i> (Sol Nascente)	Mbya	RS	Osório	45 ha	Adquirida com recursos das medidas mitigadoras da duplicação da BR 101.	Reserva Indígena
22	<i>Guajayvi</i>	Mbya	RS	Charqueadas	297 ha	Cedida pelo estado/disponibilizadas	Reserva Indígena
23	<i>Pindó Poty</i> (Piquiri)	Mbya	RS	Cachoeira do Sul	297 ha	Cedida pelo estado/disponibilizadas	Reserva Indígena
24	<i>Guaviraty</i>	Mbya	RS	Santa Maria	97 ha	Cedida pelo estado/disponibilizadas	Reserva Indígena

Fonte: Elaborado pela autora.

As terras cedidas pelo Estado ou terras adquiridas por meio de medidas mitigadoras correspondem a antigas fazendas e, em geral, encontram-se arrasadas ambientalmente, com problemas relacionados ao assoreamento de nascentes, córregos, predominância de espécies exóticas (eucaliptos, pinus, acácia) em detrimento de espécies nativas, solos exauridos/degradados/contaminados pela agricultura intensiva (monocultivos de arroz, soja, etc.) pecuária, etc. além de edificações precárias, que acabam servindo de residências aos

*Mbya*, que aguardam a construção das moradias prometidas pelos programas de compensação do DNIT.

A recuperação da biodiversidade e a melhoria ambiental destas áreas, a exemplo das terras *Mbya* Guarani no Rio Grande do Sul, têm sido realizadas pelos próprios indígenas<sup>67</sup>, considerando eles possuem uma relação milenar de controle sobre suas terras e territórios originários, envolvendo o manejo dos solos, das plantas e dos animais silvestres em ambientes florestais e/ou campestres, suportando modos de vida e territorialidades. Tal controle se dá por meio da manutenção dos conhecimentos ecológicos tradicionais (GADGIL; BERKES; FOLKE, 1993) que resultam da íntima interação, observação e experimentação estabelecida entre humanos e natureza. Mesmo diante da desestruturação de sistemas originários de acesso a espaços e recursos de uso comum, os povos indígenas têm demonstrado capacidades de reagir, reorganizar e recriar formas de manutenção de modos de vida e territórios de uso comum (DIEGUES, 2001). O sistema originário de uso da biodiversidade para uma variedade de finalidades está associado à própria mobilidade dos *Mbya* no espaço geográfico em que expressa a sua territorialidade.

Por meio desta contextualização sobre o acesso a terra e a situação territorial e ambiental dos espaços em que estão inseridas as *tekoá* (aldeias) *Mbya* Guarani no RS verificam-se as interações estabelecidas entre o movimento de articulação política indígena e instituições que buscam apoiar a melhoria das condições de vida dos *Mbya*. Todas estas conquistas, ainda que parciais (GOBBI, 2014), foram e continuam a serem construídas com base na interculturalidade e a intercientificidade.

Movimentos construídos na transversalidade fazem parte da perseverança dos *Mbya* no âmbito de variadas dimensões que compõe a busca por caminhos que os levem ao *teko porã reguá* (caminhos do bem viver). A implementação de ações de gestão territorial e ambiental, tal como objetivos propostos pela PNGATI, para serem viabilizados, exigem a transversalidade com outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), por exemplo, que contribuiu para o fortalecimento dos modos de governança originária, via apoio aos *Nhemboaty*.

No próximo capítulo é apresentada caracterização intercultural do sistema socioecológico *Mbya* Guarani no litoral do Rio Grande do Sul (RS), construída a partir de

---

<sup>67</sup> Alguns com apoio vezes de projetos ligados a universidades, organizações não governamentais (IECAM/ANAMA/CTI) ou órgão do Estado (FUNAI/EMATER/UFRGS-DESMA).

interações e diálogos sob diferentes perspectivas e olhares território e a territorialidade desse grupo.

#### 4 SISTEMA SOCIOECOLÓGICO MBYA GUARANI NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E AS CRIAÇÕES NATURAIS ORIGINÁRIAS

Este capítulo apresenta a caracterização intercultural do sistema socioecológico Mbya Guarani no litoral do Rio Grande do Sul (RS), a qual foi construída por meio do diálogo entre as perspectivas êmicas e éticas<sup>68</sup> sobre o território e a territorialidade desse grupo.

O sistema socioecológico *Mbya Guarani* é tecido nas relações estabelecidas por eles em um vasto território de uso comum, chamado *Yvy Rupá*, em que se assentam elementos dos sistemas social e ecológico em interação, conformando um sistema com propriedades emergentes que suportam e dão vida ao *mbya rekó* (modo de ser *Mbya*). O *Yvy Rupá* é um espaço de fluxos entre humanos e não humanos, que compõe a territorialidade do povo Guarani. Na atualidade, o *Yvy Rupá* é estabelecido em meio a relações interculturais, que pressionam e invisibilizam o povo Guarani e exercem poder sobre territórios conformando a territorialidade *Mbya Guarani*.

O conjunto das *tekoá* do litoral do RS, consideradas nesta pesquisa como o sistema de recursos conforme Ostrom (2009), situam-se em porções de terras que compõem fragmentos deste território originário com fluxos de mobilidade e manejos contínuos, historicamente atravessados por outras territorialidades. Na atualidade as *tekoá* deparam-se com diversas problemáticas socioambientais, as quais desafiam a manutenção do *mbya rekó*.

No capítulo 2 e 3 foram apresentados elementos da cultura Guarani que caracterizam o *mbya rekó*, relacionados à territorialidade, incluindo a espiritualidade, formas de vida e cultura associadas ao uso das criações naturais<sup>69</sup>, como as plantas nativas e animais silvestres, cujos usos são orientados pelas regras de *Nhanderú* (nosso pai).

---

<sup>68</sup> Perspectiva êmica (interna), refere-se à interpretação de determinada cultura com base nos referenciais dela própria. Perspectiva ética (externa) refere-se à interpretação dos pesquisadores e investigadores sobre aspectos e categorias daqueles que a observam (ROSA; OREY, 2012).

<sup>69</sup> Diz respeito a todas as criações verdadeiras (*etei*) que existem na natureza e que, por serem criadas por Nhanderú são legítimas de posse pelos Guarani. Os usos das criações naturais são orientadas pelos ciclos de reprodução, prevendo a conservação das matas e manutenção dos lugares para viverem conforme o *mbya rekó* (LADEIRA, 2008).

#### 4.1 ASPECTOS DO SISTEMA ECOLÓGICO DO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Duas paisagens geomorfológicas<sup>70</sup> distintas modelam o relevo no litoral do RS: a Planície Costeira e o Planalto. O Planalto resulta de derrames de lavas em ampla superfície e alta intensidade ao longo dos períodos Triássico e Jurássico<sup>71</sup>, quando ocorreram rupturas da crosta, expandindo lavas sobre a bacia sedimentar do Paraná. Na face leste do Planalto estão as maiores altitudes que podem chegar a 1.200m. A variável clima, com temperaturas médias de 20° C e médias pluviométricas acima de 1.500 mm anuais, favorece a formação de solos ricos em minerais, possibilitando a vegetação florestal, em que predominam florestas nativas, perenes, foliadas, de grande porte com espécies de peroba, timbaúva, ipê-amarelo, erva mate, angico, canela-preta, araucária. Ao longo da densa rede fluvial estão as florestas ciliares de composição variada, os campos nativos, capões e parques. Os impactos antrópicos de atividades econômicas nos últimos 200 anos reduziram profundamente a cobertura florestal e a biodiversidade faunística do Planalto (VIEIRA, 2012).

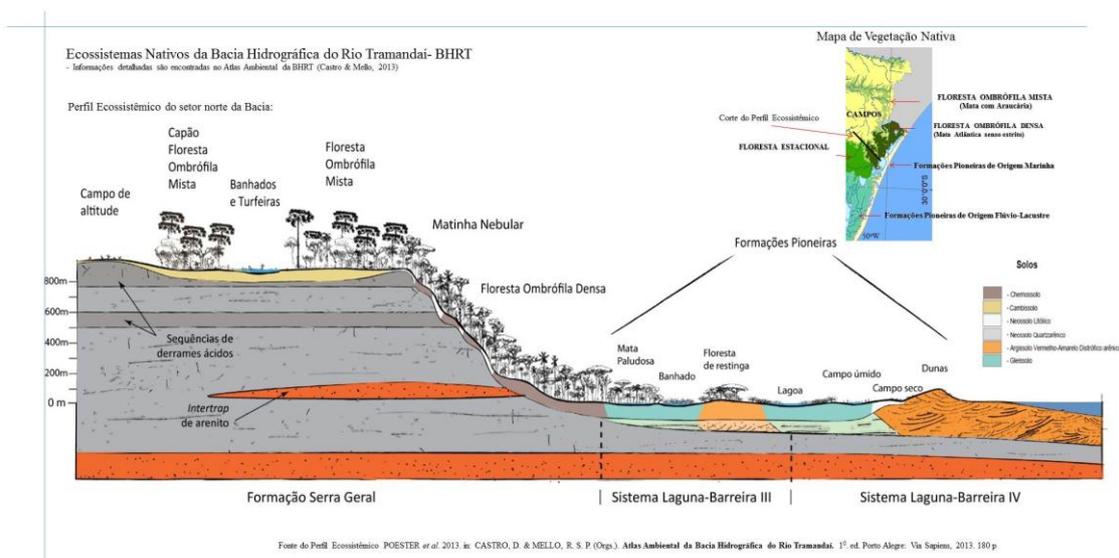
A Planície Costeira teve sua formação do período Quaternário da era Cenozoica, sendo a formação mais recente, correspondendo a diferentes ambientes de sedimentação, caracterizados como ambientes marinhos, lagunares e alúvio coluvionares. Constitui-se numa vasta extensão de áreas planas que se estendem em toda porção leste do Estado. Caracteriza-se por relevo plano, pouco inclinado e áreas com intenso processo de deposição de sedimentos (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004; VIEIRA, 2012). A figura 11 apresenta o perfil do relevo da bacia hidrográfica do rio Tramandaí, que ilustra de maneira geral a formação geomorfológica, dos solos e vegetação no litoral do RS.

---

<sup>70</sup>Uma unidade ou província geomorfológica representa uma região com um tipo específico de rocha, que devido à erosão gera um relevo característico (HOLZ, 1999).

<sup>71</sup>O Triássico cobre cerca de 250 a 200 (milhões de anos atrás) e Jurássico 65,3 milhões de anos (desde o período [Triássico](#), de há 201,3 milhões de anos, até ao início do [Cretáceo](#), há 145 milhões de anos). Isto é, o período Jurássico sucede o [Cretáceo](#) e precede o [Triássico](#), na era em que surgiu o [Oceano Atlântico](#) (HOLZ, 1999).

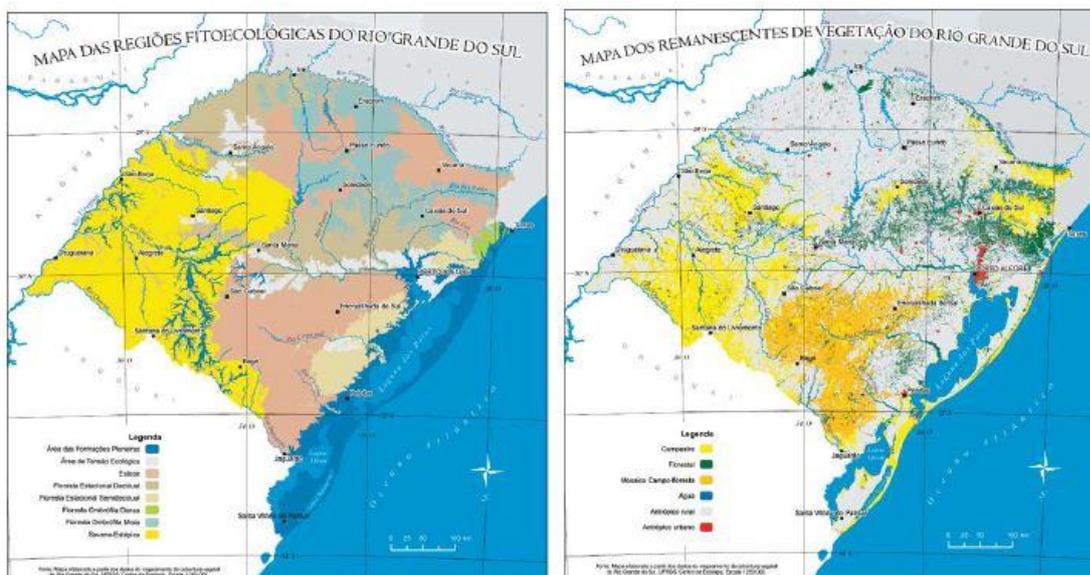
**Figura 11 - O perfil da Bacia Hidrográfica do rio Tramandaí, no litoral do RS**



Fonte: Castro; Mello (2013).

No RS se encontram os biomas Mata Atlântica e Pampa, sendo que no litoral do RS predomina a Mata Atlântica, caracterizada em três regiões fitoecológicas em situação de remanescentes: Florestas Ombrófila Densa e Mista e Áreas de Formação Pioneira (Restingas e Banhados), conforme figura 12.

**Figura 12 - Mapa das regiões fitoecológicas do RS - situação original e situação dos remanescentes**



Fonte: Cordeiro; Hasenack (2009).

A devastação da Mata Atlântica no RS tem seu histórico nas décadas de 1945 a 1970, com a intensa exploração de madeira e abertura de áreas para a agricultura. Na década de 1950 o RS foi um polo exportador de araucária (madeira nativa conhecida como pinheiro brasileiro). Na década de 1960 com a ampliação das fronteiras agrícolas ocorreu uma drástica redução das florestas nativas. Atualmente, no Planalto e na Planície Costeira os remanescentes florestais e campestres, continuam sendo pressionados pelas monoculturas com intenso uso de agrotóxicos (silvicultura, grãos, horticultura, arroz irrigado com drenagem de banhados) pecuária extensiva, expansão urbana especialmente na Planície Costeira onde ocorre a maior atividade de turismo no Estado, falta de saneamento básico, conflitos associados ao uso dos recursos naturais, além dos impactos de obras federais para duplicação de rodovias, construção de pontes, gasodutos e barragens (MARCUSO; PAGEL; CHIAPPETTI, 1998), apresentando assim alto grau de fragilidades ambientais e desafios para a ordenamento e gestão territorial (CASTRO; MELLO, 2013).

A Mata Atlântica, que em função dos diversos ciclos econômicos ambientalmente insustentáveis sofreu severa redução, teve seu território tombado pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), desde 1993. Estão entre os objetivos da RBMA a conservação da biodiversidade e demais atributos naturais da Mata Atlântica, o uso sustentável, a valorização da sociodiversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados (RIO GRANDE DO SUL, 2017). Neste contexto, o litoral norte do RS é caracterizado por estar no limite austral do Bioma Mata Atlântica, na transição com o Bioma

Pampa. Este território abriga diversas organizações não governamentais<sup>72</sup>, que desenvolvem projetos com foco na sustentabilidade e na governança, fortalecendo a base comunitária, os quais são voltados ao fortalecimento e conservação da biodiversidade. O trabalho da organização não governamental Ação Nascente Maquiné e Instituto Miraserra são reconhecidos como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA).

A porção norte do litoral do RS abriga remanescentes de floresta nativa em diferentes estágios de regeneração, que se encontram protegidos em Unidades de Conservação (UC), os quais são considerados área núcleo da RBMA. Também se encontram nas Terras Indígenas (TI) e Terras de Quilombos (TQ), áreas privadas voltadas à agricultura de base ecológica e ao manejo agroflorestal. Por essas características o território do litoral norte é considerado pelo CERBMA como uma área de alta relevância para a Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. Os quadros 11 e 12 apresentam, respectivamente, as UC e as TQ, presentes no litoral do RS.

**Quadro 11 - Unidades de Conservação no litoral do Rio Grande do Sul**

<b>Federais</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Localização</b>	<b>Área (ha)</b>
Parque Nacional Lagoa do Peixe	1986	Mostardas, São José do Norte e Tavares	36.753,00
Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos	2005	Litoral de Torres	142,00
<b>Estaduais</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Localização</b>	<b>Área (ha)</b>
Parque Estadual de Itapeva	2002	Torres	1.000
Parque da Guarita	1947	Torres	28,23
Reserva Biológica da Serra Geral	1982	Itati, Maquiné e Terra de Areia	4.845,70
Horto Florestal Litoral Norte	1993	Tramandaí	45,00
Área de Proteção Ambiental Rota do Sol	1997	Cambará do Sul, Itati, Maquiné, São Francisco de Paula, Três Forquilhas.	52.355,00
<b>Municipais</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Localização</b>	<b>Área (ha)</b>
Parque Camping da Itapeva	1957	Torres	103,00
Área de Proteção Ambiental Morro de Osório	1994	Osório	6.896,75
Área de Proteção Ambiental Caraá	1998	Caraá	8.932,00
<b>Particulares (RPPN)</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Localização</b>	<b>Área (ha)</b>

<sup>72</sup> Entre as organizações não governamentais que atuam no território e passaram a trabalhar em parceria com os Mbya Guarani, destaca-se a governamental Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM).

Reserva Particular do Patrimônio Natural Recanto do Robalo	2002	Dom Pedro de Alcântara	9,95
--	------	------------------------	------

Fonte: IBAMA/ICMBio; SEMA/FEPAM e FZB (2012).

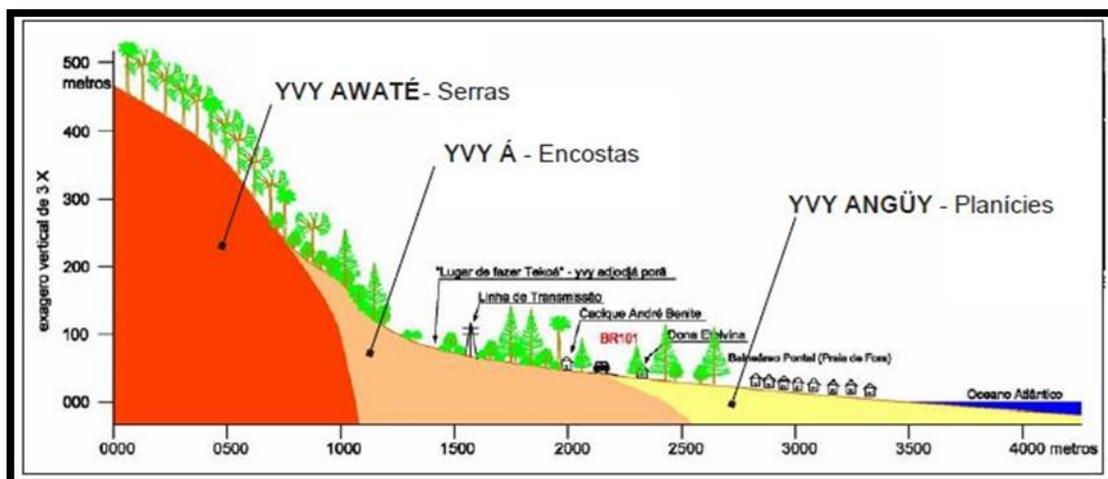
**Quadro 12 - Terras de Quilombo presentes no território litoral**

Terra de Quilombo	Localização	Área (ha)
Morro do Chapéu, Famílias Três Forquilhas, São Sebastião.	Três Forquilhas Itati	?
Boa Vista/Zâmbia	Terra da Areia	?
Morro Alto	Maquiné Osório	4.564,4284 (área em regularização no INCRA)
Costa da Lagoa	Capivari do Sul	48.9367
Limoeiro	Palmares do Sul	718.4826

Fonte: INCRA (2016).

Quanto as Terras Indígenas no litoral do RS, representadas pelas *tekoá* (aldeias) *Mbya* Guarani, estão localizadas no Planalto, na encosta do Planalto e na Planície Costeira, apresentando áreas íngremes e de altitude, cujas condições climáticas e de solos, por vezes desfavoráveis, inviabilizam o cultivo de sementes tradicionais, como por exemplo, a situação da *tekoá Nhu'u Porã* (Campo Molhado) que está cerca de 900 m de altitude, com solos impróprios devido à extrema umidade e o frio intenso. Conforme Freitas (2006) o local ideal para localização das *tekoá* são as área entre a encosta do Planalto e as planícies (*yvy angüiy*), próximo às lagoas e ao mar, onde é possível cultivarem suas sementes e também acessarem espécies das florestais. A figura 13 apresenta o perfil territorial e a etnopaísagem a partir da etnogeografia Guarani.

Figura 13 - Perfil territorial e etnopaisagem em áreas de transição entre Planície e Planalto, conforme referência *Mbya Guarani*



Fonte: Freitas (2006, p. 50).

Nessa circunstância, contrastes ambientais e territoriais caracterizam as *tekoá* (aldeias) no litoral do RS, associados à localização geográfica e questões socioambientais relacionadas às situações fundiárias em que se inserem. Trata-se de áreas adquiridas por meio das medidas mitigadoras da duplicação da BR 101; terras indígenas tradicionalmente demarcadas pela FUNAI; e áreas cedidas por particulares por tempo indeterminado. Tais aldeias diferenciam-se entre si no que tange o tamanho da área, a situação ambiental em que se encontram, com maior ou menor cobertura florestal e recursos da biodiversidade disponíveis para manutenção do *Mbya rekó*.

O quadro 13 mostra as aldeias *Mbya* no litoral localizadas em sete (7) municípios dos vinte e quatro (24) que compõem o Território Rural Litoral, conforme recorte proposto pelo PRONAT. Nesta tese estas aldeias representam, em seu conjunto, o subsistema Sistema de Recurso *Mbya Guarani* no litoral.

**Quadro 13 - Sistema de Recurso representado pelas *tekoá Mbya* Guarani no litoral no Rio Grande do Sul – situação em 2016-2018**

Nº	Terra Indígena	<i>Tekoa</i> (aldeia)	Município	População* (2017)	Superfície (hectare)	Fase de procedimento	Modalidade
1	Acampamento Capivari	<i>Porã'i</i>	Capivari do Sul	?	0,000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
2	Campo Bonito	<i>Nhu Porã</i>	Torres	93	94,8300	Regularizada	Reserva Indígena
3	Capivari (Granja Vargas)	<i>Yryapu</i> <i>Aracaty</i>	Palmares do Sul	38	43,3215	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
4	Campo Molhado	<i>Nhu'u Porã</i>	Maquiné, Riozinho, Caraá	36	2.268,6045	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
5	Ilha da Lagoa	<i>Ka'a Mirindy</i> <i>Yy Pa'ü</i>	Palmares do Sul	18	?	Sem providências	-
6	Sol Nascente	<i>Kuaray Rexe</i>	Osório	50	45	Regularizada	Reserva Indígena
7	Riozinho 1	<i>Itapoty</i>	Riozinho	16	12	Regularizada	Reserva Indígena
8	Riozinho 2	<i>Pindoty</i>	Riozinho	14	24,4424	Regularizada	Reserva Indígena
9	Som dos Pássaros	<i>Guyra Nhendu</i>	Maquiné	20	12	Sem providências	-
10	Baçara	<i>Baçara</i>	Maquiné	20	54	Cedida por particular	-
11	Varzinha	<i>Ka'aguy Pa'ü</i>	Caraá, Maquiné	50	776,2761	Regularizada	Reserva Indígena
12	Bananal <sup>73</sup>	<i>Pakovaty</i>	Maquiné	8	4	Cedida por particular	-
13	Área retomada em Maquiné – Fepagro	<i>Ka'aguy porã</i>	Maquiné	96	367	Área retomada – em processo judicial	-

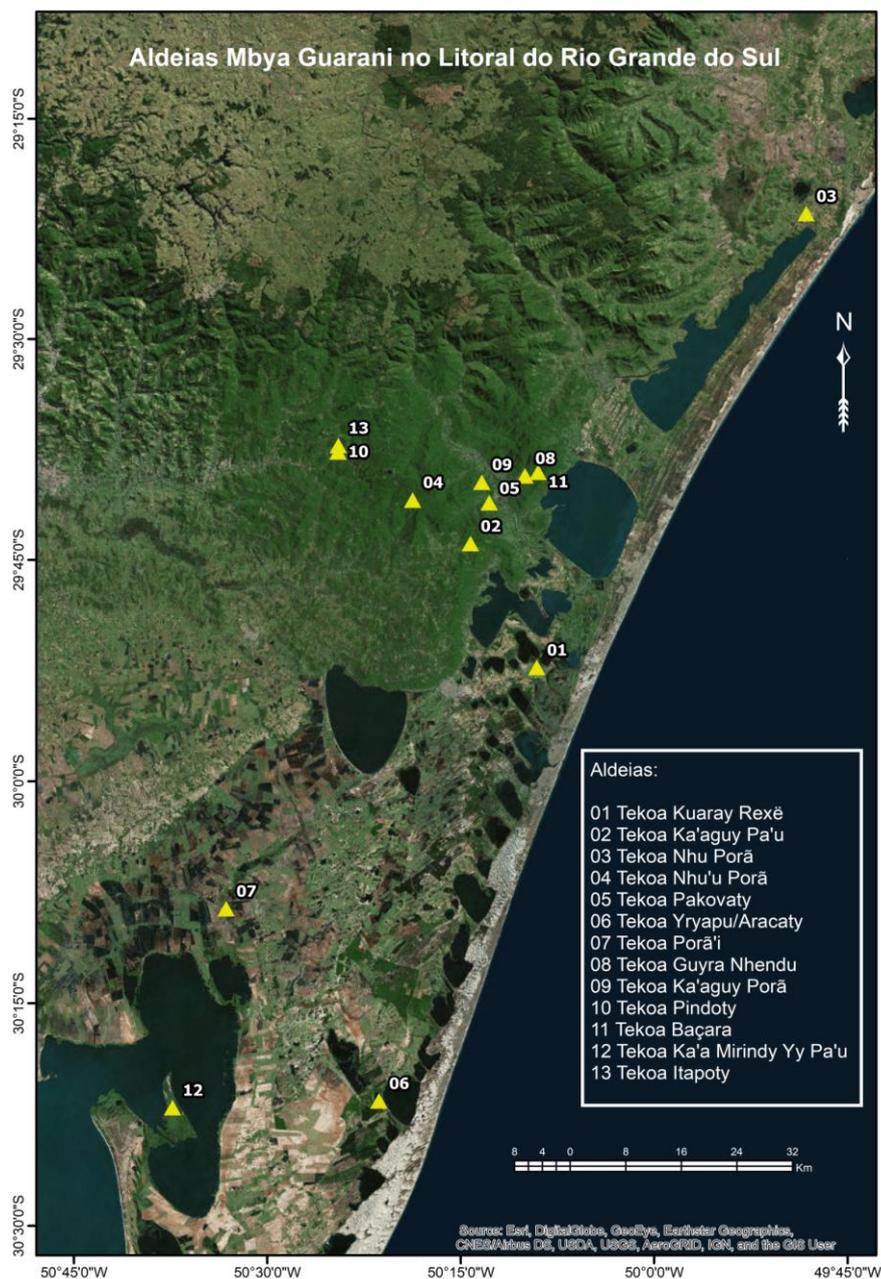
Fonte: Werá Xondaro *et al.* (2011), FUNAI (2016).

Nota: \* Dada a constante mobilidade vinculada à socialidade dos *Mbya* que habitam as aldeias no litoral do RS, o censo apresentado nesta tabela serve apenas como parâmetro genérico da espacialidade *Mbya* no litoral, pois as relações de parentesco são intensas, mudando muito a composição das aldeias.

A figura 14 apresenta o mapa de localização geográfica das *tekoá Mbya* Guarani no litoral do Rio Grande do Sul, a porção do *Yvy Rupá* que abarca a área de estudo desta tese, estando concentradas entre a escarpa da Serra Geral e a planície costeira.

<sup>73</sup>Deixou de ser habitada pelos *Mbya* após a retomada de terra em Maquiné. População foi para aldeia *Ka'aguy porã* na retomada.

**Figura 14 - Mapa de localização das aldeias *Mbya* Guarani no litoral do Rio Grande do Sul, no período de 2016-2018**



Fonte: Elaborado por Silva (2018).

Nota: Legenda em português: *Aldeia Kuaray Rexe* (Sol Nascente); *Aldeia Ka'aguy Pa'ü* (Varzinha); *Aldeia Nhu Porã* (Campo Bonito); *Aldeia Nhu'u Porã* (Campo Molhado); *Aldeia Pakovaty* (Banal); *Aldeia Yryapu/Aracaty* (Capivari-Granja Vargas); *Aldeia Porã'i* (Acampamento Capivari); *Aldeia Guyra Nhendu* (Som dos Pássaros); *Aldeia Ka'aguy porã* (Floresta Sagrada); *Aldeia Pindoty* (Riozinho 2); *Baçara* (Baçara); *Aldeia Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* (Ilha da Lagoa); *Aldeia Itapoty* (Riozinho 1).

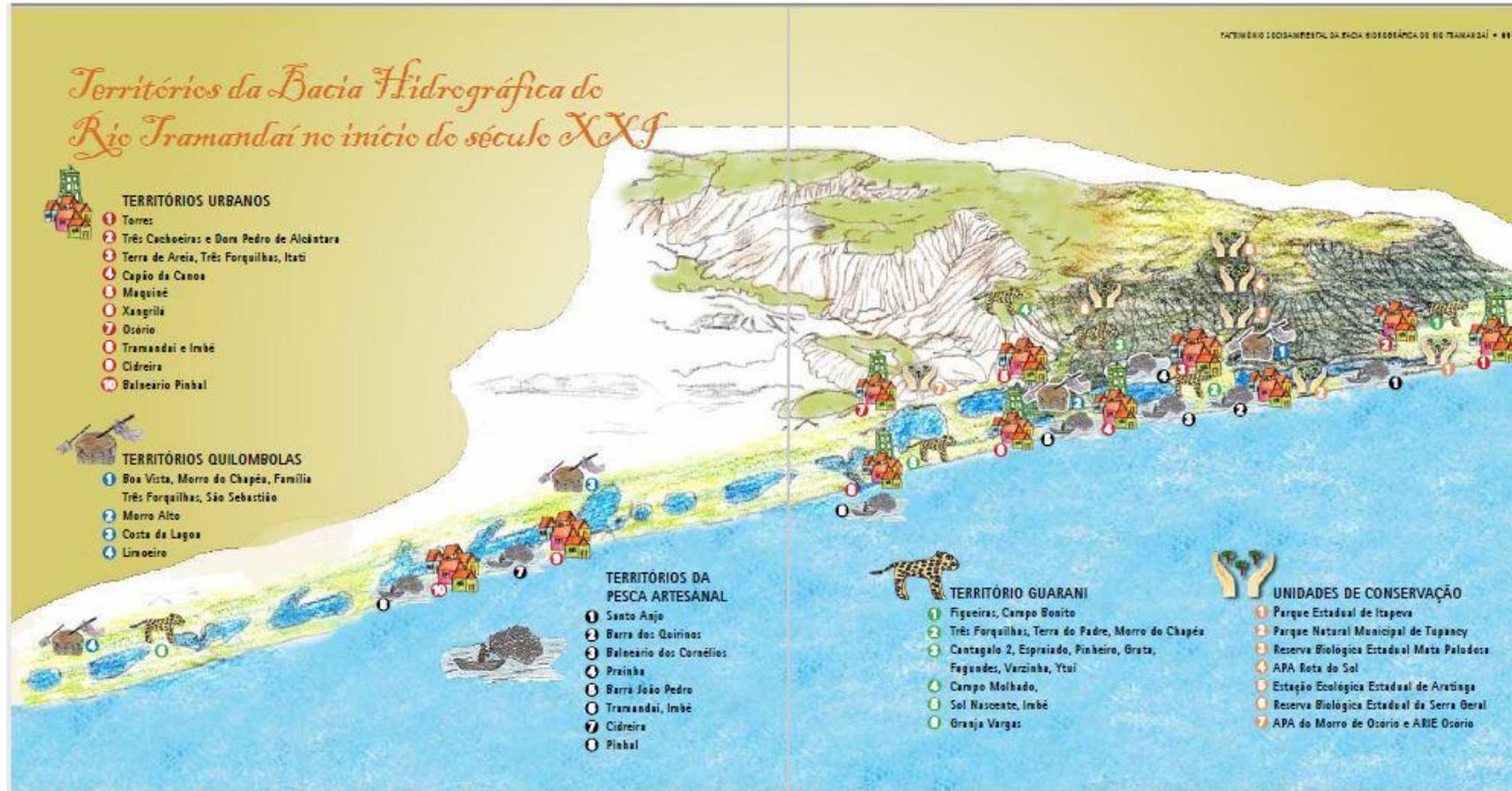
De modo geral, as *tekoá* em seu conjunto nesta porção do *Yvy Rupá*, estão em ambientes de regeneração, por meio do manejo *Mbya* Guarani. São nas *tekoá* que se

manifestam e são mantidos os costumes e tradições, sendo lugares que compõem espaços sagrados e de circulação milenar dos Guarani no litoral.

Atualmente, as *tekoá* estão sobrepostas a ambientes secularmente arrasados ambientalmente, abrigando poucos remanescentes de ambientes nativos, apresentando problemas relacionados ao assoreamento de nascentes, córregos, predominância de espécies exóticas (eucaliptos, pinus, acácia) em detrimento de espécies nativas, solos exauridos/degradados/contaminados pela agricultura intensiva, pecuária (CASTRO; MELLO, 2013), como vestígios da modernização agrícola de alto impacto ambiental das últimas décadas.

Alguns ambientes das *tekoá* no litoral tem recebido apoio de projetos voltados à recuperação de áreas degradadas, incentivo ao viveirismo, conservação das paisagens com diversificação e recomposição com espécies nativas e de uso tradicional, atividades de coleta de sementes, produção e aquisição de mudas para reflorestamento das aldeias e gestão sustentável do território (IECAM, 2015). As principais ONGs envolvidas com estas iniciativas junto aos Guarani no litoral são: Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Instituto de Estudos Ambientais e Culturais (IECAM) e mais recentemente a Ação Nascente Maquiné (ANAMA). A figura 15 a seguir ilustra as territorialidades presentes no litoral do RS, tendo como base as características da ocupação da Bacia Hidrográfica de Rio Tramandaí.

Figura 15 - Territorialidades presentes no território litoral do RS



Fonte: Coelho-de-Souza; Peruchi; Kubo (2013).

#### 4.2 KA' AGUY HETÉ REGUÁ: CRIAÇÕES NATURAIS ORIGINÁRIAS DE USO COMUM

Para os *Mbya* Guarani todas as “coisas” disponíveis na natureza são criações de, *Nhamandu* (*Nhanderu ete tenondegua* – nosso pai verdadeiro, o primeiro), o dono da terra, o criador do *Yvy Rupá*, o suporte de tudo. Por isso os *Mbya* entendem que só o criador tem o direito de “dispor da terra, destruí-la, reedificá-la” (LADEIRA, 2008, p. 138), foi nesse sentido que os *Nhanderu* concederam um sistema e uma ética aos Guarani, que orienta “as almas, a terra e as criações”, reconhecidas como “coisas” recebidas de *Nhanderu* e que não podem ser vendidas, caso contrário, estariam pondo em risco todo um sistema de relações entre humanos e os *Nhanderu* (LADEIRA, 2008, p.138).

Desse modo, por exemplo, os alimentos cultivados a partir das sementes verdadeiras/originais, que compõem as criações naturais de uso comum, não podem ser comercializadas. Escutei de um *Mbya* da *tekoá Kuaray Rexe*, que em uma das colheitas de *xanjau* (melancia) realizou a venda de algumas melancias a pedido de um *juruá*, mas relata que no ano seguinte as sementes de *xanjau* plantadas não nasceram, e portanto entendeu ser esta uma “punição de *Nhanderu*”, por descumprir as regras.

Conforme os *Mbya*, *Nhanderu* criou e povoou as matas com *yvyra* (árvores e plantas), *guyra* (pássaros) e os animais silvestres para eles usarem, conforme suas necessidades ao longo da vida. Então a expressão *ka'aguy reguá* sintetiza todas as “criações” que vivem nas matas. Assim, todas as criações (*ka'aguy reguá*) que existem nas matas possuem donos designados por *Nhanderu*, por exemplo, *yvyraja* (dono das árvores), por isso para tudo é preciso pedir licença para usar todas as criações, conforme o seu dono, respeitando os ciclos de reprodução. Todas as criações *heté* (verdadeiras) têm seus usos controlados e ritualizados, sendo que as reproduções das criações naturais dependem da conservação das matas e da manutenção dos lugares (LADEIRA, 2008).

Nas *tekoá* no litoral do RS os *Mbya* encontram as criações naturais em meio aos fragmentos de matas e terras que habitam, acessando-as na interação com alguns *juruá*, cujas terras são vizinhas às *tekoá*, e por vezes, constroem laços de confiança mútua que possibilitam acessarem algumas dessas criações fora dos “limites” contemporâneos impostos à territorialidade que envolve uma *tekoá* (aldeia).

Para construção das *opy*, por exemplo, os materiais necessários para a cobertura, que pode ser feito de *takua'i* (taquara mansa), *taquaruçu* (taquara) ou *kapi'i reimbé* (capim santa fé), são deslocados de uma *tekoá* para a outra, pelos próprios *Mbya* ou com apoio de

instituições parceiras. Essa logística de deslocamento dos materiais de uma aldeia a outra é geralmente complicada e demorada, tanto pelos entraves impostos pelas distâncias geográficas, que envolve a necessidade de veículos, quanto os trâmites burocráticos de instituições como FUNAI e Emater, as mais procuradas para darem este suporte, além das ONGs como o CTI.

A preocupação com a manutenção das *ma'ety* (plantações originais) também é responsável por grande parte dos deslocamentos dos *Mbya* no litoral, conectando e fortalecendo a rede de acesso às sementes verdadeiras que mantém a base alimentar tradicional do povo Guarani. As trocas ocorrem conforme ditam os ciclos do *ara pyau* (tempos novos) e *ara yma* (tempos antigos), orientando as atividades nas *tekoá*. Estas criações naturais de uso comum (ainda que com suas particularidades quanto aos usos, manejo, disponibilidade de acesso) tecem os elos de complementariedade entre as *tekoá* nesta porção do *Yvy Rupá* no litoral. Estas criações naturais mobilizam os diálogos entre os *Mbya* e diálogos interculturais no âmbito da governança territorial *Mbya* no litoral, contribuindo para o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver).

Nesta seção seguinte são apresentadas as criações naturais de uso comum que mobilizam os fluxos da territorialidade *Mbya* no litoral do RS, em meio aos constantes movimentos envolvendo acessos e manejos de plantas e sementes.

#### **4.2.1 *Ma'ety* (plantações originais)**

As *ma'ety* (plantações originais) são mantidas nas *kokué* (roças) por meio dos “bancos de sementes” familiares, fortalecidos nas redes de parentesco existentes nesta porção do *Yvy Rupá*. As trocas ou doações de sementes são realizadas em meio as visitas durante o *ara pyau*.

Nas *ma'ety* das aldeias do litoral do RS os *Mbya* me apresentaram sete (7) variedades de sementes de milho: *avaxi etei* (milho verdadeiro), denominadas: *avaxi pará* (milho pintado – amarelado/branco claro e preto); *avaxi pytã* (milho vermelho); *avaxi ju pará* (milho amarelo e preto); *avaxi ju* (milho amarelo); *avaxi ju toveí* (milho anão, com coloração amarela/dourada); *avaxi tin* (milho branco), *avaxi hü* (milho preto). A figura 16 mostra as variedades de *avaxi etei* que circulam entre as aldeias no litoral do RS.

**Figura 16 - Variedades de *avaxi etei* plantadas nas tekoá no litoral do RS, tekoá Guyra Nhendu e tekoá Ka aguy Porã**



Foto: Da autora.

Em conversa com Julia Gimenes, liderança *Mbya*, ela me explicou que planta e colhe todos os anos essas variedades de *avaxi* e salientou que “o *avaxi*, esse do nosso não é do *juruá*, é nosso, por que o *Nhanderu* mesmo que botou aqui na terra pro Guarani”.

Nas *kokué* (roças) das aldeias no litoral do RS junto com as variedades de *avaxi etei* também cultivam nas *ma'ety* (plantações originais): *kumandá* (feijão), *mandió* (aipim, mandioca), *jety* (batata doce), *pety* (tabaco), *manduvi* (amendoim), *yakua* (cabaça), *xanjau* (melancia).

Em uma visita na *tekoá Nhu'u Porã* (Campo Molhado), seu José, cacique da aldeia mostrou a situação das *kokué* (roças) com plantio de *avaxi*, *manduvi*, *kumanda*, *jejy* (duas variedades), *mandió*. Abrindo algumas espigas de *avaxi*, salientou que lá as plantas “não desenvolvem”, ou desenvolvem muito pouco, devido ao solo, com muita matéria orgânica, material em decomposição. Nasce um pé de milho grande, espiga grande, mas com pouco grão. Seu José complementa,

Eu penso na minha vida, eu penso na plantação. Aqui eu não gostaria muito por que planta não vai dar aqui. Esse é o problema que tem aqui, 70% é pedra, só 30% de terra tem aqui. Por que aqui muito em cima, muito alto. Só apenas isso é o problema. Por exemplo, essa aí não dá pra guardar, com pouquinho grão. Tem que ser uma inteirinha.

**Figura 17 - Seu José mostra os avaxi colhidos e a dificuldade de cultivar nas terras altas da tekoá Nhu'u Porã**



Foto: Da autora.

Em diálogo com outros representantes *Mbya* no litoral foi reforçada a centralidade da manutenção das sementes verdadeiras no conjunto das regras de *Nhanderú* que devem estar combinadas para que o sistema *mbya rekó* seja sustentado. A semente original é uma das criações naturais mais importantes para mater o *mbya rekó*.

Isso que eu quero fazer, quero manter sempre a semente! Por que tudo tem que combinar, não é só palavra, não é só jeito, não é só cultura, tudo tem que combinar, se não, não consegue fazer, porque se faltar uma peça não funciona. Por exemplo, se eu plantar milho, tem que combinar com *opy*, que eu vou precisar, a alma do meu filho vai precisar, *Nhanderú* vai precisar disso. Então cada coisa tem que ir combinando. Nosso nome em Guarani, mesma coisa, todo ano tem que renovar, mesmo que não trocar, tem que renovar. Pra isso é importante *opy*. Pra isso é importante todo ano ter a semente. Por que pra fazer essa renovação do nome, tem que ter semente, tem que fazer os *bodiapé*, pra fazer renovação de nome, pra ter força, pra tudo cada ano tem que renovar, se não cada vez fica enfraquecido. Isso não tá acontecendo mais em todas aldeias. Por isso muitos jovens tá morrendo também. Por que tem muitas pessoas, muitos jovens que não tem nome Guarani hoje em dia. Por que não tem mais *opy*, pra dar o nome, pra fazer reza. Tem muitas coisas que tá faltando. Por isso que tá faltando força e muitas coisas (Representante *Mbya* da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2016).

Atualmente, dificilmente nas *kokué* (roças) se cultivam todos os alimentos consumidos nas aldeias no litoral, mas são nas roças que cultivam a base do caminho para o *teko porã* (bem viver). As *kokué* mantêm a possibilidade de cumprirem as regras de *Nhanderu*, em rituais coletivos, como *Nhemongarai* “ritual emblemático que determina a

renovação dos ciclos da vida” (LADEIRA, 2008, p.182), em que celebram os nascimentos das crianças, os plantios e as colheitas que garantem as variedades das sementes verdadeiras/sagradas, enfim a reprodução da vida no *mbya rekó*.

No ritual *Nhemongarai* os *avaxi* são abençoados pós-colheita, juntamente com a bênção às crianças, em que seus nomes-almas são revelados e outros nomes são confirmados pelo *Nheeru ete ramói* (pais das almas) através do *yviraija* (dirigente espiritual) na cerimonia na *opy* (LADEIRA, 2008). Cada divindade está associada à revelação dos nomes-almas *Mbya* e é representada por um tipo de milho: milho amarelo (sol, *Kuaray*, *Nhamandu*), milho branco (*Karaí*), milho vermelho (*Jakairá*) e o milho escuro (*Tupã*) (JOSÉ VERÁ, 2007).

Após a cerimonia do *Nhemongarai*, no dia seguinte, é realizado o *tembiu aguje* (alimento sublime, transformado) cujas plantas colhidas nas roças, são transformadas em alimentos para o corpo e para alma *Mbya*.

Em meus campos acompanhei em uma das aldeias no litoral a preparação do *Nhemongarai*, realizando a colheita e o preparo do *avaxi etei* e da *ka'a* (erva-mate), criações naturais de uso comum que servem como alimentos e são usados em rituais. Em minha passagem na *tekoá* intercultural Baçara<sup>74</sup>, convivi, observei e percebi a alegria dos *Mbya* em meio ao *ara pyau*. A família se reuniu e prepararam as refeições com o *avaxi*, conforme a culinária própria *Mbya*, como *caguijy*, *mbyta'i*, *rora'i*, e também com farinha de trigo *mbojape'i*, *chipá*, *reviro*, além de *arocajejy* (suco de juçara), palmito com *ei* (mel).

Em convívio junto aos *Mbya* presenciei tristezas e alegrias. A alegria da colheita do *avaxi* e do preparo dos alimentos com esse grão sagrado, mas também a profunda tristeza dos *Mbya* pela perda de duas jovens, atropeladas e mortas na BR 116.

Uma das jovens atropeladas era *rai* (mãe) de um *kiringué* (criança) de quase dois anos, neto da cacica Júlia Gimenes. Após o acidente a criança foi levada para viver com Dona Julia na *tekoá* intercultural Baçara, no vale da Solidão, em Maquiné. Logo que cheguei fui solicitada pela cacica da aldeia a prestar apoio buscando um casal de anciões *Mbya*, cujo homem era *karaí* e vinha de uma aldeia em Santa Catarina, mas estava de passagem, visitando parentes na *tekoá Kuaray Rexe* (Sol Nascente), em Osório. Fazia uma semana que toda a aldeia estava mobilizada na construção da *opy* para receber o *karaí* para realizarem o *Nhemongarai*, e também fortalecer a aldeia espiritualmente. A Dona Julia me explicou que atualmente são poucos os *karaí* que realmente tem força espiritual e conhecimento das regras de *Nhanderu* para conduzir uma cerimonia na *opy*. Ela mesma disse conhecer atualmente

<sup>74</sup>A origem e situação desta aldeia serão abordadas no capítulo 5 e 6

somente duas pessoas, uma delas era este *karaí* que fui buscar. Por isso, foi todo um esforço para concluírem a construção da *opy* e realizarem o *Nhemongarai* naquele final de semana.

A sequência de figuras 18 e 19, que seguem mostram os preparativos para o *Nhemongarai* na *tekoá Baçara*, que posteriormente foi renomeada de *tekoá Guyra Nhendu*. Os *kyringué* (crianças) acompanham e são estimuladas a participarem de todas as atividades. Os mais velhos mostram para as crianças as variedades do *avaxi*, e durante o processo de sapear a *ka'a* (erva mate) no *tata* (fogo) as crianças também estão presentes, observando todas as regras, como pequenos aprendizes do *mbya rekó*.

**Figura 18 - Construção da *opy* e colheita de milho na *tekoá Baçara***

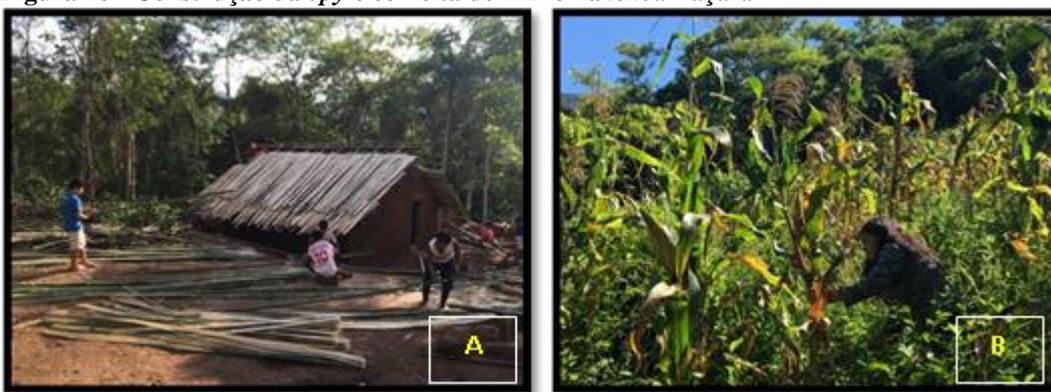


Foto: Da autora.

**Figura 19 - Jovens *Mbya* ralam o *avaxi* para o *mbyta'i* (bolinho de milho). Os *kyringue* (crianças) orientados a abrirem as espigas de *avaxi etei***



Foto: Da autora.

#### 4.2.1.1 *Ka'a* (erva-mate), *Kuri'y* (araucária), *Takua'i* (taquara-mansa), *Xaxim* e o *Ygary* (cedro)

Nas aldeias situadas a nordeste do litoral do RS, predominam as seguintes criações naturais de uso comum: *Ka'a* (erva-mate), *Kuri'y* (araucária, de onde coletam o pinhão e usam o “nó de pinho”), *Takua'i* (taquara mansa), *Xaxim*, *Ygary* (cedro), em meio às *ka'aguy*

(florestas) localizadas nas áreas mais elevadas da Serra Geral, onde se situam as *tekoá Nhu'u Porã*, *tekoá Ka'aguy Pa'ü*, *tekoá Pindoty*.

Em conversa com o cacique da *tekoá Nhu'u Porã* ele fala sobre a *Ka'a*, uma criação natural de uso comum, que se destaca na *ka'aguy* desta aldeia,

Aqui nós temos a *ka'a* (erva mate), não é qualquer lugar que tem erva mate. Quando *Nhanderu* trabalha ele toma chimarrão, e ele pensou e, sabe, deixou alguma semente. Então é isso que o Guarani também procura na natureza, o que tem, por exemplo, aqui tem erva mate, que *Nhanderu* deixou pra nós, é aqui que *Nhanderu* tomava chimarrão, então ele deixou algumas sementinhas, então é isso que acontece aqui na aldeia (Representante da *tekoá Nhu'u Porã*).

Na *tekoá Nhu'u Porã* a erva mate é produzida artesanalmente, conforme costumes tradicionais do carijo, realizado periodicamente ao longo do ano. Parte da *Ka'a* (erva-mate) feita em sistema de carijo é consumida internamente e outra parte é comercializada no território pelos próprios *Mbya*, com venda direta para outros Guarani que vivem nas aldeias do litoral. Assim, esta erva mate não é comercializada nos mercados de Maquiné, mas vendida em rede de Guarani para Guarani, de Guarani para os *juruá* que demandam a erva-mate.

**Figura 20 - Galhos de *ka'a* cortados para feito do carijo**



Foto: Da autora

Seu José Verá, cacique da *tekoá Nhu'u Porã* relata que antes ele fazia carijo para próprio consumo, e que começou a vender somente quando a produção aumentou a partir da parceira com o sítio da Amizade<sup>75</sup>:

<sup>75</sup> A *tekoá Nhu'u Porã* realiza o carijó em atividade intercultural, promovida em parceria com amigos do Sítio da Amizade, comunidade *juruá*, localizada em Viamão/RS, que se identifica como uma comunidade que se interessa e desenvolve trabalhos de Permacultura, arte, espiritualidade, viveirismo e cultura de paz.

Primeiro eu fazia só pra mim, com um pilãozinho, depois nós começamos em grupo e daí que a gente passou a vender. Tem o pessoal de Maquiné também que, às vezes, compra erva mate. Antes, fazia só um pouquinho assim, foguinho assim, não muito grande e botava em cima. Se terminar aquela, faz outra, faz outra. É assim. A vida dos Guarani é assim mesmo. Não tem dois, três sacos guardado, não é isso. Só fazer na hora. Se precisar, é só tirar do mato, trazer e secar. Quando precisa outra família de erva a gente faz maior um pouco assim (Representante da *tekoá Nhu'u Porã*).

Sobre o manejo, da *ka'a* o cacique da *tekoá Nhu'u Porã*, comentou que “a brotação da erva-mate começa em outubro, daí no mês de outubro não dá de cortar, porque dá a folha nova. Daí janeiro já dá pra colher”. Seu José também comentou que o mel de abelhas nativas, *ei etéi* (mel verdadeiro), coletado pelos *Mbya* nas *ka'aguy* da *Nhu'u Porã*, vem da floração da *ka'a*, e que, portanto, consomem um “mel de erva mate”. Assim, ele explica que *Nhanderú* fez a *ka'a* pra “todos os seres” usufruírem, mostrando que esses usos são sustentáveis e estão interligados quando orientados pelas regras de *Nhanderú*,

Qualquer semente é medicina. Então, também é a erva mate. **Erva mate é a alimentação da nossa alma. Nhanderu usa pra isso.** Ele usa de manhã, meio dia e de tarde. **É a alimentação da alma, erva mate.** Só que *Nhanderu* usa não como *jurua*, né, que usa no café, sem trabalho. Então o *Mbya* usa pra fazer muito trabalho, ele usa o mate né, erva mate. **Só que a primeira ele deixou um pezinho, com um bichinho e o Mbya encontrou a semente, por exemplo, o jacu, o tucano, o sabiá, muitas aves comem a sementinha. Nhanderu fez a erva não só pro Guarani, mas pra todo mundo** (Representante da *tekoá Nhu'u Porã*, mar.2018, grifos nossos).

Da criação natural *Kuri'y* (araucária) os *Mbya* realizam a coleta do *kuriá* (pinhão) e dos nós de pinho. O pinhão coletado é vendido em Maquiné e nas praias do litoral do RS. Em 2017 foram colhidos 3.000 kg de pinhão. Seu José comentou que eles perderam de coletar o dobro de pinhão em 2017, ou seja, coletaram a metade disponível, pois tinham poucos *Mbya* envolvidos na coleta. Ele disse que são “muitas araucárias por esse mato, assim como a erva mate, mas esse ano de 2018 vai dar muito pouco pinhão, por que é assim mesmo, por exemplo, 3 anos dá bastante, e depois de três anos dá muito menos”.

Seu José Verá também faz *petyngué* (cachimbo) com o “nó” (nó de pinho) da *kuri'y* (araucária), encontrado nas matas. Este feitio de *petyngué* é muito apreciado por todos, pela beleza, durabilidade e qualidade da cachimbada. O *petyngué* de nó de pinho, feito pelo Seu José Verá, é levado pelos *Mbya* para várias outras *tekoá* no *Yvy Rupá*, podendo ser encontrado em aldeias em Santa Catarina e até São Paulo. O *pytenguá* é comercializado entre os *Mbya* nos encontros e em reuniões envolvendo o movimento indígena. Os valores do *pytenguá* variam conforme o tamanho,

Encontrei muitas pessoas de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, e muitas vezes e aqui também, em 2003 teve muita reunião aqui também e aí aproveitam e levam o *pytenguá*, porque lá não tem quem faz (Representante da *tekoá Nhu'u Porã*, mar.2018).

Outra criação natural de uso comum que predomina na *tekoá Nhu'u Porã*, mobilizando o deslocamento dos *Mbya* no litoral para acesso é a *takua'i* (taquara mansa). A *takua'i* é uma taquarinha muito usada como matéria prima para fazer a cobertura das *oga* (casas) e também para o artesanato, principalmente nos *ajaka* (cestos) e são coletadas no mato com facão. Acompanhei a cacica Julia Gimenes que realiza expedições periódicas, caminhando pelo corredor etnoambiental<sup>76</sup> que dá acesso a *tekoá Nhu'u Porã* para realizar a coleta de *takua'i*. O corte da *takua'i* deve ser feito de preferencia pela manhã, pois a taquarinha se encontra úmida, sendo fácil de manejar.

Também participei da construção da cobertura de casas com a *takua'i*, que é cortada na mata da aldeia *Nhu'u Porã* e amarrada em feixes com a fibra da *Yvyra rirã*, *Yvaju* (árvore Embira - *Daphnopsis racemosa Griseb.*). Depois, com ajuda de um porrete de madeira, as *takua'i* são quebradas conforme a direção das fibras até abrirem e, em seguida, dobradas ao meio para serem encaixadas como cobertura da casa tradicional. Todo esse processo (cortar/bater/dobrar) deve ser feito no mesmo dia para não correr o risco da *takua'i* secar e perder a flexibilidade para ser manejada. Uma *oga* (casa) de 6 metros de comprimento possui uma cobertura de 5 linhas, cada linha com 85 *takua'i*. Uma casa tradicional coberta com *takua'i* dura cerca de 5 anos.

---

<sup>76</sup> Será mais bem explicado no decorrer deste capítulo.

Figura 21 - Coleta de *takua'i* e preparo da fibra para fazer os cestos, na *tekoá Nhu'u Porã*



Foto: Da autora.

O *Xaxim* é outra espécie encontrada na *tekoá Nhu'u Porã*, sendo uma criação natural de uso comum usada na arquitetura de casas tradicionais, mas particularmente somente nesta *tekoá* no litoral. Este tipo de arquitetura é única nesta porção do *Yvy Rupá* (litoral do RS). O *Xaxim* foi escolhido como a criação ideal para construção de casas nesta *tekoa*, pois o barro e a palmeira *Pindó*, usados frequentemente na construção de casas tradicionais, são recursos pouco acessíveis na *tekoa Nhu'u Porã*.

Assim, a construção de casas de *Xaxim* evidencia o *mbya rekó*, pois toda a escolha de um lugar “como *tekoa*” quando orientado por *Nhanderú*, obedece a certas regras, dentre as quais a utilização de materiais naturais locais para a construção das *oga* (casas), interagindo com os elementos da paisagem em que se inserem. Devido às baixas temperaturas nesta aldeia, localizada a aproximadamente 850 m de altitude, as paredes de *Xaxim* são ideais, mantendo o espaço interno seco e aquecido no inverno. Outras espécies da *ka'aguy* (floresta) que são usadas na construção das casas tradicionais encontram-se no quadro 14.

Figura 22 - Casa tradicional *Mbya* feita de *Xaxim*, com amarras de *Gembé pi* e cobertura de *taqua'i*



Foto: Da autora.

O quadro 14 apresenta as espécies da *ka'aguy* utilizadas na construção das casas tradicionais *Mbya* nas *tekoa* no litoral.

Quadro 14 - Criações naturais de uso comum utilizada para construção de casas *Mbya* Guarani

Nome-popular	Nome <i>Mbya</i> - Guarani	Parte utilizada	Modo aquisição
Angico	<i>Karupá pity</i>	caule	Coleta
Taquara ou Bambu	<i>taquaruçú</i>	colmo	Coleta
Camboatá	<i>Yywata'y</i>	caule	Coleta
Canela	<i>Yvyra ovy</i>	caule	Coleta
Cipó	<i>Yxypó eté</i>	caule	Coleta
Cedro	<i>Ygary</i>	caule	Coleta
Capim Santa-Fé	<i>Kapi'i rembé</i>	folhas	coleta/cultivo/troca
Guabiju	<i>Yva viju</i>	caule	Coleta
Guabiroba	<i>Guavira</i>	caule	Coleta
Guajuvira	<i>Guajauyui</i>	caule	Coleta
Guaimbé (cipó)	<i>Gembé pi</i>	caule	Coleta
Jerivá	<i>Pindó eté</i>	folhas/caule	coleta/cultivo
Louro	<i>Ajuy</i>	caule	Coleta
Pitangueira	<i>Anhamgapiry</i>	caule	Coleta
Taquara-mansa	<i>Taqua'i</i>	colmo	Coleta
Samambaiçu-xaxim	<i>Xaxim</i>	caule	Coleta

Fonte: Freitas (2004), Prudente (2007), adaptado pela autora.

O *ygary* (cedro) é considerado uma das criações naturais sagradas na cosmologia *Mbya* pela sua importância cultural, espiritual e de proteção. A madeira desta árvore é

especialmente usada na estrutura e fechamento das *oga* (casas) tradicionais, sendo muito procurada nas matas pelos *Mbya*. Prudente (2007, p.69), citando Costa (1989), explica que esta espécie faz a interligação entre o céu e a terra, o mundo celeste e terrestre, entre o material e o imaterial, demonstrando as interconexões entre todas as criações naturais visíveis e invisíveis, presentes no *Mbya rekó*.

#### 4.2.1.2 *Pindó* (jerivá), *Jejy* (juçara) e o *Jata'i* (butiá)

Dentre as palmeiras que se destacam entre as criações naturais de uso comum no litoral estão: o *Pindó*, a *Jejy* (juçara) e o *Jataí* (butiá). O *Pindó* (jerivá) é encontrado em todas as aldeias no litoral, sendo considerada uma palmeira sagrada – verdadeira e eterna - para os *Mbya* é uma das criações de uso comum mais cultivada e coletada/acessada por eles nas *tekoa* e áreas de circulação no litoral, sendo inclusive considerada como uma planta indicadora de aldeias ancestrais. Todas as partes da palmeira são aproveitadas pelos *Mbya* (os frutos, o caule, folhas e fibras). Esta palmeira serve como fonte de alimento e abrigo, e está vinculada à subsistência *Mbya*. O *Pindó* é a primeira planta a ser cultivada quando uma nova aldeia é criada, simbolizando a presença dos *Mbya* no *Yvy Rupá*. Os frutos do *Pindó* são coletados em expedições coletivas e socados em pilão de onde extraem o suco. Do *Pindó* também retiram o palmito que comem com *ei* (mel) de abelhas nativas. A figura 23 mostram a coleta dos frutos do *Pindó* por jovens nas matas da *tekoá Ka'aguy Porã*.

**Figura 23 - Coleta dos frutos do *pindó* nas matas do *Yvy Rupá*, em Maquiné. (nov. 2017)**



Foto: André Benites (2017).

Quanto ao uso da palmeira *Jejy* (juçara) pelos *Mbya* no litoral do RS, o costume é consumir somente palmito, sendo que os frutos passaram a ser apreciados para consumo há pouco tempo, em meio às relações de diálogo interculturais que buscam a conservação pelo uso desta espécie e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

**Figura 24 - Coleta dos frutos de *jejy* na *tekoá Guyra Nhendu* (dez. 2016)**



Fonte: Da autora

O *Jataí* (butiá) concentra-se na *tekoá Nhu Porã*, em Torres, e esta criação é representada pela espécie *Butia catarinensis*. Desta palmeira consomem os frutos e as folhas eram usadas para elaborar feitiços de artesanato. Atualmente são poucos os *Mbya* que usam as

folhas do butiá para confecção de cestos, sendo este conhecimento relatado pelos mais velhos. A *tekoá Nhu Porã* está inserida no corredor de distribuição do *Butia catarinensis* que se estende em direção a Imbituba, litoral de Santa Catarina.

#### 4.2.1.3 *Kurupika 'y* (pau-leiteiro)

O *kurupika 'y* (pau-leiteiro; *Sapium glandulosum*) é uma árvore cuja madeira é a mais usada para confecção de artesanatos, especialmente os “bichinhos”, como chamam os Guarani, que representam a fauna nativa da Mata Atlântica e do Pampa. Esta espécie é encontrada nas matas remanescentes dentro das aldeias ou no seu entorno, mas seu cultivo também tem sido intensificado pelos próprios *Mbya* que passaram a plantar mudas próximo das casas. Em geral, estas mudas são oriundas de projetos em parceria com ONGs, universidades e Emater local de incentivo a agroflorestas com espécies nativas solicitadas pelos próprios *Mbya*.

#### 4.2.1.4 *Kapi 'i reimbé* (capim santa-fé)

O *Kapi 'i reimbé* (capim santa-fé - *Panicum prionitis*)<sup>77</sup> está entre uma das criações naturais mais procuradas pelos *Mbya* no litoral. Ela ocorre em áreas úmidas e mobiliza fortemente os *Mbya* no litoral a manterem o acesso junto à *tekoá Yryyapu*, localizada na Planície Costeira, pois nesta porção do *Yvy Rupá* somente nesta *tekoa* ocorre essa espécie. O *kapi 'i reimbé* o (capim santa-fé), *kapi 'i* (campim) *reimbe* (afiado) é usado para cobrir as casas tradicionais e especialmente as *opy*.

Em diálogo com representante do CTI que atua com os *Mbya* em projetos de revitalização das matas no *Yvy Rupá*, foi destacado que o *kapi 'i reimbé* (capim santa fé) é manejado pelos Guarani na aldeia *Yryyapu* faz alguns anos. A planta que já ocorria naturalmente na área da aldeia e foi sendo propagada pelos *Mbya*, que fizeram plantios em linha, que se destacam na paisagem.

Existe toda uma espiritualidade envolvida com cultivo e propagação do capim santa fé, pois principalmente a planta é usada para cobrir as *opy*. Eles fazem o cultivo para uso na aldeia e também “comercializam”, entre os próprios *Mbya*. Eles “vendem” o *kapi 'i reimbe* para as outras aldeias no *Yvy Rupá*, pode-se dizer assim. Porém, explicam que o que está “a

---

<sup>77</sup> Será novamente abordado no capítulo 5.

venda” é o conhecimento sobre como realizar o manejo da planta, pois somente os *Mbya* da *tekoá Yyryapu* detêm. Então, explicam que eles “vendem” esse saber associado a mão de obra do trabalho de manejo e da colheita. Eles cortam o capim e deixam em feixes para serem transportados para as outras aldeias.

Os *Mbya* da *tekoá Yyryapu*, já tiveram experiência de receber outros Guarani de outras aldeias (exemplo, TI Cantagalo), mas relatam que por não deterem o conhecimento desse manejo do corte e podem comprometer o desenvolvimento da planta. Nesta experiência dos Guarani do Cantagalo, por não saberem manejar corretamente, muitas plantas acabaram sendo perdidas.

Conforme os *Mbya*, o manejo é “cortar bem em cima”, existe um ponto de corte ideal para a planta rebrotar. Por isso os Guarani da *tekoá Yyryapu* preferem negociar o *kapi’i reimbe* para manterem as plantas, sem riscos de perdê-las. Isso é o que argumentam, de modo que esta prática tem sido uma das fontes de renda para a aldeia.

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) tem promovido ações de intercâmbio da aldeia *Yyryapu* com a aldeia *Koe’ju* (localizada em São Miguel das Missões/RS), no âmbito do Programa Guarani – Revitalizando as Matas Nativas: Apoio às Atividades de Restauração Cosmo-Ecológicas e Enriquecimento Agroflorestal - *Tekoa Koe’ju*. A *tekoá Koe’ju* pretende expandir plantio do capim santa-fé nas áreas húmidas da aldeia e assim um grupo de *Mbya* realizou (em dezembro de 2017) uma visita de intercâmbio à *tekoá Yyryapu* onde ocorreu a Oficina de formação “Guarani para Guarani” sobre ecologia, cultivo, manejo e espiritualidade do *kapi’i reimbe*.

#### **4.2.2 Governança Guarani e as criações naturais de uso comum**

O convívio com os *Mbya* possibilitou entender que cada *tekoa* no litoral do RS, compõe um pequeno fragmento desta porção do *Yvy Rupá*, sendo que cada fragmento resguarda alguma das criações naturais de uso comum, acessada por todos em constante movimento. Desse modo, suprem certas “faltas”, atuando tanto como guardiões dos *ka’aguy hete reguá*, quanto como facilitadores na complementariedade entre as *tekoá* daquilo que mantem vivas as regras de *Nhanderu*.

O constante fluxo de mobilidade *Mbya* mostra-se orientado pelas redes de parentesco que tecem a sociabilidade. Nestas visitas em que buscam de tratamentos espirituais nas *opy* com *karaí* ou *kunhã karaí*, as sementes tradicionais *Mbya* Guarani também são oferecidas ou trocadas em meio às relações de reciprocidade. O percurso, em alguns casos, é realizado a pé

por trilhas que conectam as aldeias, ocorre o acesso às espécies vegetais e animais que compõem o *ka'aguy hete reguá* (criações naturais originárias) e sustentam a base do *Mbya rekó*.

As criações naturais (sementes/plantas/animais) estão associadas aos usos na alimentação, medicina tradicional, xamanismo/espiritualidade, construção, artefato, artesanato, comercial, conforme quadro 15 das categorias identificadas por Pereira *et al.* (2016, p.204)

**Quadro 15 - Categorias de usos associados às criações naturais de uso comum**

<b>Alimentar</b>	Plantas utilizadas na dieta e para terapias, cultivadas ou coletadas. Muitas espécies são também usadas atualmente como alimento para as criações e para a fauna.
<b>Artefato</b>	Espécies usadas para confecção de utensílios os mais diversos, usados como ferramentas, talheres, roupas, pigmentos.
<b>Artesanato</b>	Esta categoria difere da anterior por incluir exclusivamente as espécies utilizadas para a confecção das peças comercializadas.
<b>Comercial</b>	Plantas que de alguma forma são exploradas comercialmente pela comunidade, incluindo medicinais.
<b>Construção</b>	Árvores, taquaras, cipós e demais espécies utilizadas na construção das edificações da aldeia.
<b>Medicinal</b>	Plantas utilizadas como remédio para doenças físicas e mentais, sob a forma de chás, compressas, banhos e emplastos.
<b>Xamanismo</b>	Categoria inclui exclusivamente plantas utilizadas nos rituais.
<b>Veneno</b>	Plantas utilizadas para intoxicar peixes em atividades de pesca.

Fonte: Pereira *et al.* (2016, p. 204).

O quadro 16 apresenta as *ka'aguy hete reguá* (criações naturais) acessadas pelos *Mbya* no litoral do RS, de acordo com os tipos de usos. Estão destacados em negrito aquelas criações naturais mais acessadas que influenciam os fluxos de circulação dos *Mbya* no litoral. No mesmo quadro também são apresentadas as sementes verdadeiras de uso comum que compõem a agrobiodiversidade *Mbya* e circulam pelo litoral, sendo cultivadas nas *ma'ety* (plantações originárias).

**Quadro 16 - Unidades de recursos – com destaque para espécies vegetais, animais da *ka'aguy heté reguá* (criações naturais) e das *ma'ety* (plantações verdadeiras) que se salientaram em diálogos interculturais quanto à importância da conservação pelo uso nas aldeias no litoral do RS**

Unidade de Recurso											Relevo associado
<i>Ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais de uso comum)											
Nome popular	Nome científico	Nome em Guarani	Categoria – tipos de uso							Sistema de Recurso (área de predomínio)	
			Alim.	Art.	Arte.	Com.	Const.	Med.	Xam.		
Erva-mate	<i>Ilex paraguariensis</i>	<i>Ka'a</i>	x			x		x	x	<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Planalto
Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	<i>Kuri'y</i>	x	x		x				<i>Tekoá Nhu'u Porã; Pindoty</i>	Planalto
Taquara mansa	<i>Merostachys multiramea</i>	<i>Takua'i</i>		x	x		x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Planalto
Taquara ou Bambu	<i>Guadua angustifolius</i>	<i>Taquaruçu</i>		x	x		x			<i>Tekoá Ka'aguy Porã</i>	Planalto
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	<i>Pindó</i>	x				x	x		<i>Tekoá Ka'aguy Porã; Pindoty</i>	Encosta do Planalto e Planície
Butiá	<i>Butia catarinensis</i>	<i>Jata'i</i>	x							<i>Tekoá Nhu Porã</i>	Planície
Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	<i>Jejy</i>	x			x				<i>Tekoá Ka'aguy Porã; Guyra Nhendu</i>	Encosta do Planalto e Planície
Xaxim	<i>Dicksonia sellowiana</i>	<i>Xaxim</i>					x			<i>Tekoá Nhuu Porã</i>	Planalto
Pau-leiteiro	<i>Sapium glandulatum</i>	<i>Kurupika'y</i>			x					<i>Tekoá Nhu'u Porã, Ka'aguy Porã; Pindoty, Guyra Nhendu, Yryapu e Aracaty</i>	Planalto, Encosta do Planalto e Planície
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	<i>Ygary</i>					x			<i>Tekoá Nhu'u Porã; Pindoty; Ka'aguy Porã</i>	Planalto, Encosta do Planalto
Angico	<i>Parapiptadenia</i>	<i>Kurupa Pitã</i>					x			<i>Tekoá Nhu'u Porã;</i>	Planalto,

Unidade de Recurso <i>Ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais de uso comum)											Relevo associado	
Nome popular	Nome científico	Nome em Guarani	Categoria – tipos de uso							Sistema de Recurso (área de predomínio)		
			Alim.	Art.	Arte.	Com.	Const.	Med.	Xam.			
	<i>rígida</i>										<i>Ka'aguy Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Camboatá	<i>Matayaba elaeagnoides</i>	<i>Yvywata'y</i>						x			<i>Tekoá Nhu'u Porã; Ka'aguy Porã; Pindoty</i>	Planalto, Encosta do Planalto e Planície
Canela	<i>Ocotea sp.</i>	<i>Yvyra ovi</i>						x	x		<i>Tekoá Nhu'u Porã; Tekoá Ka'aguy Porã</i>	Planalto, Encosta do Planalto e Planície
Cipó	-	<i>Yxyo hete'i</i>		x	x			x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Planalto
Guabiju	<i>Myrcianthes pungens</i>	<i>Yva viju</i>	x					x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Guabiroba	<i>Campomanesia xantocarpa</i>	<i>Guavira</i>	x					x			<i>Tekoá Nhu'u Porã; Ka'aguy Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Guaimbé	<i>Philodendrom bifinnatifidum</i>	<i>Wembe'pi</i>		x				x			<i>Tekoá Nhu'u Porã; Ka'aguy Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Louro	<i>Cordia trichotoma</i>	<i>Ajuy</i>						x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Guajuvira	<i>Patagonula americana L.</i>	<i>Guajauyui</i>						x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície

Unidade de Recurso <i>Ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais de uso comum)											Relevo associado	
Nome popular	Nome científico	Nome em Guarani	Categoria – tipos de uso							Sistema de Recurso (área de predomínio)		
			Alim.	Art.	Arte.	Com.	Const.	Med.	Xam.			
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	<i>Anhangapiry</i>	x					x			<i>Tekoá Nhuu Porã Ka'aguy Porã</i>	Encosta do Planalto e Planície
Pessegueiro bravo	<i>Prunus sellowi</i>							x			<i>Tekoá Nhu'u Porã</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Capim Santa-fé	<i>Panicum rivulari</i>	<i>Kapi'i reimbe</i>				x	x				<i>Tekoá Yryapu e Aracaty</i>	Planície
<b>Pesca e caça</b>												
Peixe	-	<i>Pirá</i>	x								<i>Tekoá Nhu'u Porã Tekoá Yryapue Aracaty</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Tatu	<i>Dasypus hybridus</i>	<i>Tatu</i>	x								<i>Todas tekoá</i>	Todos ambientes
<b>Ma'ety heté</b> (plantações verdadeiras)												
Melancia		<i>Xanjáu hete'i</i>	x						x		<i>Todas (exceto tekoá Nhuu Porã)</i>	Encosta do Planalto e Planície
Milho		<i>Avaxi hete'i</i>	x						x	x	<i>Todas</i>	Encosta do Planalto e Planície
Amendoim		<i>Manduvihete'i</i>	x						x		<i>Todas (exceto tekoá Nhu'u Porã)</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície

Unidade de Recurso <i>Ka'aguy heté reguá</i> (criações naturais de uso comum)											Relevo associado	
Nome popular	Nome científico	Nome em Guarani	Categoria – tipos de uso							Sistema de Recurso (área de predomínio)		
			Alim.	Art.	Arte.	Com.	Const.	Med.	Xam.			
Batata doce		<i>Jety heté'i</i>	x						x		<i>Todas</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Aipim		<i>Mandi'ó heté'i</i>	x						x		<i>Todas</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Feijão		<i>Kumandá heté'i</i>	x						x	x	<i>Todas</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Abobora		<i>Andai</i>	x								<i>Todas</i>	Planalto Encosta do Planalto e Planície
Fumo		<i>Petyheté'i</i>	x								<i>Todas (exceto tekoá Nhu'u Porã)</i>	Encosta do Planalto e Planície
Cabaça/Porongo rasteiro		<i>Yakuáheté'i</i>		x	x					x	<i>Todas (exceto tekoá Nhu'u Porã)</i>	Encosta do Planalto e Planície

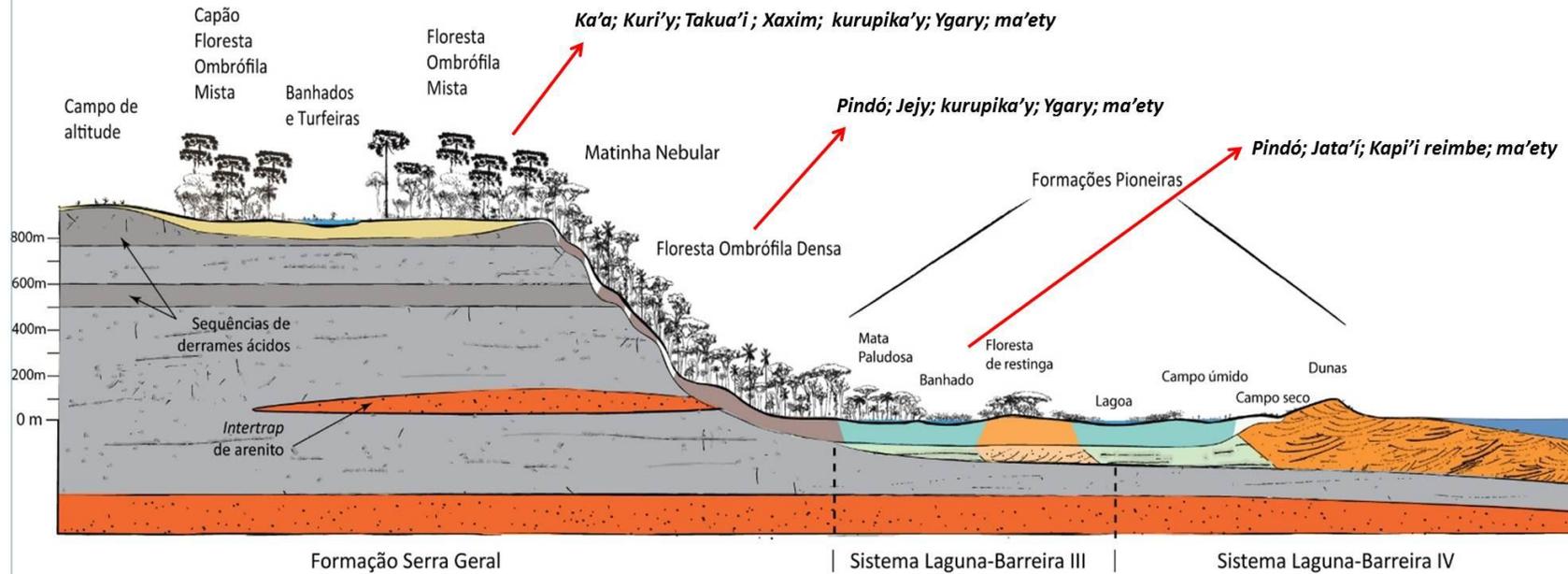
Alim: Alimento; Art.: Artefato; Artes.: Artesanato; Comer.: Comercial; Const.: Construção; Med.: Medicinal; Xam.: Xamanismo.

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 25 - Espacialização das *ka'aguy heté reguá* de uso comum, conforme o perfil ecossistêmico a qual estão associados

Ecosistemas Nativos da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí- BHRT  
 - Informações detalhadas são encontradas no Atlas Ambiental da BHRT (Castro & Mello, 2013)

Perfil Ecossistêmico do setor norte da Bacia:



Fonte do Perfil Ecossistêmico POESTER *et al.* 2013. in: CASTRO, D. & MELLO, R. S. P. (Orgs.). Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. 1ª. ed. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 180 p

Fonte: adaptado de Castro; Mello (2013).

A próxima seção apresenta a os desafios enfrentados pelos Guarani em relação à cumprir as regras de *Nhanderu* associadas ao manejo e acesso às *ka'aguy heté* diante as dificuldades impostas à situação territorial e ambiental no *Yvy Rupá*, bem como a relação deste desafio com a fragilização do *Mbya rekó*.

#### 4.2.2.1 As regras de *Nhanderú* e a fragilização do *mbya rekó*

Conforme Ladeira (2008) citando Montoya (1876 p.363) o termo *teko* significa “ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei e hábito” e está associado à ética e a conduta *Mbya* de atribuir valor sobre todas as esferas de vida. Assim, *teko porã* significa “estado bom, pleno”, abrangendo princípios éticos, morais, normas de comportamento, convivência, sociabilidade, modos de reprodução e consumo Guarani, definindo um modo de uso do espaço, entre vínculos e desprendimentos. O *teko* pode ser interpretado como uma referencia ética do coletivo Guarani que orienta as práticas tradicionais de todo um sistema cultural (LADEIRA, 2008).

O *Yvy Rupá* é vivido como um território de uso comum na medida em que todas as relações de reprodução da vida nele estabelecidas e contidas possuem continuidade histórica que os identificam. Por onde passam reconhecem na paisagem características deixadas pelos antepassados manifestadas no ambiente, em ruínas antigas ou pela concentração de certas espécies da vegetação manejadas conforme as regras de conduta orientadas por *Nhanderú* (LADEIRA, 2008).

Neste sentido, existe um contínuo esforço dos *Mbya*, especialmente dos *xeramoi* e *xejary* (anciãos e anciãs) em manterem o *mbya rekó* e continuarem vivendo conforme um modo de ser orientado pelas “regras de *Nhanderu*”. Viverem conforme essas regras demanda manterem conectados a rede espiritual *Mbya* e as redes de acesso as *ka'aguy heté reguá* (criações naturais) de uso comum, chamadas de “recursos naturais” pelos *juruá*. As seculares intervenções dos *juruá* (não indígenas) nas formas de organização *Mbya kuery* tem fragilizado o sistema socioecológico do *mbya rekó*, contribuindo para situações que geram confusões internas entre os *Mbya* nas *tekoá*, gerando problemas e distanciando os *Mbya* das suas regras éticas, as “regras de *Nhanderú*”.

Conversas com algumas lideranças *Mbya* no litoral exemplificaram essas confusões, salientando os motivos da importância de manterem e cumprirem essas regras, que, se não cumpridas, levam ao caos coletivo. As palavras que seguem expressam, em parte, algumas

inquietações a respeito do esforço *Mbya* em cumprirem as regras de *Nhanderú* e manterem sistema *mbya rekó*, que conduz ao caminho do *tekó porã* (bem viver):

Hoje o que tá acontecendo no mundo, tem guerra, gente se matando, tem vento que tá destruindo cidades, tudo tá acontecendo por que, digamos que os *jurua* tem conta pra pagar pro filho de *Tupã*.[...] . Não é só *jurua* que tem culpa, nós também temos, nós temos que garantir também. Não vou dizer que não vai acontecer isso ou aquilo por que sou Guarani. Sou pessoa Guarani, **mas não tô cumprindo regras, não tô fazendo as coisas que *Nhanderú* quer, então vou sofrer também, Ele vai fazer o que quiser também, mesmo que eu sou Guarani eu tenho que pagar também. A maioria sabe dessas regras**, a maioria tá vendo isso. Por que nós tamo assim, por quê? Porque **nós próprio Guarani, nós não tamo cumprindo regras**, nós tamo apertado assim não é só por causa do *jurua*, por nossa culpa também, nosso erro também. **Então é hora de tentar pelo menos voltar a manter nossa cultura, valorizar e respeitar principalmente regras que nós temo. Porque não é só um que ganha e que perde, todos ganham e todos perdem. Se eu tô aqui com a minha família, eu vou plantar semente, uma semente que é pura, que o *Nhanderú* criou, é pra manter essa semente, não é só pro alimento, é pra própria alma, pra se alegrar, pra ficar alegre assim. E Ele tá vendo, que eu tô plantando, que eu tô valorizando, então meu caminho vai ser facilitado, vou ter as coisas mais garantidas, pro povo Guarani. Se eu tô plantando, tô plantando pra todo mundo, tô garantindo.** Mas se todos perder é pra todo mundo também. Então por isso, pra nós, se nós faz as coisa errada é pra todo mundo. Se uma família faz coisa boa assim, é pra todo mundo também. Tem que garantir as coisas que tem valor, esse é o caminho. Ai vem de tudo assim, vem força pra trabalhar, pra se envolver, pra todo mundo, pra todas coisas, todas pessoas. (Representante *Mbya* da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2016, grifos nossos).

As palavras acima nos mostram que os *Mbya* ao virem para este mundo devem cumprir certas regras de *Nhanderú*, sendo uma das principais regras a manutenção das sementes verdadeiras, que são a fonte do alimento para o corpo e a alma. Devem seguir plantando para si, para suas famílias e para as futuras gerações *Mbya*. Entendem que a passagem pela Terra é facilitada para aqueles que cumprem as regras de maneira combinada, consomem e mantêm os alimentos tradicionais em sintonia com a espiritualidade nos rituais na *opy*, como o *Nheemomgarai*, em que benzem as sementes: e também os nomes são revelados e renovados. Conforme José Verá (2007, p.46) “cada divindade é representada por um tipo de milho: milho amarelo (*Sol*, *Kuaray*, *Ñamandu*), milho branco (*Karaí*), milho vermelho (*Jakairá*) e o milho escuro (*Tupã*)”.

O risco de perderem as sementes tradicionais é uma das maiores preocupações dos *Mbya*, pois essa perda desencadeia o descumprimento de uma série de regras. A coivara, prática tradicional de preparo da terra para agricultura, está sendo reduzida entre os *Mbya* por não se adequar aos atuais ambientes das aldeias, reduzidas a espaços pequenos e com poucas áreas de matas. Desse modo, frequentemente os *Mbya* demandam às prefeituras municipais o uso de trator para preparar a terra. O acesso às essas máquinas tem sido uma das principais

dificuldades apresentadas pelos *Mbya*, pois dificilmente conseguem que os tratores cheguem à aldeia no período correto de início dos plantios, conforme o ciclo do *ara pyau* época de preparar as *kokué* (roças) plantarem seus alimentos com as sementes guardadas do ciclo anterior, colhidas até a entrada do *ara yma*. Trata-se de ciclos que orientam a subsistência e os rituais, relacionados às esferas socioculturais, políticas e religiosas, praticada, sobretudo para manutenção das suas sementes “verdadeiras e sagradas”, conforme as identificam (FELIPIM; QUEDA, 2005)

O representante *Mbya* da aldeia *Pindoty* comentou sobre a situação da perda das sementes verdadeiras, das *ma'ety hete'i* (plantações verdadeiras/originais).

As sementes, por exemplo, falando de semente: por que 50 anos atrás nós tinha 10 qualidade de milho e hoje só tem 3 qualidade? Porque se perdeu! Por que eu perdi na época da minha planta, perdi o lugar onde tinha que plantar, e aí vai se perdendo e se perdendo. Então é isso que está acontecendo. [...] Essa é a dor do Guarani. [...] Emater quase não vem aqui. Não adianta vir aqui me perguntar as coisas, por que quando eu falo, é para agora, não é pra daqui três ou quatro meses (Representante da *tekoá Pindoty*, nov. 2016).

O *mbya rekó* é mantido conforme são cumpridas as regras de *Nhanderú*. O adoecimento ou falecimento de familiares por doenças desconhecidas pode ser interpretado como resultado do não cumprimento dessas regras. Faz parte das regras caminhar e estar próximo das *ka'aguy heté* (florestas/matias verdadeiras), coletar plantas medicinais para prevenir ou curar alguma doença, permanecer na *tekoá* mantendo as *ma'ety* (plantações originais) que resguardam as sementes para as atuais e futuras gerações *Mbya*. O representante da *tekoá Ka'aguy Porã* salientou que “as almas *Mbya* vem pra terra para viver, ter e ver isso”, por isso na *opy* os *Mbya* são orientados pelos *karaí* ou *kunha karaí* (líderes espirituais masculino e feminino, respectivamente), em geral *xeramoi/xejary* (anciãos) sobre a importância de cumprirem as regras. O não cumprimento das regras trás consequências pesadas, pois, conforme este interlocutor, as coisas sempre acontecem por alguma razão relacionada o descumprimento das regras de *Nhanderú*.

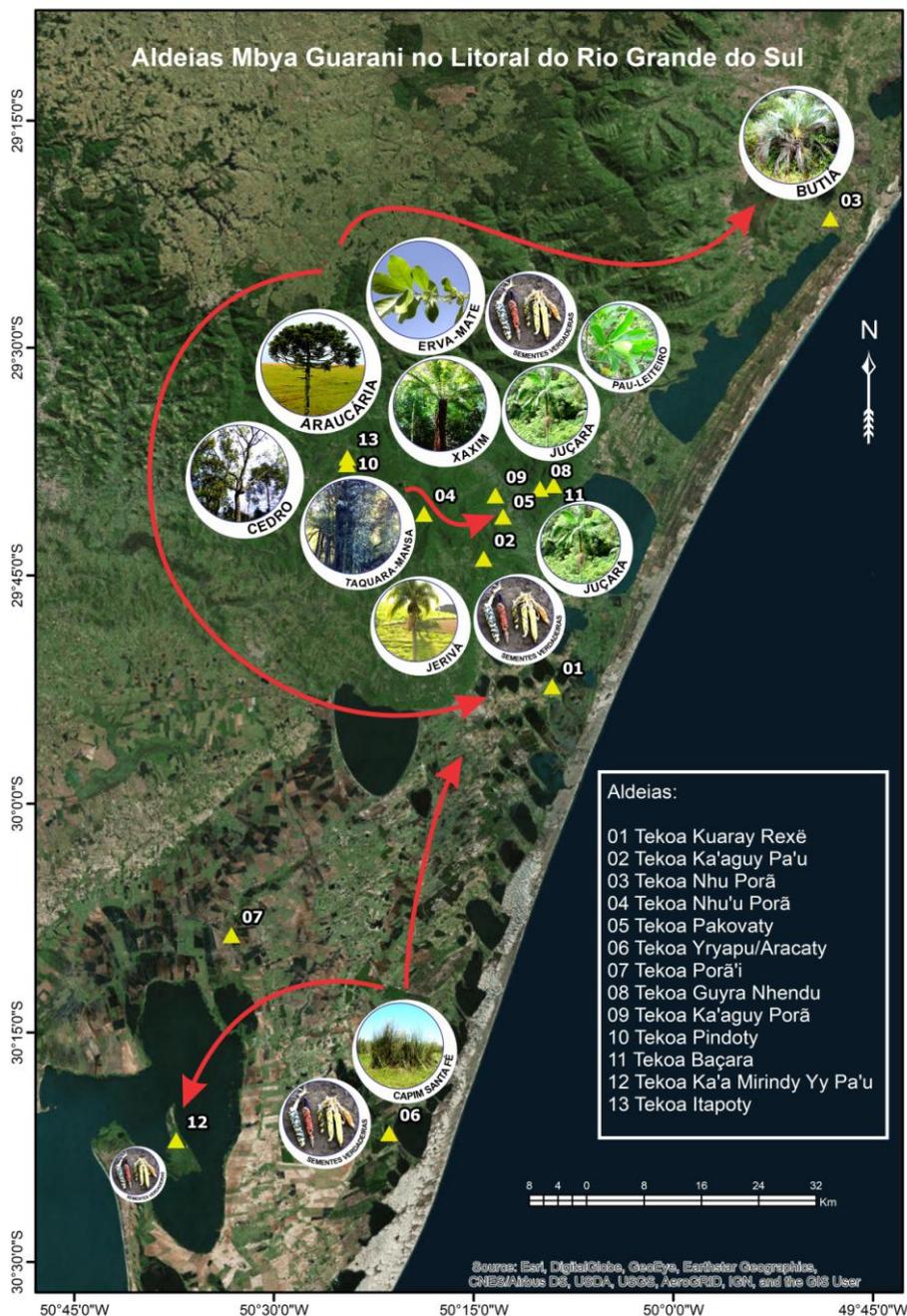
Os *karaí* e *kunha karaí* são os guardiões dos conhecimentos sobre as regras de *Nhanderu*, sendo constantemente procurados pelos adultos para realização de rituais na *opy* e também para participarem de encontros de aconselhamento, como os *Nhemboaty*. Eles são reconhecidos entre os *Mbya* como os “médicos tradicionais”, pelas diversas curas que realizam evocando cantos, danças e usando plantas nativas medicinais. Entretanto, a função dos *karaí/kunha karaí* tem sido prejudicada devido à perda de acessos ambientes nativos que

os fortaleçam energética e espiritualmente. Enfraquecer a função dos *karai e kunhã karai* significa comprometer a saúde de todos Guarani.

Assim, as regras de *Nhanderu*, que seriam respeitar certos princípios éticos e morais da cultura *Mbya*, são afetadas e esbarram em diversos fatores, complexificados conforme aumentam as problemáticas relacionadas ao acesso a terra e os ambientes em condições saudáveis para reprodução sociocultural.

A figura 26 espacializa a localização e os fluxos das *ka'aguy heté reguá*, além do conjunto de sementes que compõem as *ma'ety* (plantações originais) caracterizadas nesta pesquisa como unidades de recurso de uso comum, acessadas e manejadas pelos *Mbya* nesta porção do *Yvy Rupá*. Estas criações são encontradas no interior das aldeias ou em terras no entorno das mesmas.

Figura 26 - Espacialização e fluxos das *ka'aguy heté reguá* que circulam pelo litoral do RS mobilizados pela territorialidade *Mbya* Guarani



Fonte: Elaborado pela autora.

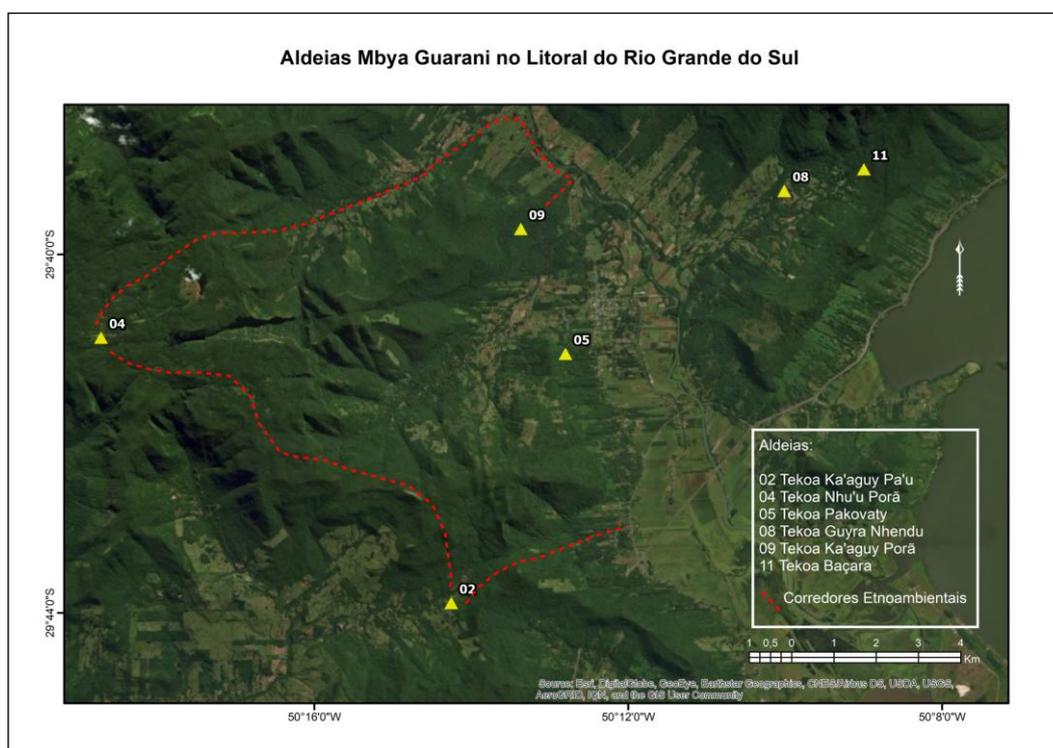
Legenda em português: *Aldeia Kuaray Rexe* (Sol Nascente); *Aldeia Ka'aguy Pa'ü* (Varzinha); *Aldeia Nhu Porã* (Campo Bonito); *Aldeia Nhu'u Porã* (Campo Molhado); *Aldeia Pakovaty* (Bananal); *Aldeia Yryapu/Aracaty* (Capivari-Granja Vargas); *Aldeia Porã'i* (Acampamento Capivari); *Aldeia Guyra Nhendu* (Som dos Pássaros); *Aldeia Ka'aguy porã* (Floresta Sagrada); *Aldeia Pindoty* (Riozinho 2); *Baçara* (Baçara); *Aldeia Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* (Ilha da Lagoa); *Aldeia Itapoty* (Riozinho 1).

O acesso às espécies apresentadas na figura 26 se dá nas *ka'aguy* (florestas) situadas dentro dos limites das *tekoá* (aldeias) ou fora destes limites, em áreas do entorno, identificadas pelos *Mbya* como áreas de concentração das mesmas. Também o acesso a tais

recursos se dá na medida transitam por esta porção do território, percorrendo trilhas nas matas que se conectam entre porções de terras sob diferentes regimes de propriedade, formando o que chamamos nesta tese de “corredores etnoambientais *Mbya* Guarani no litoral”. Nesta porção do *Yvy Rupá*, os corredores etnoambientais *Mbya* Guarani que se destacam são os que interligam as *tekoá Nhu’u Porã* e *tekoá Ka’aguy Pa’ü*, trilhados desde as altitudes da Serra Geral, até as áreas baixas do vale do Maquiné, em direção às demais *tekoá* localizadas na planície costeira.

A figura 27 as linhas tracejadas em vermelho espacializam estes corredores etnoambientais, com percursos que chegam até 4 horas, em passos Guarani.

**Figura 27 - Corredores etnoambientais *Mbya* Guarani tracejados em vermelho representam os caminhos percorridos entre aldeias no litoral do RS**



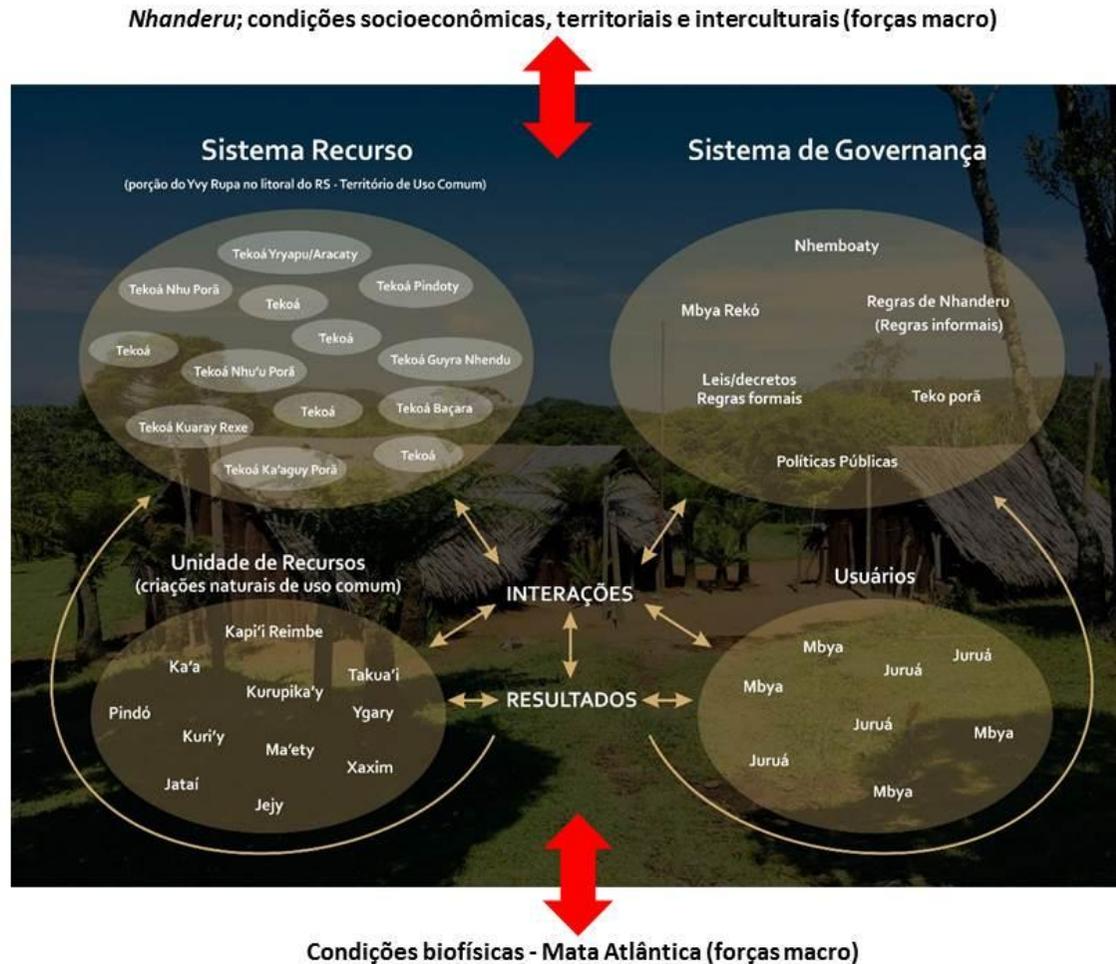
Fonte: Elaborado por Silva (2018).

Nota: Legenda em português: aldeia *Ka'aguy Pa'ü* (Varzinha); aldeia *Nhu'u Porã* (Campo Molhado); aldeia *Pakovaty* (Bananal); aldeia *Guyra Nhendu* (Som dos Pássaros); aldeia *Ka'aguy porã* (Floresta Sagrada); aldeia *Baçara* (Baçara).

### **4.2.3 O sistema socioecológico: as tekoá (sistema de recurso), as criações naturais de uso comum (unidades de recurso), os usuários e a governança**

A figura 28, elaborada a partir de Ostrom (2009), apresenta o quadro de análise do sistema socioecológico *Mbya* Guarani no litoral, em que se destacam os quatro subsistemas principais que o compõem: as *tekoá* (sistema de recurso); *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) de uso comum, o sistema de governança e os usuários.

Figura 28 - Quadro do sistema socioecológico *Mbya* Guarani no litoral e seus subsistemas



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Nota: Legenda: **Unidades de Recurso:** *Pindó* (jerivá), *ka'a* (erva-mate), *kuri'y* (araucária), *takua'i* (taquara mansa), *jata'i* (butiá), *jejy* (juçara), *xaxim*, *kurupika'y* (pau-leiteiro), *ygary* (cedro), *kapi'i rembé* (capim santa-fé); *ma'ety* (sementes/plantações originais). **Sistema de Governança:** *Nhemboaty* (Encontros); *mbya rekó* (modo de ser); *teko porã* (bem viver). **Usuários:** *Mbya* e “*jurua*” (não-indígenas).

O *framework* de Ostrom (2009) apresenta a perspectiva de um sistema socioecológico a partir da análise de um único recurso, trazendo as dimensões dos subsistemas Sistema de Recurso, Unidade de Recursos, Sistema de Governança e Usuários, e a interação entre eles. Para análise do sistema socioecológico *Mbya* Guarani o *framework* (OSTROM, 2009) foi adaptado à perspectiva *Mbya* considerando os aspectos da territorialidade, fluxos humanos e das criações naturais de uso comum em meio a relações interculturais.

O subsistema Sistema de Recursos refere-se a um território de uso comum, atualmente fragmentado em *tekoás* (aldeias); o subsistema Unidade de Recursos abarca o conjunto de *ka'aguy hete reguá* (criações naturais originárias) e de uso comum cujas estratégias de acesso e manejos são compartilhadas, mobilizando fluxos no sistema; o subsistema de Governança é movido por regras informais (regras de *Nhanderú*, *mbya rekó*) e formais, negociadas em arenas institucionais de gestão territorial operadas de maneira transversal entre o subsistema de Usuários indígenas e não indígenas, que interagem usufruindo das criações naturais presentes neste território de uso comum; o subsistema de Governança ocorre sob diferentes perspectivas de “controle” sobre o território e seus recursos. Tal controle ocorre entre diálogos interculturais, descritos conforme o acompanhamento da execução do PRONAT e dos *Nhemboaty*, com ênfase no acesso a terra e as *ka'aguy hete reguá* (criações naturais) em relação às outras territorialidades.

As interações entre estes subsistemas ocorrem em meio a constantes embates relacionados à defesa *Mbya* sobre seus direitos originários e um modo de viver específico, que precisa estar constantemente sendo reafirmado para ser legitimado junto às arenas de debate sobre gestão territorial. Este processo de governança será detalhado no capítulo 5.

#### 4.2.3.1 O sistema socioecológico *Mbya* Guarani e as regras de *Nhanderú*

O Estado, sendo um território criado e delimitado pela força, gerido por um conjunto de instituições inter-relacionadas e executoras de diferentes funções, geralmente operam de maneira violenta (ainda que silenciosa ou simbolicamente) na medida em que são criadas suas regras. O poder político do Estado é centralizado, contrariando ordens políticas locais ou policêntricas. Neste sentido, o Estado brasileiro é marcado por lutas a favor da descentralização do poder, com consequências sobre a organização territorial e a implementação de políticas públicas socialmente construídas. São diversos os conflitos de

interesse gerados em um território delimitado como Estado, de modo que conflitos políticos estão na base das dinâmicas de qualquer Estado (NEVES *et al.*, 2010).

As dificuldades e desafios contemporâneos do sistema socioecológico *Mbya* Guarani estão vinculadas às possibilidades da manutenção de regras culturais originárias, como as regras de *Nhanderú*, secularmente sujeitas ao reconhecimento e respeito por parte do Estado e dos atores envolvidos na operacionalização desta instituição. A organização *juruá* executadas pelas regras das legislações, como a indigenista, ambiental ou territorial e das políticas públicas, projetos, programas de Governo, devem ajustar-se ou sintonizar-se às regras originárias de governança territorial.

As regras de *Nhanderu* são ditadas por um sistema social e ecológico cujas interações estão associadas a uma cosmoecologia permeada de sentidos imateriais e espirituais específicos à cultura *Mbya*. Na medida em que perdem os acessos aos espaços e as condições de apropriação das *ka'aguy heté reguá*, também perdem as condições para manterem vivas as regras de *Nhanderú*, influenciando na razão do ser *Mbya*. Assim, buscam reexistir na autonomia, ainda que até certo ponto utópica, frente certas relações de dependência contemporânea na qual estão imersos junto às agências governamentais e/ou não governamentais indigenistas à qual estão submetidos desde a colonização do território brasileiro.

Estamos nos acostumando viver assim. Nos acostumamos a viver com os *juruá*, sempre pedindo apoio pra Funai e Sesai. Porque muitas aldeias pensam que é difícil viver sem eles, que não vão conseguir sobreviver. A gente se acostua com o *juruá* e acha que sem o sistema do *juruá* não tem saída, como sobreviver. É uma doença a dependência que o Estado nos colocou. Desde o principio, da chegada dos portugueses, o *Mbya* ficou na mão do *juruá*. Se acostumou. As crianças nascem com essas coisas de dependência da cultura *juruá*, ele (*Mbya*) acha tudo normal, que tem que ser o Governo, que tem que ser assim. (Cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2018).

Os *Mbya* afirmam ser um desafio saírem da dependência dos esquemas de acesso aos recursos (tanto financeiros quanto os demais recursos - doação de cestas básicas, saúde, terra, etc. - necessários a subsistência contemporânea) e das regras territoriais e educacionais impostas pelo Estado pelo Estado. Ao mesmo tempo em que criam novas relações, com redes de apoio não governamentais e fortalecem certa a autonomia frente aos órgãos indigenistas criados pelo Estado, ponderam a necessidade de continuarem em dialogo com este pela garantia de direitos adquiridos. Dificuldades de se libertarem das regras coercitivas na qual as novas gerações já nascem inseridas e muitas vezes nem mesmo se auto questionam por não desconhecerem a sua própria cultura de fato.

Não é fácil largar tudo assim de repente, a dependência do sistema *juruaá*. Mas estamos tentando. O *Mbya* se acostumou com alguns costumes do *juruaá*. Aqui, na retomada, estamos começando a nos limpar (cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2018)

Seus espaços de expressão cultural foram relegados a pequenas porções de terras, tal como ilhas em um arquipélago cercado pelas macro forças coloniais. Por isso é um desafio manterem vivas as dinâmicas de mobilidade territorial pelo *Yvy Rupá*, em mobilizam consigo todo um ambiente carregado de sentidos e territorialidade.

Outras questões que fortalecem as dificuldades dos *Mbya* na contemporaneidade são os mecanismos e burocracias envolvidas ao acesso e repasse de recursos públicos, destinados às aldeias como suporte às atividades produtivas e infraestrutura, tanto pela FUNAI quanto pela Emater/Ascar. Tais dificuldades têm levado os *Mbya* a buscarem caminhos alternativos de apoio, seja por meio das redes ou pela criação de associações indígenas, como é o caso da *tekoá Ka'aguy Porã* que está em vias de constituir uma associação.

Quero conseguir recursos não com programação dos governos. Que não tenha programação, que não tenha o compromisso exatamente como Estado, ou seja, o Governo Federal. Os recurso que começamos a receber nas aldeias vem a da programação do Governo *juruaá*, só que são recursos programados para a comunidade, é pra comunidade gastar, mas vem tudo programado, limitado ao que eles determinam em que devemos gastar. Muitas vezes eles falam que tais aldeias tem recurso, que o Governo vai ajudar, mas na verdade eles estão atrapalhando. As vezes precisamos coisas simples, mas pela programação do Governo não é possível gastar, e outras vezes compram coisas que a comunidade não precisa. Então tudo é ao contrário. Mas com órgãos assim, que não governamental ou redes, a gente pode sentar com o grupo e programar. Tem liberdade pra pensar, como vai gastar o que vai gastar, então quando chegam os recursos já sabemos, planejamos (cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2018).

A maior liberdade que buscam os *Mbya* é poderem fazer escolhas, sem se corromper, sem perder sua identidade. O desafio é poder transitar em todos os sistemas, mas não se deixar seduzir. “Vivemos entre dois mundos”, comentam os Guarani, que precisam mais que *resistir*, mas *reexistir* dentro do sistema *juruaá*.

Na medida em que se mobilizam para retomar porções do que eles entendem como seu território, planejam garantir as futuras gerações a possibilidade a reprodução do sistema *Mbya rekó*,

O *Yvy Rupá* é nosso, estamos começando a fazer retomada no *Yvy Rupá*. Aqui começou e vamos fazer as próximas. Porque vai se preciso, principalmente para as crianças, porque pensando no futuro essas matas é pouquíssimo pra nós, não tem muito recurso. Nosso jeito é esse, a gente vai, caminha, porque a nossa cultura é caminhar, e ver o lugar, onde tem alguma coisa, fica ali. Fica um tempo e depois vai caminhando de novo. Se conseguir um lugar que tem mais taquara, tem vivência lá,

tem pra agricultura, fica ali, e vai formando aldeia. E vai indo assim, porque pra nós é sempre *jeguatá*. *Mbya* é tudo *jeguatá*. Não é ir pra um lugar e ficar até a morte (cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, jul. 2018).

Nesse movimento retornam aos lugares das antigas aldeias e acordam a ancestralidade do ambiente por onde passaram, equilibrando o pensar com o sentir no tempo-espaço, a fim de manterem condições de viverem conforme as regras de *Nhanderú*.

Em um contexto de aproximação de diálogos interculturais voltados à governança territorial para construção de caminhos alternativos voltados a gestão das criações naturais de uso comum presentes na biodiversidade desta porção do *Yvy Rupá*, mobilizam-se articulações interinstitucionais para ações de gestão territorial e ambiental via projetos e ampliam-se as condições do *teko porã reguá* (caminhos para o bem viver).

A governança do território originário *Mbya* Guarani é praticada nessa rede de articulação interaldeã, em que se expressam as características apresentadas nesta seção, com destaque para o papel da reciprocidade na gestão dos *ka'aguy heté* (criações naturais) de uso comum no território *Mbya* Guarani. Nas últimas décadas também tem sido significativas as relações construídas no diálogo intercultural mantido com os não indígenas, sendo as políticas públicas uma das pontes que viabiliza essa articulação para governança do território em parceria com os *juruá* (não-indígenas).

O próximo capítulo apresenta as relações entre a dinâmica da territorialidade *Mbya* Guarani e seu modo de governança territorial, associado à execução das políticas territorial e indigenista e seus desdobramentos que resultaram em cinco *Nhemboaty Mbya kuery* (Encontros *Mbya* Guarani) no litoral do RS.

## 5 DINÂMICAS DA TERRITORIALIDADE GUARANI E SUA DIMENSÃO DE GOVERNANÇA ENTRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES: A CONSTRUÇÃO DE REDES

Esta tese busca compreender em maior profundidade os processos de governança entre as *tekoá* no litoral do RS no âmbito dos *Nhemboaty Mbya kuery*, ocorridos desde 2016, os quais representam parte da territorialidade *Mbya* desta porção do *Yvy Rupá*. Ao mesmo tempo, busca compreender a relação dos *Nhemboaty* com os processos de governança em espaços colegiados, reconhecidos pelo Estado, compreendendo os processos de governança presentes no território, como resultado de relações de poder historicamente instituídas, as quais vinham ganhando novas dinâmicas em função das políticas públicas intersetoriais em curso vinculadas à política territorial e à política indigenista, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Nesta tese os *Nhemboaty* se caracterizam pelos encontros *Mbya* de organização entre as aldeias em rede com o apoio das organizações públicas competentes. Essa característica implica no fato dos encontros reunirem os Guarani das aldeias, técnicos, estudantes, assessores e poder público impulsionando dinâmicas entre as *tekoá* e os Guarani presentes entre as nove aldeias do Litoral. Também por se caracterizarem por processos de governança entre os Guarani e territorialidades públicas e da sociedade civil presentes nos espaços colegiados previstos pelas políticas indigenista e territorial.

Neste contexto, este capítulo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente apresentando os *Nhemboaty* no contexto da governança Guarani. A segunda seção apresenta o Território Rural Litoral (TRL) no contexto da política de desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul. A terceira apresenta a dinâmica dos *Nhemboaty* para a governança das *tekoa Mbya* no litoral do Rio Grande do Sul, realizados no âmbito do PRONAT e PNGATI. Por fim, a quarta seção apresenta a governança política dos *Mbya* e suas dinâmicas junto às organizações públicas e da sociedade civil que atuam no limite geográfico do Território Rural Litoral, por meio da análise do trabalho conjunto de realização dos *Nhemboaty*.

## 5.1 NHEMBOATY E MBYA REKÓ: A ARTICULAÇÃO GUARANI

**Como acontecia antigamente essas reuniões dos *mbya kuery*? Como era a organização do *mbya kuery*?** Como que fazia a ‘conferência’ *Mbya*. A conferência do *Mbya kuery*, antigamente, há mais de 500 anos atrás, como existia? **Uma visão, principalmente visão de Guarani era através do espiritual. Dizia assim: - ‘Há, mas esse tempo, por que não tá bom aqui na aldeia? Será só aqui na nossa aldeia ou será que todo mundo tá sentindo o mesmo? Há não, então vamo visitar a comunidade. Vamo conversar entre a comunidade.** Pois é, vamo preparar 10 *xondaro* hoje pra ir amanhã. Então assim acontecia... Então *xondaro kuery* se formava, uns 5, 10 de um grupinho pra ir, e **não tinha isso de ir lá três dias e depois ter que voltar. Não, o tempo vai dizer! O dia vai dizer pra ele voltar.** Então vai na comunidade, mas também não tá preocupado: mas ah puxa, tem que vir o recurso, quanto que a gente quer gastar, não tinha naquela época. Era mais preocupante pra gente descobrir o que tá acontecendo: por que educação não tá indo bem? Porque a saúde não tá bem nessa aldeia, aqui na minha aldeia? Então eu quero perguntar pras outras aldeias. Mas hoje não, a primeira coisa que a gente se preocupa é como conseguir o recurso, pra juntar e fazer uma reunião. Isso era de menos pra nós, entendes? (Representante *Mbya* da aldeia *Pindoty*, mar.2016, grifos nossos).

Os lentos processos de articulação dos *Mbya* no Rio Grande do Sul ganham maior fôlego desde 2004. A partir desse momento os *Mbya* passaram a tecer nas relações de confiança, uma rede de apoio de diferentes organizações públicas e privadas que realizam atividades relacionadas às dinâmicas das diferentes territorialidades, entre elas a territorialidade ambiental implementada pelo Estado, por meio de Editais e projetos.

Essa rede intercultural criada direcionou os seus esforços para a realização dos *Nhemboaty* (Encontros), que ocorreram em diferentes aldeias do Estado. A motivação para realização destes Encontros partiu de líderes políticos e religiosos *Mbya*, cujas preocupações estão relacionadas aos problemas gerais pelos quais as comunidades passam em suas *tekoá* (aldeias) contemporâneas e, também, problemas específicos da juventude, que os afasta e dificulta cada vez mais viverem conforme o *tekó porã reguá*, associado ao caminho para o bem viver Guarani.

Os *Nhemboaty Mbya kuery* (Encontros *Mbya*) são a forma como os *Mbya* denominam seus encontros de organização em rede entre diferentes aldeias, de acordo com a dinâmica de governança tradicional, conforme expresso em documentos do no 4º *Nhemboaty Mbya kuery* litoral do RS,

:

Nos *Nhemboaty* realizamos nossos rituais na *opy*, cantamos, dançamos e rezamos, comemos *tembiu hete’ i* (alimento tradicional), discutimos nossa política. [...] É através dos *nhemboaty* que fortalecemos nossa organização social. Nos encontramos para refletir e dialogar em cada aldeia, para que participem as famílias, os mais velhos, os jovens e as crianças.

(Plano de Vida, primeiras linhas - 4º *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral do RS – Anexo F).

*Nhemboaty* é o nosso modo de viver, garantindo nossa organização interna, entre os parentes que vivem em diversas aldeias, reunindo caciques, *karai*, *kunhakarai*, *kiringue*, jovens, mulheres, nos fortalecendo com a lembrança dos nossos antepassados e nos dando continuidade para o nosso futuro. [...]. Nós *mbya kuery* queremos a garantia das condições necessárias à permanência do *nhemboaty* e a priorização desse processo por parte do *juruá kuery*, em respeito ao nosso *mbya reko* (modo de ser). (Documento do 4º *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral do RS– Anexo E).

Os *Nhemboaty* são uma forma de articulação interaldeã para a gestão territorial, realizada desde os tempos pré-coloniais, sendo estes espaços de diálogos fundamentais, onde ocorrem o aconselhamento com os mais velhos a respeito do *mbya rekó*, o modo de ser Guarani. Nos *Nhemboaty* as falas dos *xeramoí* e *xejaryi* (mais velhos/as, os sábios), e dos *karai* e *kunhã karai* (xamãs), abordam temas centrais para a reprodução sociocultural *Mbya* Guarani, tais como o *mendá porã* (bom casar), *kokué* (roças, agricultura) e *opy reguá* (xamanismo/espiritualidade). Os mais velhos/as e xamãs contam suas histórias e falam da importância dos jovens se dedicarem aos saberes e práticas tradicionais *Mbya*, que os fortalecem também como *xondaro* e *xondária kuery* (auxiliares, guerreiros, guardiões ou mensageiros) nas ações de governança no *Yvy Rupá*. Assim, o *Mbya rekó* é orientado pelas regras de *Nhanderú*, que ditam um “jeito” específico de ser *Mbya*, que podem ser entendidos como as “regras informais” que orientam a cultura deste povo.

Neste contexto, em 2008, na *tekoá Koejú* (no município de São Miguel das Missões) foi realizado o I Encontro de Jovens *Mbya Guarani* no RS, *Kyryngué Nhemboaty*, reunindo jovens representantes de 20 aldeias do RS e 4 da Argentina (*Kyryngué Nhemboaty* - Relatório de Atividades, 2009). Este encontro ocorreu no âmbito da Iniciativa Cultural *Tekó Nhemombaraeterá* (Fortalecimento da Cultura), contemplada no Prêmio Culturas Indígenas, projeto do Ministério da Cultura, em parceria com a Associação Indígena Guarani *Tenondé Porã* (de São Paulo/RS). A tarefa dos jovens nestes Encontros tem sido de refletir e propor alternativas às comunidades Guarani no RS, dando suporte às lideranças políticas e religiosas, e sempre sob a orientação destas duas funções importantes nas aldeias Guarani (*Kyryngué Nhemboaty* - Relatório de Atividades, 2009). Dentre as instituições apoiadoras envolvidas estavam estudantes e antropólogos da UFRGS, IPHAM, FUNASA, Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do RS, CEPI/RS, FUNAI, Emater/Ascar.

Diversos são os assuntos abordados nos Encontros, dando ênfase à valorização da cultura e identidade pelos jovens que, por estarem “muito próximo dos *juruá e dos seus objetos*”, acabam por desvalorizar a própria cultura. Os temas desenvolvidos perpassam as

falas proferidas na língua nativa – o *Mbya*, estando relacionados à saúde (alcoolicismo), alimentação (manutenção dos cultivos de sementes tradicionais nas *kokué*, roças), educação tradicional *Mbya* (adquirida na *opy*, conforme o *Mbya rekó* no dia-a-dia da aldeia) e educação *juruaá* (escola indígena), relações familiares/de parentesco (casamentos, gravidez, orientações dos pais aos filhos, dos mais velhos aos jovens, ciúmes), acesso a *Yvy* (terra), *Yy* (água), *Ka'aguy* (floresta), construção de casas tradicionais – *opy*, aconselhamentos quanto aos usos das tecnologias *juruaá*.

Mais recentemente desde 2012, como parte das ações do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbya-Guarani no Âmbito das Obras de Duplicação da Rodovia BR-116/RS, decorre das medidas de mitigação e compensação pelos impactos do empreendimento, no trecho entre Guaíba e Pelotas/RS, representantes *Mbya* de 13 aldeias localizadas no Centro Sul do RS, realizam outra experiência de articulação em rede. Trata-se da construção do Comitê Gestor do Programa, composto por dois integrantes de cada aldeia indicados por todas as lideranças, representante do Conselho da Articulação do Povo Guarani no Rio Grande do Sul (CAPGRS), técnicos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), da FUNAI, do DNIT, todos responsáveis pela execução. O Comitê Gestor, em formato de *Nhemboaty* (Encontros) reúne-se mensalmente para acompanhar, avaliar, fiscalizar, corrigir e orientar a execução dos Subprogramas. Tal articulação tem fortalecido a participação de lideranças *Mbya* em espaços de negociação e decisão junto a projetos governamentais que afetam seus territórios de vida (PEREIRA, 2014).

Desse modo, no âmbito dos programas e desenvolvimento, os *Mbya* passaram a politizar os projetos financiados pelo “desenvolvimento” e abrindo outras possibilidades, para além do planejado, disputando espaços entre práticas de governo e práticas políticas os governados desafiando os governantes, pois encontros financiados pelo desenvolvimento abrem espaço, criam ambiente para as pessoas politizarem os mesmos.

### **5.1.1 Os territórios rurais no Rio Grande do Sul: o Território Rural Litoral e os Mbya Guarani**

A governança entre os *Mbya* e desse grupo com as múltiplas territorialidades presentes no território, delimitado pelo limite geográfico do Território Rural Litoral, se potencializou a partir da política pública executada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A política de desenvolvimento territorial vinha sendo desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, desde

2003, a partir do reconhecimento do Território Zona Sul (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, 2009). De acordo com Medeiros (2014), quatro territórios da Cidadania foram consolidados no Estado, quais sejam, Médio Alto Uruguai, Noroeste Colonial, Região Central e Zona Sul do Estado. Destes, o Território Região Central foi reconhecido como um Território Rural em 2005, a partir do Consórcio em Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD Região Central), política que vinha sendo desenvolvida anteriormente a de desenvolvimento territorial, pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (CARVALHO; DAVID, 2011).

Em 2013, o CONDRAF reconheceu no Estado do Rio Grande do Sul onze novos territórios, totalizando dezoito Territórios Rurais, abrangendo cerca de 85% do Estado. Destes, 12 (66,7%) territórios foram beneficiados com o assessoramento de Instituições de Ensino Superior, envolvendo sete instituições, que atuaram com recursos do PRONAT, passando a se constituir em uma Rede de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do RS. Após o término dos recursos do PRONAT, em 2017, vários dos núcleos continuaram o assessoramento aos territórios, a partir de diferentes caminhos (COELHO-DE-SOUZA, 2017a).

Entre os novos territórios, foi criado o Território Rural Litoral (TRL), cujo Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural Litoral (CODETER - Litoral) passou a atuar desde 2015. Entre os anos de 2015 a 2017, o território foi beneficiado pelo PRONAT com o assessoramento pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET UFRGS)<sup>78</sup>, o qual atuou em conjunto com o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA) e o Núcleo de Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN), ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, além da parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

O DESMA tem uma experiência de trabalho em parceria com os *Mbya* Guarani, desde 2008, quando integrou o Grupo Técnico da FUNAI, respondendo pela parte ambiental, com a finalidade de realizar estudos necessários à identificação e delimitação das Terras Indígenas Itapuã, Morro do Coco no município de Viamão e Ponta da Formiga, no município

---

<sup>78</sup> Posteriormente ao término dos recursos da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, o NEDET UFRGS deu continuidade ao assessoramento ao TRL, trabalhando em conjunto com a promoção da política de segurança alimentar e nutricional nos municípios em situação de vulnerabilidade do TRL (Projeto Observatório & Vulnerabilidade (NESAN/PGDR/SEAD/UFRGS, UERGS, SESAN/MDS).

de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2009; FUNAI, 2013). De 2011 a 2013 coordenou o projeto Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de rede, Etnoecologia e segurança alimentar e nutricional, em parceria com o Cacique Cirilo Morinico da *tekoá Anhetenguá*, na Lomba do Pinheiro e outras aldeias localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, sendo elas: Itapuã - *tekoá Pindó Mirim* (Aldeia Palmeira Pequena), Cantagalo - *tekoá Jatai'ty* (Aldeia Butiazal), acampamento do Lami e *tekoá Estiva*, localizadas em Viamão (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2013).

Esse acúmulo influenciou na construção da proposta do DESMA/PGDR para submeter candidatura à Chamada CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 de Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. A proposta aprovada reconhecia as redes existentes e a identidade do território:

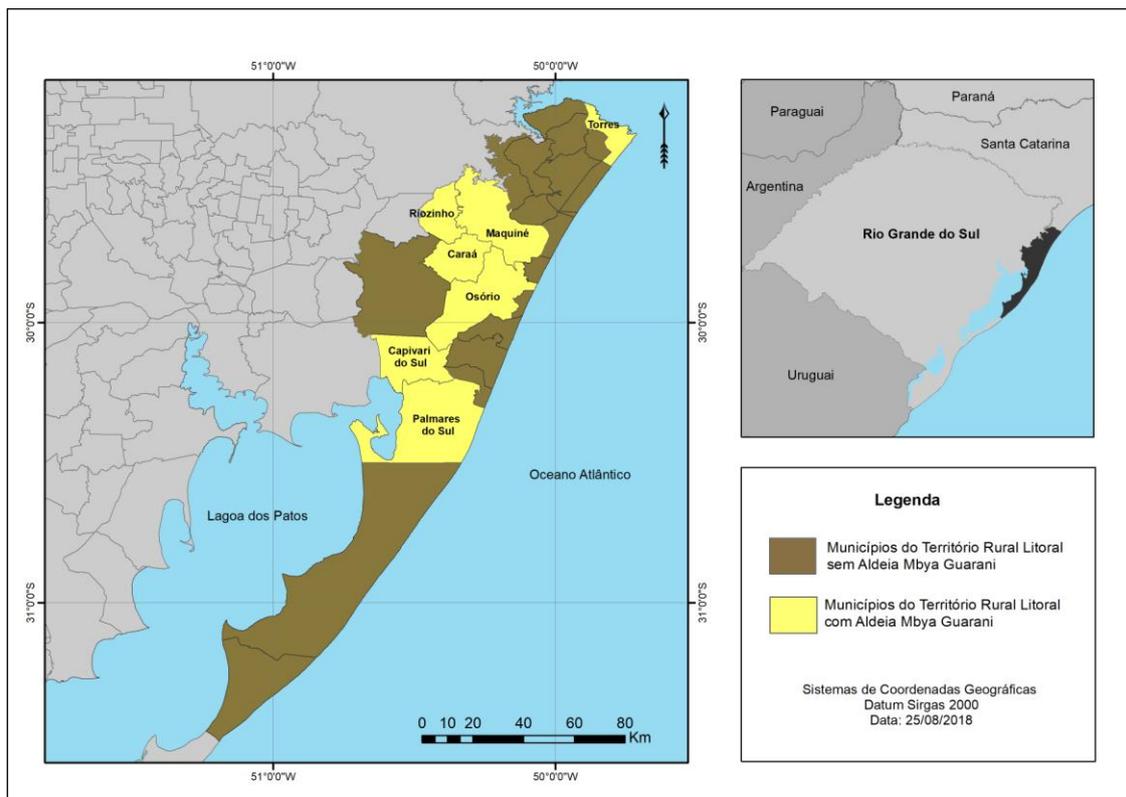
[...] no caso do TRL, **confere uma identidade territorial que já vem sendo trabalhada por diferentes Redes e colegiados. A inserção das instituições acadêmicas e grupos de pesquisa com trabalhos na região, tanto na elaboração de diagnósticos, quanto na realização de projetos de pesquisa e extensão junto às instituições, agricultores (as), pecuaristas familiares, pescadores (as), quilombolas e indígenas guarani, potencializará o trabalho de articulação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial** apresentados na presente proposta, os quais visam fomentar a articulação do poder público e da sociedade civil para que possam discutir planejar, decidir e implantar ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural, **com base nas redes já existentes** (Projeto NEDET UFRGS, grifos nossos) <sup>79</sup>

O TRL é composto por 24 municípios a saber: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Riozinho, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá, conforme demonstrado na figura 29. Desses municípios 7 possuem aldeias Mbya Guarani, sendo eles Osório, Maquiné, Caraá, Riozinho, Palmares do Sul, Torres, Capivari do Sul:

---

<sup>79</sup> Projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial no Estado do Rio Grande do Sul: Constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral e Campos de Cima da Serra - DESMA/UFRGS (COELHO DE-SOUZA *et al.*, 2014).

**Figura 29 - Território Rural Litoral e seus 24 municípios, com destaque para os 7 municípios com presença de aldeia *Mbya* Guarani**



Fonte: Elaborado por Silva (2018).

Localizado no Planalto Meridional e Planície Costeira do RS trata-se de um território socioambientalmente diversificado, com a presença dos biomas Mata Atlântica e o bioma Pampa e formação pioneira de origem flúvio-lacustre-marinha. Além da presença *Mbya* Guarani, seu território inclui uma população culturalmente diversa, incluindo quilombolas, pescadores, além de descendentes de imigrantes europeus (COELHO-DE-SOUZA; PERUCHI; KUBO, 2013) No TRL encontra-se ecossistemas nativos, como florestas, banhados, lagoas, rios, dunas e restingas, muitos ameaçados e, alguns, protegidos por Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

No TRL ocorre a presença de territórios quilombolas, territórios da pesca artesanal e territórios Guarani, os quais estão mapeados na publicação Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (COELHO-DE-SOUZA; PERUCHI; KUBO, 2013).

Neste território estão presentes ONGs que vêm trabalhando, em parceria com os *Mbya* Guarani, entre elas o IECAM e a AEPIM. Desde 2017, as ONGs ANAMA e Curicaca<sup>80</sup> também vêm direcionando os seus trabalhos para os *Mbya* Guarani na região, os quais vinham sendo desenvolvidos, juntamente com o Centro Ecológico, voltados à conservação, aos

<sup>80</sup>

As duas ONGs desenvolvem trabalhos em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

processos de transição agroecológica, valorizando os sistemas agroflorestais, e aos produtos da sociobiodiversidade, como o palmito-juçara (*Euterpe edulis*), butiá e fibras vegetais.

No TRL as populações tradicionais estão organizadas no Fórum da Pesca do Litoral Norte, Fórum Quilombola da Península do Litoral, onde participam as Associações Quilombolas do Limoeiro e de Casca, além de Cooperativas e Associações de agricultores familiares. Entre as redes presentes no território, ressalta-se a Rede Juçara e a Rede ECOVIDA, esta última trabalhando com a certificação dos produtos orgânicos (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2017). O Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Tramandaí tem grande atuação no território, trabalhando para a gestão integrada dos recursos hídricos, extremamente abundantes (Comitê Tramandaí, 2018; ANAMA, 2018). Além da existência dessas redes, o território conta com cerca de cinco instituições de ensino superior, quais sejam, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Educação, FACOS e UNISC.

O TRL foi organizado, inicialmente, por meio de uma coordenação, com coordenador e vice-coordenador, sendo integrado de 2015 a 2017, pela COOMAFITT na coordenação e a COOPVIVA na vice-coordenação. O Cacique Felipe Brizoela da aldeia *Pindoty*, Riozinho, também passou a integrar o núcleo diretivo. O Núcleo Técnico foi composto por 8 organizações (quadro 08). Em 2015, foram criadas 8 Câmaras Temáticas para dialogar com os temas de maior relevância para o bem viver das populações do território: 01- Câmara Temática de Segurança Alimentar, Nutricional, 02- Câmara de Comercialização e Economia Solidária, 03- Câmara Temática de Povos e Comunidades Tradicionais, 04- Câmara Temática de Meio Ambiente, 05- Câmara Temática de Educação e Juventude, 06- Câmara Temática de Política de Desenvolvimento Agrário, 07- Câmara Temática de Saúde (a única com esse tema nos Territórios Rurais e de Cidadania do RS) e 08 - Câmara Temática de Gênero. A concepção das câmaras previu que a agroecologia fosse um tema transversal a ser trabalhado por todas elas (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2017b).

**Quadro 17 - Composição do Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural Litoral no período de 2015 a 2017**

**Núcleo Diretivo:**

Organizações	Representante
COOMAFITT (Itati) - Coordenação	Charles Pereira Lima
COOPVIVA (Osório) - Vice coordenação	Sandra Krauer
Mbya Guarani (Riozinho)	Felipe Oscar Brizoela

**Núcleo Técnico:**

Organizações	Representante
Associação Quilombola (Mostardas)	Alvair F Vieira
Comitê Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí	Tiago Lucas Correa
EMATER (Mampituba)	Lauren Pettenon
EMATER Regional (Osório)	Dirlei Souza
ONG ANAMA (Maquiné)	Gustavo Martins
STR Santo Antônio da Patrulha	Arnaldo Bühler/José Samuel da Silva Santos
UFRGS Campus Litoral Norte (Tramandaí)	André Siqueira

**Organizações participantes**

Organizações	Representante
Associação Pescadores Quintão (Palmares do Sul)	Carla Rosane Rocha Gomes
Associação Quilombola Capororocas (Tavares)	Sandro Lúcia Lopes da Silva
Associação Quilombola Olhos D'Água (Tavares)	Ocimar Pires Duarte/Jorge Luiz de Antiqueira
Câmara dos Deputados (Caráa)	Saul de Oliveira Cândido
Centro Ecológico Litoral Norte (Dom Pedro de Alcântara)	Sidilon Ferreira Mendes
CODENE	Ruben da Silva/Elenir Gularte Marques
Colônia dos Pescadores Z34 (Balneário Pinhal)	Vilson Ropke/Liane de Matos Kramer
COOMAFITT (Itati)	Charles Pereira Lima
COOPVIVA (Osório)	Sandra Krauer
EMATER Regional (Porto Alegre)	Ademir Santin/Air Nunes dos Santos
Mbya Guarani (Riozinho)	Felipe Oscar Brizoela
MPPA - ASPENORTE ( Capão da Canoa)	Valdomiro Hoffman
OPAC Litoral Norte (Itati)	Rodrigo Wolf
Prefeitura Municipal de Itati	Denice Fenner
Secretaria Municipal da Agricultura (Santo Antônio da Patrulha)	Dirceu Machado
Secretaria Municipal da Pesca e Agricultura (Tramandaí)	Selmar Lioti
STR Mostardas	Ary Bittencourt Vieira/Tadeu Cardoso da Porciuncula

Fonte: Coelho-de-Souza *et al.* (2017b).

Desde 2017, o TRL estabeleceu uma coordenação colegiada, incluindo 9 organizações, como forma de compartilhar a responsabilidade da gestão, utilizando o modelo

de gestão do Território da Cidadania Zona Sul. Essa medida foi tomada para dar maior sustentação ao CODETER Litoral, após 2016, quando a política territorial deixou de ser prioridade do governo (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2017b).

As Câmaras Temáticas com maior atuação no TRL nos anos de 2015 a 2017 foram a de Saúde, que produziu um diagnóstico sobre a condição de saúde dos municípios do TRL, a de Segurança Alimentar e Nutricional que buscou aproximar os municípios das ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a de Comercialização e Economia Solidária, que buscou promover a Rede de Cooperativas para abastecimento de mercados institucionais, e a de Povos e Comunidades Tradicionais, que buscou fomentar o debate, a articulação e a implementação de ações de desenvolvimento rural sustentável para comunidades remanescentes de quilombos, pescadores e o Povo Guarani no território (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2017b).

Com a finalidade de promover a participação, de forma mais simétrica, dos representantes Guarani, quilombolas e pescadores nas dinâmicas de reuniões do núcleo técnico e diretivo, das plenárias e das câmaras temáticas, foram feitos ajustes no Regimento Interno do CODETER Litoral. No capítulo referente à estrutura do Colegiado, o NEDET UFRGS assessorou a construção do regimento interno incorporando o inciso: “§5º A participação de povos e comunidades tradicionais deverá ser viabilizada de acordo com seus costumes e tradições” (CODETER Litoral, 2015. Documento Restrito). A proposta do inciso 5º no regimento interno visou permitir a participação das lideranças desses grupos buscando respeitar suas formas de organização, entendendo que o formato de reuniões dos *jurua* não é corriqueiro às dinâmicas Guarani, fazendo com que os *Mbya* despendam um grande esforço para se adequar ao seu formato (COELHO-DE-SOUZA *et al.* 2016).

Dentre as atribuições do NEDET UFRGS estava a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Território Rural Litoral (PTDRS), em parceria com o CODETER Litoral. Em função da presença Guarani lançou-se o desafio de operacionalizar a transversalidade de políticas públicas como o PRONAT e PNGATI, estimulando a discussão entre os *Mbya* Guarani de diversos temas ligados a gestão territorial e ambiental em suas aldeias e alternativas ao desenvolvimento no *Yvy Rupá*, considerando a possibilidade da construção de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) *Mbya* Guarani no Território Litoral, como parte do PTDRS (PRINTES *et al.*, 2016).

A seção a seguir apresenta a constituição de uma equipe intercultural que trabalhou na articulação interna dos Guarani, na mediação entre os Guarani e as políticas territorial e

indigenista, bem como na promoção da intersetorialidade entre essas políticas, por meio do PGTA e PTDRS.

#### 5.1.1.1 Equipe intercultural *Mbya* Guarani, pesquisadores e extensionistas para fortalecer a governança Guarani e o diálogo entre políticas públicas

A retomada da articulação do Território Rural Litoral (TRL), após a sua homologação em 2013, se deu a partir do chamado para uma reunião do Território Rural Litoral, em julho de 2014. O Delegado de Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Sul na época, Marcos Regelin, convocou uma reunião na Escola Técnica de Osório com a finalidade de retomar a articulação do território, comunicar a abertura da Chamada para constituição de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial para assessorar o TRL, garantindo o funcionamento do CODETER, e, por fim, anunciar uma Chamada do Programa do Governo Federal de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF)<sup>81</sup>, com prazo para encaminhamento de cerca de um mês.

Essa reunião foi presidida pelo coordenador do Território Charles Lima, da COOMAFITT, com o apoio do primeiro assessor territorial do TRL Sidilon Ferreira Mendes, da ONG Centro Ecológico. Desta reunião, participaram cerca de 80 pessoas, incluindo técnicos da EMATER, representantes de prefeituras municipais, cooperativas, representantes quilombolas, cerca de 8 Guarani da aldeia *Pindoty*, alunos da Escola Técnica de Osório e pesquisadores do DESMA/PGDR.

Ao longo da reunião o Delegado reafirmou que a política territorial tem como finalidade a inclusão de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens nos processos produtivos do território, seguindo as diretrizes do desenvolvimento rural sustentável. Como resposta a esta colocação, em um momento posterior, o cacique Felipe Brizoela tomou a palavra e, de forma bastante pausada e serena, afirmou que ele era professor e, por ser professor entendia melhor a linguagem dos *juruá*. Pelo o que ele estava entendendo este era um projeto que incluía os Guarani. Então, se o projeto era para os Guarani, tinha que entrar "para dentro" das aldeias e buscar comunicar o que era o projeto. Pois, se, ele, que convivia com os *juruá*, tinha dificuldade de entender, como seria para os Guarani que tinham pouco contato com a linguagem burocrática do Estado? Outro ponto que o cacique Brizoela

---

<sup>81</sup> Programa do Governo Federal de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), o qual é direcionado às prefeituras, por meio do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV. Durante o PRONAT, a seleção dos projetos a serem contemplados pelo PROINF eram tomadas a partir dos processos democráticos em curso nos Territórios Rurais, cabendo a decisão à Plenária do CODETER

chamou atenção se refere ao fato de que projetos com prazo de execução breve, e que não tenham sido construídos com eles, acabam sendo prejudiciais aos Guarani, por não respeitarem seus tempos e processos de governança das aldeias.

Importante ressaltar que a crítica tecida por Brizoela referia-se à forma de tratamento dos Guarani pelo Estado, em relação à linguagem burocrática que se reflete em falta de diálogo e processos morosos, e ações de políticas públicas descoladas dos processos de governança dos Guarani. A falta de conexão entre a governança Guarani e as políticas públicas usualmente implementadas, pode ser explicada por um distanciamento cultural entre as comunidades e os técnicos representantes dos setores públicos. Além disso, essa falta de conexão é explicada pela lacuna de conteúdos como relações interculturais na formação de técnicos e pesquisadores.

Após aprovação do Projeto e implementação do NEDET UFRGS, cerca de um ano depois, o cacique Felipe Brizoela foi procurado pela coordenação do NEDET, juntamente com a assessoria territorial e uma pesquisadora do DESMA. Essa comitiva foi à aldeia *Pindoty* para retomar a conversa após ter assistido a sua fala na reunião de Osório de julho de 2014. Professora Gabriela falou que ouviu sua fala naquele dia e tinha vindo procurá-lo para trabalhar em conjunto. Que o Núcleo de Estudos que trabalhava, tinha experiência de parceria com os Guarani, desde o GT de demarcação de Terras Guarani em Porto Alegre, Viamão e Barra do Ribeiro. Também tinham trabalhado em conjunto com as aldeias do Lami, Cantagalo, Lomba do Pinheiro e Capivari, onde o Cacique Cirilo havia trabalhado na articulação do projeto de manejo agroflorestal Guarani, buscando promover a articulação entre as aldeias da região metropolitana e do litoral.

O projeto da política territorial foi apresentado como uma oportunidade para os Guarani se reunirem e discutirem o que era importante para eles, buscando identificar quais projetos seriam pertinentes para os Guarani, para estes serem incluídos em uma pauta de diálogo com as diferentes representações do Estado. Neste contexto, o cacique foi convidado para trabalhar conduzindo os processos de governança Guarani respaldados pelas organizações do CODETER e fazendo a articulação dos Guarani com o CODETER e NEDET UFRGS. Brizoela ressaltou a importância de respeitar o tempo Guarani.

Essa reunião na aldeia selou a parceria entre os Guarani, o DESMA, a ONG AEPIM, o NEDET UFRGS e o CODETER Litoral, os quais constituíram uma equipe intercultural incluindo o cacique da aldeia *Pindoty* de Riozinho, alguns acompanhantes Guarani que variaram ao longo do tempo, os pesquisadores e extensionistas Rodrigo Cossio e Rafaela Printes, do DESMA e da ONG AEPIM, a assessora territorial Brizabel Rocha, e a

Coordenadora do NEDET Gabriela Coelho-de-Souza. Em momentos públicos participaram estudantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, graduandos do Curso de Educação do Campo e Ciências Sociais.

A equipe intercultural em pouco tempo conseguiu visualizar um caminho a ser trilhado que, ao mesmo tempo em que fortalecesse a governança interna Guarani, também fortalecesse o diálogo com as políticas públicas, buscando a construção do componente Guarani no PTDRS, juntamente como o PGTA. O trabalho de interlocução do cacique Brizoela e da equipe intercultural com as aldeias focou na construção de um Plano de Vida das *tekoá* do TRL, pois se tratava de um processo de fortalecimento da governança Guarani, em primeiro plano. E, parte desse documento responderia às exigências da PNGATI e do PRONAT.

Desde janeiro de 2016, as 10 aldeias *Mbya* no litoral foram percorridas pela equipe intercultural. Se realizaram reuniões com lideranças e demais membros das comunidades, cujas pautas tratadas se resumem em 3 (três) dimensões: 1) Governança interna *Mbya*: união; articulação das aldeias; espiritualidade; alimentação; organização familiar, comunitária e intercomunitária; fortalecimento da participação de jovens e mulheres; 2) Redes interculturais (em nível de território): autonomia; trocas de experiências e intercâmbios com quilombolas, pescadores, agrofloreiros, produtores agroecológicos e agricultura familiar em geral; 3) Institucional (território e além do território): coerência; articulação das instituições e de políticas; justiça e direitos humanos e indígenas; espaços e tempos apropriados.

Os pesquisadores e extensionistas e a coordenação do NEDET UFRGS buscaram a FUNAI Porto Alegre para o reconhecimento do processo de construção do PTDRS junto aos Guarani como um processo de construção do PGTA. A FUNAI Porto Alegre orientou que este assunto deveria ser tratado na Coordenação Regional (CR), em Florianópolis. Em função da escassez de recursos, a equipe de *jurua* se organizou e buscou a CR/FUNAI em Florianópolis. A proposta foi apresentada, reforçando a intersetorialidade entre políticas de secretarias que pouco dialogavam. A CR/FUNAI se manifestou dizendo ser difícil a aproximação tendo em vista o histórico de falta de trabalho em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a PNGATI, reforçando que o representante deste Ministério no Comitê Gestor<sup>82</sup> da PNGATI não participava das reuniões, dificultando o trabalho da FUNAI.

---

<sup>82</sup> A Portaria Interministerial nº 117, publicada dia 23/04/2013, institui o Comitê Gestor da PNGATI, que ficará responsável pela coordenação da execução da política indígena e será integrado por oito representantes governamentais e oito representantes indígenas (BAVARESCO, MENEZES, 2014).

Por fim, manifestou que essa demanda deveria ser apresentada pelos próprios Guarani em reunião em Brasília. Entretanto, a FUNAI não tinha nenhum recurso para subsidiar a ida dos Guarani. Nesse contexto, ficou evidente que a centralização das relações entre as políticas no âmbito de Brasília, pode ter sérias repercussões nos espaços locais, prejudicando os principais beneficiários, mesmo a intersetorialidade estando pautada em diversas políticas.

**Figura 30 - Linha do tempo dos eventos vinculados ao Sistema de Governança *Mbya Kuery* no litoral do RS**



Fonte: Elaborado pela autora.

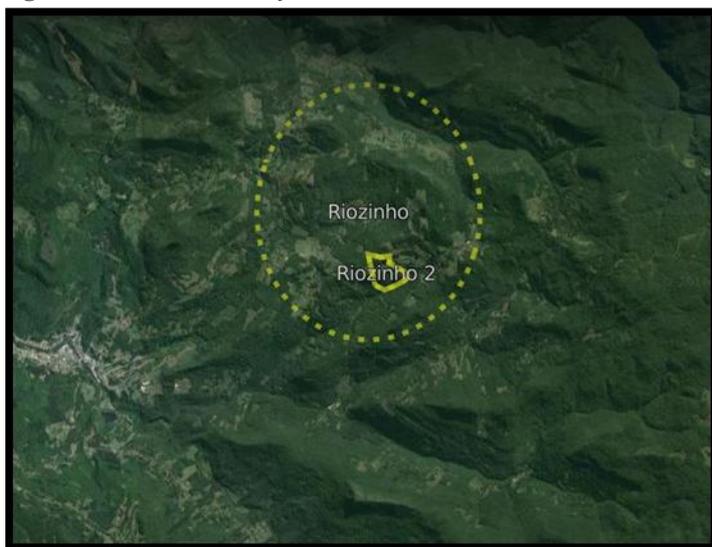
Nas seções que seguem são apresentados os cinco *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral do RS (figura 30), no que diz respeito ao contexto do sistema socioecológico, representado pelas aldeias que os sediaram; e aos processos de governança *Mbya* envolvidos na organização e realização dos encontros que ocorreram entre os anos de 2016 e 2018, envolvendo a mobilização de representantes de todas as aldeias nesta porção do *Yvy Rupá*.

## 5.2 1º NHEMBOATY MBYA KUERY: TEKOÁ PINDOTY (ALDEIA JERIVAZAL) - FORTALECIMENTO DA REDE MBYA DO LITORAL DO RS E A POLÍTICA DE ATER NO RS

O 1º *Nhemboaty* foi realizado na aldeia *Pindoty* que também é conhecida como Riozinho 2, está localizada nas coordenadas geográficas 29° 37'39,6' S e 50° 24' 29,8'' O, e é entendida como complementar à Riozinho 1, aldeia *Itapoty*, localizada a poucos metros da aldeia *Pindoty*.

A aldeia *Itapoty* (Riozinho 1) é uma terra cedida pelo Estado do RS, com tamanho de 12 hectares em área de declive. A terra é fértil, mas com terreno difícil de cultivo pelo declive acentuado, praticamente sem áreas planas. Desse modo, foi realizada a compra da área da aldeia *Pindoty* (Riozinho 2), com 24 hectares, no âmbito do PACIG em 2010, garantindo uma área mais plana e próxima da outra aldeia, que juntas somam 36 hectares.

**Figura 31 - Tekoá Pindoty e área do entorno**



Fonte: Recorte extraído do Mapa Guarani Digital (CTI, 2016).

Na *Pindoty* habitam atualmente cerca de 10 pessoas do mesmo núcleo familiar, mas recebem parentes de outras aldeias com frequência. Das sementes tradicionais cultivam o milho, feijão, aipim, cana de açúcar, melancia, batata doce, e possuem parreiras de uva, mantidas ainda da antiga ocupação *juruá*. Na aldeia também criam suínos nas instalações preexistentes, própria para este tipo de criação. Possuem uma pequena horta em que cultivam alface, cebolinha, couve, entre outras hortaliças. Também possui 1 (um) açude alimentado por uma vertente com criação de peixes introduzidos por projetos da Emater. Conforme conversa com um jovem *Mbya* morador da aldeia, os peixes se criam sozinhos, sem necessidade de mantê-los com ração. A aldeia *Pindoty* possui duas *opy* (casa de reza), sendo cacique também o *karáí*.

A aldeia *Pindoty* possui uma escola, ainda sem prédio próprio, funcionando em uma das casas que está desabitada no momento, portanto em situação de improvisado. Atende as crianças da aldeia em diferentes níveis escolares do ensino fundamental.

Destaca-se na mata nativa a *Kuri'y* (araucária) e também o *pindó*, guaviroba, cipós, *kurupikay* (pau leiteiro), além de plantas medicinais (como *pengué poã*, *para para'y*, *uruvu*

*retyma, araxá, yvaviju*). Quando possível realizam a coleta de pinhão e comercializam nos mercados de Riozinho, contribuindo para geração de renda. Entre as espécies exóticas está o pinus. Dentre os animais silvestres avistados e caçados esporadicamente por eles estão: *nhambu* (ave), pombo, tatu, veado, paca, gato do mato.

A *tekoá Pindoty*, juntamente com outras *tekoa*<sup>83</sup> do litoral do RS, participou do projeto de Ar, água e terra: vida e cultura Guarani – ações de recuperação e conversão ambiental em aldeias Guarani do Rio Grande do Sul, conduzido pelo Instituto de Estudos Ambientais e Culturais (IECAM), com patrocínio da Petrobras, que abrangeu mais de três mil hectares nos biomas Mata Atlântica e Pampa, promovendo “intercâmbio de saberes, sementes e mudas entre as aldeias, realização de encontros e oficinas de saberes e práticas indígenas e não indígenas, viveirismo, reconversão produtiva e a recuperação ambiental através do plantio de espécies vegetais nativas e de uso tradicional nas áreas e a gestão sustentável nos territórios” (IECAM, 2015).

Em dezembro de 2015 foi realizada a 1ª Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Litoral, onde o cacique da aldeia *Pindoty* foi eleito delegado territorial. A grande participação dos Guarani, pescadores e quilombolas incentivou a realização de uma I Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural *Mbya* Guarani do Território Rural do Litoral/RS, no dia 23 de março de 2016. A organização para esta I Conferência Temática foi realizada concomitante com o 1º *Nhemboaty mbya kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ë reguá* - Encontro Guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura no Território Litoral, que para sua realização contou de expedições a campo, visitas nas aldeias e contatos com órgãos relacionados (Prefeituras, EMATER, FUNAI, SDR) que viabilizaram a atividade entre os dias 21 a 24 de março de 2016 na aldeia *Pindoty* (PRINTES, *et al.* 2016).

A expressão “passado-futuro” como título do evento reforçou a ideia dos Encontros promoverem o diálogo entre velhos e jovens *Mbya* para que juntos reconstruam possíveis caminhos, no esforço de manter o *mbya rekó*, em meio aos desafios contemporâneos relacionados à governança para a gestão territorial e ambiental.

Para a organização da Conferência os *Mbya* e a equipe analisaram o documento de referência da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CNATER)<sup>84</sup>, discutindo o processo de construção do evento, o qual segue a norma de que as conferências temáticas devem aprofundar todo documento ou parte dele. Nesse momento,

<sup>83</sup> *Tekoá Itapoty, tekoá Ka'aguy Pau, tekoá Nhu'u Porã, tekoá Yriapu, tekoá Nhu Porã.*

<sup>84</sup> 2ª CNATER teve como lema: Ater, agroecologia e alimentos saudáveis.

evidenciou-se que a linguagem do documento estava distante do domínio de entendimento dos *Mbya*, a começar pela escrita na língua portuguesa e demais termos técnicos usados.

**Figura 32 - Material de divulgação da 1ª Conferência Temática de ATER *Mbya* Guarani**



Fonte: UFRGS/PGDR (2016).

A equipe intercultural trabalhou no Eixo C transversal – ATER e Povos e Comunidades Tradicionais, adaptando-o à especificidade *Mbya* Guarani do litoral. Desse processo resultaram quatro temas geradores para serem discutidos em Grupos de Trabalho (GT) interculturais na dinâmica da I Conferência de ATER *Mbya* Guarani/RS. O *GT 1: O papel da ATER no fortalecimento dos Mbya Guarani no Território Litoral/RS*: teve como objetivo discutir o papel da ATER na construção de “alternativas ao desenvolvimento rural” para os *Mbya* Guarani, considerando que a expectativa é avançar em propostas orientadoras de mudanças que contribuam com o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) entre os *Mbya*. O *GT 2: A orientação Mbya Guarani para ATER*: teve como propósito estimular o reconhecimento e o respeito à agricultura milenar realizada pelos *Mbya* Guarani e ao mesmo tempo facilitar o acesso às novas tecnologias sustentáveis voltadas à agricultura, fortalecendo uma abordagem intercultural para a agroecologia. O *GT 3: ATER no espaço-tempo Mbya Guarani*: teve como finalidade chamar atenção para a temporalidade diferenciada entre os *Mbya* Guarani e os técnicos de ATER, bem como as concepções de espaço. O *GT 4: Integração institucional para um Plano Mbya Guarani*: este tema objetivou proporcionar um ambiente de união entre as instituições presentes, entendendo que é necessário executar as políticas públicas de maneira articulada e transparente, dando condições dos *Mbya* e dos representantes das instituições se apropriarem do que está sendo realizado por todos, evitando ações que se sobreponham e desperdicem recursos públicos (PRINTES *et al.* 2016).

O 1º *Nhemboaty* ocorreu na aldeia *Pindoty*, município de Riozinho, entre os dias 21 a 24 de março, reunindo 70 *Mbya*, com expressiva participação da juventude, mulheres, demais lideranças e os sábios anciões, além de cerca de 20 não indígenas representantes de instituições.

**Figura 33 - Representante *Mbya* do CODETER Litoral abrindo o 1º *Nhemboaty Mbya kuery***



Foto: Da autora.

No dia 23 ocorreu a Conferência de ATER com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Rural do RS (SDR), EMATER, UFRGS, Instituto Federal (IFRS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Prefeitura de Riozinho, Assistência Social, ONGs Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM) e Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM). Como principal resultado os *Mbya* consideraram a necessidade da continuidade da discussão para que eles se apropriem dos mecanismos de diálogo com o Estado, em especial com a FUNAI e o MDA. Essa demanda incentivou a proposta apresentada pelo cacique Felipe, na Conferência Nacional de ATER, etapa Estadual, em abril de 2016, a saber:

Implementar espaços de articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para que os temas referentes à relação entre os grupos e o Estado se dê de forma permanente em um processo de empoderamento, podendo ser por meio de centros de formação continuada para PCTs que prevejam a formação de agentes de ATER entre PCTs, PRONATEC Campo, formação em acesso a conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético. (Proposta para PCT, Etapa Estadual RS)

Quanto aos resultados do 1º *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral do RS e a 1ª CNATER, o mais importante foi o comprometimento das instituições participantes<sup>85</sup> em contribuir para realização de Encontros itinerantes (ao longo de 2016) envolvendo representantes das aldeias existentes no TRL, a saber: *Tekoá Pindoty* e *Tekoá Itapoty* (Riozinho), *Tekoá Nhu'u Porã*, *Tekoá Guyra Nhendu*, *Tekoá Pakovaty* (Maquiné), *Tekoá Kuaray Rexë* (Osório), *Tekoá Nhu Porã* (Torres), *Tekoá Yryapu*, *Tekoá Araçaty* e *Tekoá Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* e *Tekoá Pindoty* (Palmares do Sul), *Tekoá Ka'aguy Pa'ü* (Caraá). A expectativa é que os encontros fortalecessem a rede *Mbya* e a dinâmica do diálogo interno e exclusivo indígena em relação às questões que afetam à gestão do território, e para melhor compreensão do PRONAT e PNGATI, considerando o início do processo de construção de um Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral do RS (Anexo A).

Consta nos registros do 1º Encontro o descontentamento e pouco entendimento dos *Mbya* em relação aos temas propostos pela 2ª CNATER, em que ressaltam o descompasso e a necessidade de mais tempo para uma discussão tão ampla, ficando evidente a necessidade de adequações metodológicas por parte dos mediadores não indígenas, das pautas e temas, conforme o ritmo de vida, temporalidade e pensamento dos *Mbya*. A fala do representante *Mbya* da aldeia *Pindoty*, registrada em uma reunião da equipe intercultural de preparação do 1º *Nhemboaty* e da 2ª CNATER, expressa bem essa questão,

**Sem essa rede, digamos assim, uma discussão entre os familiares que moram dentro da aldeia, a gente não tem como conseguir, então essa é a preocupação com Guarani kuery. Então por isso que eu queria, antes do juruákuery, antes de fazer esse seminário eu queria um encontro somente Guarani.** Discutir o que precisa. Eu quero entender a comunidade, se existe uma divisão, por quê? Isso não precisa *juruá* perguntar, nós é que temos que nos perguntar. Por que que tá assim, o que que tá faltando? Será que tá faltando o *juruá kuery* se aproximar? **Será que nós precisamos disso pra se unir novamente? Essa é a minha preocupação. Vou ser bem sincero. Hoje pra mim, sabe o que tá acontecendo, equipe? Vai ter um monte de *juruá kuery* e nós não temos um Plano.** Nessa discussão com *juruá kuery* eu quero tirar alguma coisa deles, não do *Mbya kuery*, entendeu? Pra que o *juruá* tenha seu compromisso e faça a sua obrigação. Mas pra isso, *Mbya kuery* tem que tá unido, preparado, pra nessa hora se apoiar, pra ir contra ou a favor do *juruá kuery*. Mas isso não tá acontecendo, entende? Então essa é a minha preocupação. E toda vida isso tá acontecendo. **Nunca dá esse espaço pro *Mbya kuery*, essa é a**

85

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SDR/RS), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR-EMATER), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS/PGDR), Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM), Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM). A UFRGS, Emater e as cooperativas (COOPVIDA - Cooperativa de produtos naturais e artesanais de Osório e COOMAFITT - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas) e as prefeituras dos municípios de Riozinho, Torres, Osório, tem se destacado por contribuir com a logística, infraestrutura e alimentação dos encontros já realizados. Recentemente a AEPIM aprovou um projeto pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) para apoiar a realização de dois destes encontros.

**primeira coisa que eu quero colocar pro juruá kuery. O juruá kuery tem que deixar espaço, dar lugar,deixar o tempo pro guarani se organizar.** Ai sim o Guarani vai dizer ‘isso nós precisamos’ e todos da comunidade vão concordar ou não, mas isso nunca aconteceu. [...] por isso que eu queria que o primeiro encontro fosse só *Mbya keury*, pra entrar em acordos (Cacique da *tekoá Pindoty*, mar.2016, grifos nossos).

Assim, a metodologia proposta pelos *Mbya* Guarani para compreenderem melhor tais políticas se engajarem a construção de tais Planos foi inicialmente retomarem o diálogo político interno *Mbya* por meio dos *Nhemboaty*. Por certo, os grupos participantes dos encontros são diferentes entre si e cada aldeia tem suas problemáticas e demandas materiais específicas, mas, no entanto, de maneira geral, os *Mbya* das diferentes localidades do litoral têm dificuldades em viver de acordo com o *Mbya rekó* (modo de ser) em decorrência do processo de colonização e a forma de organização dos *juruá kuery*. Relatam que há décadas os investimentos em os projetos e políticas públicas direcionados para as aldeias *Mbya* são pensados pelos *juruá kuery* (não indígenas), não resolvendo os problemas locais e causando muitos conflitos internos. Explicam que somente nos últimos anos os Guarani começaram a ser questionados, participando na decisão quanto ao uso dos recursos do Governo, indicando como/para quem devem ser aplicados nas aldeias. Nas últimas décadas somente ações assistencialistas tem chegado às comunidades, pois não existe um plano a médio e longo prazo para cada aldeia as especificidades de cada aldeia, e que esteja de acordo com o *Mbya rekó*.

Para além do acesso a terra com mato e recursos para viver o *Mbya rekó*, é importante o apoio institucional permanente na realização dos *Nhemboaty* (encontros) entre as aldeias, garantindo um processo contínuo de organização interna e fortalecimento da rede interaldeã *Mbya* Guarani e com apoiadores não indígenas.

A proposta dos *Nhemboaty* no litoral proporcionou à integração dos *Mbya* nesta porção do território, pois, conforme relataram, esta integração foi enfraquecida nas últimas décadas em função da inexistência de apoio para realização deste tipo evento. No relato a seguir do cacique da *tekoá Pindoty*, complementa esta afirmação, pois ao longo da sua experiência, os *Mbya* das *tekoá* no litoral do RS não se encontravam há mais de 20 anos. Relatou que o “desencontro” *Mbya* foi provocado também pelas instituições do *juruá kuery*, desde que começaram a entrar nas *tekoá* e imporem “novas regras”. A partir daí, começou a mudar totalmente a relação interaldeã e intra-aldeã, conforme explicado em conversa com a equipe intercultural:

**Faz 25 anos isso e mudou totalmente, eu tenho certeza. Antes nós tinha união.** Se um era cacique e o outro também concordavam sobre até que ponto nós vamos deixar o *juruá kuery* entrar na nossa comunidade. Nós vamos procurar o *juruá kuery* ou o *juruá kuery* é que vai nos procurar? Nós vamos procurar, por que se o *juruá* entrar, vai entrar um, outro, outro e mais outro, e isso aconteceu. Por isso que hoje já não existe mais respeito na comunidade. Antigamente não, há 30 anos atrás, por exemplo, era tranquilo por que era o próprio Guarani que se organizava. Guarani que dizia até onde *juruá* podia chegar, onde não podia. **Sabe por que isso aconteceu? Por causa de uma política que entrou no meio do Guarani kuery dizendo assim: ‘cacique é o responsável’. Mas nem cacique tava entendendo o que tava recebendo do grupo juruá kuery. [...] Hoje não tá acontecendo uma ‘política Mbya’, mas uma ‘política misturada’, que traz confusão, às vezes, conflito entre os Mbya** (Cacique da *tekoá Pindoty*, mar.2016, grifos nossos).

A crítica apresentada pelo indígena demonstra a fragilização das instituições *Mbya* a partir da intervenção de instituições externas (envolvendo agentes de governo e ONGs) cujos projetos e políticas públicas desconsideram a pré-existência de uma dinâmica interna de organização indígena. Tal situação contribui para que descumpram certas regras de *Nhanderú*, estimulando inclusive intrigas e ciúmes entre os *Mbya*. A condução da 2ª CNATER é comparável ao ritmo desse processo, porém o enfrentamento dos *Mbya* favoreceu a autorreflexão interinstitucional de atuação de diversos profissionais presentes.

A próxima seção apresenta a participação e resultados da representação *Mbya* Guarani em espaços de governança intercultural nacional e estadual no âmbito da execução das políticas públicas territorial e indigenista.

### **5.2.1 Conferência Estadual e Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: passos para a união institucional do PGTA e PTDRS**

Os espaços promovidos pela 2ª Conferência Nacional de ATER foram importantes para dar continuidade ao reconhecimento da FUNAI sobre o processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das *tekoá* Guarani junto com o componente Guarani no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme orientações da Coordenação Regional da FUNAI, localizada em Florianópolis, no mês de fevereiro de 2016.

A 2ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul ocorreu entre os dias 31 de março e 01 de abril de 2016 no município de Canoas. Nela o cacique Felipe Brizoela participou levando a única proposta construída na Conferência Temática *Mbya* Guarani relacionada à necessidade de que os Guarani se apropriem dos mecanismos de diálogo com o Estado, em especial com a FUNAI e o extinto MDA (PRINTES *et al.*, 2017). A proposta levada ao grupo de trabalho da Conferência foi agregada de outras propostas ficando com a redação a seguir:

Implementar espaços de articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para que os temas referentes à relação entre os grupos e o Estado se dê de forma permanente em um processo de empoderamento, podendo ser por meio de centros de formação continuada para PCTs que prevejam a formação de agentes de ATER entre PCTs, PRONATEC Campo, formação em acesso a conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético (Proposta para PCTs Etapa Estadual RS, 2016).

A proposta foi levada para a Conferência Estadual, chegando à votação em plenária, mas não foi priorizada como resultado do Estado para a etapa nacional. Nessa conferência o cacique Felipe Brizoela, entre outras lideranças indígenas, teve a oportunidade de se reunir com o Delegado de Desenvolvimento Agrário, expondo os processos dos Nhemboaty e as demandas Guarani de apoio à realização dos encontros, o que levou o Delegado a manifestar a possibilidade dos Guarani em acessar um recurso destinado à ATER para contribuir na promoção dos encontros.

Embora esta tenha sido uma das primeiras aproximações mais concretas entre os Guarani e a Delegacia de Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Sul, sinalizando uma possibilidade de trabalho conjunto futuro, esta manifestação não foi concretizada, em função da drástica mudança no cenário político brasileiro.

Ainda na conferência estadual, o cacique Felipe Brizoela foi eleito delegado para representar os povos e comunidades tradicionais na 2ª Conferência Nacional, em Brasília entre os dias 31 de maio e 3 de junho. A ida à capital brasileira, custeada pela Conferência Nacional de ATER, possibilitou a realização de uma reunião do cacique *Mbya* Guarani, que foi acompanhado pela delegada representante da SDR, junto à Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da FUNAI. O cacique Felipe contextualizou a forma como estavam conduzindo a execução do PRONAT no litoral do RS, por meio do trabalho da equipe intercultural, ressaltando o envolvimento da representação *Mbya* em plenárias interculturais e em encontros periódicos nas aldeias *Mbya* no litoral (por meio dos *Nhemboaty*), de modo que, grande parte dos eixos da PNGATI estavam sendo contemplados. Apresentou os resultados dos dois primeiros *Nhemboaty* na forma documental e manifestou a intenção dos *Mbya* na continuidade dos encontros para a construção do PGTA, solicitando apoio em recursos financeiros. Além disso, reforçou a necessidade de que o processo em curso, promovido pelo PRONAT, fosse reconhecido como parte da construção do PGTA, pondo em prática a transversalidade das políticas públicas territorial e indigenista.

Nessa reunião Felipe Brizoela também encontrou representantes da Terra Indígena Guarani do Bracuí/RJ que estavam em processo de construção do PGTA, sendo este um dos

resultados do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial (Projeto GATI) no qual a TI Guarani do Bracuí esteve envolvida por ser uma das 32 áreas referência deste projeto, que teve como propósito ser um projeto piloto para implementação da PNGATI (Decreto 7.747/2012) (PRINTES, 2012).

Além disso, representantes da CGAM se comprometeram a participar do 3º *Nhemboaty* que seria realizado na aldeia Sol Nascente em Osório, sendo uma das pautas as pendências do Programa de Apoio às Comunidades Guarani (PACIG), voltados à compensação pelas obras da BR101<sup>86</sup>.

A próxima seção apresenta a *tekoá Nhu Porã* no município de Torres e o 2º *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral em 2016.

### **5.2.2 2º *Nhemboaty Mbya kuery* – *tekoá Nhu Porã* (aldeia Campo Bonito)**

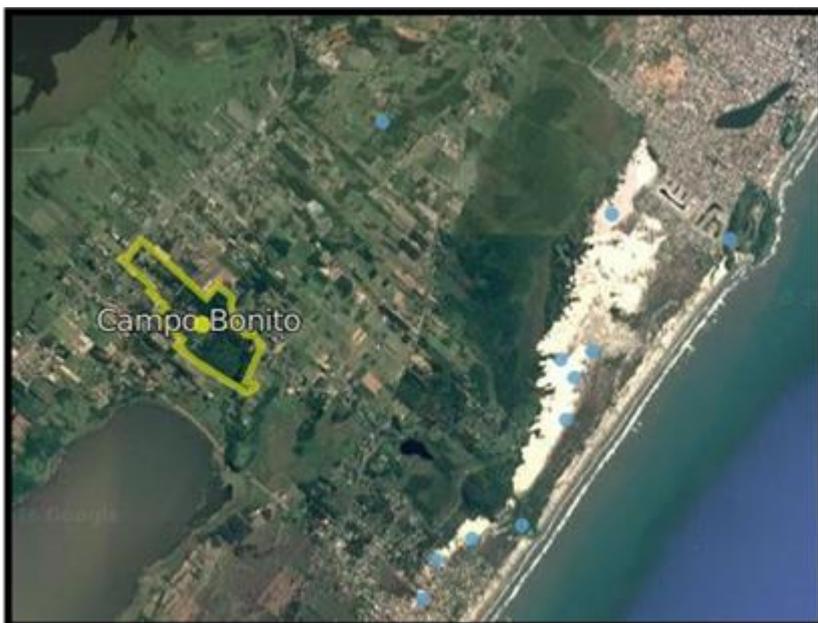
O 2º *Nhemboaty Mbya Kuery* foi realizado na *tekoá Nhu Porã*, no município de Torres, em maio/2016. A partir deste 2º *Nhemboaty* a equipe intercultural iniciou a dinâmica de redação coletiva do documento final dos Encontros denominado “*kuaxá*” (papel), em que estão sendo registrados os principais temas discutidos e os encaminhamentos considerados relevantes na construção do Plano de Vida *Mbya* no litoral do RS.

A aldeia anfitriã onde ocorreu o 2º *Nhemboaty*, está localizada no município de Torres, na localidade de Campo Bonito, nas coordenadas geográficas 29º 21' 27.5" S e 49º 48' 11,6" O, entre a BR 101, a Lagoa de Itapeva, o Parque Estadual de Itapeva e o Oceano Atlântico. Esta aldeia se encontra na zona de amortecimento do Parque Estadual de Itapeva (Peva), conforme ilustra a figura 34.

---

<sup>86</sup> Na seção 5.2.3 será abordado sobre o PACIG.

**Figura 34 - Tekoá Nhu Porã e área do entorno**



Fonte: Recorte extraído do Mapa Guarani Digital (CTI, 2016).

A *tekoá Nhu Porã* é uma terra adquirida em 2007 com recursos das medidas mitigadoras da BR 101. Possui 94,8300 hectares, onde vivem cerca de 90 indígenas (cuja metade é criança). O cacique atual chama-se Mario Lopes, que também é *karai* (líder espiritual) da aldeia. Caracteriza-se como uma área plana, descaracterizada ambientalmente no que tange a cobertura florestal original, com poucas espécies nativas. A área vem sendo restaurada com o plantio de mudas nativas, com ênfase em frutíferas, como a *jety* (juçara) e *jataí* (butiá; *Butia catarinensis*), cujas mudas são de projetos vinculados às atividades da escola indígena, que é um anexo da Escola Municipal Manuel Ferreira Porto. O *jataí* (*Butia catarinensis*) é uma espécie endêmica, ameaçada de extinção e esta aldeia está inserida em um corredor de distribuição desta espécie no litoral sudeste do Brasil. Neste contexto, a aldeia está inserida em iniciativas de conservação pelo uso do butiá, como o projeto da Embrapa Clima Temperado, intitulado “A Rota dos Butiazais no Bioma Pampa: conectando pessoas ecossistemas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade”<sup>87</sup>, que tem como instituições parceiras a UFRGS, SEMA/RS, UFPEL, UERGS, UNISINOS, cuja execução de será pelo período de 3 anos.

Entre os animais silvestres encontrados estão o tatu, capivara, rato do banhado, preá, e algumas aves nativas como nhambu.

<sup>87</sup> Chamada MCTI/CNPq N° 20/2017 – Nexus II.

O Parque Estadual de Itapeva (Peva) protege um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica de restinga do litoral norte do Rio Grande do Sul. Também são encontrados dentro do Parque sítios arqueológicos, com vestígios de populações pré-históricas de povos indígenas, sambaquianas e de colonizadores (WAGNER, 2009; FRIZZO, 2011). São realizadas atividades de educação ambiental em parceria com o professor indígena Francisco Moreira Alves, *Mbya* Guarani que vive na aldeia *Nhu Porã*, em Torres. Nestas atividades ele explica para os visitantes, a partir da etnociência *Mbya*, a presença de aldeias ancestrais no território e a importância da proteção dos sítios arqueológicos e da conservação da biodiversidade no Peva em interação com as outras aldeias *Mbya* contemporâneas.

Nesta aldeia é escassa a mata nativa. Como em todo *Yvy Rupá* a escassez foi causada pelo desmatamento para atividades colonizadoras europeizadas (a pecuária, criação de aves, suínos, monocultivos de eucaliptos, etc.), e na paisagem da *tekoá Nhu Porã* predominam os eucaliptos. Estes eucaliptos têm sido usados pelos *Mbya* na construção de casas, sendo demandado por outras *tekoa* no litoral. Por exemplo, para a preparação do 4º *Nhemboaty* realizado na *tekoa Guyra Nhendu*, em Maquiné, foram levadas algumas toras de eucalipto, por solicitação da cacica Julia Gimenes, para serem usadas nas estruturas das casas de madeiras construídas para receber os convidados neste *Nhemboaty*. Neste sentido, os eucaliptos, apesar de serem árvores exóticas presentes nas aldeias, também compõem o grupo de “criações naturais de uso comum” compartilhada pelos *Mbya* nas *tekoá* no litoral, contribuindo como recurso complementar na infraestrutura das *tekoá* contemporâneas.

Os eucaliptos também têm sido usados como *japeá* (lenha), em alternativa a madeiras nativas acessadas pelos *Mbya* nas matas para fazer *tata* (fogo), conforme o *Mbya rekó*. O *tata* (fogo) juntamente com *yy* (água) e *yvytu* (vento) quando aceso com madeiras nativas exalam fumaças que podem medicinais. O cacique da aldeia comentou que os *Mbya* estão ficando doentes, com sérios problemas respiratórios, alguns passam mal, devido à queima de madeiras de eucaliptos. Ele entende que estas madeiras estão contaminadas por venenos (agrotóxicos) que são exalados pela fumaça quando queimados. O *tata* (fogo) é feito dentro das casas para cozinhar os alimentos, aquecer a água e o ambiente, ficando a fumaça concentrada dentro das casas, sendo este mais um dos graves problemas que enfrentam pelas condições das terras em que vivem na atualidade.

Esta aldeia não possui um prédio próprio para o atendimento da SESAI, apesar disto os indígenas recebem o atendimento da SESAI regularmente em unidade móvel. A aldeia possui três *karai* que ajudam no atendimento à saúde por meio dos conhecimentos tradicionais. A aldeia possui uma *opy*, aonde são realizados os rituais para o fortalecimento do

espiritual e da saúde. A água encanada chega em todas as casas da aldeia, porém ainda contam com 1 (um) único poço artesiano para abastecer toda a aldeia. A aldeia possui três açudes, herdados desde a compra da terra para assentar os *Mbya*.

A subsistência se dá por meio da cesta básica enviada pelo Governo; da venda de artesanatos e das *ma'ety* (plantações de sementes verdadeiras) em *kokué* (roças) de milho, mandioca, feijão, batata-doce, amendoim, melancia. Na aldeia existe um coral, composto pelas crianças *Mbya* é regido pelo cacique Mario Lopes. O coral, quando convidado, realiza apresentações em eventos na cidade de Torres e arredores, sendo retribuído com alimentos não perecíveis e em alguns casos até remunerado.

Conforme Mario Lopes os *Mbya* precisam “implantar projetos que melhorem o sustento das famílias”, pois na *tekoá Nhu Porã* não possuem mata nativa, prejudicando a sobrevivência conforme o *Mbya rekó*. Pois, segundo ele da floresta provem a alimentação e a saúde, pela coleta de frutos, raízes e plantas cultivadas em sistema agroflorestal tradicional, além dos remédios do mato, da caça, e da pesca. É preciso ouvir os *Mbya* e cumprir com o que se comprometem com respeito ao povo Guarani.

A *tekoá Nhu Porã* ainda aguarda (há mais de 10 anos, junto com as demais aldeias incluídas nas medidas de mitigação dos impactos da duplicação da BR-101, no trecho Palhoça/SC – Osório/RS) o cumprimento da execução dos recursos do Programa de Apoio a Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), como: construção de casas de moradia, casas de artesanato, escola, instalação de placas solares, do posto de saúde e compra de terras.

Neste 2º *Nhemboaty* foram retomadas discussões do processo de fortalecimento da rede *Mbya* no litoral e pendências do Programa de Apoio as Comunidades Indígenas Guarani (PACIG) referente às obras de duplicação da BR101/RS, tais como: a construção das casas de moradia, casas de artesanato, da escola, instalação de placas solares, do posto de saúde e compra de terras. Outro ponto de pauta foi a criação do cargo específico para indígenas na Emater, que os *Mbya* chamaram de “agentes indígenas de ATER”. Também registraram a necessidade de garantirem veículos à disposição das comunidades para os deslocamentos entre aldeias, considerando a dinâmica dos intercâmbios de sementes e ramas, mutirões e rituais das atividades produtivas *Mbya* (Anexo B).

**Figura 35 - Representante da tekoá Pindoty na abertura do 2º Nhemboaty no litoral**



Foto: Da autora.

Neste encontro os *Mbya* também receberam a visita de um proprietário de terras, localizada no município de Praia Grande/SC, divisa com o Estado do RS. O proprietário soube do encontro e interessado em vender uma área para a FUNAI, ainda dentro dos recursos devidos pelos DNIT através do PACIG, veio fazer a oferta. O cacique Felipe Brizoela recebeu o *juruaá*, ouvindo sua oferta, e as informações foram levadas à plenária *Mbya*.

**Figura 36 - Cacique Felipe conversa com proprietário sobre venda de terras em Praia Grande/SC**

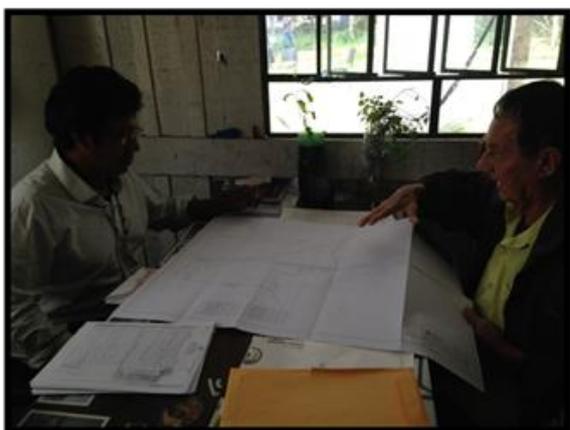


Foto: Da autora.

Cabe salientar que no 2º *Nhemboaty* na tekoá *Nhu Porã*, se gerou um ambiente tenso entre os *Mbya* devido aos temas que estavam sendo tratados, bem como a dificuldade de compreensão de “aonde se quer chegar” com os debates que estavam sendo realizados relacionados a Assistência Técnica e Extensão Rural. Porém, conversas posteriores dos *Mbya*

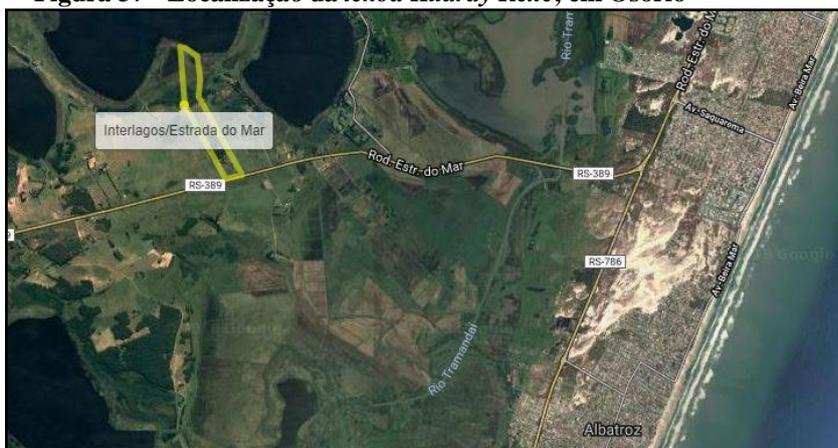
junto à equipe intercultural revelaram que tal situação não pode ser caracterizada simplesmente como algum “conflito de disputa de lideranças”, mas sim como inquietações de gerações. Seu Avelino (cacique da *tekoá Kuaray Rexë*, município de Osório) aconselhou que o representante *Mbya* do CODETER Litoral tivesse paciência, pois ele próprio (Avelino) já tinha passado pela mesma situação, quando jovens *Mbya* (no qual se incluía o atual representante *Mbya* do CODETER) o desafiavam quanto aos resultados do movimento indígena que ele conduzia na época. Enfim, salientou que enfrentamentos entre os próprios *Mbya* compõe parte do movimento político interno em direção ao objetivo comum que buscam.

Posteriormente, a equipe intercultural que continuou atuando procurou refletir sobre o ocorrido, entendendo que tais situações fazem parte da dinâmica das relações de governança estabelecidas internamente entre os próprios *Mbya* e que demonstram o quanto os diálogos intra e intergeracionais compõem os processos de tomada de decisão junto às demais territorialidades no *Yvy Rupá*.

### **5.2.3 3º Nhemboaty Mbya kuery – tekoá Kuaray Rexë (aldeia Sol Nascente)**

A *tekoá Kuaray Rexë* (aldeia Sol Nascente) possui 45 hectares, com uma população de cerca de 50 pessoas. Está localizada na planície costeira, no município de Osório, nas proximidades da Rodovia Estrada do Mar (RS 389), sendo esta uma área comprada em 2007 (ano em que se consolidou a aldeia) com recursos das medidas mitigadoras da BR 101. A maioria dos que habitam desta aldeia vieram da *tekoá Nhu'u Porã* (Campo Molhado), tendo como motivação a busca por terras na planície, onde melhor conseguem fazer as *ma'ety* (plantações originais) e salvaguardar as sementes, entretanto consideram a aldeia da qual vieram como uma “extensão” da atual.

**Figura 37 - Localização da *tekoá Kuaray Rexë*, em Osório**



Fonte: Recorte extraído do Mapa Guarani Digital (CTI, 2016).

A aldeia possui uma Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental (E. E. I. E. F. *Kuaray Rexë*), sendo o professor *Mbya* Guarani Sérgio Gimenes, uma liderança que se destacou durante os *Nhemboaty*, engajado em fortalecer a rede Guarani por meio da Educação.

Em relação à agricultura, a aldeia possui um terreno arenoso, sendo boa para o plantio de *xanjau* (melancia), *avaxi* (milho), *jety* (batata doce), *kumanda* (feijão), *mandio* (aipim), bergamota, laranja. Além da agricultura de subsistência, sobrevivem da venda de artesanatos e de serviços temporários nas dos vizinhos, sendo esta uma forma de complementar a renda. A aldeia possui um terreno totalmente plano e com um pequeno fragmento de mata onde ocasionalmente aparecem alguns animais silvestres, como o tatu. Quanto às plantas medicinais são quase inexistentes e estão sendo introduzidas aos poucos pelos próprios *Mbya* que transplantam mudas de outras aldeias. Inicialmente a aldeia só possuía poços artesianos, aos poucos caixas d'água estão sendo instaladas, juntamente com encanamento da água. Faltam casas para atender a todas as famílias da aldeia.

O 3º *Nhemboaty* ocorreu na *tekoá Kuaray Rexë* (Osório) entre os dias 12 a 18 de julho/2016. Este encontro reuniu mais de 120 pessoas de 18 aldeias (somando aldeias do litoral do RS e SC), com expressiva participação de caciques e mais velhos, mulheres e a juventude. A partir da própria articulação *Mbya* representantes das comunidades de *tekoá* localizadas em SC foram chamadas para discutirem as pendências relacionadas ao Programa de Apoio as Comunidades Indígenas Guarani (PACIG) sobre compensações das obras de duplicação da BR 101. Por este motivo, foi reservado um dia do encontro somente para tratar sobre o PACIG. Estavam presentes representantes da FUNAI Sede (Brasília) que tratam do caso, juntamente com representantes da FUNAI - Coordenação Regional de Florianópolis de

Coordenação Técnica Local de Porto Alegre, entretanto lideranças que coordenaram a reunião sobre o PACIG não passaram a palavra para FUNAI, de modo que nas decisões tomadas e registradas em Ata não constaram nenhuma manifestação da FUNAI. Na Ata desta reunião realizada por lideranças do RS e SC sobre o recurso do PACIG, os *Mbya* exigiram o repasse total do recurso às treze comunidades atingidas pelas obras da duplicação da BR 101, em que pretendem que seja feita a divisão igualitária do montante em dinheiro entre as partes. A Ata foi entregue em mãos para aos representantes da FUNAI que estavam presentes, para ser encaminhada aos Ministérios Públicos Estaduais (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) (Anexo D).

**Figura 38 - Cacique Avelino Gimenes dando aconselhamentos durante o 3º Nhemboaty**



Foto: Da autora.

Durante os dias do 3º *Nhemboaty Mbya kuery* foi realizado paralelamente o evento “*Territórios e Agroflorestas em Rede*”, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Osório, e no Campus Litoral Norte/UFRGS, em Tramandaí, organizado pelo PGDR e CODETER Litoral. Este evento, composto por mesas redondas, troca de experiências e apresentação de projetos de pesquisa e desenvolvimento em agrofloresta, teve como objetivo promover a discussão e o fortalecimento de ações de gestão participativa nos territórios rurais, ampliando para discussões ligadas aos temas agroecologia, sistemas agroflorestais, etnoecologia e etnobiologia. Uma das mesas redondas contou com a participação de representantes *Mbya* das *tekoa Kuaray Rexë* e *tekoá Pindoty*, que contribuiriam apresentando e visibilizando para a comunidade local e científica a presença *Mbya* no território rural litoral, suas dinâmicas de governança e territorialidade. Cabe salientar que a realização deste 3º

*Nhemboaty* somente foi possível devido o esforço do PGDR em realizar os dois eventos paralelamente, no sentido de otimizar recursos e a logística de todos os participantes.

Na dinâmica deste 3º *Nhemboaty* o grande grupo foi dividido entre jovens, mulheres, caciques e mais velhos, que, separadamente, discutiram suas impressões sobre os *Nhemboaty* anteriores, salientando os aspectos positivos para o coletivo *Mbya* e mudanças sentidas individualmente. Nos pequenos grupos, também foram aprofundados temas relativos à cultura, por exemplo, alimentação e medicina tradicional, educação das crianças, orientações dos mais velhos, aconselhamentos das mulheres aos homens e questões sobre o respeito e o comportamento dos mais jovens (Anexo C).

Antes da realização do 4º *Nhemboaty*, os *kuaxiá* dos três (3) *Nhemboaty* realizados no litoral do RS, juntamente com encaminhamentos da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (jun./2015) foram levados à Conferência Nacional de ATER, ocorrida em Brasília (jun./2016), pelo cacique Felipe Brizoela, que participou neste evento como delegado do RS. Na ocasião ele teve a oportunidade de dialogar com a Coordenador-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da FUNAI e conhecer a experiência dos Guarani do Rio de Janeiro com a execução do Projeto GATI e a construção do PGTA na TI Bracuí.

#### **5.2.4 4º *Nhemboaty* Mbya kuery - Guyra Nhendu (aldeia Som dos Pássaros) em Maquiné**

A *tekoá* *Guyra Nhendu* (aldeia Som dos Pássaros) estava localizada no município de Maquiné, na linha Solidão, nas coordenadas geográficas 29°39'17,5'' S e 50°10'00,6''. Tratava-se de uma área pequena de 12 hectares, cercada pela pelas encostas da Serra Geral, em meio a Mata Atlântica, com predomínio das palmeiras *jety* (juçara) e *pindó* (jerivá). A figura 39 ilustra a localização da *Tekoá Guyra Nhendu*:

**Figura 39 - Tekoá Guyra Nhendu e área do entorno**



Fonte: Recorte extraído do Mapa Guarani Digital (CTI, 2016).

A aldeia possuía água encanada, potável e canalizada diretamente de um rio, afluente do rio Maquiné, situado nas proximidades da aldeia. A aldeia possuía energia elétrica instalada com apoio da FUNAI. A SESAI atendia a comunidade regularmente, apesar de não terem posto de saúde na área o atendimento era realizado pela unidade móvel. Viviam na aldeia cerca de 20 pessoas, todos da mesma família, sendo a matriarca Julia Gimenes. A caça de animais silvestres como tatu, nhambu, pomba compunha fonte alimentar. Cultivavam as sementes verdadeiras, como *avaxi* (milho), *kumanda* (feijão), *manduvi* (amendoim), *jety* (batata-doce) e *xanjau* (melancia), alimentos complementares à cesta básica enviada pela FUNAI mensalmente. A liderança e cacica, Julia Gimenes, também é *kunhã karaí*, fazia atendimentos na *opy* (casa de reza) da aldeia.

#### 5.2.4.1 Origem da *tekoá* e situação fundiária

Esta *tekoá* teve origem a partir das relações interculturais estabelecidas entre Julia Gimenes e Sr. Jurandir Biriva, agricultor e morador de Maquiné. Tal relação se deu em função deste homem ser o “patrão” dos *Mbya*, contratando-os para trabalharem em lavouras de hortaliças. Alguns *Mbya* relataram que trabalharam em lavouras de alface do Sr. Jurandir, cuja produção era vendida à rede Zaffari. Comentaram que em todo ciclo de cultivo pulverizam agrotóxicos conforme orientações do patrão.

No Vale do Maquiné, os *Mbya* exercem este tipo de trabalho temporário do plantio à colheita há décadas. Há cerca de sete (7) anos a cacica Júlia conheceu Sr. Jurandir, ainda quando ela estava morando no acampamento Guarani localizado na linha do Pinheiro. Este acampamento é um local de “parada” dos *Mbya* que realizam trabalhos temporários nas lavouras em municípios nesta porção do *Yvy Rupá* (principalmente em Maquiné). A cacica

Julia, juntamente com outra *Mbya*, Beatriz, tinha descido da TI *Nhu'u Porã* (Campo Molhado) e estava, na mobilidade, procurando outro local para fazer aldeia, um local mais próximo a escola juruá, pois tenha interesse que seus filhos estudassem. Neste contexto, conheceu a profa. Marta, da Escola Estadual Boa Ventura Machado, na linha Solidão, que passou a apoiar a Julia a encontrar um lugar para morar mais perto da escola. Com o tempo a Profa. Marta conseguiu que um amigo cedesse uma terra (“um lugarzinho”, como dizem os *Mbya*). Este amigo era o Sr. Jurandir Biriva, “patrão” de alguns *Mbya* que trabalham nas lavouras em Maquiné. Sr. Jurandir ofereceu uma terra localizada na linha Solidão, onde se consolidou a *tekoá Guyra Nhendu* (Som dos Pássaros), para os *Mbya* ficarem por tempo indeterminado.

Em um dos dias do mutirão para construção das casas para o 4º *Nhemboaty* na aldeia Som dos Pássaros, presenciei a chegada do Sr. Jurandir na aldeia que vinha visitar a Julia para conversar sobre a vontade dele de “vender a terra para os índios”. O Sr. Jurandir comentou que permitiu eles irem morar lá porque “gosta dos índios, gosta muito da Dona Júlia e que se dão muito bem”. Relatou que sua terra tem um total de 12 ha, pelo qual pedia 180.000,00 reais. Disse que “até vende em pedaços de 4ha”, por 60.000,00 reais (15.000,00 por hectare), e comentou que a parte que os *Mbya* ocupam é de no máximo 2hectares, sugerindo este tamanho como suficiente.

Os *Mbya* comentaram que o Sr. Jurandir Biriva é ligado aos PDT, e que fez campanha na aldeia para o atual prefeito eleito João Marcos do mesmo partido.

Os *Mbya* convidaram o Sr. Jurandir para que estivesse presente no dia em que o *Nhemboaty* é aberto às instituições, para oferecer a terra à FUNAI, e sondar as possibilidades de negociar a venda por meio de recursos ainda disponíveis do PACIG. Entretanto, o Sr. Jurandir não compareceu no dia em que o 4º *Nhemboaty* foi aberto a reuniões com as instituições convidadas. A compra da área da *tekoá Guyra Nhendu* foi discutida entre os *Mbya*, sendo colocada como um dos encaminhamentos em Documento específico redigido durante o 4º *Nhemboaty* para ser encaminhado à FUNAI (Anexo 6), em que decidem direcionar uma parte do recurso previsto no PACIG reservado à comunidade da aldeia de Riozinho, para a compra dos 12 hectares da *tekoá Guyra Nhendu*. Porém, o documento foi encaminhado a CTL da FUNAI em Porto Alegre, mas sem retorno. A *tekoá Guyra Nhendu* “deixou de existir” em julho de 2017, após despejo dos *Mbya* pelo proprietário, que anunciou

a venda da terra onde estavam vivendo de maneira amigável, mas por tempo indeterminado, há pelo menos sete (7) anos<sup>88</sup>.

#### 5.2.4.2 Organização prévia ao 4º *Nhemboaty*

Este *Nhemboaty* exigiu toda uma organização prévia da *tekoa Guyra Nhendu*, demandando de bastante estrutura para sua realização. O trabalho de assessoria territorial, mediada pela universidade, a partir dos pressupostos dos direitos humanos à alimentação adequada, direitos indígenas, culturais e ambientais, e o ambiente de articulação promovido pelo CODETER Litoral - com a presença da EMATER, UFRGS e Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT), entre outras instituições - contribuíram na formação de parcerias institucionais para a organização do 4º *Nhemboaty Mbya Kuery*.

Para organização da logística do encontro era necessária a construção de um espaço para o pernoite dos convidados, pois até o evento esta aldeia contava somente com três habitações, além da *opy*: duas casas tradicionais feitas de madeira do mato improvisadas com cobertura de lonas pretas e outra de barro e cobertura de palha de *pindó*, e a terceira construída de tábuas de eucalipto.

A Emater/Ascar e a AEPIM apoiaram fortemente com recursos financeiros a realização do 4º *Nhemboaty*. A Emater/Ascar apoiou com recursos financeiros para compra de todo material necessário para construção de duas casas de madeira.

Já a AEPIM apoiou com a compra de ferramentas para construção das casas, na logística para deslocamento dos *Mbya* realizarem o mutirão de construção das casas, e apoio com alimentação durante o mutirão.

Com o material fornecido, a mão de obra para construção foi toda conduzida pelos próprios *Mbya*, estando André Benites à frente como “mestre de obras”, pelo fato de dominar construções “na arquitetura *juruá*”. A madeira usada como estrutura das casas foram toras de eucalipto, doadas pela *tekoá Nhu Porã*, conforme a organização em rede dos *Mbya*.

Os membros do NEDET UFRGS realizam reuniões prévias com o prefeito de Maquiné para garantir a manutenção da estrada de acesso à *tekoá Guyra Nhendu*, infraestrutura mínima como disponibilidades de banheiros químicos e uma tenda (gazebo) para acomodar o espaço em que se realizaram as plenárias. Também o NEDET apoio na

---

<sup>88</sup> Este assunto será retomado no capítulo 6.

logística do evento, entrando em contato com as Emater para deslocamento dos *Mbya* até a aldeia anfitriã, além de disponibilizar um carro e combustível.

**Figura 40 - Construção coletiva de casas na *tekoa Guyra Nhendu*, aldeia anfitriã do 4º *Nhemboaty*, Linha Solidão, Maquiné**



Foto: Da autora.

**Figura 41 - Corte de eucalipto na *tekoá Nhu Porã*, em Torres, cujas toras serviram de alicerce na construção das casas na *tekoá Guyra Nhendu***



Foto: Da autora

Em relação à alimentação, durante a organização do 4º *Nhemboaty* a cacica da aldeia anfitriã, Dona Julia, comentou sobre a necessidade organizar estes encontros “no tempo-espaço” dos *Mbya*, e que isso significa cumprir certas regras do *Mbya rekó*, que todos Guarani conhecem, mas acabam não priorizando. Ela salientou que nos outros encontros mantiveram, por exemplo, os horários das refeições e o tipo de refeição conforme as regras do *juruá*, e não conforme as regras dos *Mbya*.

Assim, no 4º *Nhemboaty* foram priorizados os horários das refeições no tempo *Mbya* (sendo a última refeição antes do pôr do sol). Também se organizaram para preparar alimentos tradicionais, como: *chipá* (pão de trigo frito), *reviro* (bolinhas de farinha de trigo), *rorá* (farofa de milho), *bodiapé* (pão de milho assado na brasa), *mandi'ó* (aipim), *avaxi ku'i* (farinha de milho), *kagüijy* (bebida feita a base de milho e mandioca), *komandá* (feijão), *jety* (batata-doce), *jejy* (juçara), *kumandá* (feijão), *pirá* (peixe), *uru hetei* (galinha caipira), *mbeju* (tapioca), *yxió* (larva do jerivá). A *aroca jety* (suco de juçara) foi preparado neste encontro, em parceria com grupos de agroecologistas<sup>89</sup> do vale do Maquiné.

Os recursos para a compra dos alimentos necessários para o 4º *Nhemboaty* foram providos pela Emater, com eles foi possível priorizar a compra de produtos de comunidades locais, das cooperativas de agricultores e da Associação da Colônia de Pescadores da Prainha (APAP). A COOMAFITT apoiou o encontro, por meio da doação de seus produtos hortifrutí.

#### 5.2.4.3 Contexto do 4º *Nhemboaty*

O 4º *Nhemboaty Mbya Kuery* ocorreu entre os dias 11 a 16 de novembro de 2016, na *tekoa Guyra Nhendu* (Som dos Pássaros), na linha Solidão, em Maquiné, reunindo cerca de oitenta e cinco (85) *Mbya* Guarani das 10 aldeias no litoral e também convidados de aldeias da região metropolitana de Porto Alegre e do Centro Sul do RS.

Este encontro foi marcado pelo intenso envolvimento, organização e participação de jovens e anciões/anciãs quanto às atividades realizadas. Rezaram por três noites seguidas na *opy*, cantaram e dançaram ao som do violão, *ravé* (violino) e do tambor. Dançaram o *tangará* (dança do xondaro), fizeram trilhas na mata, tiveram oficina de capoeira, se banharam e brincaram no rio Maquiné, discutiram questões relacionadas à cosmopolítica *Mbya* Guarani e retomaram questões sobre a situação das demarcações e compras de terras por medidas compensatórias (PACIG). Realizaram manifestos sobre as graves ameaças do Governo atual aos direitos indígenas já conquistados. Os encaminhamentos das discussões foram registrados no “Documento do Conselho de Caciques” (Anexo E) e também deram início às primeiras linhas do “Plano de Vida *Mbya kuery*” (Anexo F) no litoral do RS. Este Plano de Vida salientou sobre a garantia de condições permanentes para a manutenção dos cultivos das sementes originárias e da medicina tradicional, bem como do acesso livre ao *ka'aguy heté reguá* (recursos naturais originários).

---

<sup>89</sup> Coletivo Baçara.

**Figura 42 - Cerimônia de abertura do 4º Nhemboaty na tekoá Guyra Nhendu, em Maquiné (nov. 2016)**



Foto: Da autora.

Neste encontro foi realizada oficina de preparo do suco de juçara, *roca jejy* (suco de juçara), sendo servido a todos como parte do lanche da tarde, seguido de comentários sobre suas propriedades nutricionais deste fruto nativo, conforme ilustra a figura 43.

**Figura 43 - Jovens Mbya servem o *aroca jejy* (suco de juçara) durante 4º Nhemboaty**



Foto: Da autora.

A Dança do *Xondaro* foi uma das atrações culturais realizadas durante todos os finais de tarde ao longo deste *Nhemboaty*, conforme ilustra a figura 44.

Figura 44 - Mulheres dançam a Dança do *Xondaro* durante do 4º *Nhemboaty*



Foto: Da autora.

O suco de juçara, o “açai da Mata Atlântica”, foi preparado com apoio de uma representante do Coletivo Baçara, que doaram polpas dos frutos de *pindó* (jerivá) e bananas, que foram misturadas para adoçar o *aroca jety*. As poupas de *jety* (juçara) foram compradas da Associação Içara de Maquiné, fortalecendo as redes locais de alimentação e nutrição.

O cacique Geral *Mbya* Guaraní no RS, Cirilo Morínico, esteve presente durante os cinco dias do 4º *Nhemboaty*. A presença dele foi celebrada pelos presentes, devido seus aconselhamentos e histórico de luta pela garantia de direitos indígenas no *Yvy Rupá*, enquanto um importante interlocutor *Mbya* junto aos *juruá*. Conforme depoimento de finalização, os *Mbya* expressaram a importância deste 4º *Nhemboaty*, considerado o “melhor de todos”, conforme registrado na fala do representante da *tekoá Pindoty*,

**Os primeiros encontros, não saíram bem, mas por outro lado deu um *tapé* (caminho), o início do *tapé*. De todos os encontros que aconteceram o melhor que aconteceu foi aqui, em Maquiné. E nós queremos amadurecer mais, fortalecer mais isso ainda no próximo encontro. Aconselhamos os mais velhos e nossos filhos pra continuar essa organização do jeito que está. [...] *Nhanderu* permitiu pra nós mesmos enxergar, abrir a mente, abrir o coração, esquecer de tudo e lembrar aquilo que nós deixamos quietinho em um canto. Ele começou a nos chamar para o nosso *Nhemboaty*. Por isso que é tão importante, parece que a palavra não acaba mais, cada vez nós queremos continuidade. [...] O que traz o nosso *Nhemboaty*? Os aconselhamentos vindos de *Nhanderú*, na palavra dos *karái*, hoje entenderam mais. Vou levar pra minha aldeia, conversar com o meu filho e passar pra minha esposa [...]. (Cacique da *tekoá Pindoty*, nov. 2016, grifos nossos).**

**Figura 45 - André Benites apresenta suas palavras com força durante o 4º *Nhemboaty*, fala sobre a retomada da governança territorial no *Yvy Rupá* no litoral, que, em parte, iria se materializar nos meses seguintes na retomada de terras em Maquiné**



Foto: Turra (2016).

Embora haja um conflito histórico entre o Estado Brasileiro e os indígenas, os *Mbya* consideram os representantes das instituições envolvidas como parceiros na concretização da articulação intercultural para construção de um Plano de Vida *Mbya* no litoral do RS. As primeiras linhas do Plano de Vida *Mbya kuery* foram escritas no 4º *Nhemboaty* (Anexo F) e expressaram bem as demandas gerais dos *Mbya* no litoral, dando centralidade ao que realmente lhes importa,

Nosso Plano de Vida é dar continuidade ao modo de ser e viver dos *Mbya*, ensinado pelos *xeramoi* e *xejaryi*. O nosso *Mbya rekó* é o Plano de Vida. Para isso, hoje **dependemos da demarcação das nossas terras, de garantir condições permanentes para a manutenção dos cultivos das nossas sementes e da medicina tradicional.** Do acesso livre ao *ka'aguy heté reguá* (recursos naturais originários), como *yy porã* (fontes de água pura), *mymba* (animais silvestres), *yva 'a* (frutas nativas), *ei hete'i* (abelhas nativas) e a matéria prima necessária para os nossos artesanatos, tais como *takua hete'i* (taquara), *guembé pi* (cipó), *yvíra* (fibras) e outras plantas. **Também precisamos ter acesso às matas e áreas de pesca para além das *tekoa*, realizando trocas com as outras comunidades, ajudando na manutenção dos corredores ecológicos que interligam as nossas aldeias e os caminhos percorridos pelos ancestrais *Mbya* Guarani. Pensamos desde o litoral do Rio Grande do Sul para todo nosso território tradicional, que não tem fronteiras.** (Plano de Vida, primeiras linhas - 4º Encontro – Anexo F).

A citação a cima mostra-se propositiva quanto ao fortalecimento de uma governança que permita a interação de múltiplas territorialidades, incluindo a territorialidade socioambiental a partir de

suas legislações, a exemplo do SNUC e de políticas como PNAP, PNGATI, que incentivam a manutenção de corredores ecológicos que interligam áreas protegidas, em que se incluem as *tekoá* (aldeias) a demais áreas que compõem a territorialidade *Mbya* nesta porção do *Yvy Rupá*, sendo os Guarani agentes de conexão deste pulsar entre caminhos ancestrais.

**Figura 46 - Encerramento do 4º *Nhemboaty Mbya kuery* na *tekoá Guyra Nhendu*, em Maquiné**



Fonte: Da autora.

Na seção que segue são apresentados os resultados do 5º *Nhemboaty Mbya Kuery*, realizado em maio de 2018. O movimento de retomada de terras em Maquiné<sup>90</sup> gerou situações políticas internas aos *Mbya* que, em certo ponto, desmobilizou a sistemática dos *Nhemboaty* que estava ocorrendo a cada dois meses. Além disso, com a extinção do MDA em 2016, atividades como o PRONAT deixaram de ser prioridade para o Governo, reduzindo os recursos e conseqüentemente diminuindo as possibilidades de articulação para organização dos *Nhemboaty*. Entretanto, outras instituições, especialmente não governamentais, como a ONG ANAMA, passaram a apoiar os *Nhemboaty*, conforme veremos a seguir.

### 5.2.5 5º *Nhemboaty Mbya kuery* na *tekoá Nhu Porã* (aldeia Campo Bonito)

O 5º *Nhemboaty* foi realizado na *tekoá Nhu Porã* (aldeia Campo Bonito), no município de Torres, entre os dias 21 a 23 de maio de 2018, 1 ano e 6 meses após o 4º *Nhemboaty Mbya kuery* na *tekoá Guyra Nhendu*. As instituições foram convidadas a estarem presentes no dia 23 para darem prosseguimento às atividades conjuntas com o povo *Mbya* Guarani no litoral. Foram convocados os parceiros CODETER - TRL/RS, SDR/RS, UFRGS/PGDR e o Programa de Vulnerabilidade Social PGDR/MDA; 18ª Regional de Saúde

<sup>90</sup> A retomada de terras será tratada no capítulo 6.

de Osório e a 11ª Coordenadoria de Educação de Osório; EMATER/Ascar; AEPIM; SEMA; SESAI Osório e a ONG ANAMA. Este *Nhemboaty* foi apoiado principalmente com recursos da ONG ANAMA no âmbito do Projeto Taramanahy fase III, com patrocínio da Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental. Contou também com apoio da Prefeitura de Torres e parceiros da UFRGS, em infraestrutura e logística.

Neste intervalo até o 5º *Nhemboaty*, alguns desdobramentos do fortalecimento da rede *Mbya* Guarani no litoral, que podem ser compreendidos como resultados dos quatro *Nhemboaty* de 2016 foram se consolidando entre estes destaque três: a) o envolvimento dos *Mbya* com atividades voltadas ao beneficiamento de frutas nativas, como possibilidade de caminhos alternativos para geração de renda em aldeias no litoral; b) movimentos de retomada de terras em Maquiné e outras porções do *Yvy Rupá* no RS; c) processo de construção do Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral – um plano que “não cabe no *kuaxiá*”, e expressa às dinâmicas vivenciadas no presente. Estes desdobramentos serão apresentados no capítulo 6.

Conforme convite da ONG ANAMA o 5º *Nhemboaty Mbya kuery* teve como objetivo dar encaminhamentos às demandas da I Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural *Mbya* Guarani do Território Rural Litoral e do 1º *Nhemboaty*, realizada em março de 2016. Durante a programação dos *Nhemboaty* ocorreram momentos para a conversa sobre o avanço das demandas discutidas no 1º *Nhemboaty*, as quais foram registradas nos *kuaxiá* dos quatro *Nhemboaty* ocorridos no mesmo ano, apresentadas no capítulo 5. Este 5º Encontro teve como meta reunir e referendar os encaminhamentos documentados nos *Nhemboaty* anteriores e definir o que deverá constar no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Rural Litoral.

Em espaço de diálogo entre *Mbya* e representantes de instituições, como forma de resgate, foram lidos em voz alta os encaminhamentos dos *kuaxiá* do 2º *Nhemboaty* (realizado em 2016 na aldeia Campo Bonito, em Torres) e do 4º *Nhemboaty* (realizado em 2016 na aldeia Som dos Pássaros, em Maquiné), a fim de lembrar e motivar o debate entre os participantes. Representantes do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Itapeva também estavam presentes e expressaram a importância dos *Mbya* ocuparem o assento que lhes é reservado neste espaço de gestão compartilhada, para que eles possam fortalecer a presença *Mbya* na gestão do Parque. Na atualidade essa interação ocorre de maneira pontual através de atividades de educação etnoambiental, realizadas na interlocução com o professor indígena Francisco.

Figura 47 - Os Guarani em diálogo durante o 5º *Nhemboaty* na tekoá *Nhu Porã*, em Torres



Foto: Da autora.

O representante *Mbya* no CODETER Litoral, cacique Felipe Brizoela, fez uma explanação “de Guarani para Guarani” referente ao processo intercultural vivenciado, dando ênfase ao que representam estes “planos de vida, de educação, saúde, plantações”, os quais servem como ferramenta de interlocução com os *juruá*. Também ressaltou a importância dos jovens se envolverem nestas representações. Comentou também da necessidade de melhorarem a comunicação interna *Mbya kuery*, para assim darem continuidade aos planejamentos.

Na fala que segue Felipe faz uma introdução para os convidados das instituições presentes sobre os resultados dos quatro *Nhemboaty* de 2016 e a expectativas de continuidade deste movimento,

Retomando esses *Nhemboaty* que tivemos no litoral, a demanda que nós estamos levantando é a seguinte: muitas vezes a gente vê as coisas que tinha parado há muito tempo atrás, e tudo que está nos *kuaxiá* vai continuar como está. Mas nós queremos ver com todos vocês, qual a possibilidade e o recurso que tem pra estar apoiando, por exemplo, qual vai ser o compromisso de vocês, em cima daquilo que foi discutido e daquilo que nós precisamos o que vocês têm pra estar contribuindo com a gente. Isso é o que nós gostaríamos de estar ouvindo de vocês. Mas **nós queremos colocar na prática, por que não adianta a gente ficar fazendo encontro, encontro, encontro e não ter resultado na comunidade**. Existem vários processos que a comunidade espera que possam estar acontecendo já durante este ano, assim como, por exemplo, as habitações, as casas, as *kokué* que não está acontecendo, e muitas vezes tem semente Guarani, tem umas que estão voltando, porque **sem plantação não temos condições de ter saúde**. Surgiu também a questão de estarmos discutindo sobre a medicina tradicional. Existe uma quebra muito grande

por parte da SESAI que está em uma situação muito séria, que a gente está acompanhando (eu faço parte do Conselho do Distrito) e como vocês sabem a gente falou muito, **há muito tempo a gente fala, quando a gente fala de terra, de produção, de várias coisas que a gente fala tudo junto, é na saúde que vem em conjunto, pra nós, não existe separado**, no *jurua* que tem esse separamento. **Então chegamos a uma conclusão hoje, no próximo *Nhemboaty* a gente vai diminuir as reuniões, a gente vai mais é fazer a prática mesmo, vai ser criado um grupo. Por exemplo, o Avelino, já há muito tempo pede apoio pra construção de uma *opy*, pra ver se a gente tem condições de ajudar ele pra fazer uma casa de reza, e uma casinha pra o *xeramoi*, que ele tá ficando lá na aldeia também.** Então hoje é isso que queremos ver com vocês, a possibilidade de vocês de trazerem os materiais pra essa construção, lá não temos material, nós já conversamos entre todos os caciques e estamos de acordo pra apoiar ele, pessoas não vai faltar. Falta só apoio pra trazer o material, precisa de caminhão pra trazer a taquara, os alimentos durante a construção, então queremos ver se conseguimos de vocês esse apoio (Representante da *tekoá Pindoty*, maio 2018).

Instituições como SDR, ANAMA, CTI, NEDET UFRGS, DESMA/PGDR e UERGS, se colocaram à disposição para continuarem apoiando os *Mbya*, fortalecidos na rede interinstitucional e somando esforços para que os *Nhemboaty* aconteçam. Apoio com caminhão, logística/deslocamento de pessoas e materiais, alimentos, ferramentas e mudas, foram garantidos pelos representantes. Complementar à fala do representante da *tekoá Pindoty*, o cacique da *tekoá Kuaray Rexë*, fez uma manifestação oralmente (misturando palavras em *Mbya* e português) a respeito desse processo de engajamento institucional consolidado por meio dos *Nhemboaty*. A fala foi resumida pelo representante da *tekoá Pindoty*, que comentou que Seu Avelino (cacique da aldeia Sol Nascente) usou a palavra em *Mbya* “*arexá*”, que significa “uma interligação”. Explicou que Seu Avelino comentou que estamos vivendo uma “interligação cultural e espiritual, que tá chegando para os *jurua*”. Porque hoje as instituições estão atuando conjuntamente, as entidades/instituições como o CEPI, secretarias do Governo, FUNAI, então todos precisam colaborar, unir esforços com aquilo que tem, e os *Mbya* entendem que isso está acontecendo agora, todos estão enxergando por uma causa. Seu Avelino também falou que a forma de manifestação *jurua*, nossas lutas pelos direitos ou terras, não é o jeito do *Mbya*. Os *Mbya* não gostam de se envolver em manifestos. As manifestações são internas, dentro da aldeia, na *opy*, na casa de reza, disse que esta é a forma do *Mbya* se manifestar. Até mesmo nesses movimentos que estão fazendo as retomadas, buscam fazer em silêncio, com poucas famílias, porque não querem brigar, matar ninguém, porque a manifestação é espiritual, na espiritualidade. Muitas vezes os *jurua* dizem que estamos separados, *jurua* e *Mbya*, mas estamos na mesma Terra, no mesmo mundo, não estamos diferentes. Então aqui é a mesma causa, se o *Mbya* fala de saúde, está falando da saúde *jurua* também.

Outras palavras de um representante *Mbya* complementaram a avaliação dessa interligação, conforme segue:

**Isso tudo não é por acaso que está acontecendo, o nosso conhecimento tá acontecendo através de *Nhanderú*, que ele é o único que dá aquela rede social pra que a gente se entendesse, e mesmo que a gente não tá falando direito no português, ou não estamos se entendendo, mas estamos conseguindo alinhar pra um caminho certo. Isso é muito importante pra nós. E também nós temos sempre esperança, a esperança da gente não morre aqui. A esperança tá aqui nos jovens, procurar entender aquilo que quer, aonde quer chegar, tem que ir tu mesmo, não precisa colocar a causa de ninguém, nós não estamos causando a vocês. Nós estamos querendo apenas que vocês conheçam a nossa necessidade, o que é a necessidade? É a casa? É as plantações? O que é a necessidade? A única coisa é isso que nós estamos relatando, aí depois sim vocês vão sentar e pensar, como vamos fazer isso então pra podem contribuir com nós. [...]**

**O *Nhanderú* vem guiado pra eles pra ajudar e trabalhar, por exemplo, pra que eles pudessem chegar pra os seus chefes de saber conversar, pra sentir essas ligações, por isso estamos com vocês, se não, não estaríamos. Mas nos temos essas ligações de trabalho pra preparar um *kuaxiá*, a gente precisa de vocês. Através de *Nhanderú* a gente conseguiu fazer. E isso que está no papel está muito bem, muito bem escrito. A única coisa que falta agora é “mão de obra” – sair do *kuaxiá*, pra fazer acontecer na prática. Nós sentimos que estamos no caminho certo, estamos felizes com vocês, com as contribuições, nos queremos levar pra frente, temos certeza que mais pessoas vão querer chegar, quem chegar precisa conhecer, saber sobre o *Mbya rekó*, como contribuir pra o Guarani. Aqui no Brasil existe ainda mais de 200 índios com cultura diferente, mas nós aqui somos três no RS, e o Guarani é muito forte, tem sempre esse espiritual vivo. Nós não usamos pintura, eu não tô com cocar, tô com um boné bem brasileiro, mas isso aí pra mim não é nada importante, isso é apenas um objeto, uma contribuição da minha forma de convivência. E a “roupa de índio” também não uso, mas isso não é que tira a identidade do Guarani, tá comigo, tá aqui (coração), eu sou Guarani (Felipe Brizoela, maio, 2018, cacique *tekoá Pindoty*, grifos nossos).**

As diversas falas dos Guarani evidenciam sua cosmovisão em relação à interação com o mundo *juruá*. Nesta cosmovisão os *Mbya* convivem e se sentem próximos aos *juruá*, porque ambos estão convivendo na mesma Terra, enfrentando os mesmos desafios. Entretanto, eles têm consciência de que a partir da perspectiva *juruá*, indígenas e *juruá* vivem em mundos separados. Nesse contexto, as possibilidades de coexistências entre territorialidades distintas são ora possível, ora não, e estão intimamente associadas com as capacidades dos indivíduos *juruá* conseguirem sair de seu eurocentrismo e exercitarem o deslocamento de se colocar na perspectiva guarani, buscando um diálogo intercultural.

O 5º *Nhemboaty* no litoral se encerrou com as falas proferidas pelos *Mbya*, indicando que a governança territorial e ambiental nesta porção do *Yvy Rupá* tem sido fortalecida e consolidada na base, através de uma rede de pluralidades. Esta rede foi formada por relações pessoais e institucionais, construída pelos *Mbya* no litoral ao longo das últimas décadas, mas especialmente mais intensamente nos últimos dois anos após uma série de impulsos promovidos pela política de desenvolvimento territorial que direcionaram para a construção

de um “plano de vida”. Conforme afirmam os *Mbya* interlocutores desta pesquisa, a relação intercultural, fomentada por meio da equipe intercultural junto ao NEDET UFRGS promoveu processos interculturais, transcendendo a atendimentos assistencialistas historicamente presentes na relação Estado e povos originários no Brasil.

Neste contexto, conforme apresentado neste capítulo, a partir da análise dos sistemas socioecológicos, o sistema socioecológico *Mbya* no território litoral, ainda que com muito esforço, mantém o *Mbya rekó*, que é entendido pela caminhada em que acessam ambientes favoráveis<sup>91</sup> em direção ao *teko porã* (bem viver), evidenciando que o sistema socioecológico se mantém resiliente. Entre os elementos que contribuem para a condição dos Guarani manterem o *Mbya rekó* está a sua participação nos processos de governança relacionados ao território. Essas aproximações geram movimentos que reverberam em redes de diferentes temáticas, as quais constroem a rede de pluralidades tecida pelos *Mbya* no litoral. Ela viabiliza a convergência de interações culturais e espirituais em uma perspectiva intercultural, viabilizando o *tekó porã reguá* (caminho ao bem viver).

A próxima seção apresenta a análise da governança política dos *Mbya*, a partir dos *Nhemboaty*, enfocando as dinâmicas que ocorrem na rede de pluralidades, a partir do trabalho em parceria com as organizações públicas e da sociedade civil, que atuam no território Litoral.

### 5.3 DA SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS *KUAXIÁ* DOS *NHEMBOATY* *MBYA KUERY* AOS PLANOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAIS

Os *Nhemboaty* dos *Mbya* no litoral incentivaram a problematização de questões internas das aldeias que precisavam ser discutidas. A partir do momento em que as comunidades puderam viabilizar um diálogo mais frequente sobre estas questões, foi possível expandir as pautas discutidas para dimensões relacionadas à construção de um Plano de Vida. Esse processo, compartilhado entre aldeias de diferentes etnias na América Latina, apresentava-se de maior relevância para os *Mbya*, ampliando o debate entre as aldeias de elaboração de um PGTA para as tekoá no litoral, em conjunto com o componente guarani do PTDRS.

O PGTA é um documento político que tem como objetivo sistematizar em linguagem escrita e ilustrada a situação e valorização do patrimônio material e imaterial indígena,

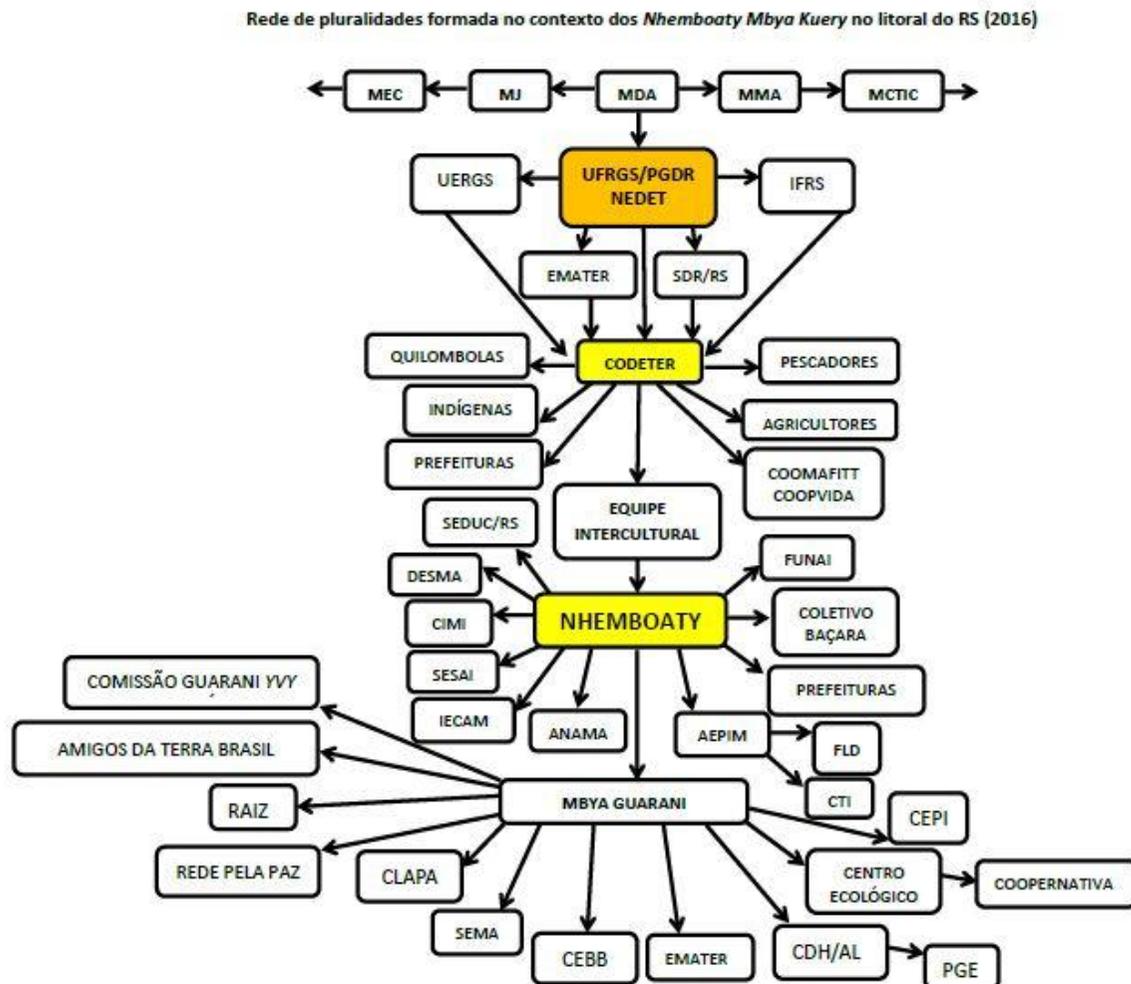
---

<sup>91</sup> Em que acessam, por exemplo, as criações naturais de uso comum em meio às relações interculturais estabelecidas.

recuperação e conservação da biodiversidade nas aldeias, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para um bem viver e condições plenas de reprodução física e cultural para as atuais e futuras gerações indígenas. Ele é um dos quesitos para o acesso à PNGATI (PRINTES, 2012).

A realização dos *Nhemboaty* no litoral aproximou instituições que atuam direta e indiretamente nas esferas da assistência social, ações de ATER, agroecologia, educação, segurança alimentar e nutricional, regularização fundiária, gestão territorial e ambiental, entre outros temas. Essa aproximação fortaleceu a interlocução dos *Mbya* com instituições (representantes órgãos públicos, universidades, ONGs, institutos, agricultores, agroecologistas) que passaram a se constituir em uma rede que interage em espaços de governança, como nos *Nhemboaty* (dia destinado à participação com instituições), as plenárias e eventos do Núcleo Técnico e Diretivo do CODETER Litoral (figura 48).

Figura 48 - Rede de pluralidades e espaços de governança formados ao longo dos *Nhemboaty Mbya Kuery* no litoral do RS



Fonte: Elaborado pela autora

Nota: Destaque em amarelo para os espaços de governança.

A partir de cada *Nhemboaty* foi produzido um *kuaxiá* documentando o processo de diálogo entre as instituições e os *Mbya*, estes demonstrando suas posições políticas nesses espaços de governança interculturais. As lideranças em suas manifestações rerepresentavam as demandas, cobravam os avanços e fortaleciam os vínculos com os técnicos representantes das instituições.

Os *kuaxiá* (documentos) dos quatro *Nhemboaty* realizados em 2016 nas aldeias do litoral apontaram para demandas gerais (a) e demandas específicas (b), que foram sistematizadas e incluídas no PTDRS do Território Litoral, conforme quadro 18.

**Quadro 18** - Síntese das demandas apresentadas nos *kuaxiás* dos *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral

<b>Demandas</b>	<b>Direcionadas às instituições</b>
Recursos para alimentação e logística permanente para realização periódica dos <i>Nhemboaty</i> (a cada seis meses).	Emater-ATER; Prefeituras municipais, SDR, FUNAI.
Alimentação dos <i>Nhemboaty</i> adquirida preferencialmente de pequenos agricultores, quilombolas e pescadores artesanais do litoral, evidenciando a importância de acessarem e estimularem o comércio de alimentos locais.	Cooperativas de agricultores familiares; colônia de pescadores do litoral;
Acesso às terras em áreas de planície e acesso as <i>ka'aguy hete reguá</i> (criações naturais originárias) fora dos limites das aldeias para que possam manter os cultivos das sementes verdadeiras e acessos a plantas necessárias alimentação e manutenção de práticas medicinais e espirituais/rituais, conforme o <i>Mbya rekó</i> .	FUNAI. Redes de Pluralidades: ANAMA, CEBB, Coletivo Baçara.
Construção das casas de moradia, das casas de artesanato, da escola, instalação de placas solares, do posto de saúde e compra de terras.	PACIG
Contratação de dois fiscais indígenas por aldeia contemplada no PACIG para monitoramento e intervenção nas obras contempladas, mas ainda não executadas.	PACIG
Demanda da criação do cargo específico para indígenas na Emater, chamado de “agentes indígenas” de Ater.	Emater-ATER
Garantia de veículos à disposição das comunidades para os deslocamentos entre aldeias, tendo em vista a importância cultural dos intercâmbios de sementes e ramas, mutirões e rituais para as atividades produtivas <i>Mbya Guarani</i> .	Emater-ATER, FUNAI
Preparo das áreas para plantio, a partir do mês de julho ( <i>Ara pyau</i> ). As comunidades demandam a integração das instituições que atuam nas aldeias para garantir o apoio logístico de transporte e alimentação para mutirões.	Emater-ATER, FUNAI, SESAI, SEDUC, SDR, EMATER, Prefeituras municipais, ONGs, Universidades.
Condições para que os professores indígenas, em conjunto com a comunidade, elaborem o Projeto Político Pedagógico (PPP) específico para os <i>Mbya</i> no litoral.	SEDUC-11º CRE
As comunidades demandam melhorias das estradas de acesso às aldeias e a iluminação nos acessos internos das aldeias.	Prefeituras municipais
Realização de encontros para troca de conhecimentos entre as mulheres: temas como: <i>puã</i> (remédios naturais), cuidados na gestação e parto, preparo de alimentos tradicionais, plantação nas roças, saberes e fazeres do artesanato.	Emater-Ater FUNAI, Universidades, ONGs – ANAMA e outras redes.
Garantir o preparo das roças com a aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas para uso exclusivo das comunidades <i>Mbya Guarani</i> . Trator equipado com roçadeira, arado e grade e garantia de manutenção dos equipamentos.	Prefeituras municipais Emater-ATER

Fonte: Elaborado pela autora.

No primeiro semestre de 2017 foi confirmado o apoio da ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA), que por meio de projeto irá apoiar a realização de mais cinco *Nhemboaty* no litoral juntamente com atividades de mutirão, conforme orientado pelos *Mbya*. Também a ONG Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM) irá apoiar as demandas mutirões e manutenção de viveiros com mudas de árvores nativas

específicas para matéria-prima de artesanatos, bem como outras espécies de frutíferas, além de sementes para os *Mbya* no litoral.

Os *Nhemboaty* são a base para elaboração de um Plano que está em constante construção e ao mesmo tempo em pleno processo de execução, sendo implementado na prática por meio do protagonismo e da autonomia dos *Mbya*. As relações interculturais tecidas nas redes de pluralidades, em meio às negociações, conflitos e estabelecimentos de acordos internos e externos, estimulam à governança no *Yvy Rupá*. O Plano busca o fortalecimento espiritual, proteção e controle territorial, conservação e gestão da biodiversidade.

Os *Mbya* falam em “Planos de Vida *Mbya kuery*” ao invés de PGTA, considerando uma abordagem que vai além de estratégias de Etnozoneamento, proteção territorial e uso sustentável dos recursos naturais. Envolve o fortalecimento da espiritualidade e da educação tradicional na *opy*, da construção e articulação em rede de alternativas sustentáveis para manutenção do *Mbya rekó* e o cumprimento das regras de *Nhanderu*.

Para os *Mbya* o Plano de Vida *Mbya kuery* é praticado cotidianamente, no seu caminhar e entre as redes de apoio intercultural que passaram a se consolidar ao longo das últimas décadas. Expressam, em diálogo com instituições como Emater, Centro de Trabalho Indigenista (CTI), ANAMA, AEPIM, UFRGS, UERGS, por exemplo, que precisam ter um plano mínimo, que direcione onde nos recursos serão aplicados, em cada aldeia, conforme demandas específicas de cada uma, e que tal plano baseado no *Mbya rekó*, também esteja articulado aos objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), decreto 7.747/2012.

Os resultados que buscam com este tipo de Plano estão no processo de construção e não do “produto” final em si, pois o Plano de Vida não se resume no material impresso a ser produzido, algo como um livro que apresenta demandas e projetos à um Governo estatal. O Plano nasce *do e no* território em si, no engajamento dos indivíduos com o processo de autorreflexão e questionamento sobre a situação em que se encontram, pois é no passado, na memória que está à projeção de futuro do Plano de Vida. Inclui-se a reflexão sobre o autogoverno, buscando diminuir a dependência dos esquemas do Governo, gerando e fortalecendo as redes solidárias existentes no território. As discussões nos Encontros demonstram esforços de sensibilização coletiva para a construção de um “plano” para a Vida, dada às circunstâncias contemporâneas em que se encontram.

Destaca-se a necessidade de apoiar ações de complementariedade entre as aldeias, no que tange deslocamentos e meio de transporte para realização de intercâmbios de recursos naturais disponíveis ao coletivo *Mbya* no território, já que a gestão se dá na mobilidade. Também, a construção de arranjos institucionais que garantam o acesso dos *Mbya* às áreas de uso não exclusivo, fora dos limites das terras, conforme Eixo I, objetivo “e” da PNGATI<sup>92</sup>. Nesse processo de construção das primeiras linhas do Plano de Vida *Mbya kuery*, em diálogo com técnicos da SEMA/RS foi possível visualizar possíveis caminhos que viabilizem o acesso dos *Mbya* às coletas em as áreas de mata fora dos limites das aldeias, por meio da uma “Certificação Ambiental para Manejo Agroflorestal”, sendo este um instrumento viável, e já com seus primeiros encaminhamentos junto à aldeia intercultural Baçara<sup>93</sup>.

Como resultados desta tese, uso a expressão *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) como uma diretriz para pautar a construção do Plano de Vida *Mbya kuery*, conforme compreendido em diálogo com os Guarani. O termo *reguá* (caminho, no entorno de) foi acrescentado após conversas interculturais estabelecidas junto à equipe do NEDET UFRGS em diálogos com liderança *Mbya* Guarani a respeito do significado de “*teko porã*”. As palavras deste *Mbya* expressam, em parte, o significado de *teko porã*:

***Teko porã*** na verdade pra nós, ele **envolve tudo**, a partir das **culturas, como direciona, orienta, e ter sua própria educação, sua própria convivência, sua própria organização**, a possibilidade, o recurso, ele **envolve tudo**, entendeu? Esse é *teko porã*. [...] ***Teko porã* não tem significado, tradução, pro juruá kuery, só tem significado pra nós**. [...] ***Teko porã*** não é com ajuda do *juruá kuery*, isso aí é próprio, por si, é pelo *mbya kuery*, não é pela ajuda do *juruá kuery*, entendeu? **É tudo espiritual**. [...] ***Teko* é essa forma de se formar o *mbya***. *Tekoá*, não é casa, não é propriedade, não é material, é uma forma de tu viver, se sentir *mbya*. [...] ***Teko porã reguá*** indica que o Guarani tá querendo garantir espaço, tá querendo garantir as condições pra que tenha continuidade, **é o caminho, o entorno. Seria um início pra chegar, uma busca pra chegar no *teko porã*** (Representante da *tekoá Pindoty*, março/2016. Grifos nossos).

As palavras acima demonstram que caminhar em direção ao *teko porã* é um processo individual, que cabe a cada *Mbya*, baseado em viver conforme as regras de *Nhanderú*, mas que se alcançado por cada indivíduo, trás benefícios coletivos aos

<sup>92</sup> Eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais: e) apoiar a celebração de acordos e outros instrumentos que permitam o acesso dos povos indígenas aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam localizados fora dos limites de suas terras.

<sup>93</sup> Assunto será retomado no capítulo 6.

Mbya, pois estando em movimento e habitando espaços ambientalmente propícios aos seus costumes, ao *mbya rekó*, estarão caminhando em direção ao *teko porã*, que entendem por “bem viver” e, quiçá, a dita “sustentabilidade” que os *juruá* entendem como equilíbrio.

Complementar à tradicional dinâmica *Mbya kuery* de mobilidade em busca do *teko porã reguá*, encontram-se também situações de deslocamento forçado, como o que aconteceu com os *Mbya* que viviam na *tekoa Guyra Nhemdu*, aldeia que deixou de existir em julho de 2017. A demanda pela compra da área desta *tekoa* chegou a ser documentada no 4º *Nhemboaty* (Anexo 6), por meio de recursos devidos pelo DNIT, mas não teve encaminhamentos. De fato, em julho de 2017, o proprietário Sr. Jurandir comunicou a cacique Julia Gimenes sobre a venda da terra. Dona Julia pediu ajuda a FUNAI (Coordenação Regional de Florianópolis) para intervir, mas a FUNAI não sustentou qualquer negociação quanto à permanência dos *Mbya* na área.

Prontamente os *Mbya* foram convidados a se mudarem para as terras do Coletivo Baçara, área situada a cerca de 3 km da *tekoá Guyra Nhemdu* (aldeia Som dos Pássaros), no final do Vale da Solidão<sup>94</sup>. A área do Coletivo Baçara possui 56 hectares, trata-se de uma propriedade privada, mas gerenciada coletivamente por agroecologistas, que possuem há alguns anos uma boa relação de vizinhança e parceira com os *Mbya*, realizando atividades de auto apoio, como mutirões para construção de casas e aberturas de roças. Assim, no segundo semestre de 2017 nasceu uma nova aldeia no litoral, uma aldeia intercultural na Baçara, mas que segundo a cacica Julia Gimenes, esta aldeia carregará o mesmo nome da aldeia de onde de deslocaram: *tekoá Guyra Nhemdu*.

As dinâmicas em que os *Mbya* estão envolvidos ora se afastam dos registros presentes nos *kuaxá*, ora se aproximam, mas suas demandas gerais permanecem as mesmas. As primeiras linhas do Plano de Vida *Mbya kuery* foram escritas no 4º *Nhemboaty* e expressam bem as demandas gerais dos *Mbya* no litoral:

Nosso Plano de Vida é dar continuidade ao modo de ser e viver dos *Mbya*, ensinado pelos *xeramoie xejaryi*. O nosso *Mbya rekó* é o Plano de Vida. Para isso, hoje dependemos da demarcação das nossas terras, de garantir condições permanentes para a manutenção dos cultivos das nossas sementes e da medicina tradicional. Do acesso livre ao *ka'aguy hetéreguá* (recursos naturais originários), como *yyporã* (fontes de água pura), *mymba* (animais silvestres), *yva'a* (frutas nativas), *ei hete'i* (abelhas nativas) e a matéria prima necessária para os nossos artesanatos, tais como *takuahete'i* (taquara), *guembépi* (cipó), *yvíra* (fibras) e outras plantas. Também precisamos ter

<sup>94</sup>Este assunto será retomado no capítulo 6.

acesso às matas e áreas de pesca para além das *tekoa*, realizando trocas com as outras comunidades, ajudando na manutenção dos corredores ecológicos que interligam as nossas aldeias e os caminhos percorridos pelos ancestrais Mbya Guarani. Pensamos desde o litoral do Rio Grande do Sul para todo nosso território tradicional, que não tem fronteiras. (Plano de Vida, primeiras linhas - 4º Encontro).

Importante salientar que independente do Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral e dos planos que interlocutam com as políticas públicas, existe “um plano” *Mbya kuery* no *Yvy Rupá* em plena execução há mais de 500 anos, posto em prática por meio de estratégias, que vão desde a manter-se discreto ou na “invisibilidade”, transitando pelos caminhos do *Yvy Rupá*, assegurando os acessos àquilo que é necessário para manterem o sistema *Mbya rekó*, como as alianças/parcerias criadas em meio à inevitável convivência com os *juruá*.

Nesse “espaço e tempo” em que ocorreram os *Nhemboaty* em 2016, alguns *Mbya* até expressaram verbalmente que “o plano é não ter plano”. A palavra “planejamento” ou “planejar”, assim como tantas outras palavras da língua portuguesa (por exemplo, “projeto”, “recurso”) não existem na língua *Mbya*, e é neste sentido que “escrever um plano”, como um instrumento de gestão e governança voltado para o futuro, parece perder o sentido entre os *Mbya*, só cabe mesmo como um “instrumento ou um ferramenta” de diálogo para ser usado quando em diálogo com o *juruá*. Nesse contexto, a interlocução das lideranças com as instituições para a elaboração dos planos territorial e PGTA abre a possibilidade de diálogo com as políticas voltadas para a agricultura familiar, por meio da atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, e políticas indigenistas e ambientais, por meio da FUNAI e Ministério do Meio Ambiente.

Em que pese o desmonte da política territorial, com a extinção do MDA, e também da política indigenista no país, conforme visto no capítulo 3, assim como o desmonte da legislação ambiental federal e estadual, cujos reflexos afetam diretamente as possibilidades de manter o sistema *Mbya rekó*. Estão ocorrendo movimentos de fortalecimento das redes institucionais, como o movimento que tem ocorrido nesta porção do *Yvy Rupá*, demonstra que os desdobramentos de políticas públicas, como o PRONAT promotora de governança dos territórios rurais, quando executadas de forma dialógica e intercultural representa um caso de fortalecimento do sistema socioecológico *Mbya* no território litoral, mesmo frente a complexas problemáticas indígenas contemporâneas.

Nesse contexto os *Nhemboaty* foram retomados no âmbito de uma política de “desenvolvimento” territorial brasileiro, construída desde baixo. A partir de técnicos envolvidos historicamente na temática indígena que representam instituições (governamentais e não governamentais) e buscam, incansavelmente, brechas possíveis para lidar com os descompassos causados por tempos e regras dos *juruá* (que usualmente acabam agravando ainda mais as situações de falta de atendimento às demandas indígenas contemporâneas). Nesse contexto, foi fortalecida a construção de alternativas que viabilizem a garantia de espaços que oportunizem a manutenção do *Mbya rekó*, e conseqüentemente o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver). E os instrumentos de diálogo com o Estado e as políticas públicas foram concretizados. Nesse contexto, os *Nhemboaty* no litoral passaram a ser caracterizados como a metodologia inicial para construção do Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral.

No capítulo 6 são apresentados os processos de governança *Mbya* estabelecidos a partir dos *Nhemboaty Mbya kuery* de 2016, fortalecidos pelas redes de pluralidades em torno da questão Guaraní no Litoral.

## **6 A COEXISTÊNCIA DA TERRITORIALIDADE MBYA GUARANI COM AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO LITORAL: O ENTRELAÇAR DAS REDES DE PLURALIDADES**

Neste capítulo são apresentados os desdobramentos que resultaram da ampla articulação construída a partir dos *Nhemboaty* de 2016, promovido por políticas que impulsionaram o encontro de forças locais, por meio da interação entre o bem viver Guarani com os espaços colegiados criados pela política pública, como as instâncias do Núcleo técnico e diretivo do CODETER Litoral, onde a representação Guarani interagiu com as organizações locais e órgãos públicos com competência relacionada às temáticas rurais, fortalecendo uma rede de pluralidades em prol de uma ação coletiva para a governança Guarani.

Nas seções que seguem apresentamos alguns os caminhos tecidos por esta rede de pluralidades, o contexto em que se constituíram e os processos que desencadearam.

### **6.1 MANEJO DA PALMEIRA JUÇARA: ENTRELAÇANDO REDES DE AGROECOLOGIAS E INICIATIVAS INTERCULTURAIS DE USO DAS CRIAÇÕES NATURAIS**

Os *Mbya*, principalmente os jovens, aceitam trabalhos temporários nas lavouras de agricultores familiares de Maquiné como forma alternativa de sustento. Eles são muito requisitados a trabalharem nas lavouras *jurua* no Vale do Maquiné, por serem fortes, saberem lidar com as plantas e não reclamarem das condições de trabalho. Entre as práticas do trabalho está o uso de agrotóxicos, do plantio à colheita, situação que os expõe à intoxicação e os sujeitam a uma atividade contrária às concepções do *Mbya rekó* em relação às suas formas de cultivo. São comuns relatos de *Mbya* que adoeceram trabalhando nas lavouras *jurua*, intoxicados pelos venenos que são obrigados a aplicar, conforme orientam os patrões. Adoecem física e espiritualmente, aprisionados em uma dinâmica de agricultura completamente fora das regras de Nhanderu. Esta situação é extremamente preocupante entre os *Mbya*.

Associado à preocupação dos Guarani no acesso à água de qualidade, dados sobre contaminação das águas pelo uso de agrotóxicos corroboram suas reflexões. De acordo com Pleapo 2016-2019, o litoral é uma das áreas do Estado do RS que mais utiliza agrotóxicos em lavouras de olericultura e rizicultura. Conforme estudo realizado

pelo Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS/SES) em relação ao Uso e Criticidade dos Agrotóxicos Usados no Estado do Rio Grande do Sul (dados safra 2009/2010), os resultados mostraram a contaminação nas bacias hidrográficas da área de abrangência do território litoral, que chegam ao volume/área de 200-250 l/km<sup>2</sup>/ano. Além disso, entre os anos de 2011 a 2014 ocorreram 80 notificações de intoxicação por agrotóxico agrícola, agrotóxico doméstico, agrotóxicos de saúde pública e produtos veterinários na área de abrangência do litoral do Rio Grande do Sul (IKUTA *et al.*, 2016).

Ao longo dos períodos de permanência nas aldeias do litoral, quando envolvida com a organização dos *Nhemboaty*, a temática do uso de agrotóxicos veio a tona em conversas com jovens *Mbya* que trabalham nos cultivos *juruá* em Maquiné. Estes jovens quando assumem este trabalho permanecem acampados na linha Pinheiro durante todo o período. Entre os meses de agosto e setembro de 2016, registrei a presença de cerca de 20 jovens nesta atividade, que foram convidados a participarem do 4º *Nhemboaty* na aldeia Som dos Pássaros, em Maquiné, tendo sido uma oportunidade de colocarem em debate os problemas de saúde que vivenciam neste tipo de atividade, como dores de cabeça e depressão.

A questão do excessivo uso de agrotóxicos em lavouras no litoral do RS foi tratada em plenária do Codeter Litoral, realizada no dia 23/09/2016, que contou com a presença do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva da UFRGS. O grupo apresentou dados relacionados ao aumento de doenças como neoplasia, doenças infecto contagiosas e circulatórias em municípios do Território Rural Litoral. A discussão em plenária incitou pensar na relação do aumento de pessoas com neoplasia e o uso excessivo de agrotóxico em alguns municípios, e a problemática relacionada à falta de saneamento básico e acesso à água potável por parte da população, ocasionando o progressivo aumento de doenças infecto parasitária.

De fato a alternativa de renda para os *Mbya* no litoral, se resume à venda de artesanato e ao trabalho temporário nas lavouras de hortaliças em propriedades familiares de Maquiné. Os artesanatos são vendidos em locais como as feiras esporádicas, expostos nas beiras das rodovias ou diretamente quando recebem visitas nas aldeias e também por meio de projetos pontuais de ONGs, por exemplo, a

ASSECAN<sup>95</sup>. Devido à situação de vulnerabilidade na qual os Guarani foram submetidos historicamente, a experiência em campo mostrou que existe certa dependência dos Guarani em relação aos recursos (financeiros, infraestrutura e alimentícios) acessados via programas governamentais, como o Bolsa Família, ou projetos ligados a políticas de Etnodesenvolvimento da FUNAI ou da Emater/Ascar, por exemplo, a criação de aves domésticas (galinhas e patos); aquisição de ferramentas agrícolas e sementes de hortaliças para implantar hortas nas escolas indígenas e/ou aldeias; aquisição de kits de artesanato, conforme especificidade de cada etnia; aquisição de cestas básicas nos assentamentos em terras públicas do estado (Termo de Colaboração entre a SDR e a EMATER/RS, 2017).<sup>96</sup>

Por outro lado, no litoral estão se fortalecendo as experiências agroecológicas e agrofloretais entre agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, conforme mostraram os resultados do Projeto de Fortalecimento das Agroflorestras no Rio Grande do Sul: formação de rede, Etnoecologia e Segurança Alimentar e Nutricional<sup>97</sup> executado entre os anos de 2011 a 2013, que identificou 149 experiências agrofloretais manejadas em 75 municípios, alguns deles no litoral com presença de aldeias *Mbya* Guarani (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2013). No território rural litoral nas áreas de encosta e topo da Serra Geral, destacam-se nos agroecossistemas mantidos pelas comunidades locais, como os indígenas, quilombolas e agricultores familiares, por exemplo, da palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), o butiá (*Butia odorata*; *Butia catarinense*) do pinhão (*Araucária angustifolia*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Movimentos de rede agroecológicas, agricultores, Rede Ecovida, cooperativas, Universidades, ONGs são fortes articuladores na promoção da produção, inserção destes produtos em mercados solidários, para geração de renda e conservação dos ecossistemas (IKUTA *et al.*, 2016). No Litoral se destaca o trabalho da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, incentivando a formação de grupos de agricultores coletores, organização e beneficiamento das frutas nativas, formação de redes e

---

<sup>95</sup> Associação Ecológica Canela-Planalto das Araucárias (ASSECAN) realizou em projeto de venda de agendas ilustradas pelo cacique e *karaí* da aldeia Campo Molhado, como forma de divulgação cultural e geração de renda.

<sup>96</sup> Estes dados foram obtidos em campo, em diálogo com técnicos da Emater/Ascar-RS.

<sup>97</sup> O projeto foi uma iniciativa do PGDR/UFRGS, em articulação com Rede Orientada ao Desenvolvimento e Agroecologia (Roda), Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (Nesan), Grupo Viveiros Comunitários (GVC), Grupo Visão Agronômica com Ideal Agroecológico (Uvaia), Laboratório de Arqueologia e Etnologia/Depto. De Antropologia, Emater/RS, Grupo de Apoio a Reforma Agrária (Garra), Sema/RS, Sementes da Vida (Araricá), Associação de Produtores Agroecológicos do Lami, FUNAI e os Mbya Guarani.

construção e valorização de mercados relacionados aos produtos da sociobiodiversidade (Centro Ecológico, 2018). A Cadeia Solidária de Frutas Nativas, envolvendo 32 municípios do RS de principalmente 5 Territórios Rurais: Fronteira Noroeste, Missões, Nordeste, Campos de Cima da Serra e Litoral, com destaque para a participação de agricultores agroecológicos, entidades de ATER, ONGs, associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária e universidades, e mais recentemente dos *Mbya* Guarani (IKUTA *et al.*, 2016).

No litoral a Ação Nascente Maquiné (ONG ANAMA) e o Centro Ecológico são as principais instituições que estruturam a cadeia nesse território. A aproximação dos *Mbya* à Cadeia Solidária, os posicionam como guardiões com os seus saberes e práticas de manejo, os quais têm muito a contribuir e a se beneficiar dessa articulação, na medida em que se estabelecem formas de participação e envolvimento nesta rede, que contribuem para a estruturação e caráter sociobiodiverso da Cadeia Solidária das Frutas Nativas (IKUTA *et al.*, 2016).

Diante destas iniciativas agrofloretais no litoral, a presença *Mbya* Guarani se mostra potencialmente importante na medida em que os Guarani manejam as *ka'aguy heté* em seus territórios, estão se inserindo nas redes de agroecologia e se assumindo como guardiões de conhecimentos sobre as plantas e sementes originárias. A temática do trabalho dos jovens foi pauta do 2º *Nhemboaty Mbya kuery* de 2016, em Torres, que apresentou como demandas a viabilização de novos arranjos de trabalho para o jovem guarani, valorizando suas práticas de manejo, conforme mostra o quadro 19.

**Quadro 19 - Encaminhamentos do 2º *Nhemboaty Mbya kuery* referente ao trabalho dos jovens nas aldeias do Litoral**

- |   |
|---|
| <p>a) oportunidades de trabalhos alternativos voltados à valorização e fortalecimento do manejo agroflorestral indígena e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à conservação da biodiversidade em Agroflorestras no território rural litoral;</p> <p>b) a formação de um grupo de jovens ‘agentes agrofloretais’ <i>Mbya</i> Guarani coletores de frutas nativas que se articulará às redes de agroecologia e cooperativas, presentes no território litoral;</p> <p>c) a viabilização de um diálogo intercultural com as instituições responsáveis por orientar questões trabalhistas indígenas com as redes de agroecologia.</p> |
|---|

Fonte: *Kuaxiá* do 2º *Nhemboaty Nhemboaty Mbya kuery* (2016).

Neste contexto que a diversificação de trabalho e renda em atividades sustentáveis, como as atividades relacionadas às frutas nativas em agroflorestas no litoral se mostra como uma oportunidade concreta entre os jovens. Foi em rodas de conversa durante o 4º *Nhemboaty*, em novembro de 2016, que se aprofundou a necessidade de ampliar as possibilidades de acessarem nas áreas de *ka'aguy heté* (matas verdadeiras, originárias) no território, para além dos limites atuais das *tekoa*. As primeiras linhas do Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral expressaram a necessidade de terem liberdade de caminharem, acessarem e manejarem recursos comuns encontrados nas florestas no litoral do RS:

Nosso Plano de Vida é dar continuidade ao modo de ser e viver dos *Mbya*, ensinado pelos *xeramoie xejaryi*. O nosso *Mbya rekó* é o Plano de Vida. Para isso, hoje dependemos da demarcação das nossas terras, de garantir condições permanentes para a manutenção dos cultivos das nossas sementes e da medicina tradicional. Do acesso livre ao *ka'aguy hetéreguá* (recursos naturais originários), como *yyporã* (fontes de água pura), *mymba* (animais silvestres), *yva'a* (frutas nativas), *ei hete'i* (abelhas nativas) e a matéria prima necessária para os nossos artesanatos, tais como *takuahete'i* (taquara), *guembépi* (cipó), *yvíra* (fibras) e outras plantas. Também precisamos ter acesso às matas e áreas de pesca para além das *tekoa*, realizando trocas com as outras comunidades, ajudando na manutenção dos corredores ecológicos que interligam as nossas aldeias e os caminhos percorridos pelos ancestrais *Mbya Guarani*. Pensamos desde o litoral do Rio Grande do Sul para todo nosso território tradicional, que não tem fronteiras. (Plano de Vida, primeiras linhas - 4º Encontro).

Foi neste encontro que o atributo nutricional da *jejy* (juçara) foi tratado pelos *Mbya* e também quanto as possibilidades de eles estarem se envolvendo em trabalhos relacionados à coleta e beneficiamento de frutas nativas no litoral, em parceria inicialmente com a Coopernativa e o Coletivo Baçara. Neste contexto, em dezembro de 2016 foram realizadas duas reuniões com os *Mbya*, uma no Centro Ecológico<sup>98</sup> e outra na aldeia *Guyra Nhendu* com o Coletivo Baçara, para apresentação das parcerias e expectativas dos envolvidos, conforme registra a figura 49.

---

<sup>98</sup>Que trabalha na Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica há cerca de 30 anos no litoral do RS.

**Figura 49 - Visita de representantes da Cooperativa na tekoá Guyra Nhendu (Som dos Pássaros)**



Foto: Da autora.

A Cooperativa (Cooperativa de Trabalho em Processamento de Frutas Nativas e Orgânicas) foi apresentada aos *Mbya* pela assessoria do NEDET UFRGS, em espaços de diálogos junto ao Centro Ecológico. A Cooperativa é uma cooperativa formada por agroecologistas que atua no município de Três Cachoeiras que nasceu na construção de relações estabelecidas entre agricultores agroecologistas envolvidos com sistemas agroflorestais, especialmente com cultivos da banana ecológica e com diversificação, incluindo a juçara. O interesse em produzir a polpa de juçara (açáí-juçara como se referem) fortaleceu os sistemas agroflorestais no TRL ao longo dos anos, combinando a possibilidade de gerar renda para as famílias de agricultores ao mesmo tempo em que preservam a espécie.

Historicamente a palmeira juçara foi vítima da exploração indiscriminada, sendo derrubada para retirada do palmito. Por falta de oportunidades, extrativistas e povos da floresta, passaram a trabalhar como “palmiteiros”, contribuindo com a extração e comercialização ilegal de palmito, por meio de atravessadores, conforme depoimentos de membros da Cooperativa. O incentivo à conservação da espécie iniciou há alguns anos, com a possibilidade de consumir os frutos, produzindo a polpa (o açáí-juçara). A proposta é conservação pelo uso, manejo e geração de renda, com aspectos sociais relacionados, pois promove a sensibilização da preservação pelo uso sustentável. Além da educação ambiental está à educação alimentar, pois a polpa de açáí-juçara é um alimento extremamente saudável pelas propriedades antioxidantes que

possui, porém poucas pessoas possuem esta informação (TROIAN; COBERLLINI, 2014).

Conforme dados coletados em conversa durante a reunião na aldeia Som dos Pássaros com representantes da Cooperativa, esta cooperativa surgiu neste contexto de promoção ambiental, social e econômica da palmeira juçara. Os associados da Cooperativa estão vinculados à Rede Juçara<sup>99</sup> desde a sua formação em 2008. Ao longo dos anos discutem questões políticas, de legislação e normatizações técnicas relacionadas à produção e comercialização da polpa de juçara. Também estão envolvidos com a organização da Cadeia Solidária de Frutas Nativas, oficializada na última gestão do Governo Tarso Genro (PT), pensando e promover o cultivo de frutas nativas como juçara, butiá, jervá, guabiroba, jabuticaba, araçá, pitanga, etc. Nessa caminhada uma das limitações que aparecem são questões associadas ao processamento e a legalização do processamento, pois para colocar o produto no mercado este precisa estar legalizado. Para avançar, envolver mais famílias, aumentar o consumo da polpa de juçara, por exemplo, é preciso tornar a cadeia legalizada. Foi este contexto que incentivou a criação da Cooperativa, com foco em investir em uma agroindústria que passe a processar estas frutas na esfera Estadual. A importância de viabilizar a agroindústria é vê-la como o elo entre o produtor e o consumidor.

Na visão das lideranças da Cooperativa é preciso criar mecanismos de aproveitamento das frutas nativas em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, realizando o processamento em maior volume, evitando a perda das safras, orientadas pela sazonalidade, ambiente geográfico e clima. A expectativa é uma agroindústria com equipamentos que realizem o processamento em maior volume, oportunizando geração de renda com espécies nativas, remuneração justa para todos os elos da cadeia, conforme os princípios da economia solidária e agroecologia, valorizando a fruta nativa e seus ecossistemas, promovendo a conservação pelo uso.

Conforme diálogos entre os *Mbya* e representantes da Cooperativa, em reunião na aldeia Som dos Pássaros, o interesse desta cooperativa é de comprar os frutos nas aldeias *Mbya* ou oportunizar o acesso dos *Mbya* em áreas e Agroflorestas no TRL para realizarem a coleta de frutas nativas, começando com o fruto da juçara. Também a possibilidade de aproximar os agricultores agroecológicos e os *Mbya*, por meio de oficinas de intercâmbio para trocas de conhecimento sobre o ponto de maturação dos

---

<sup>99</sup> Rede Juçara envolve a troca de conhecimentos e experiências de cultivadores e coletores (quilombolas, agroecologistas, indígenas, entre outros) de juçara desde o estado da Bahia até o Rio Grande do Sul.

frutos e outros assuntos. Com esta aproximação acredita-se que outras parcerias surgirão, como a ideia dos *Mbya* tornarem-se coletores de frutas nativas em Agroflorestas no território litoral, abrindo-se uma opção de trabalho remunerado que os afaste das lavouras convencionais, com uso agrotóxico. Relataram que é difícil a coleta, pois é uma atividade que demanda equipe (subir na palmeira para cortar o cacho, carregar o cacho e debulhar). Entretanto, muitos buscam alternativas de trabalho, enxergando na despolpa de juçara uma opção.

A safra do fruto da juçara ocorre em diferentes épocas, conforme as condições microclimáticas, nas matas de encosta dos vales que recortam a Serra Geral entre os municípios de Torres a Osório. No Vale do Maquiné, por exemplo, desde outubro já estão colhendo juçara, já em Três Cachoeiras as palmeiras ainda estão em floração no mês de dezembro. Isso demonstra a possibilidade de consumo da polpa de juçara em diferentes épocas do ano no território litoral, conforme mapeamento das safras nas matas em diferentes municípios.

Para os *Mbya* isso significa a opção (se assim desejarem) de se envolverem em trabalhos de coleta da juçara em diferentes áreas geográficas do território. Aliar a conservação das matas com o conhecimento indígena sobre as frutas nativas é uma forma de abrir caminhos alternativos de geração de renda para os *Mbya* no litoral. Dentre os benefícios, além dos econômicos, está o acesso às matas, às mudas e sementes, trabalharem em ambientes livres de agrotóxicos, fortalecendo os saberes e práticas intergeracionais.

Conforme informações obtidas em campo durante o 4º *Nhemboaty*, em diálogo com representantes do Coletivo Baçara, este Coletivo foi formado por jovens “neururais” antropólogos, biólogos, agroecologistas e agrofloresteiros, alguns se autodeclararam anarquistas<sup>100</sup> e praticam agricultura de subsistência, cultivam plantas medicinais e espécies frutíferas nativas em uma área de 56 hectares, conhecida como “Baçara”, localizada no Vale da Solidão, em Maquiné. Os bananais e a concentração de palmeiras juçara (*Euterpe edulis*, espécie nativa da Mata Atlântica) que se destacam na floresta deram nome a este espaço: banana com juçara - Baçara. Alguns membros do coletivo realizam o extrativismo e a despolpa do fruto da juçara para consumo próprio e vendas ocasionais em feiras locais (ou Porto Alegre) ou para a vizinhança.

---

<sup>100</sup> Estes fazem parte do Coletivo Libertário de Apoio aos Povos Ameríndios (CLAPA).

O Coletivo Baçara busca parceiros para manejar o sistema agroflorestal e, nesse contexto, que ocorreu a aproximação com os *Mbya*. Conforme comentado no capítulo 4, das aldeias *Mbya* no litoral somente na *tekoa Guyra Nhendu* se encontrava a palmeira juçara, mas por estarem em situação fundiária indefinida naquela aldeia, não foi possível avançar a parceria junto à Cooperativa, quanto à coleta e venda do fruto *in natura*. Em aldeias *Mbya* do litoral (com situação fundiária regularizada) não existem palmeiras juçara em ponto de colheita, mas apenas mudas recentemente plantadas por eles em movimento de recuperação das matas nativas. No contexto em que discutiram a possibilidade de se envolverem em trabalhos com os frutos da palmeira-juçara laços solidários entre os *Mbya* e Baçara se fortaleceram ainda mais, conforme explicou o cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*: “Por isso nas primeiras conversas eu já falei da Baçara, porque é um lugar que tem juçara, não é aldeia, mas já é nosso parceiro, né” (Cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, dez.2016). Ainda, entre dezembro/2016 e janeiro/2017 os *Mbya* iniciaram algumas coletas de juçara, como experimento inicial na área do Coletivo Baçara, em diálogo como a Cooperativa. Entretanto, se desmobilizaram devido ao movimento concomitante de articulação para a retomada de terra em Maquiné, que será apresentada neste capítulo.

Ao longo dos últimos anos os *Mbya* da *tekoá Guyra Nhendu* construíram relações de confiança com alguns representantes do Coletivo Baçara. A proximidade geográfica das áreas (distam cerca de 4 km) e as afinidades quanto ao uso das plantas da mata, têm consolidado há alguns anos a relação destes grupos. Conforme já mencionado no capítulo 4, durante o ano de 2017, a *tekoá Guyra Nhendu*, localizada no Vale da Solidão em uma área temporariamente cedida aos *Mbya* por um agricultor, foi colocada à venda pelo proprietário, forçando o deslocamento dos *Mbya* para outro local. Neste contexto de “despejo em seu próprio território” que representantes do coletivo Baçara acolheram os *Mbya*, formando um coletivo intercultural na Baçara. Trata-se de um espaço de coabitação – *Mbya* e *juruá* – a dinâmica na área é Guarani, cada núcleo familiar tem a sua *kokué* (roça). A cacica Julia Gimenes representante dos *Mbya* nesta nova aldeia, explicou que o nome *tekoá Guyra Nhendu* (aldeia Som dos Pássaros) será mantido.

A relação de amizade com os agroecologistas da área onde hoje se consolidou esta *tekoá Pyau* (nova aldeia) já existe há cerca de seis anos, período em que, como vizinhos, realizaram mutirões para abertura de roças, construção de casas tradicionais e algumas experiências com despolpa do fruto da palmeira-juçara (*Euterpe edulis*).

A viabilidade de atividades de manejo dos frutos da palmeira-juçara se fortaleceu somente após a mudança dos *Mbya* para a área do Coletivo Baçara, vindos da *tekoá Guyra Nhendu* em julho de 2017. Desde que se mudaram para a Baçara os *Mbya* passaram a participar do extrativismo e da despolpa, como forma de geração de renda. O envolvimento dos *Mbya* na atividade de despolpa de frutos da palmeira-juçara em conjunto com um morador *jurua* (não indígena) da Baçara no ano 2018 estava em fase inicial.

Nas duas reuniões iniciais realizadas entre os *Mbya*, parceiros da Cooperativa e do Coletivo Baçara foram mencionados alguns desafios a serem enfrentados, tais como aqueles que envolvem o cumprimento da legislação ambiental para manejo e coleta de frutas nativas, as regras necessárias e que devem ser cumpridas. Também falaram sobre a possibilidade da realização da Certificação Ambiental para Manejo Agroflorestal e da certificação participativa de produtos orgânicos para acessar o selo orgânico.

André Benites, uma das lideranças *Mbya* no litoral, atualmente cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, comentou que apesar dos desafios apresentados pelo desconhecimento de tais regras eles estão dispostos a dialogarem, trocarem conhecimentos e comentou que inclusive, os *Mbya* já vem conversado a respeito do “cumprimento de regras”, que precisam entender o “mundo das regras dos *jurua* para poderem agir”, conforme segue:

Umás coisas dá pra aproveitar muito mais, mas depende de cumprir regras. Por que antigamente não era assim, mas agora mudou muito, então a gente tem que pensar e tentar entender a regra das pessoas novas que tá entrando, que tá botando muitas regras, lei. E nós temo que tentar acompanhar, principalmente pra se envolver, com coisas, conseguir mais parcerias, tentar fazer trabalhos. Mas pra isso nós temos que correr atrás, pra entender as coisas novas que tá chegando. Não é só pra nós, é pra todo mundo, então se não conseguir entender ou fazer fora de regra não combina (cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, dez. 2016).

Na mesma reunião dos *Mbya* com representantes da Cooperativa, que ocorreu na aldeia Som dos Pássaros, em dezembro de 2016, além do assunto relacionado ao envolvimento dos *Mbya* como coletores de frutas nativas e envolvimento junto às atividades da Cadeira de Frutas Nativas do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Cooperativa e Coletivo Baçara, outros assuntos surgiram, como o interesse que demonstraram em entrarem para a Rede Ecovida de Agroecologia. *Mbya* relataram que buscam apoio para facilitar o escoamento dos artesanatos que produzem e de polpa de

frutas nativas, frutas *in natura* como bananas, mamão, melancia *juruá*, alimentos que eventualmente vierem a produzir nas aldeias. Relataram a necessidade de manterem uma rede de consumidores, tendo maior garantia de venda da produção em feiras organizadas. Ficaram interessados em colocarem o selo orgânico em seus produtos pelas vantagens que isso pode trazer na dinamização dos canais e circuitos de comercialização. Isto exige que eles formem um grupo para adentrarem no Sistema Participativo de Garantia - SPG (certificações orgânicas participativas), conversa que ficou sem encaminhamento. Foi mencionado também o selo indígena como opção para agregar valor ao que produzem, desde alimentos até artesanatos.

O cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*<sup>101</sup> expressou sua preocupação com a inoperância histórica dos órgãos que deveriam dar suporte aos indígenas na medição de alternativas de sustentabilidade,

Eu sempre falo isso pra os que trabalham com os Guarani, que eles jogam responsabilidade pros outros, chega e diz: 'não, não é comigo, vai lá'. E Guarani vai rodando e desiste no meio do caminho. Por isso que é importante passar a experiência de vocês pra gente tentar agir nesse momento (cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, dez. 2016).

Após a reunião com a Cooperativa os *Mbya* chegaram a se organizar em uma pequena equipe de 5 pessoas e iniciaram a coleta dos frutos de *jejy* (juçara) no início de janeiro de 2017. Comentaram que o esforço em coletar os frutos em meio à mata (subir, cortar o cacho, carregar e debulhar os frutos) não compensava, no sentido de que o valor a ser pago, conforme proposta da Cooperativa (2,00/ 1 kg), não compensava todo empenho. Aos poucos, a equipe foi se desmobilizou, na medida em que o NEDET não pode estar mais presente na assessoria os diálogos neste sentido não mais avançaram.

Entretanto, perspectivas futuras quanto ao manejo e venda da polpa de *jejy* (juçara) motivou que representantes da *tekoá Guyra Nhendu*, aldeia agora localizada na área da Baçara, procurassem o Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (DBIO/SEMA), para encaminharem a certificação ambiental de extrativismo e manejo agroflorestal, com objetivo de adequar o manejo à prerrogativa legal do órgão ambiental, dando início, de maneira pioneira, a primeira certificação agroflorestal emitida pela SEMA/RS para uma aldeia indígena (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

---

<sup>101</sup> Na época em que ocorreu esta reunião na aldeia Som dos Pássaros, a aldeia *Ka'aguy Porã* ainda não existia, pois é a aldeia que surgiu a partir da área retomada.

Além disso, a partir do apoio e mediação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), um projeto voltado a qualificar e fortalecer o processo de manejo dos frutos, a estrutura física, equipamento para melhor processamento e armazenamento da polpa de juçara, a fim de garantir estratégias de autonomia de geração de renda e sustentabilidade em aldeias *Mbya* no litoral, foi submetido pelo Centro Ecológico para captar recursos via edital Petrobras Socioambiental/2018. Se consolidado, este poderá ser um espaço de referência para os *Mbya* no litoral, com potencial de beneficiar outras aldeias nesta porção do *Yvy Rupá*.

O contexto apresentado demonstra o fortalecimento e a amplitude de diálogos envolvendo representantes *Mbya* Guarani no litoral junto às outras territorialidades não indígenas, iniciando um processo de governança intercultural voltado a pensar na construção de alternativas à sustentabilidade indígena nas aldeias a partir de interações com redes de agroecologia. Soma-se a isso as possibilidades de ampliarem o acesso as *ka'aguy heté* (criações naturais) nesta porção do *Yvy Rupá* no litoral do RS, na medida em que se tornam coletores de frutas nativas em áreas de agroflorestas para além dos limites das aldeias, em terras particulares.

A equipe intercultural do NEDET formada no âmbito de uma política pública territorial atuou mediando esse diálogo, tecendo as aproximações dos lados interessados, afirmando a coexistência de territorialidades e a convergência de interesses comuns por meio da conservação pelo uso de espécies nativas, fortalecendo interações da governança *Mbya* Guarani para o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver).

## 6.2 RETOMADA NO YVY RUPÁ: O PLANO DE VIDA MBYA KUERY SAIU DO PAPEL

A elaboração de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para as aldeias do litoral do RS, como se esperava que fosse concluído ao final dos *Nhemboaty* e da execução do PRONAT em transversalidade com os objetivos da PNGATI, foi parcialmente materializado “em papel”.

No entanto, a proposta de construção de um Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral se fortaleceu como algo mais amplo sendo conduzido pelos *Mbya* de maneira concreta nesta porção do *Yvy Rupá*, sendo a retomada de terras em Maquiné a expressão viva deste Plano de Vida.

Conforme diálogos com representantes *Mbya* ao longo desta pesquisa, os investimentos em projetos e políticas públicas direcionados para as aldeias *Mbya* são pensados pelos *juruá kuery*, não resolvendo os problemas locais, mas ao contrário, causando muitos conflitos internos. Explicam que somente nos últimos anos os Guarani começaram a ser questionados, participando parcialmente na decisão quanto ao uso dos recursos direcionados a questão indígena em sucessivos Governos, indicando como/quando/para quê devem ser aplicados nas aldeias.

Nas últimas décadas somente ações assistencialistas tem chegado às comunidades, pois não existe um plano a médio e longo prazo, que atenda as especificidades de cada aldeia, bem como vislumbre ações de complementariedade entre elas. Também os próprios *Mbya* não possuem, na sua forma de governança e política interna, essa prática de planejar em longo prazo, pois se vive o presente, não fazendo sentido colocar tudo no “*kuaxiá*” (papel).

Os *kuaxiá*, segundo eles, servem apenas para dialogar com os *juruá*. Por isso, há questionamento entre eles até que ponto os chamados “planos” são importantes, considerando a dificuldade de se fazerem “entender” pelos órgãos do Estado destinados a atendê-los. Seria mesmo os planos uma “ferramenta de diálogo”? Considerando a forma de governança do *Yvypurá* cujos usos, ocupações, manejos são orientados por uma força maior, a espiritual, mas que tem sido cada vez mais enfraquecida pelas condições territoriais e ambientais desfavoráveis aos *karaí* e *kunhã karaí*, aqueles que são o canal desta força na terra, os *Mbya* acabam encurralados e quase que sem saída são submetidos a se adequarem a outros sistemas, que não o *Mbya rekó*.

As falas que seguem, do cacique da *tekoá Pindoty*, foram ditas no encerramento do 5º *Nhemboaty* no litoral, e expressam bem a esquizofrenia causada pela política *juruá* aos processos de governança originários dos *Mbya*, como aqueles relacionados a demarcação de terras indígenas.

A visão nossa de terra Guarani, quando houve esta constituição federal, pelo que sei quando falam os *xeramoí kuery*, ali é que nós meio que se perdemos, aí é que nós meio que tiramos nosso conhecimento de como garantir a terra, como demarcar a terra. Então saímos no *kuaxiá*, então agora é a FUNAI que vai demarcar se não é a FUNAI a gente não tem como segurar a terra, a gente não pode nem identificar qual é a terra melhor, mas só que isso é porque o *juruá* colocou esse papel como se fosse ele unicamente responsável. **Vou falar de terra: como que nós, *Mbya* identificamos? Nós identificamos. Porque na constituição pra demarcação de terras, existe assim: primeiro tem que fazer um levantamento antropológico, tem que ver se primeiro existe algum cemitério, o que ficou lá, se dormiu lá um *xeramoí*, ou se tem passagem, essa é a prova! Mas pra nós não é isso não! É um sonho**

que eu tenho, nosso sonho que temos. Digamos assim, eu tô passando e de repente eu paro, tem uma coisa que tá me chamando atenção, eu vou entrar aqui e achei uma semente. Uma semente, assim é a nossa identificação. Não é o que tá no papel pra nós. [...] Nós chegamos, entramos Guarani *kuery*, procuramos sentir a natureza, a ligação espiritual se existe, se tem ainda possibilidade do Guarani dizer “há, esse lugar é nosso esse lugar é privilégio do Guarani, o conhecimento espiritualmente está aqui”. [...] Essa é a maior parte do problema, ai quando nós falamos isso, dai dizem “é mais infelizmente é assim, a lei que manda. Se não é assim a gente não tem como ajudar”. Então é isso que queremos relatar pra vocês, como que nós estamos entendendo hoje, sobre a terra. Não queremos mais se garantir pela conversa, nos queremos sentir a terra, caminha lá, ouvir lá, por que nós, no caminhar a gente sente, a gente ouve se tem essa ligação espiritual (Cacique *tekoá Pindoty*, 5º *Nhemboaty Mbya kuery*, maio 2018. Grifos nossos.).

Ainda sobre a extensão rural, o cacique relata sobre a dificuldade dos juruá “ouvirem” e “colocarem em prática” as reais demandas dos Guarani, deles não terem possibilidades de escolhas, pois quando existem recursos para ações estes já chegam destinados para aquilo que o juruá planejou, e não o *Mbya*:

**Já no papel, no *kuaxiá do juruá kuery* já tá feito, é obrigatório levar uma planta de laranja, só que eu quero *guapury*, entendeu.** Daí juruá diz, mas infelizmente eu tenho só pra comprar uva. Puxa vida, mas só que eu queria *guabiju*, tá lá na Argentina, não tá aqui! Assim é a forma do Guarani *kuery*, e essa é uma coisa que nós temos que entender, como nós vamos achar esse caminho, pra gente conseguir, porque não é muita coisa pra o Guarani *kuery*, me parece de ver assim, é muito pouco. Mas aquele pouquinho, se nós conseguisse o *guabiju* aqui, se chegasse dois pé de *guabiju*, pra nós é pra vinte ano de vida. Assim é que se sente o Guarani *kuery*, então essa é uma possibilidade que a gente quer.

**Quantas *opy* nós fizemos, só que nem um ano aguentou a *opy*, não aguenta nada, tá virando uma casa como se fosse qualquer uma, por que uma *opy* pode durar 15, 20 anos. Assim era antigamente, mas infelizmente estamos trocando por ano, como se fosse igreja, reformando, reformando, reformando, não tem sustentabilidade a *opy*. Se não tem semente, se não tá ligado com a natureza, se não tá ligado com o espiritual, se não tem o *xeramoí*, junto com *opy*, não tem como. [...]** Mesma coisa nas plantações, mesma coisa é a casa de reza que é a *opy*, não deixa o Guarani. Não deixa o Guarani dizer assim: “eu quero uma casa tradicional pra mim, pra comunidade, pra minha família”, enquanto eu estou dizendo assim, o que diz o *juruá kuery*? “Há que bonito agora vai ter uma área indígena”, mas ai o Guarani *kuery* precisa de *opy*, não deixa o Guarani dizer, não deixa o Guarani se organizar, não deixa o Guarani escolher, dizer as coisas. Então hoje, o que nós percebemos, por isso que se tem recurso pra fazer *opy*, então vamos lá fazer *opy*, mas eu estou interessando só porque tem recurso, não é aquilo que eu sinto aqui (coração), então isso é o principal pra nós (sentir no coração) (Cacique *tekoá Pindoty*, 5º *Nhemboaty Mbya kuery*, maio 2018. Grifos nossos.).

Conforme apresentamos, com a intensificação dos *Nhemboaty* em 2016 e as redes interculturais formadas naquele contexto propiciaram aos *Mbya* espaço para

revisarem e repensarem coletivamente a situação da gestão territorial e ambiental em suas terras no litoral, que são decorrentes de uma política indigenista, atualmente pulverizada em diferentes ministérios e setores do poder executivo do Estado, mas que pouco contribuiu efetivamente para manter o sistema *Mbya*. Reunidos, os *Mbya* puderam fortalecer também suas redes políticas internas e interaldeãs. Ao final de 2016 alguns dos jovens *Mbya* que estavam conduzindo o diálogo junto às cooperativas de agroecologistas do litoral, nas tratativas da coleta dos frutos da palmeira *jejy* (juçara), contribuíram na organização do movimento de retomada de terras ancestrais, em Maquiné<sup>102</sup>, ocorrendo então uma desmobilização parcial daquilo que estava sendo construído.

Neste contexto, na madrugada do dia 26 para 27 de janeiro de 2017<sup>103</sup>, um grupo de *Mbyá Guarani* realizou o movimento autônomo de retomada de terras ancestrais em uma área do patrimônio público estadual sob uso da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPI/RS), mais especificamente a recém-extinta FEPAGRO (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária), no município de Maquiné, sob a justificativa oficial da necessidade de enxugamento dos gastos estatais (PRINTES; BENITES, 2017).

A entrada foi pacífica, reunindo famílias de diferentes localidades do *Yvy Rupá*, que buscam espaços possíveis para viverem conforme as “regras de *Nhanderu*” e os conduzem ao *tekó porã* (bem viver), mas que depende de espaços adequados para viver o *Mbya rekó*. Em conversa com o cacique da retomada, André Benites, ele falou sobre as motivações desse movimento,

Nós sabemos que nesse lugar já tinham passado muito de nossos povos. Antes dos brancos pegarem tudo. Então esse lugar já era nosso lugar, por isso é que nós estamos retomando. Essa área não foi invadida, não foi ocupada. A gente só está voltando pro que era nosso lugar, porque nossos antepassados viviam aqui. Então nós estamos aqui retomando o lugar e a gente tá aqui feliz é porque essas áreas, **áreas assim que sempre nós precisava, pra continuar nossos modos de viver**. Principalmente pro jovem aprender nossa cultura novamente. **Muitos brancos falam que nosso povo está perdendo a cultura, tá esquecendo a cultura. Mas nós nunca nós esquecemos, só que nós não temos mais formas de continuar porque tem muitas áreas. Ou seja a maioria das áreas que aqui no estado, que foi dado pros Guarani mas são áreas usadas, áreas que não prestam**, que não prestam pra nós. Então pra não ter briga com os brancos, sempre nós esperava assim, que os

<sup>102</sup> Cabe salientar que entre 2017 e 2018 registraram-se quatro (5) casos de retomadas de terras pelos *Mbya* no RS, sendo uma em Maquiné, uma Rio Grande, uma e Viamão, uma em Terra de Areia e recentemente na Ponta do Arado, em Porto Alegre. Neste capítulo trataremos somente da primeira área retomada em Maquiné, a atual *tekoá Ka'aguy Porã*.

<sup>103</sup> Data da qualificação do projeto de tese desta pesquisa.

estados e instituições dessem pra nós. Só que a gente percebeu que eles davam áreas que não prestam (cacique da área retomada em Maquiné, mar. 2017).

Conforme os *Mbyá*, a retomada se dá nesta porção de terras originárias, por eles identificadas como *Yvy Rupá* (a terra onde pisamos, uma só terra), que compõe seu espaço geográfico contínuo e sociocosmológico, onde se expressam territorialidades, construídas na mobilidade e em práticas de territorialização. A mobilidade *Mbyá* ocorre no espaço-tempo em que dinâmicas do passado-futuro andam juntas, sendo o passado a referencia para planos de vida futuros.

Os *Mbya* afirmam que esta retomada foi mobilizada por um movimento autônomo e autodeterminado, conforme orientações de *Nhanderú* (uma de suas divindades). Em meio às graves ameaças e retrocessos no tange o ataque aos direitos conquistados pelos povos originários no Brasil, a retomada se mostra como um movimento pacífico e de resistência, em que os *Mbyá* retornam ao território que lhes pertence originariamente (PRINTES; BENITES, 2017).

A partir do movimento de retomada em Maquiné, os *Mbya* ampliaram sua rede de pluralidades, cuja composição foi fortalecida por uma gama de instituições da sociedade civil organizada, chamada por eles de “apoiadores”. A visibilidade deste movimento se deu inicialmente com apoio da ONG AEPIM, que publicitou o ocorrido em sua página no *facebook* por meio de uma carta escrita com orientação dos *Mbya*, em que anunciava a retomada. Alimentos, lonas, ferramentas e principalmente suporte jurídico e documental foi solicitado pelos *Mbya* para os apoiadores. Assim foram redigidos documentos, sendo o primeiro deles (Anexo 08) a base para desencadear a defesa *Mbya* sobre esta porção de terras originárias. A assessoria jurídica da Comissão Guarani *Yvyrupá* foi acionada pelos *Mbya*, iniciando a defesa da Ação de reintegração/manutenção da posse iniciada pelo Estado do Rio Grande do Sul, tendo como réu a FUNAI.

Imediatamente, após duas semanas de retomada, os *Mbya* deram início à construção da *opy* (casa de reza, curas e celebrações) e posteriormente mais de 15 casas tradicionais para abrigarem as famílias que a cada dia se deslocam de diferentes porções do *Yvy Rupá*. São mulheres, crianças em diferentes idades que não estão mais dispostas a viverem em beira de estradas ou “de favor” em terras nas terras de *juruá*. Realizaram os *ma’ety hetei* (plantações originais) buscando salvaguardar sua variedade de sementes. Realizaram cerimônias do *Nhemongarai*, com erva-mate e mel colhido nas matas da

área retomada, que completou 1 ano e 6 meses, abrigando em 2018, cerca de 30 famílias *Mbya*. A *tekoá* foi nomeada *Ka'aguy Porã* (aldeia Floresta Sagrada, com matas sadias, boas, com criações naturais abundantes, onde vivem as plantas e os animais originais em sua diversidade).

Os *Nhemboaty* contribuíram para que os *Mbya* refletissem em torno da construção de um “Plano de Vida” e as interações interculturais envolvidas neste processo de governança dos Guaraní no litoral do RS, que inclui estratégias internas de gestão territorial, como a decisão de retomar uma porção do *Yvy Rupá* em Maquiné.

Conforme o cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, a retomada é o Plano de Vida *Mbyá kuery* que “saiu do papel”, pois para ele é o resultado de muitos anos de aconselhamento dos mais velhos e xamãs (*xamõi, karaí*) de que os jovens deveriam buscar áreas melhores para viverem conforme o *Mbyá rekó*.

[...] Ninguém falou da retomada, nos encontros, assim: “que nós temos que fazer retomada”. Mas a ideia, só saiu na prática, eu vejo, e também eu falo isso porque eu sinto isso, porque os mais velho falou isso [...] . **Nós começamos assim porque, os *Mbya* que tão aqui em Maquiné, ninguém teve aldeia. Essa energia toda que chega em nós, quando falam pras pessoas que nós tamo aqui, através desse né, da fala dos mais velhos. Essa energia mesmo assim, própria da alma, acho que a energia começou desses movimentos. [...]** E eu ouvi há muitos anos os mais velhos falando e reclamando que os próprios *karaí* não tem mais tranquilidade pra se movimentar. Porque tá perto da cidade, não tem movimento, não tem como. É, não tem força pra agir. Pra buscar esses caminhos. Porque não tem mata, área aberta, não tem plantio, não tem força. Porque tudo que vem é através do plantio. (...) **Gostei muito até agora porque saiu desse Plano de Vida, na Solidão (4ª *Nhemboaty*). Eu falei sempre que, aquele plano de vida foi muito produtivo.** Eu vejo assim, não sei outras pessoas tão vendo, mas eu vejo assim. Eu fiquei feliz assim. **Podemos detalhar um pouco o que foi escrito, mas é aquilo lá. Ninguém falou dessas áreas, ninguém organizou, pra fazer retomada, nossa energia surgiu desses encontros, eu acho que sim.** Porque essa retomada tem que ser só mais uma apenas, só mais um. Ou seja, mais um resultado que surgiu através das conversas, dos encontros, do apoio (André Benites, jul. 2017. Grifos nossos).

Conforme André Benites, a área retomada em Maquiné, compõe o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver), pois dá condições aos *Mbya* de manterem seu sistema, o *Mbya rekó*, conforme expressou em palavras:

***Teko porã e Mbya rekó... teko porã depende do Mbya rekó. Dependência seria que pra chegar no teko porã no primeiro lugar é começar no Mbya rekó.*** Que nesse lugar tem tudo. Remédio, comida, água. É bem assim. Então nós começamos, não é nós, só daqui né, todos nós, mais velho que tá falecido hoje, os cacique que tá falecido hoje, então luta só temo que tá continuando. Ou seja, **uns trinta, quarenta anos atrás os cacique, mais velhos lutavam e agora que tá dando resultado. Tá acontecendo retomada, o próprio *Mbya* viu, agiu, o próprio *Mbya* vê onde seria melhor, onde seria**

**importante, onde seria lugar, onde pode ter esse *Mbya rekó*. É aqui é mais mata. Pra viver no *Mbya rekó* mesmo é mata, mas não é só mata né, pode ter capoeira também, mas na mata é que tem tudo. Aqui tem rio, que a gurizada pode aprender de novo a pescar.** Olha, aqui tem tudo. O meu filho mais velho, tava dizendo que tava procurando lugar pra viver no *Mbya rekó*, que ele sempre quis, sempre desejou, e o único lugar que achou foi esse aqui. Aqui tem tudo pra viver o *Mbya rekó*. Principalmente mata. Mata que dá condições de viver conforme o *Mbya rekó* (André Benites, jul. 2017. Grifos nossos).

Ainda sobre caminhar em direção ao *teko porã* (bem viver), André relata a importância do movimento de retomada, daquilo que realmente tem importância para os *Mbya*, daquilo que buscam quando estão em movimento:

Porque a única coisa que a gente pode fazer de movimento é isso. Se não nós ficamos parado. O que nós temos que fazer? Qual é o nosso movimento? Nosso projeto? Movimento assim? **É busca de *teko porã*. Primeiro lugar se instalar, fazer casinhas tradicional, faz plantação, que vem depois a saúde, então nosso movimento é apenas esse.** O projeto é esse. Eu entendo assim, talvez outra pessoa vai te responder bem diferente. Esse é o objetivo que o *Mbya* sempre busca. **Nosso objetivo é ter tranquilidade, saúde.** E pra chegar nesse ponto que nós temos que fazer? Plantar, em um lugar bom assim, produtivo, nós temo que fazer isso. Não tem outro jeito. O movimento que tem pra fazer é esse. **Esse é o movimento do antigo também, projeto deles antigamente funcionava assim.** Fazer movimento. Só que movimento bem diferente, movimento sem dinheiro. (André Benites, jul. 2017. Grifos nossos).

Assim, na retomada em Maquiné os *Mbya* estão colocando em prática as primeiras linhas do Plano de Vida *Mbya Kuery*, escrito durante do 4º *Nhemboaty*, em Maquiné. Neste movimento os *Mbya* colocam na prática o que Lang (2016) apresenta como alternativas ao desenvolvimento. Ao se empoderarem mobilizam sua própria rede interna e fortalecem as redes de pluralidades em que estão inseridos, as quais são redes externas e interculturais, vislumbrando este como o caminho à resistência e soberania em relação à governança da sua territorialidade e de acesso as *ka'aguy heté*, que pode lhes garantir futuramente soberania alimentar, ampliando espaços para manter o *ma'ety hetei* (plantações originais).

Conforme o cacique da retomada em Maquiné, neste espaço eles querem manter o “sistema antigo”. No passado se juntavam três quatro famílias e saiam caminhando pra visitar outras aldeias. Passavam dois, quatro dias “vivendo no *Mbya rekó*” durante a viagem, mas hoje em dia relata que não tem mais como eles fazerem isso, pois: “cada lugar, cada parte, nós sentimos que tem dono. Então voltar de verdade nosso sistema, acho nunca mais vai voltar, mas pelo menos voltar o máximo que der,

20, 30, 40%, até a metade é o que nós queremos” (Cacique da *tekoá Ka’aguy Porã*, mar. 2017).

Neste sentido, a retomada de Maquiné representa toda intenção *Mbya* de manter vivo o sistema *Mbya rekó*. Além de retomarem um espaço físico, onde reencontram as criações naturais que dão condições de se fortalecerem física e espiritualmente, manterem as *ma’ety heté* (plantações originais) com suas sementes, educarem as crianças com base no sistema e nas regras originárias, retomam a vida no *Mbya rekó*. No que segue, o cacique da retomada expressa o entendimento dos *Mbya* em relação às formas de apropriação da terra, regras criadas pelos *jurua*, que são inconcebíveis ao sistema dos Guarani, mas que a séculos os aprisionam de distintas formas:

Porque que não tem mais alegria, como eu sempre falo. **Não existe mais alegria nas aldeias. Cada momento vem preocupação. Tudo que existe é problema, esse é o sentimento. Em Maquiné, na retomada, pelo menos é o primeiro lugar que as crianças têm segurança, não tem problema de, por exemplo, um colono, ou seja, de fazendeiro.** Quando sai pra fazer alguma coisa no mato ele não tem perigo, se sente livre. Mesmo sabendo que ele tá atravessando em área Estadual ou particular, porque o dono não tá controlando. Essa região de Maquiné sempre foi livre, não totalmente, mas pelo menos sempre os Guarani caminharam por ali, pela estrada, qualquer lugar, porque tudo é conhecido, saem pra pescar, passam por roças. **Os Guarani sempre vão cruzar em cima do terrenos dos outros, e sabemos que não é pra mexer no que tá ali dentro, mas pelo menos vamos cruzar e pescar lá, coletar algumas coisas lá do outro lado. Agora na área da retomada estamos procurando ser totalmente livres. Todos sabem que pra nós Guarani não existe limite, a gente sente que ninguém é dono. Ninguém é dono da terra, mesmo o *Mbya* não é dono. Só que o *Mbya* foi criado pra cuidar da terra. Não é pra se adonar. Então, tudo que tá aqui na Terra, não tem dono na Terra. Quem é dono é o criador, que é o *Nhanderu*. Ele é o dono, ele que criou. E cada povo foi criado por Ele pra cuidar, pra viver no mundo. Por que sem o humano também o mato e terra não vive também. Então o humano foi criado pra cuidar e manter, então essa terra e território é pra todo mundo. Não é meu não é teu não é de alguém. Mas o *jurua*, de cada coisa ele se adonou.** Eu sempre falo que ele quer se adonar, e tá se adonando, e cada coisa, cada parte, qualquer coisa que existe hoje tem dono. **Algumas coisas como carro, por exemplo, que foram feitas, dá pra se adonar, mas não dá pra se adonar das outras pessoas, de outros pensamentos, de outras ideias, cada um tem seu corpo, seu pensamento, cada um tem a sua caminhada, o seu futuro, e cada um tem que resolver conforme ele sente. Só que hoje não é assim, o Guarani tem que seguir as regras do Governo, as leis dos Governos, as leis dos políticos, que tá afetando nas aldeias. Por exemplo, na Amazônia, Mato Grosso tem muitas aldeias que são isoladas, não chega ninguém, tem só como chegar de avião, mas mesmo assim ele tem identidade, tem obrigação e votar, então ele não tá livre. Ele tá preso no sistema, no sistema do *jurua*. [...] antes não existia problema pra fazer movimento, hoje, por exemplo, se não tem recurso, fica dependendo do Estado, ou de outros órgãos, se não ele está perdido. O *Mbya* tá perdido ele sente que não vai conseguir, não vai achar. Ele se sente totalmente perdido porque**

**não tem recurso, fica nessa dependência** (Cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, nov. 2017. Grifos nossos).

As palavras do cacique da *tekoá Ka'aguy Porã* esclarecem a noção do uso do espaço geográfico para os *Mbya* Guarani, afirmando a liberdade como uma característica da cosmovisão indígena quanto aos usos das criações naturais presentes na Terra, deixadas por *Nhanderu* para serem usufruídas seguindo as regras do criador. O *Mbya rekó* (modo de ser) enquanto um sistema cultural Guarani afirma a interdependência entre humano-Terra-humano, e a responsabilidade de todos em respeitar cada sistema existente, criando formas de convergência de interesses para uma melhor convivência das territorialidades presentes. As palavras do cacique demonstram que o sistema *juruá* (não indígena) secularmente opera no sentido de se apropriar de tudo que existe, desconsiderando os demais sistemas. Entretanto, o *Mbya rekó* é um sistema em resistência que demonstra que os humanos foram criados para cuidar e manter a terra como um território de uso comum.

O cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, ao participar VIII SINGA: Simpósio Internacional de Geografia Agrária em Curitiba em 2017, encontrou outros Guarani, vindos do Oeste do Paraná envolvidos com as retomadas de Guaíra e Terra Roxa, e também os do Sudeste do Brasil. Neste encontro ele pode dialogar, contar sobre a retomada vivenciada pelos *Mbya* em Maquiné e trocar experiências também com lideranças de movimentos de resistência Quilombola e Camponeses. Participamos de mesas redondas interculturais, espaços de diálogos, palestras relacionadas a movimento sociais de luta e manutenção de terras e territórios. Neste encontro também ouviu as palavras do David Kopenawa, Ianomami, que proferiu a palestra abertura, apresentando uma fala de abrangência à situação de todos os povos originários no Brasil. Em uma das mesas redondas do VIII SINGA, uma representante indígena da Colômbia, Vilma Almendra, indígena *nasa-misak* do Valle del Cauca, integrante do coletivo Pueblos en Camino, contextualizou em sua fala o sentido da construção dos Planos de Vida<sup>104</sup> dos originários daquele país, as lutas, conquistas e experiências, particularmente a experiência do povo Naza e Misak:

---

<sup>104</sup>Ao logo dos *Nhemboaty*, em 2016, os *Mbya* assistiram documentários sobre a experiência da construção de Plano de Vida povo *Misak*, originário da Colômbia, por meio da rede Territórios de Vida: <http://www.lifemosaic.net/esp/tol/> sendo este um dos materiais que motivou os debates entre os *Mbya* para construção de um Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral do RS.

Los planes de vida en Colombia oficialmente empiezan a hacerse a raíz de la constitución de 1991, que reconoce a Colombia como un país pluriétnico y pluricultural que le da facultad y autonomía para los territorios y cada pueblo empieza a hacer su plan de vida. Uno de los primeros planes de vida que se hace, es el del pueblo Misak en 1993, después siguen los del pueblo Nasa y bueno, de ahí por todo el país. **Pero una cosa que sería bueno distinguir es que el plan de vida viene desde abajo, desde lo que se siente. Si hablamos de plan de vida como un horizonte de lucha permanente para que nos permita estar en el territorio y buscar ese equilibrio y armonía con la madre tierra que conlleva a los buenos vivires, él no tiene fecha.** Algunos compañeros dicen **el plan de vida tiene más de tres mil años, otros dicen aquí cuando empezamos (...).** Entonces el plan de vida, más que un proyecto institucional que aún hay de cada 4 años, que hasta se confunde con el plan de desarrollo porque tiene que tener con el presupuesto que le da la alcaldía, las transferencias a los pueblos indígenas y por eso se hace ese plan de vida. **Entonces como que distinguimos, si hay un plan de vida institucional que se hace a cada 4 años para acceder a unos recursos, pero hay algo más grande que eso, que son los planes de vida como horizonte político.** Muchos pueblos han logrado sobre la base de los principios y de los valores de usar ese proyecto de cada 4 años para tratar de encaminar ese plan de vida que no tiene una fecha concreta, sino que lo que tiene es la disputa por vivir y fundar el territorio, buscar el equilibrio y armonía con la madre tierra. [...] **Entonces uno de los primeros fue el plan de vida Misak y de lo que nos habla es sobre recuperar la tierra para recuperarlo todo, es el principal legado que nos deja, que sin tierra no somos nada.** Indio sin tierra es indio muerto, se dice mucho en el territorio (Representante indígena nasa-misak do Valle del Cauca na Colômbia, integrante do coletivo Pueblos en Camino. nov. 2017).

As reflexões feitas por esta indígena a respeito do movimento dos povos originários na Colômbia contribuíram para fortalecer ainda mais a compreensão sobre processo vivenciado pelos *Mbya*, em que se ampliam as possibilidades de irem além da construção de PGTA, ampliando o foco para um plano político *Mbya* de governança do território, em que o ambiente, a saúde, o alimento, a educação e espiritual estejam nas bases, como pilares indissociáveis no sistema *Mbya*.

Em sua fala, esta indígena também abordou outros assuntos associados aos Planos de Vida, como os desafios das relações interculturais e a autonomia dos povos para manterem seus próprios sistemas educacionais. Em sua fala emocionada e emocionante, enxergamos semelhanças quanto aos desdobramentos práticos do Plano de Vida que emerge entre os *Mbya*, pois seja na Colômbia ou no Brasil, os originários parecem enfrentar os mesmos problemas e desafios:

**Ese territorio tiene que estar en la búsqueda de autonomía, y la autonomía es una práctica cotidiana muy difícil y muy complicada cuando estamos atravesados de instituciones, ONGs, de escuelas, de iglesias, que lo que buscan es someternos todo el tiempo.** Entonces para ir a lo de la **educación**, se ha logrado muchas cosas. Por ejemplo, uno de los primeros decretos más conocidos que se aprueba con la constitución es un

proyecto educativo comunitario, o sea, que tenga en cuenta cual es el plan de vida de las comunidades, cuales son las prácticas culturales, las distintas relaciones que se tiene en el territorio, qué significa para nosotros la madre tierra, como es la formación política y la educación que queremos darle a nuestros hijos e hijas, **pero, termina siempre limitándose a lo que nos pide el sistema, porque el gobierno aprueba, te da el recurso, que tiene que responder a unas pautas y a unas limitaciones que te dan.** Ahora, por ejemplo, **hay una discusión entre si son proyectos educativos comunitarios, si son proyectos educativos propios, o si son proyectos de educación intercultural que es una cosa que se ha metido ahora.** Entonces se habla mucho de intercultural, pero uno en la práctica ve que el nombre intercultural es para blanquearnos, para domesticarnos y para que el indio y el negro se eduque como el blanco, o como el individuo que se necesita para que alimente al sistema capitalista. Entonces, es una discusión muy profunda que se está dando y que es difícil, porque las comunidades no tienen los recursos propios para la educación, y de cierta manera el gobierno los facilita, pero es muy dependiente: el currículo, los horarios, los tiempos y a pesar de todo hay experiencias que logran romper con eso. Hay muchos centros educativos que lo primero es la relación con la tierra, los cultivos, las fases de la luna, todas esas, digamos relaciones o practicas matriarcales que son vitales para aunar la vida y aunarnos en el territorio. Pero se ven erosionadas y limitadas por el mal gobierno, porque te da un recurso pero te condiciona todo. Entonces, dependiendo del plan de vida que nosotras y nosotros tengamos es que le ponemos límites (Representante indígena nasa-misak do Valle del Cauca na Colômbia, integrante do coletivo Pueblos en Camino. nov. 2017).

As limitações às regras do Estado, em um território colonizado e controlado pelo sistema *jurua*, impede o pleno exercício das culturas originárias, como a dos Guaraní. Também no Brasil, pós CF 1988, que extingue a tutela, a autonomia continua limitada, pois passa por relações interculturais carregadas de intensões e interesses. Entretanto, conforme o cacique da retomada de Maquiné, a tendência é que o sistema *Mbya rekó*, que é a base para que caminhem para o *teko porã*, se mantenha por meio das redes de pluralidades, engajados em encontrarem brechas no sistema do colonizador. São redes de auto apoio, que buscam sair dos esquemas dependentes criados pelos Governos em meio da pluralidade de alternativas que essas redes trazem consigo, como as redes de agroecologia, as redes de consumo e economia solidária, de Permacultura, etc.. A articulação em rede formada a partir da retomada *Mbya* de Maquiné exemplifica essa pluralidade de ações de apoio possíveis, desde o jurídico, logístico, alimentar e de infraestrutura que foram fundamentais para garantir a permanência preliminar dos *Mbya* na terra retomada, fortalecendo a governança interna.

Entretanto, inicialmente, o movimento de retomada causou estranheza à algumas lideranças *Mbya*, que conduziam os *Nhemboaty* no litoral. Para estes a retomada causou certo desequilíbrio ao trabalho de fortalecimento interno da rede *Mbya* que estava se fortalecendo. Devido à retomada, o 5º *Nhemboaty*, conforme planejado

para acontecer no início de 2017, não ocorreu. As atenções das instituições apoiadoras dos *Nhemboaty* voltaram-se para as demandas emergenciais da retomada, o que foi alvo de crítica por parte do representante indígena do CODETER Litoral em uma reunião na *tekoá Pindoty*, em julho de 2017, com membros do NEDET UFRGS para avaliação e encaminhamentos para realização de um próximo *Nhemboaty*.

Aconteceu quando ouve essa retomada de terra lá em Maquiné, aí é que se afastou tudo. Então ficou um ‘bolo’ que ninguém tá se entendendo mais. Então eu me preocupo assim, eu faço uma Comissão agora pra visitar todas as aldeias e agora o que vão me dizer: - “Ah, agora apareceu? Vem conversar de novo”. Como se estivesse atropelando. Então eu sugiro fazer uma reunião. Colocar na prática isso, explicar pra cada um o que aconteceu. André me chamou esses dias, eu conversei com ele e ele também sugeriu isso. Falou “Bah, agora eu estou um pouco perdido, todo mundo está um pouco perdido, por causa da retomada de terra”. Ouve esse problema interno, então nós temos que se entender, é a primeira coisa. Depois sim, criar uma Comissão se possível só pra trabalho. Se não tivesse esse problema interno já seria tranquilo, porque já tinha uma coisa planejada, coisas práticas pra fazer, grupo pra trabalhar. Tava tudo tranquilo, daí que surgiu a retomada e desmanchou. Eu também estou confuso, estou no meio disso, não sei estou afastado ou não. Então esse assunto está muito polêmico, então, eu queria conversar com todo mundo primeiro e aí criar uma comissão e se todos estão de acordo tocar o barco pra frente (Cacique da *tekoá Pindoty*, jul.2017).

A retomada de Maquiné carrega o propósito cosmopolítico de uma governança territorial conduzida pelos Guarani, que possibilite diminuir a dependência sistemática dos *Mbya* das relações assistencialistas do Governo, que os mantém reféns do sistema e das regras dos *juruá*. Verifica-se que a partir de uma política de desenvolvimento, como o PRONAT em transversalidade com a PNGATI, desencadearam-se desdobramentos, construídos e fortalecidos nas redes de pluralidades existentes nesta porção do *Yvy Rupá*, expressando em termos práticos as alternativas ao desenvolvimento, conforme proposto por Lang (2016). Os *Mbya* garantem o direito à terra e ao território, ao mesmo tempo em que garantem o direito da natureza se manter, intrínseca ao sistema *Mbya rekó*, mantendo condições de base espiritual, alimentar e educacional, que orientarão seu autogoverno. Assim, a retomada em Maquiné expressa na prática a corrente indigenista da abordagem do Bem Viver, envolvendo a luta pela garantia dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza como interdependentes na orientação de uma governança intercultural desta porção do *Yvy Rupá* no litoral do RS.

Na seção que segue, são apresentadas as características ambientais da área em que se consolidou a *tekoá Ka’aguy Porã*, ampliando as possibilidades dos *Mbya* manterem o *Mbya rekó* na porção litorânea sul do *Yvy Rupá*.

### 6.2.1 Ação coletiva em prol da retomada da porção do Yvy Rupá no litoral: Tekoa Ka'aguy Porã (Floresta Sagrada)

A *tekoá Ka'aguy Porã* (Floresta Sagrada), localizada no município de Maquiné se consolidou como uma das mais novas *tekoá Mbya* Guarani no litoral do RS, criada a partir da área retomada pelos *Mbya*, resultado da luta indígena pela garantia de espaços para manutenção do *mbya rekó* no *Yvy Rupá*.

Figura 50 - Lideranças *Mbya* no primeiro dia da retomada em Maquiné/fev. 2017



Foto: Da autora.

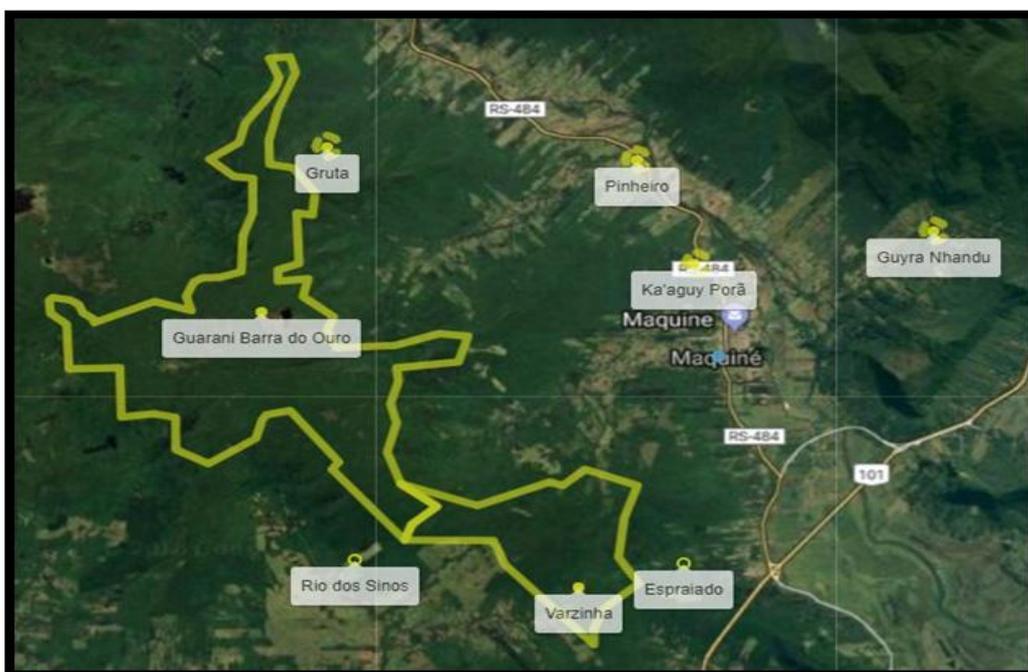
Trata-se de uma área pública com 356,8150 hectares que estava sob uso exclusivo da extinta FEPAGRO, no litoral norte do RS. Deste total em área, 99,1890 hectares referem-se à Área de Preservação Permanente (APP) e 238,83 hectares à área de Reserva Legal (RIO GRANDE DO SUL, 2017b). A área apresenta remanescentes de vegetação nativa em estágios médio e avançado de regeneração, além de áreas de uso consolidadas que incluem florestas nativas em estágio inicial, plantio de *Pinus sp.*, *Eucalyptus sp.* e *Acacia mearnsi* (acácia negra), área experimental da extinta FEPAGRO, incluindo casas de moradia de funcionários.

Por ser uma área experimental da extinta FEPAGRO, neste espaço encontram uma grande variedade de espécies nativas da Mata Atlântica, especialmente frutíferas em sistema agroflorestal, como a juçara (*Euterpe edulis*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e goiabeira-serrana (*Acca sellowiana*).

Conforme os *Mbya* esta área possui condições privilegiadas para manutenção do *mbya rekó*, possuindo áreas de floresta ainda preservadas e em diversos estágios de regeneração, que possibilitam o extrativismo e acesso aos seres vegetais, minerais e animais deixados por *Nhanderú*, que resguardam a energia vital necessária para o fortalecimento físico e espiritual desse sistema.

A figura 51 apresenta a localização da área retomada pelos *Mbya* em relação às outras *tekoá* na abrangência do município de Maquiné, mostrando a centralidade desta área no conjunto da composição territorial *Mbya* nesta porção do *Yvy Rupá*. A área retomada compõe, juntamente com as outras *tekoá* no Vale do Maquiné, um mosaico de terras indígenas.

**Figura 51 - Localização da *tekoá* *Ka'aguy Porã* em meio à territorialidade *Mbya* no Vale do Maquiné**



Fonte: Extraído do Mapa Guarani Digital (CTI, 2016).

Um primeiro croqui para indicação dos usos da área retomada foi elaborado pelos *Mbya* junto com os apoiadores para fundamentar a demanda da terra perante a justiça. Foram identificados os locais de construção das casas tradicionais, trilhas utilizadas para coletas das criações naturais de uso comum recursos da biodiversidade usados para alimentação, tratamentos medicinais na *opy* (casa de reza), construção de moradias, caça, áreas de acesso à água (nascentes e córregos) e, ainda, os espaços utilizados pela FEPAGRO, como administração, laboratórios, áreas de experimentos,

etc. que são espaços reconhecidos pelos *Mbya* como potenciais locais de futuras instalações, posto de saúde, centro cultural indígena e viveiros de mudas nativas.

**Figura 52 - Primeiro reconhecimento da área com uso de imagem de satélite para elaboração de um croqui de uso**



Foto: Poester (2017).

Os *Mbya* demonstraram um profundo conhecimento do ambiente da área retomada, das *ka'aguy heté reguá*, pois já circulavam neste espaço em busca das mesmas. A área dispõe em conjunto elementos que são a base da manutenção do sistema *mbya rekó*, como *yy porã* (fontes de água pura), *poã hete'i* (medicina tradicional), *mymba* (animais silvestres), *yva'a* (frutas nativas), *ei hete'i* (abelhas nativas) e a matéria prima necessária para a confecção de artesanato, como *takua hete'i*, *guembé pi* (cipó), *yvirá* (fibras). Também, por ser uma área de pesquisa *juruá*, manteve-se protegida de agroquímicos, resguardando um solo fértil na encosta do Vale, possibilitando que as sementes originais *Mbya* germinem com mais força. Desse modo, a conquista desta nova *tekoa* no litoral, em rede com as demais *tekoa*, passa a ser central quanto ao acesso e manutenção de *ka'aguy heté* de uso comum, destacando-se como um banco de acesso a espécies da vegetação nativa e das sementes verdadeiras.

Atualmente, aproximadamente 30 famílias *Mbya* estão residindo na área, sendo uma da Ilha do Cardoso, São Paulo, demonstrando a mobilidade *Mbya* no *Yvy Rupá*. Construíram as casas na arquitetura tradicional, com uso do barro e madeiras nativas, cobertas com taquara ou folhas de *Pindó*, sendo uma delas a *opy* (casa de reza e celebrações), construída imediatamente após a entrada na área, para firmar e fortalecer a “rede espiritual *Mbya*”, conforme relatos do cacique André Benites.

**Figura 53 - Construção da primeira *opy* na *tekoá Ka'aguy Porã*, coberta com folhas do *Pindó***



Foto: Da autora.

**Figura 54 - Primeiras famílias da área retomada em frente à *opy* da nova aldeia**



Foto: Da autora.

Posteriormente, com o aumento das famílias, uma casa de reza maior, foi construída no centro da aldeia, com uso de *taqua'i* (taquara-mansa) para a cobertura.

**Figura 55 - Segunda *opy* construída na área retomada em Maquiné**



Fonte: Da autora.

A figura 56 é uma foto aérea da *tekoá Ka'aguy Porã* com destaque para o primeiro núcleo de casas da área retomada. As setas vermelhas indicam a localização das *opy*, estando a maior delas, a segunda a ser construída, no centro da aldeia.

**Figura 56 - Primeiro núcleo de casas aberto na área retomada em Maquiné com destaque para as duas *opy***



Fonte: Cedida por um representante *Mbya*.

Ao presenciar o nascimento desta nova aldeia e vivenciar o *mbya rekó*, assisti o *ara pyau*, a escolha da área e o preparo da terra conforme o manejo tradicional de

derrubara e queima chamada de coivara pelos Guarani, para abertura das *kokué* (roças) onde são feitas as *ma'ety* (plantações tradicionais).

A coivara ainda é praticada pelos *Mbya* nas aldeias do litoral, apesar dos *Mbya* relatarem que nem todas as aldeias mantêm esta prática de manejo tradicional. Conforme me explicou um *Mbya*, este manejo consiste em “limpar a área, escolher as árvores que podem ser derrubadas, juntar os galhos e queimar”. Depois, as cinzas são espalhadas no solo onde farão as *ma'ety*, observando onde as sementes nascem melhores e as plantas se desenvolvem. “Observar e experimentar” faz parte do “científico” do Guarani, me relatou um *Mbya*. É de costume realizar dois ou três plantios no mesmo espaço e depois deixar a terra descansar, quando esperam nascer a capoeira. Entretanto, atualmente devido ao tamanho e situação ambiental das aldeias *Mbya*, que possuem áreas com poucos fragmentos de florestas, a coivara tem sido praticada com menos frequência.

**Figura 57 - *Ara pyau* e o manejo da coivara na *tekoá Ka'aguy Porã*, em Maquiné**



Foto: Da autora.

Os primeiros plantios do *avaxi heté* e de outros cultivos foram registrados pelos próprios *Mbya*, que encaminhavam fotografias às redes de pluralidades, celebrando a germinação, o desenvolvimento das plantas, a colheita e o *avaxi* assado diretamente no *tata* (fogo).

**Figura 58** - Registros do crescimento das *ma'ety* (plantações originais) na área retomada em Maquiné



Foto: André Benites (2017).

Em um ano e meio de retomada já plantaram e colheram suas sementes originais, mantendo as variedades de *avaxi*, *jety*, *kumandá*, *pety*, *mandió*. Como de costume, as espigas de milho são debulhadas, salvaguardando-as para as próximas *ma'ety*.

**Figura 59** - *Kunhangue* (mulher) *Mbya* debulha as espigas do *avaxi hetei*



Foto: André Benites (2017).

Em expedições coletivas na floresta realizam a coleta de frutas nativas, como as do *Pindó*, e também do *yxió*, uma larva que nasce dentro do *Pindó*, alimento apreciado como fonte de proteínas e fortalecedor da imunidade dos *kyringué* (crianças), conforme mostra a figura 60.

**Figura 60 - Coleta do *yxió* pelas crianças na nova aldeia da área retomada**



Foto: André Benites (2017).

Nas matas da nova *tekoá* os *Mbya* percorrem coletivamente diversos caminhos, abrindo trilhas para coletar os frutos das *yvyra hete'i* (árvores nativas) e coletar *poã hete'i* (plantas medicinais-remédios do mato), além da *japeá*. Nesse percurso também montam os *mundéo*, e/ou *munde-pi* (armadilhas de caça tradicionais) estrategicamente localizadas em locais de passagem dos animais, para “quando *Nhanderu* autorizar” capturarem a caça que servirá de alimento.

As armadilhas são montadas somente após o período reprodutivo, quando os filhotes já estão mais crescidos e não dependem mais dos pais para se alimentarem, pois assim não se corre o risco de matar os pais dos filhotes que ainda dependem deles. Também conforme orientam os *xeramoi*, os mais antigos, os animais devem ser caçados somente quando “realmente se precisa”, como alimento ou quando usados em algum tratamento de saúde, associados ou não com espécies vegetais (LADEIRA, 2008).

**Figura 61 - Jovens *Mbya* após expedição de caça na *tekoá Ka'aguy Porã***



Foto: André Benites (2017).

Devido à falta de condições de uma vigilância voltada à conservação por parte do Estado, a área retomada vem sofrendo há décadas com a exploração predatória de seus recursos, como a retirada de madeira, caça ilegal de animais silvestres e corte, principalmente, da palmeira *jeju* (juçara) por exploradores irregulares de palmito (os “palmiteiros”) utilizam esta área para a prática de suas atividades ilícitas. A presença *Mbya* tem inibido a entrada “palmiteiros” dentro da área da FEPAGRO, avistados pelos *Mbya* inúmeras vezes desde a entrada na área retomada. Também relatam ter encontrado armadilhas de *juruá* para captura de animais silvestre como o quati (*Nasua nasua*). A presença indígena tem contribuído para coibir atividades predatórias, contribuindo na conservação ambiental da área retomada.

Entre os *Mbya*, bem como ocorre entre outras culturas indígenas, a prática de amansar animais silvestres e domesticá-los é comum e compõe parte da educação das crianças a aproximação com animais da mata. Além disso, ao criá-los na aldeia esses animais atraem e mantêm outros animais silvestres no entorno da aldeia, podendo servir aos *Mbya* de alimento quando necessário.

**Figura 62 - Um quati amansado na tekoá Ka'aguy Porã**



Foto: Da autora.

**Figura 63 - Após coleta da *ka'a* (erva mate) o carijo é feito pelas *kunhangue* na nova aldeia**



Foto: André Benites (2017).

Em meio à mata, jovens *kunhangue* (mulheres) retomam o costume da lavagem de roupas diretamente nas margens dos córregos e rios, algo aparentemente simples, mas que na atualidade torna-se está cada vez mais distante do cotidiano *Mbya*. Esse também passa a ser um espaço de encontro, principalmente entre as *kunhangue*, que acompanhadas dos *kyringue* (crianças) conversam sobre os mais variados assuntos ligados às relações internas na aldeia.

Conforme visto no capítulo 4, as *tekoá* no litoral apresentam características ecológicas diferenciadas, neste sentido, existe um esforço dos *Mbya* em fortalecerem a complementariedade da oferta de criações naturais de uso comum acessadas nesses pequenos pedaços de terras e mata nesta porção do *Yvy Rupá*. Tal complementariedade se dá por meio de intercâmbios de espécies via rede interaldeã, disponibilizadas a todos, quando necessário.

Culturalmente estas trocas fazem parte da dinâmica *Mbya* de uso comum das criações naturais originárias, porém na atualidade, devido à diminuição das matas, a interdependência entre as aldeias tem se intensificado. Tanto espécies da vegetação nativa, quanto exóticas presente nas aldeias, quando necessário, são de uso compartilhado entre os *Mbya* no litoral. Neste sentido, a *tekoá Ka'aguy Porã* representa um núcleo importante de acesso a espécies nativas da Mata Atlântica não mais encontrada em outras aldeias no litoral do RS.

## **6.2.2 As redes de pluralidades: a rede de apoiadores à governança Guarani para a retomada de Maquiné**

Hoje, o caminho é esse. Cada *Mbya* deve “se virar” pra conseguir as coisas, não dá pra esperar mais. Nós aqui estamos com os apoiadores, contamos com essa rede (Cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, maio 2017).

Após a retomada de Maquiné a rede inicialmente formada durante os *Nhemboaty* de 2016 foi ampliada e passou a ser caracterizada como uma rede solidária de apoiadores da “retomada no *Yvy Rupá*”.

Provenientes de diferentes espaços institucionais (governamentais e não governamentais) os apoiadores passaram a mobilizar a permanência *Mbya* na área, buscando manter condições legais, políticas, logísticas, de infraestrutura e alimentar, além de fortalecer o esclarecimento à opinião pública, sobre o que realmente apresenta o movimento de retomada daquele espaço para os *Mbya*.

Pequenos documentários e textos jornalísticos foram produzidos pelos *Mbya* junto com os apoiadores e divulgados em mídias alternativas, em canais *youtube* e em redes sociais *facebook* e *whatsapp*. Nestes vídeos os *Mbya* apresentaram amplamente aos *jurua* as motivações da retomada e a situação dos Guarani de maneira geral no RS.

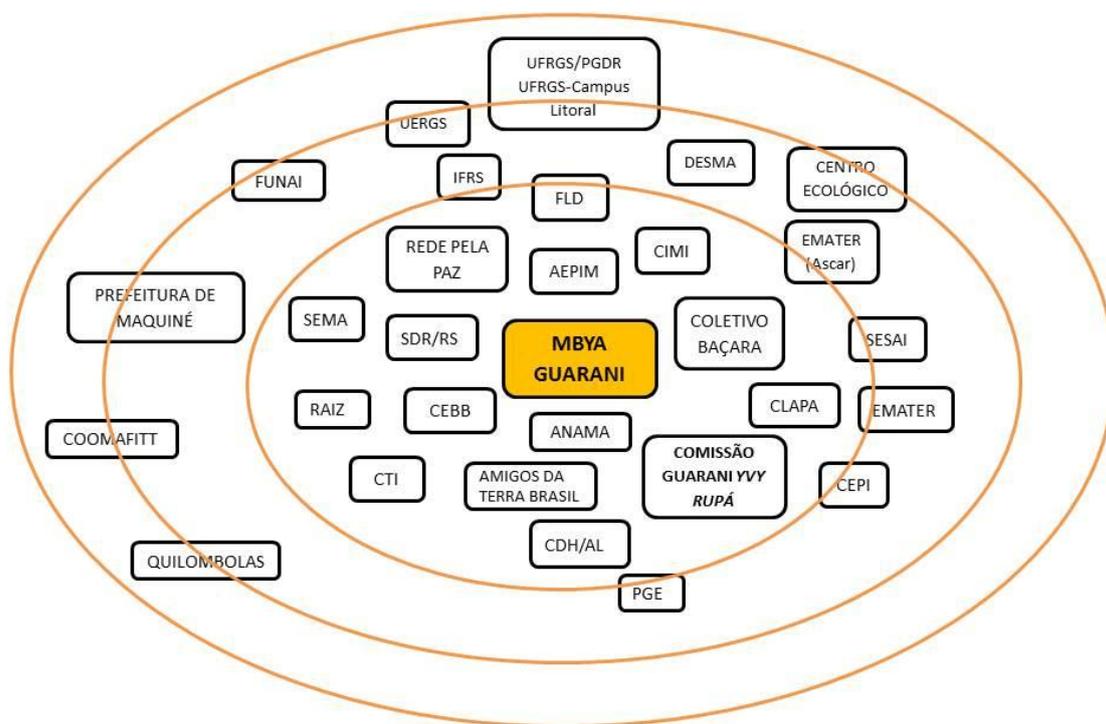
Compõe a rede, representantes de órgãos públicos como FUNAI, Emater/Ascar, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR), SEMA/RS; Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI); Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa/RS, além de estudantes, pesquisadores e professores universitários (UFRGS, UERGS, IF); representantes de ONGs socioambientais e indigenistas: Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Associação de Estudos e Projetos dos Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), Amigos da Terra, Coletivo Baçara, Coletivo Libertário de Apoio aos Povos Ameríndios (CAPLA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Comissão *Yvyrupá*; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); agroecologistas vinculados a cooperativas de agricultores familiares do litoral norte (COOMAFFIT), Centro de Estudos Budista Bodisatva– CEBB; Movimento Cidadanista RAIZ; Jornal Já; Rede Pela Paz, comunidade de Maquiné, entre outros ativistas ligados aos direitos humanos, técnicos, antropólogos, historiadores, artistas sociais, geógrafos, biólogos, sociólogos. O Jornal Já<sup>105</sup> publicou uma série de matérias que deram visibilidade aos encaminhamentos judiciais da retomada. Especialmente em 2017, conectados em uma rede solidária física e virtual (*Whatsapp*) circularam as informações estratégicas, técnicas, jurídicas e campanhas voltadas à arrecadação de doações (alimentos, roupas, cobertores) para manter a retomada. Estes mesmos apoiadores contribuíram para a sistematização e produção de uma série de documentos

<sup>105</sup> <http://www.jornalja.com.br/?s=mbya+guarani>

que passaram a subsidiar a defesa *Mbya* perante o processo aberto pelo Governo do Estado do RS com vistas à reintegração de posse. Os *Mbya* relatam que todas as pessoas que se apresentaram como apoiadores foram “chamados” por *Nhanderú*, por alguma razão estão envolvidos, e quem se aproximou está envolvido em uma rede espiritual muito maior.

**Figura 64 - Esquema de proximidade dos apoiadores que compõem a rede de pluralidades formada a partir da retomada de terras ancestrais *Mbya* Guarani, em Maquiné, no litoral do RS**

**Rede de pluralidades formada a partir da Retomada no *Yvy Rupá* no litoral do RS (2017)**



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das tensões de uma possível reintegração de posse, a resistência e mobilização em rede permitiram a abertura de negociações com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), levando a suspensão da reintegração de posse por três vezes, apostando em uma conciliação de partilha da área de 367 hectares entre os *Mbya* e a FEPAGRO.

A assessoria jurídica aos *Mbya* está sendo dada por um advogado da Comissão Guarani *Yvyrupa*. Trata-se de uma organização política indígena autônoma estabelecida segundo os usos e os costumes do povo Guarani, articulando as comunidades e lideranças nos seis Estados do Sul e do Sudeste do país, com sede na *tekoá Tenonde Porã*, em São Paulo.

Dentre os argumentos que constam no processo de negociação judicial está à possibilidade de cessão de áreas públicas do Estado do Rio Grande do Sul para a União como forma de amortização da dívida pública do Estado com a União, como é o caso da área da extinta FEPAGRO, uma área que pode ser destinada ao uso fruto indígena e posteriormente regularizada como reserva indígena. Caso contrário a área da FEPAGRO corre o risco de se tornar área privada, cedendo espaço para plantio de eucaliptos ou construção de condomínios conforme estímulos e intenções do mercado.

Em 2016, a Presidência da FUNAI em ofício encaminhado a SDR/RS (Ofício nº 95/2016/Pres/FUNAI-MJ. Brasília, 04/03/2016), já enfatizava a necessidade de aprofundamento de diálogo entre os órgãos da esfera federal e estadual (obedecendo a ordem jurídica vigente), analisando a situação específica destas áreas, para que se efetive essa possibilidade, cuja decisão pode ser estendida para outros casos de assentamento dos Guarani no Estado.

No primeiro semestre de 2017 ocorreram audiências públicas na Assembleia Legislativa, audiências de conciliação na 1ª Vara Federal de Capão da Canoa, com pedidos de suspensões da reintegração de posse por mais de três vezes, em meio as constantes negociações.

**Figura 65 - Registro da audiência pública na Assembleia Legislativa do RS para encaminhar a situação da área retomada em Maquiné**



Foto: Da autora.

Outras reuniões ocorreram diretamente na área de retomada, como a que reuniu procuradores da PGE, juízes, técnicos da FEPAGRO, SEMA, SDR, Emater e alguns apoiadores (estes últimos a pedido dos *Mbya*), sendo este um momento marcante em

que os *Mbya* se posicionaram quanto à possibilidade de, na ocorrência de uma reintegração de posse, o Governo usar da violência policial.

**Figura 66 - Reunião com procuradores da PGE, CEPI, SEMA e apoiadores na área retomada**



Foto: Da autora.

Na reunião ocorrida na aldeia em que restiveram presentes dos procuradores da PGE e representantes da SEMA/RS, CEPI além de outros apoiadores, em suas falas os *Mbya* deixaram claro que os adultos estão dispostos a darem suas vidas pela terra retomada, conforme segue:

Aqui ninguém mandou, falou pra vir, a gente foi guiado pelo *Nhanderú* pra entrar. A gente sabe que esse lugar é nosso, e quem se adonou foi o Estado. Era nosso, só estamos voltando pro que era nosso, por isso chamamos retomada. **Aqui não é invasão, nem ocupação, porque ocupar é em cima de terras de outros. Estamos apenas voltando pra nossa casa.** Por isso, desde a nossa entrada **as crianças estão felizes, tranquilas, porque estamos em casa.** Acho que Estado não vai querer sujar o nome por esse pequeno pedaço de terra. Por que se pensar em reintegração de posse, qual ideia das polícias? Será que vai abraçar as crianças? Acho que não, né? Vai chegar aqui com ordem do juiz, do Estado e vai nos bater. **Entramos aqui porque é nosso patrimônio. O Estado tem os dele: prédios, computador, carros, mas pra nós, tudo que é nosso tá aqui. Eu ficarei orgulhoso de morrer por minha família, na minha terra e por meu povo. Daqui, nós Guarani, não vamos sair.** Meus filhos tem que viver aqui, crescer aqui, e manter seu futuro, porque o futuro tá aqui. Se nós esperar do Estado, até hoje esperamos há quantos anos? **E o Estado nunca nos deu uma terra que tem valor pra nós. A única coisa que podemos fazer é retomar.** Nós Guarani é pacífico, não queremos brigar com ninguém. **Queremos conversar e se acertar.** O Estado tem muitas áreas, e não estamos interessados em todas as áreas. **Nós conhecemos muito bem a área, o que tem de valor pra nós aqui. Aqui tá a nossa vida, o nosso futuro. O futuro das crianças é aqui, por isso estamos aqui. Nós não vamos sair daqui, vamos permanecer aqui, não**

**importa se vir às polícias** (Cacique da *tekoá Ka'aguy Porã*, abril, 2017. Grifos nossos).

A clareza e o empoderamento implícito nas falas demonstram o quanto as lideranças *Mbya* Guarani estão dispostas a dialogarem com as demais territorialidades em busca da construção de consensos que ampliem caminhos e possibilidades para as futuras gerações, mantendo vivo o sistema *Mbya rekó*. A partir de um fragmento de terras nesta porção do *Yvy Rupá*, desafiam o Estado em reconhecer um direito originário e respeitar outras formas de conceber o uso da terra na Terra.

Nós estamos retomando o lugar dos Guarani, tem que ficar claro isso. Também não estamos dizendo que iremos retomar depois as outras áreas do Estado (FEPAGRO). **O Estado está entrando com pedido de reintegração, mas não vamos sair, porque esse é um lugar sagrado, o lugar da nossa tekoá. Aqui é território Guarani, um lugar sagrado, lugar dos nossos ancestrais.** Vocês viram as crianças? E se mandarem a polícia, tem que pensar dez vezes. Se o Estado entrar com reintegração de posse, nós vamos entregar o corpo pra polícia, pra matar, mas as crianças tem que ficar livres. **Isso aqui não é brincadeira. É uma retomada.** Aqui sobrou pra nós um lugar que não tem prédio. Isso tem que ficar bem claro, que queremos permanecer e vamos permanecer, e não queremos confronto. Se vocês confirmarem a liminar nós vamos permanecer aqui, não vamos abrir mão. Nosso Deus, pelo *karai*, nos enviou aqui. Não foi nenhum órgão que nos mandou aqui. Nós somos espiritualidade e vamos permanecer aqui. Se o Estado entrar com reintegração vai matar as crianças e queremos evitar isso. [...] **Temos confiança que vocês irão entender nossa visão. Vamos cuidar dessa terra, nós Guarani sabemos como cuidar, só nós. Ele pode ter contato com espírito da mata, espírito da água, da floresta. Aqui tem remédio, água boa, tem tudo pra criança, tem espaço e terra boa, e vamos produzir nossa vida, mbya rekó, nosso modo de viver.** [...] Nós estamos prontos pra morrer pela criança. A polícia vai vir com a arma de fogo. Hoje pro Estado a lei não serve, serve o dinheiro. Por que o Estado vai matar as crianças por um pedaço de terra? Nós somos ser humano, dono da terra. Isso aqui foi criado pelo *Nhanderú*, Deus *Tupã*. Criado pra nós Guarani viver. **Agora em cima do território criaram propriedades privadas, cercas. E isso nós sempre respeitamos, mas estamos morrendo na beira da estrada.** O Estado tem que pensar bem antes de mandar a polícia. Eu vou ter orgulho de morrer aqui. *Nhanderú* criou tudo aqui pra gente viver, pra o ser humano viver. [...] **Claro que estamos incomodando, porque pra sociedade de vocês nós não somos nada. Por que nós não plantamos soja, então só incomodamos.** (Cirilo Morfnico, abr. 2017. Grifos nossos).

No contexto das negociações, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) demandou à SEMA/RS uma análise ambiental da área buscando respaldo técnico e legal sobre os possíveis “impactos ambientais” causados pelos indígenas em permanência na área da FEPAGRO.

Diante disso, técnicos da SEMA/RS, especificamente do Departamento de Biodiversidade (DBIO/SEMA), juntamente com a SDR e Emater/Ascar, foram

responsáveis por elaborar, a partir do diálogo com os *Mbya*, um documento técnico propositivo de uso da área com base em etnomapeamento. A defesa inicialmente foi conduzida pela manutenção da pesquisa científica associada ao conhecimento tradicional indígena, de modo que a proposta aventava a possibilidade da construção de uma gestão compartilhada de toda a área.

A gestão compartilhada é uma forma de governança em que se compartilham as responsabilidades da gestão dos recursos entre o governo e os grupos de usuários, sendo variados os graus de envolvimento na tomada de decisão e participação entre os órgãos governamentais e grupos de usuários dos recursos. É uma alternativa de gestão que incentiva sistemas de manejo adaptativos, permitindo que se estabeleçam conexões transescalares, articulando níveis de gestão locais e governamentais, estimulando acordos sobre regras de manejo e formas de programá-las (SEIXAS; BERKES, 2005, p. 114).

Além de sugerir a gestão compartilhada o Parecer Técnico (DBIO/SEMA 2017) salientou que a presença *Mbya* não compromete ambientalmente a área, manejada conforme usos sustentáveis fundamentados no *mbya rekó*, e que tais usos estão respaldados pela própria legislação ambiental vigente que prevê:

Um conjunto de usos exclusivos para populações tradicionais e pequenos produtores rurais, nos quais os povos indígenas estão também abrangidos de acordo com a Lei Federal 12.651/12 (Parágrafo único, Artigo 3º), Lei Federal 11428/06 (Inciso II, Artigo 3º) e Lei Federal 11.326/06 (Inciso V, parágrafo 2º, Artigo 3º). o V, parágrafo 2º, Artigo 3º). Dentre os usos permitidos em lei para a área objeto deste parecer, estão as atividades consideradas como interesse social, como a exploração agroflorestal sustentável (Lei Federal 12651/12, Art. 3o, IX, letra B); a abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões quando necessárias à travessia de um curso d'água; a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais (indígenas) em áreas rurais; o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais (desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área); a coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos (Lei Federal 12651/12, Art. 3o, X). (Parecer Técnico SEMA/DBIO, 2017, p.3)

Além disso, consta no Parecer que a presença dos *Mbya* na área tem reduzido à atuação de “palmiteiros” da região que atuam em *gangs* organizadas na extração ilegal do palmito desde o sudeste ao sul do país. Consta no documento que os *Mbya* têm auxiliado na fiscalização, minimizando o crime ambiental da espécie *Euterpe edullis*, ameaçada de extinção (Parecer Técnico SEMA/DBIO, 2017). Este Parecer Técnico, também salienta com base em marcos legais nacional e internacionais as condições para

que sejam construídos mecanismos de gestão compartilhada de áreas protegidas, dentre as quais se incluem as terras indígenas.

**O direito às atividades tradicionais indígenas está devidamente expresso na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [...] atribui ao poder público a responsabilidade de garantir aos indígenas livre acesso aos meios indispensáveis à existência de suas comunidades, respeitando sua organização social peculiar, suas tradições e costumes diferenciados. [...] O estabelecimento de conectividade entre Unidades de Conservação (UCs) e áreas indígenas, conformando “mosaicos de áreas protegidas”, não apenas é uma eficiente e desejável estratégia na perspectiva da recuperação de processos ecológicos e potencialização da biodiversidade é, também, um mecanismo juridicamente instituído e incentivado na legislação ambiental, buscando compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.** Enquanto o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (Lei nº 9.985/2000) avança no sentido de considerar a figura do mosaico de UCs como uma possibilidade de gestão integrada e participativa, o **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas** (Decreto nº 5758/2006) aprofunda o entendimento da perspectiva da gestão territorial e do reconhecimento das áreas indígenas e quilombolas como áreas protegidas, desempenhando um papel chave na conservação da biodiversidade. Neste sentido, valoriza a complementariedade entre conservação da natureza e diversidade sociocultural. [...] **Pode-se lançar mão de uma perspectiva positiva e integradora quanto à possibilidade de dupla gestão e proteção desta área** de grande relevância socioambiental, na esteira das legislações e instrumentos que vêm se constituindo diante de conflitos de sobreposição de interesses: Planos de Manejo, Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), Termos de Compromisso, dentre outros, para viabilizar ações conjuntas, pontuais e permanentes. (Parecer Técnico SEMA/DBIO, 2017, p.8 e 10. Grifos do Parecer Técnico).

Concluindo, o mesmo Parecer indica que,

A permanência, manejo e uso da área pelos *Mbya* Guarani, de acordo com seu modo de ser tradicional (*mbya rekó*), é/está: **(1) compreendido como sustentável e respaldado pelo conjunto da Legislação Ambiental que incide sobre o Bioma Mata Atlântica; (2) amparado, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988 e por instrumentos jurídicos internacionais, (3) Incentivado por um amplo conjunto de legislações, políticas, instrumentos e planos socioambientais, nacionais e internacionais; (4) Potencialmente interessante para o Estado lançar mão de uma perspectiva pioneira e integradora de gestão compartilhada de uma área de altíssima relevância ambiental, a partir de uma compreensão de conservação ambiental balizada pelo respeito à diversidade, autonomia e modo de ser *Mbya*** (Parecer Técnico SEMA/DBIO, 2017, p.8 e 10. Grifos do Parecer Técnico).

Juntamente com o Parecer do DBIO/SEMA, outra documentação para “compor a defesa” e garantir a área aos *Mbya* perante o Governo, foi elaborada pela equipe da Divisão Indígena da SDR, técnicos da Emater e um procurador da PGE, os quais são conselheiros destas instituições no CEPI. O envolvimento destas instituições ocorreu

após a situação da retomada ter sido levada para a instância de Direitos Humanos da PGE, sendo demandada para a SDR a elaboração de um mapeamento (etnomapa a partir da demanda indígena) com destaque para as áreas de usos atuais e perspectivas de usos futuros acompanhado de parecer. Por meio destes estudos o CEPI se posicionou, sendo esta documentação produzida como forma de negociação com o Governo do Estado.

Conselheiros do CEPI informaram que em reunião na Comissão de Direitos Humanos na PGE o procurador da SEAPI informou que “o CNPJ da Secretaria foi alterado para que a SEAPI pudesse manter a pesquisa na área”, assim mesmo extinguida a FEPAGRO, esta se tornou parte desta Secretaria. Desse modo, a FEPAGRO, que também elaborou seu parecer, foi enfática nos seus encaminhamentos sobre a não concordância de uma “gestão compartilhada da área”, não abrindo mão de áreas experimentais que serão mantidas para pesquisa e precisarão ficar isoladas da interferência e presença humana.

Nessas circunstâncias, a Direção da FEPAGRO de Maquiné deixa claro que não é contrária à permanência dos *Mbya* na área, mas que deverão fazer uma divisão do espaço, daquilo que ficará de livre acesso aos *Mbya* e os limites onde não poderão entrar, mantendo-se área privativa da FEPAGRO. Neste diálogo processual fala-se então em “composição” e não “negociação”, identificando como ficará composta a área, nesta divisão em que dois lados se ajustam. Não haverá “negociação” por parte da FEPAGRO em relação a abrir acessos aos *Mbya* em áreas que entende ser exclusivas para pesquisa.

A articulação dos conselheiros da PGE, da SDR e da SEMA no CEPI, enfrentamento político a partir das audiências públicas realizadas na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, conseguiu consolidar abertura do processo da retomada, sendo esta uma conquista. Conforme procurador da PGE e conselheiro do CEPI, este foi “um passo firme, de onde não se quer voltar”, e complementa que dentre as dificuldades de diálogo com o Estado está a necessidade de manter “a firmeza da retomada, com apoio da comunidade, pois isso irá refletir sobre as decisões do Governo”.

Também foi constituído entre os apoiadores vinculados às Instituições de Ensino Superior (técnicos, professores e pesquisadores) um grupo de trabalho voltado a apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão com os *Mbya* na área da retomada como forma de inserir junto às negociações com o Estado o reconhecimento da importância de fomentar diálogos e pesquisas intercientíficas, que poderão inclusive beneficiar as

pesquisas realizadas pela FEPAGRO. Cabe salientar, que estes mesmos pesquisadores (ligados a UFRGS, UERGS, IF) já realizam projetos de ensino, pesquisa e extensão com diversas comunidades *Mbya* Guarani no estado do Rio Grande do Sul há alguns anos.

Ao longo do ano de 2017, os *Mbya* receberam desde comitiva de juízes até o Lama Padma Samten, lama do budismo tibetano, sendo que a terra da retomada tornou-se um lugar de “peregrinação” para muitas pessoas, sensibilizadas, e tocadas tanto pelas palavras quanto às motivações espirituais que os levaram a caminhar, encorajados a retomar aquilo que há muito tempo os *xeramoí* já os alertavam, procurar espaços melhores para viverem tranquilos.

O Centro de Estudos Budista *Bodisatva*– CEBB, situado em Viamão, passou a ser um apoiador ativo da retomada, contribuindo com campanhas de arrecadação de alimentos e materiais para infraestrutura das casas, além de promover espaços de diálogo e sensibilização à causa indígena, com apelo espiritual.

Em um destes espaços, aberto ao público, o Lama manifestou suas impressões quanto à situação política do país, referindo-se quanto à possibilidade de estarmos caminhando rumo ao “Estado mínimo”, e que, portanto, talvez fosse a hora dos coletivos, comunidades se envolverem com outro tipo de “poder”, sugerindo que os indígenas buscassem outros mecanismos de aquisição de terras, por meio até mesmo do mercado de compra e venda. Sugeriu que uma “associação religiosa” fosse criada pelos *Mbya*, e que esta se sobreporia à “proteção legal”, com a finalidade da comunidade “escapar” da tutela da FUNAI. Comentou que entende ser estranho que os nativos se fixem aos lugares, sendo necessários espaços para se deslocarem, acessarem, circularem, mas não exatamente se fixarem.

O Lama sugeriu que as alianças feitas pelos *Mbya* passem a garantir o acesso a terras privadas, ou cedências de áreas de RPPN, outras áreas de proteção em diferentes lugares, para que possam ampliar os espaços para circulação, pois isso geraria um “pulsar”. Os nativos não precisam da “propriedade”, no sentido literal da palavra. Comentou que muitas empresas oferecem terras a custo muito baixo, e que são áreas de proteção. Estas questões foram colocadas em debate, segundo ele, para ver como as mesmas repercutem, se fazem sentido, se existe possibilidade legal destes arranjos, e que o CEBB pensa como suas diferentes áreas<sup>106</sup> poderão também acolher este

---

<sup>106</sup>

O Instituto *Bodisatva* possui terra no municípios de Viamão e Canela no RS.

movimento de mobilidade Guarani. As considerações pessoais feitas pelo Lama precisam ser refletidas com cautela, para que o direito à demarcação de terras indígenas, garantido pela CF 1988 não passem a ser considerados desnecessários frente à perspectiva de um Estado mínimo.

**Figura 67 - Caciques *Mbya* reunidos no CEBB, em Viamão**



Foto: André Benites (2017).

A visibilidade da retomada também foi ampliada após uma matéria de capa do *Correio do Povo* (02/07/2017), conforme mostra à figura 68, cujo conteúdo, mencionou aspectos relacionados à presença indígena associada à conservação da biodiversidade, a situação dos *Mbya* Guarani na retomada em Maquiné, que lutam por uma terra em condições para manter os aspectos fundamentais da cultura e da alimentação tradicional, além das problemáticas relacionadas à Comissão Parlamentar de Inquérito da FUNAI, ampliando o debate para a questão indígena no RS.

Figura 68 - Capa do Correio do Povo + Domingo, Ano 122/ N°275



Fonte: Correio do Povo (2017).

Em comemoração aos 12 meses de resistência na área da retomada, os *Mbya* Guarani organizaram uma festa que se estendeu por dois dias, em que propuseram atividades culturais com cantos e danças, preparo de alimentos da cultura *Mbya*, como *mbyta* (pamonha), *caguijy* (bebida de milho), *avaxi mbixy* (milho assado), *jety mbixy* (batata doce assada), *mandi'ô* (aipim assado), exposição e oficinas de artesanato, rodas de conversa sobre o contexto da luta da terra na retomada, trilhas na mata e identificação de espécies nativas importantes, conversa sobre a arquitetura e construção da nova *opy*, entre outros temas.

Figura 69 - Cartaz de divulgação da festa em comemoração a 1 ano da Retomada *Mbya* Guarani em Maquiné



Fonte: André Benites (2017).

Também foi divulgado neste evento em comemoração ao 1º ano de resistência na área retomada o projeto da construção do espaço da Escola Autônoma *Teko Jeapó* (cultura em ação), fundamentada no fortalecimento das regras que mantém o *Mbya rekó*, compondo o Plano de Vida *Mbya kuery* que saiu do papel.

O cacique da retomada, fez uma longa fala explicando as razões que o levaram a concretizar proposta de uma escola autônoma Guarani:

Eu vou tentar explicar da escola, como que foi pensada. Essa escola foi pensada na minha ideia, nos meus sonhos, que eu levei 36 anos pra ter essa escola, como eu quero, porque a gente sempre luta pelo nosso direito e educação pra os nossos filhos, como a gente entende. Eu não vou falar mal das várias escolas que tem nas aldeias... A gente aprendeu a obedecer os outros, e então a gente não tá pra si, tá pra as outras pessoas, então as nossas ideias aqui é retomar a nossa cultura, o nosso direito, o nosso território e retomar a nossa identidade cultural. Então essa escola foi pensada em fazer um projeto pra conseguir dinheiro sem Estado, pra não obedecer o Estado, porque o Estado tá mandando em tudo, ele quer ser dono de tudo, de terra, de pessoas, de natureza, de qualquer jeito. Então essa escola, a minha ideia é assim: pra não perder a nossa cultura, se tem a escola obedecendo ao **Estado nunca o Estado vai ensinar a nossa cultura, quem vai ensinar são os nossos xeramoí que vão ensinar, falando com o mais velho que tem experiência, mais velha que nós temos na aldeia, sempre educa. Por que nós sabemos que nós temos autonomia, pra viver em nossas vidas, pra manter a nossa cultura, cuidar da natureza, nós temos autonomia. Só que**

nunca, **a regra dos brancos nunca deixa nós fazer, como nós precisamos, nós queremos fazer.** Então escola foi pensada, mas a gente não fala que não queremos ajuda do Estado, nós queremos que seja reconhecido pelo Estado. Se sair a escola aqui, o Estado tem que reconhecer como nosso direito. Essa escola vai funcionar com as regras da comunidade, não do Estado. Atividade, tudo vai ser pensado aqui. Não trazer atividade ou ideia de fora aqui pra dentro. Tudo vai ser pensado aqui principalmente com os mais velhos, pra não perder a nossa cultura. Eu sempre pensei, eu nunca estudei, nunca vou estudar na escola do branco, mas eu sei falar e escrever e entender a fala indígena. Eu sempre me orgulho de correr atrás do que eu quero, então se eu quero aprender em português eu corro atrás. Eu me viro e aprendo a falar. Por que se eu estudar eu quero aprender, só que se eu aprender eu quero fazer, não só aprender. [...] **Então essa escola foi assim, se eu ensinar os meus filhos, se eu quero ensinar os meus filhos a fazer armadilha da nossa cultura será que o Estado vai deixar? Por causa das regras do Estado ele não vai ensinar. Ele sempre ensina as regras do Estado. A regra do branco ensina pra o índio obedecer, não pra viver a vida.** Então essa escola foi pensada pra isso. Então esses projetos que nós conseguimos recursos, nós conseguimos com os amigos, não com o Estado. **Por que se nós conseguimos com o Estado com certeza a regra do Estado vai estar dentro da aldeia.** Então nós pensamos, todas as crianças que estão aqui na retomada antes de fazer a retomada estava estudando em escola normal, só que sempre reclamava da vida. Por que ele não se sente mais feliz, não sente mais alegria, **não tem mais alegria no dia-a-dia porque ele tá obedecendo regras que não é dele.** Por que sempre eu falo assim, nós Guarani nunca mais foi respeitada as nossas regras, por causa do branco. Muitas vezes nos **temos que cumprir hora, porque “regra do branco é hora, é dia, tudo contado”.** Mas pra nos não existe isso, pra nós é sentimento que vale. **Se sentir que hoje não quer estudar eu tenho que respeitar a minha cultura. Não é regra do papel. Só que isso nunca vai ser respeitado, porque sempre regra do Estado entra na aldeia.** Nunca vai ser respeitado como os Mbya quer. E nossa ideia aqui, é nós mandar na escola, nós fazer as regras da escola, as atividade, tudo vai sair de dentro das aldeias, principalmente com os mais velhos que a gente tem aqui. **Então, se nós retomamos nosso território, nós temos que retomar tudo, retomar as atividades cultural, retomar a nossa língua que perdemos alguma coisa, nossa educação foi perdida por causa do branco também.** [...] Eu sempre pensei que um dia quando eu fizesse uma escola iria fazer como eu quero. **Eu sempre pensei em ter uma escola pra dar aula pras crianças terem resultado na vida, pra ele, não pra o Estado, pra o sistema.** Então sempre pensei, mas chegou o dia [...] **.Então, essa retomada aqui não era só retomar e entrar na área, estamos retomando a nossa vida, nossa tranquilidade, que pra nós não existe mais.** Nós estamos aqui nesse Brasil e perto de 600 anos que estamos sofrendo. Pra nós não existe mais alegria, foi tirada muitas coisas de nós. [...] A Retomada é isso. Por isso que nós falamos, ninguém falou pra nós vir aqui, nós fomos guiados pelo Deus e através disso muitos apoiadores nos conseguimos. [...] **A nossa retomada significa a retomada da vida e não só do território. Se livrar um pouco da regra do sistema. Mas isso não significa que a gente não quer apoio, mas a gente quer ser reconhecido, como já deveria ter sido há muito tempo** (Cacique da tekoá Ka’aguy Porã, 27 jan. 2018. Festa de Comemoração de 1 ano da retomada em Maquiné).

O projeto arquitetônico foi elaborado juntamente com apoiadores da Rede da Paz, que por meio da captação de doações financeiras internacionais, subsidiaram o material necessário e a alimentação para os mutirões, em que participaram arquitetos voluntários da Bioconstrução, demais apoiadores e indígenas entre crianças, jovens e

adultos. A Bioconstrução, feita em três etapas, combinou saberes da arquitetura tradicional indígena e da Permacultura. A escola *Teko Jeapo* como um espaço e uma forma de governança interna *Mbya* Guarani foi inaugurada em julho de 2018, iniciando-se uma nova fase na *tekoá Ka'aguy Porã*.

### 6.3 AÇÃO COLETIVA, REDES DE PLURALIDADES E A COEXISTENCIA COM MULTIPLAS TERRITORIALIDADES: EM DIREÇÃO AO TEKÓ PORÃ REGUÁ?

*Teko porã reguã* (caminho para o bem viver) é expressão usada nesta tese para falar do bem viver Guarani. O termo “*reguá*” significa “aquilo que inclui tudo”, assim me explicou um Guarani. Então, *teko porã reguá* é um caminho em direção a tudo que pode levar ou que envolve os *Mbya* a “viver bem”, por exemplo, boas áreas para fazer *tekoá* (aldeia), com matas saudáveis, com águas limpas, acesso às criações naturais utilizadas na alimentação e como *poã* (remédio), animais silvestres, contato com os espíritos das matas, visitar os parentes, amigos e receber visitas, caminhar, etc.

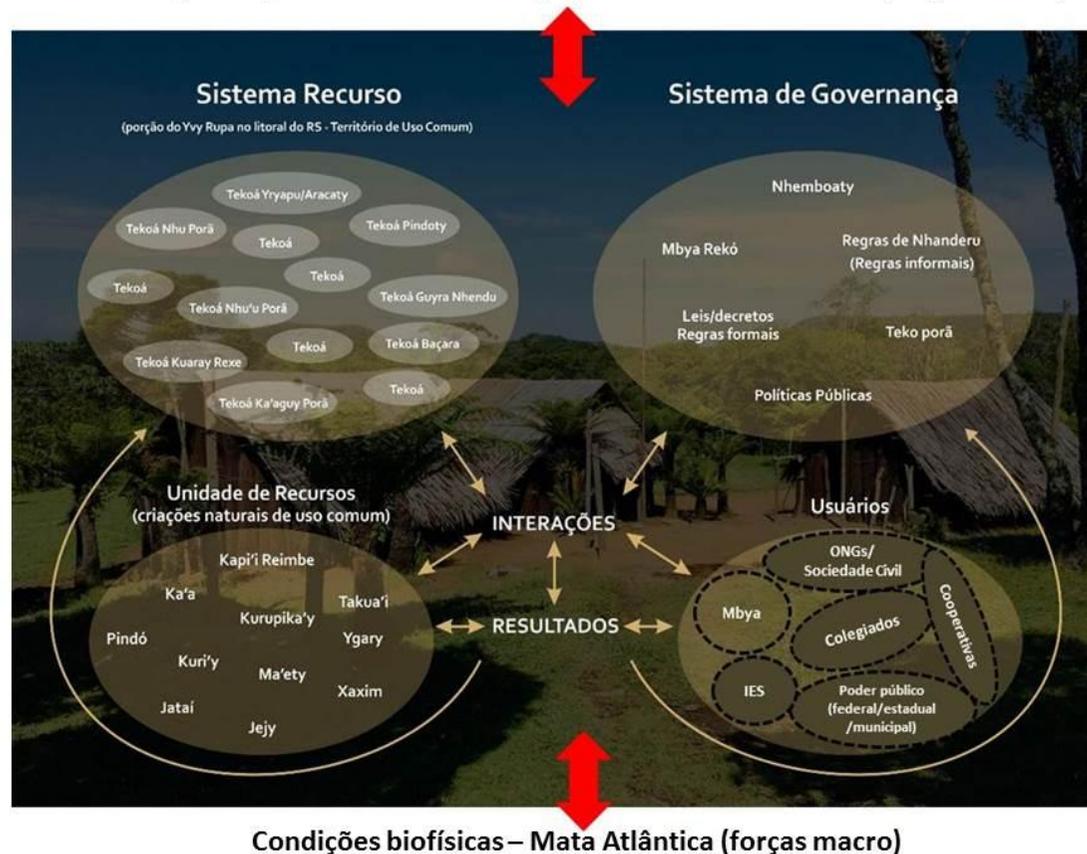
O movimento iniciado pelos *Mbya* Guarani no litoral do Rio Grande do Sul, em 2016, no âmbito do PRONAT, teve como principal resultado a realização de 4 *Nhemboaty*, reunindo representantes *Mbya* de diferentes aldeias da região sul no *Yvy Rupá*. Ao longo do ano de 2016, os *Mbya*, por meio dos *Nhemboaty* propiciaram o fortalecimento de diálogos internos às *tekoá* (aldeias) e externos com outras organizações públicas e ONGs. Esse esforço empreendido por uma comissão Guarani, liderada pelo cacique Felipe Brizoela, e os pesquisadores e extensionistas do DESMA e NEDET/UFRGS foi ampliado posteriormente pelo próprio empoderamento Guarani, se desdobrando em movimentos autônomos em busca da sustentabilidade territorial e ambiental agregando outros parceiros à sua rede.

Os *Nhemboaty* contribuíram no sentido de fortalecer a rede interna Guarani e ampliar as redes interculturais estabelecidas com organizações públicas e sociedade civil organizada, mobilizando uma rede de pluralidades no entorno da questão Guarani, materializando, em 2017, ações concretas ao *tekó porã reguá*, tais como: a intersectorialidade colocada em prática na construção do PTDRS ao incluir subsídios ao PGTA; o envolvimento dos *Mbya* com atividades ligadas à coleta, despolpa e beneficiamento de frutas nativas como alternativas econômicas sustentáveis às aldeias no litoral do RS, iniciando com *jejy* (juçara - *Euterpe edulis*) e movimentos de

retomadas de terras originarias no *Yvy Rupá*, entendida como o Plano de Vida que saiu do papel. A figura 70 apresenta um quadro de análise do sistema socioecológico *Mbya* Guaraní com enfoque nas interações existentes do sistema de governança entre os Usuários, representados pelos próprios *Mbya* e a rede de pluralidades construída por eles.

Figura 70 - Quadro de análise do sistema socioecológico *Mbya* Guarani e seus subsistemas com destaque para os Usuários

*Nhanderu*; condições socioeconômicas; territoriais e interculturais (forças macro)



Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: Interações: acessos aos recursos naturais e manejos compartilhados; mobilidade territorial dos Guarani; diálogos intra e interculturais; trocas de sementes originais e transplantes de mudas nativas.

Usuários: *Mbya* e “*jurua*” – IES: UFRGS, UERGS, IFRS; Poder público: FUNAI, SESAI, SEMA, Emater, SDR/RS, SEDUC/RS, FEPAGRO, Prefeituras municipais, CCDH/AL; Colegiados: CODETER Litoral; Cooperativas: COOMAFITT, COOPVIDA; ONGs/Sociedade Civil: CIMI, Centro Ecológico, Coletivo Baçara, CLAPA, Comissão Guarani *Yvyrupá*, ANAMA, IECAM, FLD, AEPIM, CTI, Amigos da Terra Brasil, CEBB, Raiz – Movimento Cidadanista, Rede Pela Paz.

A geração de renda compõe parte das preocupações da juventude *Mbya* na contemporaneidade. A necessidade de recursos financeiros os leva a aceitarem trabalhos temporários muitas vezes indignos nas propriedades dos *jurua*. Então, pensar na diversificação de trabalhos remunerados compõe parte dos assuntos registrados nos Nhemboaty, sobretudo com foco nos jovens *Mbya*, que atualmente realizam como opção o trabalho temporário em lavouras dos *jurua*, com uso de agroquímicos. Além das atividades remuneradas já existentes Agentes de Saúde e AISAN - Agentes Indígenas de Saneamento, no âmbito (federal) da saúde (SESAI) e dos professores e professoras bilíngues, além de merendeiras e serventes, no âmbito (estadual) da educação (SEDUC), as comunidades discutem sobre outro tipo de trabalho, associado à agricultura/horticultura e reconhecimento da conservação pelo uso feita pelos *Mbya*, a ser desempenhado pela figura de agentes remunerados, que poderiam ser denominados: Agentes de ATER; Agentes Agroflorestais; Agentes Ambientais ou Agentes Territoriais e Ambientais. Esta demanda se aproxima das atividades de coleta e processamento de frutas nativas, como a *jejy* (juçara), em parceria com o Centro Ecológico e o Coletivo Baçara, reconhecidos nesta pesquisa entre os apoiadores dos *Mbya* no litoral.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização dos espaços deixaram marcas na paisagem, porém foram incapazes de acabar com o sistema *Mbya rekó*. Este sistema está sob constante ameaça há mais de 500 anos, sofrendo desequilíbrios, mas em constante reequilíbrio, interagindo e ressignificando relações interculturais. Como que em um “quebra-cabeça” é possível reconhecer possíveis “encaixes”, movimentados pela sociodiversidade presente no território, em que múltiplas noções de territorialidade se encontram, se enxergam e se refazem nas diferenças. A dinâmica do sistema socioecológico *Mbya* ocorre em meio às relações interculturais de governança estabelecidas no território está em constante renovação diante dos desequilíbrios socioambientais que enfrentam secularmente.

A caracterização socioecológica do território *Mbya* Guaraní no litoral, analisada, nesta tese, a partir de uma pequena porção *Yvy Rupá*, demonstra que, não obstante a descaracterização total ou parcial dos ambientes em que vivem, pelos sucessivos ciclos econômicos de colonização, os *Mbya* continuam mantendo seu sistema social/cultural, (re) existindo as dificuldades impostas aos espaços, recompondo constantemente a ecologia dos lugares por onde passam e permanecem.

Sobrevivendo em áreas diminutas, com poucos “meios” para manutenção do *Mbya rekó*, devido à escassez e/ou dificuldade de acesso às *ka'aguy heté reguá*, também passam por privações de sua mobilidade e acesso aos espaços considerados sagrados na cultura *Mbya*, os quais são diretamente ligados a conexões espirituais com os seres das matas. Apesar dessas privações, o sistema socioecológico *Mbya* no litoral é resiliente, na medida em que as diferentes aldeias e os espaços de circulação são complementares entre si na relação com os *ka'aguy heté reguá*.

O sistema socioecológico *Mbya* Guaraní está envolto por macro forças que condicionam os subsistemas e as interações que ocorrem entre os mesmos. As macro forças foram identificadas no capítulo 4 como: as forças de *Nhanderu*; as condições socioeconômicas, territoriais e interculturais presentes, além das condições biofísicas da Mata Atlântica e regiões de transição do bioma Pampa, que descaracterizadas ambientalmente comprometem o equilíbrio deste sistema.

O subsistema Sistema de Recurso, entendido nesta tese como o *Yvy Rupá* (território originário de uso comum), encontra-se atualmente fragmentado em espaços “delimitados/demarcados” como terras indígenas, espaços identificados pelos *Mbya* como *tekoá*, em que vivem conforme o *mbya rekó*. As terras indígenas são criadas pelo Estado aos

termos da CF 1988 e exemplificam a sobreposição de direitos de regimes de propriedade comunal e propriedade estatal, em que regras de usos baseadas em sistemas culturais distintos se fazem presentes. Entretanto, apesar das *tekoá* estarem distribuídas pelo território, em pequenos pedaços/fragmentos de terras, o modo de vida, *Mbya rekó*, as unifica na medida em que faz parte desse jeito de ser circular, caminhar, visitar os lugares e os parentes por todo território, fortalecendo as conectividades socioecológicas.

Verificou-se que a territorialidade *Mbya* Guarani é caracterizada pelas interações socioecológicas estabelecidas no Sistema de Recursos em meio às relações interculturais em um contínuo esforço pelo acesso e manutenção de uso das *ka'aguy heté reguá* (criações naturais originárias) que se encontra nas áreas de entorno e dentro dos limites de cada uma das aldeias presentes no litoral. As criações naturais, salientadas nesta tese como parte de Unidade de Recursos que se destacam nesta porção do *Yvy Rupá* e fortalecem vínculos de intercâmbios e complementariedade entre as aldeias são: a *ka'a* (erva mate), o *kuri'y* (pinhão), *xaxim*, *takua'i* (taquara mansa), *kurupika'y* (pau-leiteiro), *jejy* (juçara), *kapi'i reimbe* (capim santa-fé), *pindó* (jerivá), *ygary* (cedro) e as *mae'ty* (plantações naturais que mantem as sementes originais, como o *avaxi etei*).

As *ka'aguy heté reguá* compõe a base deste sistema, pois diante das necessidades mobilizam esses usos no território e geram os fluxos de circulação destas criações entre as aldeias em interação com outras territorialidades. A ideia de complementariedade que envolve o sistema socioecológico *Mbya* se dá no sentido da existência de trocas mútuas e contínuas destas criações naturais, que vão para além de trocas materiais, pois os usos destas criações abrangem dimensões permeadas de sentidos espirituais e cosmo-ecológicos, orientados pelas regras de *Nhanderu*.

As experiências de envolver a transversalidade da política territorial e indigenista como o PRONAT e a PNGATI mostraram-se mobilizadoras e impulsoras de ações coletivas voltadas à governança territorial, agregando visões interculturais alternativas e proativas no âmbito da gestão territorial e ambiental das *tekoá* situadas nesta porção do *Yvy Rupá*. O Plano Territorial em Desenvolvimento Rural Sustentável, incluindo o componente Guarani, reuniu as demandas do grupo visibilizando uma das facetas da agricultura familiar indígena no território, junto aos remanescentes de quilombos, pescadores, cooperativas da agricultura familiar, mulheres e jovens, conforme previsto na política.

Os resultados apresentados nesta tese demonstram a amplitude que uma política como o PRONAT promoveu e tem potencialidade de promover, sendo que o engajamento das coletividades envolvidas ocorreu em meio a constantes e mútuas adaptações, sendo este um

dos fatores centrais desse processo intercultural de construção de uma governança que propõe a reconhecer a pluriethnicidade do território.

Os movimentos de governança foram estabelecidos por meio da interação entre as diferentes territorialidades em espaços de implementação da política pública territorial. A territorialidade do Estado no âmbito socioambiental se expressou, nos limites do território litoral, por meio da atuação do NEDET UFRGS e de projetos do Programa Petrobrás Socioambiental, desenvolvido pela ONG Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM), e mais recentemente com a ONG ANAMA. Estas políticas impulsionaram os processos locais, estimulando ações voltadas a promover o bem viver Guarani, no âmbito dos espaços colegiados criados pela política pública, como as instâncias do Núcleo técnico e diretivo do CODETER Litoral, onde a representação Guarani interagiu com as organizações locais e órgãos públicos com competência relacionada às temáticas rurais.

O envolvimento das IES por meio dos NEDET fortificou os vínculos institucionais organizado em uma rede intercultural plural de apoio aos *Mbya* no litoral, com representações diversas, incluindo: indigenistas, pesquisadores e estudantes, ONGs, professores, ambientalistas, budistas, anarquistas, agroecologistas, agrofloresteiros, técnicos e servidores públicos atuantes em distintas secretarias responsáveis pela execução da política indigenista, entre outros. Os desdobramentos dessa rede quanto a seus efeitos em longo prazo sobre o sistema *Mbya* fica como sugestão de pesquisa. De fato, os resultados até aqui indicam que o movimento assumido pela equipe intercultural e pela rede de pluralidades tem contribuído para o *teko porã reguá* (caminho para o bem viver) trilhado no dia a dia com base na manutenção do *Mbya rekó*, vivido conforme as interações sociais e ecológicas se apresentam. Assim, o modo governança do sistema socioecológico *Mbya* no território é construído conforme ocorrem as dinâmicas territoriais, em meio às relações interculturais estabelecidas.

Nesta tese foi apresentado um contexto em que essa governança foi impulsionada pelo PRONAT em transversalidade com os objetivos da PNGATI, em especial no que tange mobilizar a construção de um Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA), mas que foi repensado quanto ao formato, no decorrer da execução das atividades da equipe do NEDET e atividades de CODETER, ampliando o debate para um Plano de Vida *Mbya kuery* no litoral, posto em diálogo nos *Nhemboaty*, espaço de governança tradicional. Salientaram-se as forças endógenas da sociodiversidade presentes no território rural litoral, visibilizando o protagonismo dos *Mbya* Guarani que atuou no fortalecimento de ações voltadas à governança territorial e desencadeou a realização de uma sequência de *Nhemboaty Mbya kuery* (Encontros *Mbya* Guarani), parte da metodologia proposta pelos próprios *Mbya* para

construção desse Plano de Vida, evidenciou-se a importância dos *Nhemboaty* como espaços de governança Guarani e seus desdobramentos.

Nos *Nhemboaty* assuntos e problemas internos e externos pendentes às aldeias foram abordados e tratados pelos Guarani, gerando documentos (*kuaxiá*) redigidos pela equipe intercultural, servindo como instrumentos de interlocução junto às instituições governamentais *jurua*. As primeiras linhas do Plano de Vida foram escritas no 4º *Nhemboaty*, sendo possível de acompanhar alguns dos desdobramentos desse Plano na construção de caminhos alternativos à sustentabilidade aos *Mbya* no litoral e o acesso a terra e a matas sadias, tanto pelas áreas retomadas em Maquiné e, posteriormente encorajando a ação em outras regiões do RS entre 2017 e 2018, quanto pelas relações estabelecidas com outras territorialidades.

A retomada de terra em Maquiné, que originou a nova *tekoá Ka'aguy Porã*, foi considerada, em parte, como um desdobramento dos *Nhemboaty*, na medida em que nestes encontros ocorridos em curtos intervalos de tempo os *Mbya* se fortaleceram espiritualmente, retomando as forças adormecidas da rede interaldeã nesta porção do *Yvy Rupá*. Conforme disse o cacique da aldeia *Ka'aguy Porã*, a área retomada demonstra que o “Plano de Vida saiu do papel”, ou pelo menos uma parte dele está em plena prática, pois até o presente momento somente aquelas “primeiras linhas” foram escritas, mas foram suficientes para estimular movimentos e mostrar que o Plano de Vida *Mbya kuery* não necessariamente precisa estar em um *kuaxiá*, pois as dinâmicas comunitárias não podem se prender a um papel. No papel podem apontar caminhos. A experiência dos *Nhemboaty* exemplifica a dinâmica de um Plano de Vida *Mbya* como a construção de um processo em constante movimento, que entre acordos e desacordos, vai sendo gerido localmente e surtindo resultados territorialmente. A área retomada é um dos caminhos para o bem viver Guarani, o *teko porã reguá*.

Em síntese dentre os resultados que se desdobraram dos *Nhemboaty Mbya kuery* no litoral, realizados em 2016 e 2017, estão a construção de alternativas à sustentabilidade aos *Mbya* Guarani em aldeias no litoral do RS, através do fortalecimento de redes de pluralidades voltadas a viabilizar a inserção dos *Mbya* junto à coleta e beneficiamento de frutas nativas como alternativa de geração de renda complementar às famílias em aldeias no litoral; movimento de retomada de terras em Maquiné, que ampliou o acesso às *ka'aguy heté reguá*, conseqüentemente contribuindo para resistirem na manutenção de espaços propícios a viverem conforme o *Mbya rekó* (modo de ser), cumprindo as regras de *Nhanderú* e construindo uma governança com vistas ao *tekó porá reguá* (caminho do bem viver).

O *Nhemboaty* é um sistema de governança tradicional *Mbya* em que se afirmam as regras de *Nhanderu*, ao mesmo tempo em que dialogam sobre as regras dos *jurua* que inevitavelmente acompanham o diálogo e convivência com as instituições. Em formato itinerante, na atualidade estes Encontros estão sendo apoiados pelas redes de pluralidades, compondo um espaço de encontro e articulação intercultural, em que se discutirem questões internas relativas ao seu modo de vida, costumes, as condições de saúde, educação, terras, diretos, juventude, mulheres, sustentabilidade, artesanatos e outras formas de geração de renda. Os *Nhemboaty* também são espaços de realização de mutirões, conforme mostram as necessidades de cada aldeia anfitriã.

Se forças contraditórias movem as políticas de desenvolvimento geradoras dos mais variados problemas socioambientais vivenciados pela sociodiversidade no Brasil, políticas públicas como o PRONAT atuam na convergência de forças que se enxergam a fim de construir uma governança desde baixo em benefício de todos. A rede construída pelos *Mbya* aproximou diversas instituições durante e após os *Nhemboaty* no litoral do RS, mostrando que não tem sentido tratar as demandas indígenas separadamente, pois o *Mbya rekó* se faz na inseparabilidade das relações sociais e ecológicas do território. As relações institucionais se aproximaram e se fortaleceram, fortalecendo também as interações do sistema socioecológico *Mbya* Guarani. Entretanto, foram às relações entre as pessoas que ocupam os espaços nestas instituições as responsáveis por entrelaçarem estas redes. Todas as pessoas que estiveram juntas nesta caminhada pelo fortalecimento do *teko porã reguá* (caminho do bem viver) *Mbya* também, de alguma maneira, repensaram sensivelmente o sentido da vida enquanto uma passagem pela Terra. Conforme afirmam os *Mbya*, todos que contribuíram com os *Nhemboaty* e seus desdobramentos foram “chamados por *Nhanderú*”, contribuindo para o caminho do bem viver Guarani.

O *teko porã* (bem viver) na sua essência é uma busca espiritual, alcançado por cada Guarani na sua individualidade. Entretanto, este estado de espírito é fortalecido na medida em que possuam espaços para viverem com tranquilidade, em terras e territórios que resguardem ambientes propícios para seguirem as regras de *Nhanderú*, que conseqüentemente mantém seu vivo o seu modo de viver. Esta pode ser entendida como uma noção de sustentabilidade para os *Mbya*, que atualmente ocorre em meio a ciclos de reequilíbrios, atravessados por ondas de maior e menor liberdade, reorganização, crises, conservação e renovação do sistema. Conforme salientam os *Mbya*, a Terra é uma só, e *jurua* e *Mbya* permanecerão caminhando lado a lado. Na medida em que as condições para viverem bem e melhor sejam acessadas e mantidas, os benefícios resultantes dessas interações serão para todos.

Quanto à metodologia, esta evidenciou a importância de transitar em diferentes tempos de coexistência envolvendo o tempo aldeia, tempo *Nhemboaty*, tempo governança, para melhor compreender o processo de governança *Mbya* na porção litoral. A pesquisa ação se mostrou adequada, principalmente, pelo fato da pesquisa estar sendo desenvolvida junto a um projeto de extensão de execução de uma política pública em nível regional. Neste contexto, a pesquisa-ação, que se propôs a contribuir nos processos de planejamento, execução e monitoramento, contribuiu para gerar resultados práticos, buscando melhorar o *tekó porã reguá*, na medida em que foi desenvolvida, valorizando o conhecimento local e construindo espaços para que estes conhecimentos fossem visibilizados.

Também contribuiu para promover o bem viver aliado ao fortalecimento e conservação de forças endógenas de governança com o ambiente como um todo, despertando as comunidades para as interações intrínsecas à sociobiodiversidade. A pesquisa ação, quando inserida em processos respaldados pela atuação de um grupo de pesquisa e extensão, tem o poder de fortalecer processos de governança interculturais, ainda mais quando inserida em políticas públicas com esse objetivo.

O processo entre 2015 e 2018 resultou em dinâmicas inseridas em um contexto político-econômico em transição, que conseguiu fortalecer a resiliência e a governança do sistema socioecológico *Mbya* guarani no Litoral conectando passado e futuro em direção ao *tekó porã reguá*. Dado o novo cenário, a partir de 2019, visualiza-se que importantes temáticas de pesquisa devem vir a questionar: Quais serão as dinâmicas da territorialidade *Mbya* Guarani e de suas redes no sul do Brasil, a partir de um cenário de governo que fortalecerá os interesses do agronegócio? Como os processos de ação coletiva, erguidos a partir dos anos 2015, contribuirão para fortalecer a governança, a territorialidade e a resiliência *Mbya* Guarani nessa porção do *Yvy Rupá*? Como serão os desdobramentos dos processos de governança interna *Mbya*, como: a) a escola autônoma Guarani *Tekó Jeapó* (cultura em ação); b) geração de renda para a juventude com foco na sabedoria indígena voltada à agricultura de base ecológica, ao manejo das agroflorestas e beneficiamento de frutas nativas?

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In: VIEIRA, P. F. et al. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.* Florianópolis: APED: Secco, 2010.
- AÇÃO NASCENTE MAQUINÉ - ANAMA. 2018. Disponível em: <http://www.onganama.org.br/>. Acesso em: 8 jun. 2018.
- AÇÃO NASCENTE MAQUINÉ - ANAMA. Caracterização do Meio Rural no Município de Maquiné – RS. *In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO VALE DO RIO MAQUINÉ, 2000.* Maquiné. **Anais** [...] Porto Alegre: Ação Nascente Maquiné, Núcleo de Ecologia da UFRGS, Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS, 2000.
- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Elefante, 2016.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica.** 2. ed. Recife: Comunigraf, 2008.
- ALCORN, J. B. Botânica econômica, conservação e desenvolvimento: qual é a conexão? *In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.* Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 33-55.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- ANDERIES, J. M., JANSSEN, M. A., OSTROM, E. A framework to analyze the robustness of social-ecological systems from an institutional perspective. **Ecology and Society**, [s.l.], v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/art18/>. Acesso em: 10 out. 2018.
- ARAÚJO, T. A.S. **Encontros e desencontros da pesquisa etnobiológica: os desafios do trabalho em campo.** Recife: NUPEEA, 2009.
- BAPTISTA, M. M. **O mbyá reko (modo de ser guarani) e as políticas públicas na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o Etnodesenvolvimento.** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/49804>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006. Obra original publicada em 1977.

BARRETO FILHO, H. T. Gestão ambiental e territorial: um panorama dos espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil. *In*: LITTLE, P. (org.) **Os novos desafios da política ambiental brasileira**. Brasília. IEB, 2014.

BAVARESCO, A. A. **O pjê e a cartografia**: os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BAVARESCO, A.; MENEZES, M. **Entendendo a PNGATI**: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. Brasília: GIZ/Projeto GATI/FUNAI, 2014.

BENSUSAN, N. Terras indígenas: as primeiras unidades de conservação. *In*: RICARDO, F. (org.) **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BERKES, F. From community-based resource management to complex systems: the scale issue and marine commons. **Ecology & Society**, [s.l.], v. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art45/ES-2005-1431.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

BERKES, F. **Sacred ecology**: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia; London: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. Em: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Introduction. *In*: BERKES, F., COLDING, J., FOLKE, C. (ed.). **Navigating social-ecological systems**: building resilience for complexity and change. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 1-30.

BERKES, F.; FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. *In*: BERKES, F.; FOLKE, C. (ed.). **Linking social and ecological systems**: management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1-26.

BERKES, F. *et al.* The benefits of the commons. **Nature**, London, v. 340, p. 91-93, 1989.

BERKES, F. *et al.* **Navigating social-ecological systems**: building resilience for complexity and change. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto Federal n. 5.758, de 13 de abril de 2006.** Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/205/\\_arquivos/planonacionaareasprotegidas\\_205.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf). Acesso em: 17 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto Federal n. 7.747, de 05 de junho de 2012.** Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm). Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. **Lei n. 14.486, de 30 de janeiro de 2014.** Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.486.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial/Desenvolvimento Territorial.** Brasília, 2016. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_229\\_Litoral%20-%20RS.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_229_Litoral%20-%20RS.pdf). Acesso em: 26 ago 2016.

BUSCHBACHER, R. **A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível?** [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.resilience2014.org/>. Acesso em: 23 set. 2015.

CAMPOS, V. N. de O.; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2. p. 365-382, 2010.

CAPITÁN, A. L. H.; GUEVARA, A. P. C. Seis debates abiertos sobre el *Sumak Kawsay*. **Íconos: revista de ciencias sociales**, [s.l.], v. 48, p. 25-40, 2014.

CARLSSON, L; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**, Atlanta, v. 75, n.1, p. 65-76, 2005. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.138.1374&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.

CARVALHO, A., DAVID, C. Possibilidade e limites do programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território região central e no município de Santa Maria/RS. **Agrária**, São Paulo, 14, p. 55-77, 2011.

CASTRO, D. de; MELLO, R. S. P. (org.). **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.** Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA - CTI. **Mapa Guarani digital.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://guarani.map.as/#/>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CENTRO ECOLÓGICO. Ipê, 2018. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CHAMORRO, G. **O bem viver nos povos indígenas**. [S.l.]: Cebi, 2015. Disponível em: <http://cebivirtual.com.br/ava/arquivos/FT1-M1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CHAMORRO, G. **Os Guarani**: sua trajetória e seu modo de ser. [S.l.], ago. 1999. (Cadernos do COMIM, 8). Disponível em: [file:///C:/Users/Rafaela/Downloads/Os%20GUARANI\\_%20sua%20trajet%C3%B3ria%20e%20seu%20modo%20de%20ser.pdf](file:///C:/Users/Rafaela/Downloads/Os%20GUARANI_%20sua%20trajet%C3%B3ria%20e%20seu%20modo%20de%20ser.pdf). Acesso em: 2 dez. 2017.

CHAMORRO, G. **Terra madura Yvy Araguayje**: Fundamentos da palavra Guarani. . Dourados: Ed. UFGD, 2008.

COELHO-DE-SOUZA, G. A política de desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul e a inserção das Universidades: dilemas atuais e perspectivas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL, 2017, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: SOBER, 2017a. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.7&lng=P>. Acesso em: 20 ago. 2017.

COELHO-DE-SOUZA, G.; PERUCHI, L.; KUBO, R. (ed.). **Patrimônio socioambiental da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

COELHO DE SOUZA, G. *et al.* Itapuã dos farrapos, dos índios e de todos nós: sobreposição entre terras *Mbya*-Guarani e Unidades de Conservação em território transfronteiriço. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, GT 11: Guaraníes y Estados Nacionales: cuestiones de ciudadanía, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2009.

COELHO-DE-SOUZA *et al.* **Projeto Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul**: formação de rede e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

COELHO-DE-SOUZA, G. *et al.* **Relatório de atividades projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial no Estado do Rio Grande do Sul**: constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral e Campos de Cima da Serra. [S.l.]: Núcleo de Desenvolvimento Territorial, 2017b.

COELHO-DE-SOUZA, G. *et al.* **Território rural litoral do Rio Grande do Sul**: fortalecimento da participação da sociobiodiversidade. Territórios e Agroflorestas em Rede. 2016. No prelo.

COLE, D.; OSTROM, E. **Property in Land and other resources**. Cambridge: Lincoln Institute, 2010.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO RURAL LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL - CODETER Litoral. **Regimento interno**. Comitê Tramandaí. Tramandaí, 2015. Documento restrito.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Relatório**. Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2015. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Relatório**. Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2016. Brasília, 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH. **Relatório do Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas da Região Sul**. Brasília, ago. 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-do-gt-sobre-direitos-dos-povos-indigenas-da-regiao-sul-1>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul. *In*: PILLAR, V. de P. *et al.* (ed.). **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

CORREIA, C. de S. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COSSIO, R. R. **Etnoecologia caminhante, oguata va'e, em trilhas para a descolonização de relações interculturais: circulação de pessoas e plantas Mbya Guarani entre Brasil e Argentina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COSSIO, R. R. **Relatório de atividades com as comunidades Mbya Guarani**. Território Litoral-RS. Porto Alegre: Núcleo Interinstitucional de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial e Etnoecologia – NIPEDETE, jun. 2017. No prelo.

COSTA, S. Redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 38, p. 38-52, 1994.

COURTIS, C. Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 10, jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000100004). Acesso em: 20 ago. 2016.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à economia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01-02, p. 10-26, jan./dez. 2004.

CUNHA, M. C. Os povos indígenas, emparedados pela crise política no Brasil. **Porantim**: em defesa da causa indígena, Brasília, v. 38, n. 397, ago. 2017. Disponível em: [https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Porantim-383\\_mar-2016.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Porantim-383_mar-2016.pdf). Acesso em: 20 ago. 2017.

DeVRIES, P. Comunidad y desarrollo en los Andes Peruanos: una crítica etnográfica al programa de modernidad/colonialidad. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, 2013.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/42438/26833>. Acesso em: 20 ago. 2017.

DI MÉO, G. Les territoires de l'action. **Bulletin de la Société Géographique de Liège**, Liège, v. 48, p. 7-17, 2006. Disponível em: <https://popups.uliege.be/0770-7576/index.php?id=1748&file=1>. Acesso em: 20 ago. 2017.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

DILGER, G.; PEREIRA FILHO, J. Apresentação à edição brasileira: “Ousar pensar fora da caixa”. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FARHAD, S. Los sistemas socio-ecológicos. Una aproximación conceptual y metodológica. In: JORNADAS DE ECONOMIA CRÍTICA, 12., 2012, Sevilla. **Los costes de la crisis y alternativas en construcción**, 12., Sevilla, 2012.

FEENY, D. *et al.* A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FELIPIM, A. P.; QUEDA, O. O sistema agrícola Guarani Mbya e seus cultivares de milho: um estudo de caso. **INCI**, Caracas, v. 30, n. 3, mar. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0378-18442005000300007](http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442005000300007). Acesso em: 11 dez. 2016.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, I. V. O dilema das terras indígenas no SNUC: uma nova abordagem de um velho paradigma. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (org.) **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014.

FERREIRA; L. E.; MORÍNICO, J. C. P. O Poraró Mbya e a indigenização do Centro de Porto Alegre, RS. In: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos

Indígenas. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

FREIRE, R. M. **Sustentabilidade dos sistemas socioecológicos sob a lente da resiliência: o caso de uma associação agroecológica na Amazônia ocidental**. 2009. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009%20FreireRenataMauro.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

FREITAS, A.E. **Relatório ambiental circunstanciado**. Porto Alegre: Grupo de Trabalho para Identificação e Delimitação Terra Indígena Guarani Mato Preto, Rio Grande do Sul, 2004.

FREITAS, A.E. **Estudos Complementares ao EIA/RIMA referentes ao componente indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense**. Porto Alegre: Neocorp; ELETROSUL – Centrais Elétricas S. A., 2006.

FRIZZO, R. **Mina preciosa para as obras da povoação: os sítios arqueológicos do antigo litoral de Torres/RS**. 2011. Monografia (Graduação em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FROEHLICH, J. M. A política de desenvolvimento territorial no Brasil: qual futuro? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL, 2017, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.7&lng=P>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **1º Conferência Nacional de Política Indigenista: documento base**. Brasília, jun. 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/img/06-jun/Documento%20Base%20-%20202506.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani Itapuã (RCID), município de Viamão – RS**. Em atendimento às portarias FUNAI de nos. 874, de 31.07.2008; 246, de 18.03.2009; 1.179, de 30.01.2010; e 196, de 25.02.2010. Grupo técnico designado pelas portarias supra. Brasília, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Brasília, 2016. Disponível em [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br). Acesso em 15 abr. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Diretoria de Proteção Territorial. Coordenação Geral de Identificação e Delimitação. **Orientações básicas para a caracterização ambiental das terras indígenas em estudo**. Brasília, 2013.

GADGIL, M.; BERKES, F.; FOLKE. Indigenous, knowledge for biodiversity conservation. *Ambio*, [s.l.], v. 22, n. 2, 1993.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GARLET, I. J. **Mobilidade Mbya: história e significação**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San José, Costa Rica: IICA, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOBBI, F. Conquistas parciais. Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). **Revista Mbyá**, Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani BR 116/RS, Canoas, p. 69-73, 2014.

GOBBI, S. F. *et al.* Breves aspectos socioambientais da territorialidade *Mbya*-Guarani no Rio Grande do Sul. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: Territorialidade, Interetnicidade, Sobreposições e Direitos Específicos**. Porto Alegre, 2010.

GODOY, D. B. de O. A. de. Vozes do Brasil: diferentes identidades, um devir intercultural? *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. São Paulo, 2016.

GONÇALVES, A. L. R. **Sistemas agroflorestais no semiárido brasileiro: estratégias para combate à desertificação e enfrentamento às mudanças climáticas**. Recife: Centro Sabiá/Caatinga, 2016.

GRABHER, C. **A Governança e a Sustentabilidade do Extrativismo do Jaborandi na Amazônia e Transição para o Cerrado e a Caatinga**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GRAMKOW, M. M. *et al.* Antropologia, povos indígenas, cooperação internacional e políticas públicas no Brasil. *In*: INGLEZ DE SOUSA, C. N. et al. (org.). **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. *In*: ROJAS, M. (ed.). **La medición del progreso y el bienestar**. Propuestas desde América Latina. México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico de México, 2011. p. 103-110.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (org.) **Território, territórios**. Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004a. p. 43-71.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: PET Geografia/UFRGS, set. 2004b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

HARDIN, G. The tragedy of the unmanaged commons. **Trends Ecol.**, [s.l.], n. 9, p. 199, 1994.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**: new series, New York, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 13, 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1724745>. Acesso em: 10 jul. 2016.

HAZENACK, H.; WEBER, E. (org.) **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - escala 1:50.000**. Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia, 2010. 1 DVD-ROM. (Série Geoprocessamento, 3).

HEURICH, G. O. *et al.* Presenças impensáveis: violência estatal contra famílias Guarani no sul do Brasil. *In*: PORTO ALEGRE. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre, 2010.

HOLLING, C.S. Understanding the complexity of economic, ecological and social systems. **Ecosystems**, Verona, v. 4, n. 5, p. 390-405, Aug. 2001.

HOLZ, M. **Do mar ao deserto: a evolução do Rio Grande do Sul no tempo geológico**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2016.

IKUTA, A. R. Y. *et al.* (org.). **Rio Grande agroecológico. Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Pleapo 2016-2019**. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, 2016. Imagens flora digital. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>. Acesso em: 2 set. 2018.

INGLEZ DE SOUZA, C. N.; ALMEIDA, F. V R. de (org.). **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; UNESCO, 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS CULTURAIS E AMBIENTAIS – IECAM. **Projeto: ar, água e terra vida e cultura Guarani. Ações de Recuperação e Conservação Ambiental em aldeias Guarani do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **De olho nas terras indígenas**. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://ti.socioambiental.org/pt-br/#>. Acesso em: 27 out. 2016.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional do desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. *In: VIEIRA, P. F. et al. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.* Florianópolis: APED; Secco, 2010.

KUBO, R. R. *et al.* O tempo da construção de um trabalho: a pesquisa etnobiológica gerando pesquisa-ação. *In: ARAÚJO, T. A. S. Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho em campo.* Recife: NUPEEA, 2009.

*KYRINGUÉ NHEMBOATY. Relatório de atividades.* [S.l.], 2009.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-M'bya: significação, constituição e uso.** Maringá: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LANG, M. Introdução. Alternativas ao desenvolvimento. *In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. Descolonizar o imaginário.* Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIEBGOTT, R. A. Os Guarani e a luta pela terra. *In: PORTO ALEGRE. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos,* Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre, 2010.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e propostas de diretrizes.** Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC), Agência GTZ no Brasil. Rio Branco, 2006.

LITTLE, P. E. Os desafios da interculturalidade. *In: LITTLE, P. E. (org.). Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade.* São Paulo: Annablume, 2010.

LITTLE, P. E. Espaço memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. **Revista da Pós Graduação em História: textos de história,** Brasília, v. 2, n. 4, 1995.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCUZZO, S.; PAGEL, S. M.; CHIAPPETTI, M. I. S. **A reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: situação atual, ações e perspectivas.** São Paulo, 1998. (Caderno n. 11).

McGINNIS, M. D. An introduction to IAD and the language of the Ostrom workshop: a simple guide to a complex framework. **Policy Studies Journal**, Washington, v. 39, n. 1, p.169–183, 2011.

McGINNIS, M. D.; OSTROM, E. **SES framework**: initial changes and continuing challenges. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. Indiana: Indiana University, 2011. Disponível em: <http://is.gd/JPciuC>. Acesso em: 23 maio 2016.

McGREGOR, D. Traditional ecological knowledg and sustainable development. Towards coexitense. In: BLASER; M.; A FEIT; H.; McRAE, G. (Ed.) **In the way of development: indiginous people, life projetcts and globalization**. [Ottawa]: ZED Books; International Development Research Centre, 2004.

McKEAN, M. E.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 79-95. Obra publicada originalmente em 1990.

MEDEIROS, T. M.. **Segurança alimentar e nutricional**: indicadores e gestão no rural de Gravataí, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/109264>. Acesso em: 27 out. 2016.

MELIÀ, B. **O bem viver Guarani: Tekó Porã**. Agenda Latino-Americana. Ano: 2012. Assunção, 2012. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=388>. Acesso em: 27 out. 2016.

MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAN, E. F.; OSTROM, E. (org.) **Ecosistemas florestais**: interação homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009.

MORAN, E. F. **Meio ambiente e ciências sociais**: interações homem ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORINICO, J. C. P. Outra voz outro ponto de vista: entrevista. In: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. **Cadernos de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, 2010.

NEVES, F. M. *et al.* A modernização da Agricultura e os eixos temáticos. In: ALMEIDA, J. (org.). **A modernização da agricultura**. UAB/UFRGS. SEAD UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/viewFile/29849/31735>. Acesso em: 5 jan. 2017.

NOELLI, F. S. **Sem tekoá não há teko** (Em busca de um modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS). Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo Gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 186-202, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIOGRANDE DO SUL – NEDET UFRGS. **Fortalecimento do desenvolvimento territorial no Estado do Rio Grande do Sul**: constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral e Campos de Cima da Serra. Apoio à implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial: CHAMADA CNPQ/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. Porto Alegre, 2014.

ODUM, E.P. **Ecology and our endangered life-support systems**. Sunderland: Sinauer, 1989.

OLIVEIRA, A. R. de. **Processo de construção de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI**: possibilidades, limites e desafios do diálogo entre Estado e povos indígenas no Brasil. Brasília: FUNAI/GIZ, 2011.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability in socialecological systems. **Science**, New York, v. 325, n. 5939, p. 419-422, July 24, 2009.

OSTROM, E. **El gobierno de los comunes**. La evolución de las instituciones de acción colectiva. 2. ed. México: FEC, UNAM, IIS, 2011.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution for collective action. 22. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. *et al.* Revisiting the commons: local lessons, global challenges. **Science**, New York, v. 284, n. 5412, p. 278-282, Apr. 9, 1999. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/284/5412/278>. Acesso em: 15 set. 2016.

OSTROM, E.;GARDNER, R.;WALKER, J. **Rules, games, and common-pool resources**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PEREIRA, G. Construção do processo de articulação dentro do Programa de Apoio às Comunidades Mbya Guarani BR 116/RS: a experiência do Comitê Gestor do Programa. Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). **Revista Mbya**, Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbya Guarani BR 116/RS, Canoas, p. 74-78, 2014.

PEREIRA, G. S. *et al.* Ecologia histórica Guarani: as plantas utilizadas no bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (parte 1). **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 13, n. 26, 2016.

PEREIRA, M. de A. **Gestão de recursos comuns no entorno de áreas protegidas: ação coletiva e Desenvolvimento Rural no sistema socioecológico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – Mato Grosso do Sul.** 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PISSOLATO, E. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (guarani).** São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL – PGTA. Terra Indígena Cantagalo (*Tekoá Jata'ity e Tekoá Ka'aguy Mirim*). *Ha'eveve Haguã: Tenonde Vekaty*. Porto Alegre/Viamão. Rio Grande do Sul. CTI. Comissão Guarani Yvyrupá. Newton Fund. Aepim. Funai. 2017.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: TERRITÓRIO DA CIDADANIA ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio104.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio104.pdf). Acesso em: 1 ago. 2018.

PORTO ALEGRE. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre: 2010.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.** Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

PRADELLA, L. G. S. Jeguatá: o caminhar entre os Guarani. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 99-120, jul./dez. 2009.

PRINTES, R. B. **Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRINTES, R. B.; BENITES, A. **Retomada no Yvy Rupá: resistência Mbya Guarani em terras ancestrais no litoral do Rio Grande do Sul.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, 2017. Disponível em: [https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt03\\_1506476564\\_arquivo\\_trabalhocompleto-singa-2017\\_printesebenites\\_final.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt03_1506476564_arquivo_trabalhocompleto-singa-2017_printesebenites_final.pdf). Acesso em: 10 mar. 2018.

PRINTES, R. B.; FRIZZO, R.; COELHO-DE-SOUZA, G. Território e territorialidade: revisando conceitos diante da complexidade da sociodiversidade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS COLONIALISMO, PENSAMENTO DESCOLONIAL E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA*, 2., 2017, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/27-printes-territorio-territorialidade.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PRINTES, R. B.; ROCHA, B. COELHO-DE-SOUZA, G. **Desenvolvimento territorial e a política indigenista: a experiência Mbya Guarani no Território Litoral do Rio Grande do Sul, Brasil**. IV Congresso Internacional. Gestión Territorial para el Desarrollo Rural. América Latina Hoy: El Imperativo de Reformas em El Desarrollo Rural com Enfoque Territorial. México, 2017. No prelo.

PRINTES, R. B. *et al.* **O diálogo intercultural com a política territorial e a política indigenista: a experiência Mbya Guarani no Território Litoral do Rio Grande do Sul**. Territórios e Agroflorestas em Rede. 2016. No prelo.

PRINTES, R. B. *et al.* **Informações preliminares sobre os Mbya Guarani no Município de Maquiné: “Retomada de terras ancestrais”**. 2017. No prelo.

PRUDENTE, L. T. **Arquitetura Mbyá Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul: estudo de caso do tekoá Nhiuu Porã**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAFFESTIN, C. **O que é o território?** Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *In: DUPUY, G. et al. **Reseaux territoriaux***. Caen: Paradigme, 1988.

RAMBO, A. G. *et al.* Apreendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar: um estudo do Proinf e das emendas parlamentares no território rural zona sul do Rio Grande do Sul. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. esp. Geografia Agrária, p. 103-132, 2013.

RAMOS, A. Biodiversidade em pauta. *In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001/2005***. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

RAVANELLI, P. Consórcios públicos: os desafios do fortalecimento de mecanismos de cooperação e colaboração entre os entes federados. *In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA*, 3., 2010, [s.l.]. [**Anais...**]. [S.l.], 2010.

RESILIENCE ALLIANCE. **Assessing resilience in social-ecological systems: workbook for practitioners**. Version 2.0. [S.l.], 2010. Disponível em: [www.resalliance.org/3871.php](http://www.resalliance.org/3871.php). Acesso em: 10 mar. 2018.

RICARDO, B.; RICARDO, F. (ed.) **Povos indígenas no Brasil: 2010/2011**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, 2017a. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 2 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Departamento de Biodiversidade. **Parecer técnico**. Porto Alegre, 2017b. No prelo.

ROSA, M.; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, n. 1, jul. 2005. Disponível em: [http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf). Acesso em: 4 maio 2011.

SACK, R. Significado de territorialidade. *In*: DIAS, L. C., FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SAID, E. Prefácio; Introdução. *In*: SAID, E. **Orientalismo**. Lisboa: Cotovia, 2004.

SALLES, C. *et al.* (org.). **Atlas das terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil 2015**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2015. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia/lan%C3%A7amento-atlas-das-terras-guarani-no-sul-e-sudeste-do-brasil-2015>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SÁNCHEZ, C. Autonomia, Estados pluriétnicos e plurinacionais. VERDUM, R. (org.). **Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Editora USP, 1974.

SCHIMITZ, P. I. (org.). **Pré-história do Rio Grande do Sul**. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SCHLAGER, E.; OSTROM, E. Propriety rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. **Land Economics**, Madison, v. 68, n. 3, p. 249-262, Aug. 1992.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SEIXAS C. S.; BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil. *In: SEIXAS C. S.; BERKES, F. **Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil.*** Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. *In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.*** Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SILVA, S. B. da *et al.* Coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões limítrofes. *In: GEHLEN, I.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. (org.). **Diversidade e proteção social: estudos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; coletivos indígenas; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; remanescentes de quilombos.*** Porto Alegre: Century, 2008.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/05.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa científica. *In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa.*** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SIMONSEN, S. H. *et al.* **Applying resilience thinking: seven principles for building resilience in social-ecological systems.** Stockholm: Stockholm Resilience Centre, Stockholm University, 2015. Disponível em: <http://www.stockholmresilience.org/publications.html>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SMITH, M.; STIBICH, G. R. de; GRUPIONI, L. D. B. (org.). **PNGATI: Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.** Brasília: Projeto GATI/FUNAI, 2016.

SOARES, M. A. **Caminhos para viver o Mbya Reko:** estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de Etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto aos coletivos Guarani do Rio Grande do Sul. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOARES, M. A. Espaço ritual e bem viver guarani: reflexões sobre uma política pública no sul do Brasil. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 167-183, ago./dez. 2015.

SOUSA SANTOS, B. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 48, p. 11-32, 1997.

SOUZA, J. O. C de. Cosmo-ecologia Mbyá-Guarani. *In: FAGUNDES, L.; FREITAS, A. E. de C. **Caderno de Direitos Humanos,*** Porto Alegre, p. 1 - 44, 20 dez. 2010.

SOUZA, J. O. C. de. Territórios e povos originários (des)velados na Metrópole de Porto Alegre. *In: FREITAS, A. E. de C.; FAGUNDES, L. F. C. (org.). **Prefeitura Municipal de***

**Porto Alegre.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2008.

SOUZA, J. O. C. de. Um salto do passado para o futuro: as comunidades indígenas e os direitos originários no Rio Grande do Sul. *In:* SILVA, G. F. da; PENNA, R.; CARNEIRO, L. C. da C. (org.). **RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsindio.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Morfogênese do relevo do Estado do RS. *In:* SUERTEGARAY, D. M.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In:* DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário.** Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

SZTUTMAN, M. **Etnomapeamento:** uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Versão preliminar elaborada para a 1ª Turma de alunos do curso de Gestão Etnoambiental do CAFI, Nature Conservancy. [S.l.], 2006.

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. **Fundamentos em ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

TROIAN, L. C.; COBERLLINI, L. M. (coord.). **Cartilha da Juçara (*Euterpe edulis*).** Informações sobre boas práticas de manejo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; PDA; GIZ, 2014 Disponível em: [http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/cartilha\\_0.99\\_em\\_baixa.pdf](http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/cartilha_0.99_em_baixa.pdf). Acesso em: 5 ago. 2018.

TUCKER, C.; OSTROM, E. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. *In:* MORAN, E.; OSTROM, E. (org.). **Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente.** São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009.

TUPÃ, M. S. Apresentação. *In:* COMISSÃO GUARANI YVYRUPÁ. **Guaíra e Terra Roxa: relatório sobre violações dos direitos humanos contra os Avá Guarani do Oeste do Paraná.** [Brasília]: CTI; Fundo Brasil de Direitos Humanos; Fundo Sócio Ambiental CASA; Fundo Sócio Ambiental CAIXA; Embaixada da Noruega, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto.** Regimento geral. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/estatuto-e-rgu-2015>. Acesso em: 19 out. 2018.

- VANHULST, J. El laberinto de los discursos del buen vivir: entre Sumak Kawsay y socialismo del siglo XXI. **Pólis**: revista latinoamericana, Santiago, n. 40, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/10727>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- VELÁSQUEZ, M. S. **¿Cómo entender el território?** Guatemala: URL; Editorial Cara Parens, 2012. (Documentos para el debate y la formación, 4). Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/166508.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- VERÁ, J. **Mbyá Guarani**. Desenhos, notas e fotos. Canela: ASSECAN, 2007.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia práctico DRP. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.
- VERDUM, R. Introdução. In: VERDUM, R. (org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena**: possibilidades e desafios para políticas públicas. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa Livraria; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- VIEIRA, E. F. **Geografia do Rio Grande do Sul**: territorialidade, ambientes naturais, sociedade. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2012.
- VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- VILLAS-BÔAS, A. Gestão e manejo em terras protegidas. In: RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- WAGNER, G. P. **Sambaquis da Barreira da Itapeva**: uma perspectiva geoarqueológica. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
- WALKER, B. *et al.* Resilience management in social-ecological systems: a working hypothesis for a participatory approach. **Conservation Ecology**, [s.l.], v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: [www.consecol.org/vol6/iss1/art14](http://www.consecol.org/vol6/iss1/art14). Acesso em: 2 set. 2018.
- WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- WALSH, C. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, [Washington], v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010.
- WALSH, C. Interculturalidad crítica/pedagogia de-colonial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIVERSIDAD, INTERCULTURALIDAD Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDAD, 2007, Bogotá. **Memorias** [...]. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.
- WERÁ XONDARO, E. de O. *et al.* **Yvy Ovejy Ija Ete Pe**: a terra que volta ao verdadeiro dono. Cultura e História de Aldeias Guarani do Rio Grande do Sul. [S.l.], 2011.

WILLIAMS, N. M.; BAINES, G. (ed.). **Traditional ecological knowledge**: wisdom for sustainable development. Canberra: Centre for Resource and Environmental Studies, Australian National University, 1993.

## GLOSSÁRIO

- Ara pyau*: tempos novos- primavera/verão
- Ara yma*: tempos antigos/colheita - outono/inverno
- Aroca*: suco
- Avaxi ku'i*: farinha de milho
- Bodiapé*: pão de milho assado na brasa
- Chipá*: pão de trigo frito
- Ei*: mel
- Guembé pi*: cipó
- Hete'i*: verdadeiro
- Japeá*: lenha
- Jata'i*: butiá
- Jeguatá*: caminhada
- Jejy*: juçara
- Jety*: batata-doce
- Juruá*: não indígenas
- Ka'a*: erva mate
- Ka'aguy heté reguá*: criações naturais originárias
- Kagüijy*: bebida feita a base de milho e mandioca
- Kapi'i reimbé*: capim santa-fé
- Karái karái*: xamã homem
- Kunhã karái*: xamã mulher
- Kokué*: roças, área de agricultura tradicional
- Kumandá*: feijão
- Kunhangue*: mulher
- Kurupika'y*: pau-leiteiro
- Kyringué*: crianças
- Ma'ety*: plantações de sementes verdadeiras/originais
- Mandi'o*: aipim, mandioca
- Manduvi*: amendoim
- Mbeju*: tapioca
- Mbyta'i*: bolinho de milho
- Mbya kuery*: grupo *Mbya*

*Mbya rekó*: modo de ser

*Mendá porã*: bom casar

*Mymba*: animais silvestres

*Nhanderú*: nosso pai, Deus

*Nhemboaty*: Encontros

*Opy*: casa de reza e celebrações

*Pety*: tabaco

*Pindó*: palmeira jerivá

*Pirá*: peixe

*Poã hete'i*: medicina tradicional

*Ravé*: violino

*Reviro*: bolinhas de farinha de trigo

*Rorá*: farofa de milho

*Takua'i*: taquara mansa

*Tata*: fogo

*Tekó porã reguá*: caminho do bem viver

*Tekoá*: aldeias

*Uru hetei*: galinha caipira

*Xanjau*: melancia

*Xeramoí e xejary*: anciãos e anciãs

*Xondáro e xondária*: auxiliares, guerreiros, guardiões ou mensageiros

*Yakua*: cabaça

*Yva'a*: frutas nativas

*Yvirá*: fibras

*Yvy Rupá* - uma só terra; território originário *Mbya* Guarani

*Yvytu*: vento

*Yxió*: larva do jerivá

*Yy*: água

*Yy porã*: fontes de água pura

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

### Direcionado aos Mbya Guarani interlocutores no âmbito das atividades do NEDET e dos *Nhemboaty Mbya Kuery* no litoral do Rio Grande do Sul

- a) Nome:
- b) Aldeia:
- c) Função/atividade que desempenha na aldeia e no contexto territorial desta porção do *Yvy Rupá*:
- d) Quais são as principais dificuldades de acesso aos recursos naturais de uso comum na sua aldeia?
- e) Existe um movimento entre os *Mbya* de trocas de recursos entre as aldeias? Elas se auto apoiam com recursos, por exemplo, quando falta algo em uma vocês podem acessar na outra?
- f) Qual a importância tiveram os *Nhemboaty Mbya Kuery* de 2016? Quais foram para você os principais resultados?
- g) Qual relação tiveram os *Nhemboaty Mbya Kuery* de 2016 para concretização do movimento de retomada de terras no *Yvy Rupá*?
- h) O que representa a retomada de terra em Maquiné?
- i) Qual o significado, ou o que é o “*teko porã*” para você?
- j) É possível viver conforme o *Mbya rekó* na sua aldeia?
- k) A terra retomada em Maquiné apresenta condições para viver conforme o “*Mbya rekó*”? Por quê?
- l) Explique o “científico guarani”.
- m) O que é “ficar tranquilo” para os *Mbya*?
- n) Quais são as alternativas de sustentabilidade nas aldeias *Mbya* no litoral do RS?
- o) Quais são as alternativas de sustentabilidade na área retomada em Maquiné?
- p) Quais são as principais *ka'aguy heté reguá* (criações naturais) presentes na sua aldeia?
- q) Costuma se deslocar para outras aldeias em busca de plantas, sementes, remédios do mato e outras criações naturais importantes?
- r) Fale um pouco sobre as “regras de *Nhanderu*”.

# ANEXO A - DOCUMENTO A 1ª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ATER MBYA GUARANI KUAXIÁ 1º NHEMBOATY

## PARTE 1



**1ª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ATER MBYA GUARANI  
DO TERRITÓRIO RURAL DO LITORAL/RS**  
Diálogos interculturais para construção do Plano de Gestão Territorial  
e Ambiental em Terras Mbya Guarani no Território Litoral

### **I Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural Mbyá Guarani do Território Rural do Litoral/RS, e Encontro Mbyá Guarani: “Passado-futuro na continuidade da cultura no território do litoral”**

Realizou-se no dia 23 de março de 2016, na Aldeia Pindoty, município de Riozinho, a I Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural Mbyá Guarani do Território Rural do Litoral/RS, concomitante ao evento “*Nhemboaty mbya kuery: teko ojevy angua regua, yy e’ë regua* - Encontro guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura no território do litoral”, realizado entre as 9 (nove) aldeias que compõem o Território Rural do Litoral, projetando um diálogo intercultural na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Na ocasião, os Mbya Guarani iniciaram um diálogo para pensar a construção de um Plano de Vida Mbya Guarani no Território Litoral.

Esta Conferência foi Presidida pelo Cacique da Aldeia Pindoty, Felipe Brizoela, que integra o Núcleo Diretivo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Litoral - CODETER. Este Colegiado é uma instância de gestão social, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, em especial a agricultura familiar com a participação de povos e comunidades tradicionais, e é composto por 24 (vinte e quatro) municípios, contando com a participação de povos e comunidades tradicionais, entre eles o povo indígena Mbyá Guarani.

Esta Conferência contou com ampla participação institucional como a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SDR/RS), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR-EMATER), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS/PGDR), Instituto de Estudos



Diretoria de  
Políticas para Mulheres Rurais



Secretaria de  
Políticas para as Mulheres



Secretaria de  
Desenvolvimento Territorial



Conselho Nacional de  
Desenvolvimento Rural  
Sustentável



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
PÁTRIA EDUCADORA



Fonte: NEDET (2016).

## PARTE 2



### 1ª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ATER MBYA GUARANI DO TERRITÓRIO RURAL DO LITORAL/RS Diálogos Interculturais para construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Mbya Guarani no Território Litoral

Culturais e Ambientais (IECAM), Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Osório, (IF/RS), Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), Secretaria de Educação do Gov. RS, 11ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) Osório, Secretaria de Educação de Capivari do Sul, Câmara de Vereadores de Riozinho, Conselho dos Povos Indígenas/RS, (CEPI), Departamento de Segurança Alimentar Nutricional – (DESANS) Gov.RS. e Coordenação do Programa Bolsa Família/Gov.RS.

Da mesma forma foi efetivo o apoio das Prefeituras de Riozinho, Torres, Osório e Caraá para a realização dos eventos.

#### **Foi pactuado ao final da I Conferência de ATER Guarani, compromissos mútuos:**

- Os Guarani das Aldeias *Nhüu Porã* em Torres, *Yryapu* e *Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* em Palmares do Sul, *Campo Molhado* e *Guyra Nhandu* em Maquiné, *Sol Nascente* em Osório, *Pindoty* e *Itapoty* em Riozinho, e *Ka'aguy Pa'ü* em Caraá, juntamente com as Instituições presentes, formarão um Grupo de Trabalho que apoiará os Guarani na realização de 09 (nove) Encontros Mbya Guarani, onde todas as aldeias reunir-se-ão de forma itinerante entre elas, para discutirem questões internas relativas ao seu modo de vida, as condições de saúde, educação, terras, direitos, juventude, mulheres, artesanato, diálogo e convivência com as instituições, objetivando uma articulação e afinidade maior entre as aldeias.

- As instituições presentes comporão uma Comissão Intercultural para apoiar a construção de Planos de Vida e a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).



Fonte: NEDET (2016).

### PARTE 3



#### 1ª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ATER MBYA GUARANI DO TERRITÓRIO RURAL DO LITORAL/RS

Diálogos Interculturais para construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Mbya Guarani no Território Litoral

- Os Mbya Guarani das aldeias citadas, decidiram pela continuidade deste trabalho interinstitucional, formando uma representação mais ampla entre eles, nos espaços de decisões junto às Instituições, com representantes de algumas aldeias, que venham compor uma Câmara Setorial ou Comitê Setorial dos Guarani junto ao Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Codeter), bem como esta representação se fará presente em outros espaços de interesse do Povo Guarani, destas Aldeias.

A avaliação conjunta de todos os participantes foi altamente positiva no sentido de que a Conferência e o Encontro alcançaram seus objetivos principais, em reafirmar o modo de ser Guarani, suas dinâmicas socioambientais, étnicas, reafirmando seus valores culturais fortalecendo a autonomia e autodeterminação.



Fonte: NEDET (2016).

## ANEXO B - KUAXIÁ 2 ° NHEMBOATY

### PARTE 1

#### KUAXIÁ

Entre os dias 5 a 9 de maio de 2016, na aldeia Nhu Porã, município de Torres, foi realizado o II *Nhemboaty Mbya kuery: teko ojevy angua regua, yy e'ë regua* - Encontro Guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura no território do litoral.

Participaram do encontro representantes de nove aldeias do litoral do Rio Grande do Sul, quais sejam: *Tekoa Nhu Porã* (comunidade anfitriã), *Tekoa Pindoty e Itapoty* (Riozinho), *Tekoa Nhu Porã* e *Tekoa Guyra Nhendu* (Maquiné), *Tekoa Kuaray Resë* (Osório), *Tekoa Yryapu* e *Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* (Palmares do Sul), *Tekoa Ka'aguy Pa'ü* (Caraá), reunindo 140 Mbya Guarani, com expressiva participação da juventude, mulheres, lideranças e os sábios anciões e anciãs.

#### Encaminhamentos:

1. Programa de Apoio as Comunidades Indígenas Guarani (PACIG): as comunidades esperam a participação da Funai no próximo encontro que será realizado em Osório, para esclarecimentos e definições sobre a retomada do Programa. Dentre as principais pendências estão: construção das casas de moradia, das casas de artesanato, da escola, instalação de placas solares, do posto de saúde e compra de terras. Desde já, as comunidades demandam a contratação de dois fiscais indígenas por aldeia contemplada no Programa para monitoramento e intervenção nas obras, bem como recursos e garantia de que será formada uma comissão Mbya Guarani para o processo de reconhecimento e escolha das terras.

2. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): as comunidades demandam a criação do cargo específico para indígenas na Emater, chamado de "agentes indígenas" de Ater. É fundamental para as ações de ATER a garantia de veículos à disposição das comunidades para os deslocamentos entre aldeias, tendo em vista a importância cultural dos intercâmbios de sementes e ramas, mutirões e rituais para as atividades produtivas Mbya Guarani. Especialmente em relação ao preparo das áreas para plantio, a partir do mês de julho, as comunidades demandam a integração das instituições que atuam nas aldeias como FUNAI, SESAI, SEDUC, SDR, EMATER, Prefeituras, ONGs e Universidades para garantir o apoio logístico de transporte e alimentação para mutirões.

## PARTE 2

3. Educação: Os Mbya Guarani presentes no território litoral reivindicam à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e a 11ª Coordenadoria Regional de Educação (11ª CRE) condições para que os professores indígenas, em conjunto com a comunidade, elaborem o Projeto Político Pedagógico (PPP) específico para os Mbya no litoral. Os professores indígenas e lideranças solicitam à SEDUC o reconhecimento da articulação das comunidades Mbya Guarani do litoral. Considerando a expressiva participação dos professores e alunos nos encontros que vêm acontecendo, convocam que a SEDUC some aos esforços para sua realização, por exemplo, apoiando os deslocamentos. Demandam, também, que seja feito um Encontro de Educação Escolar Indígena de professores Mbya do litoral, para aprofundar as discussões específicas.

4. Infraestrutura: as comunidades demandam a iluminação dos acessos internos das aldeias.

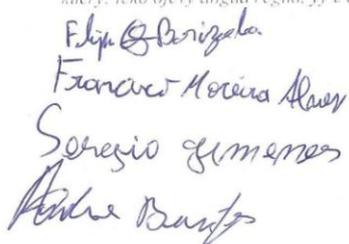
5. *Kunhangue*: as mulheres Mbya Guarani reuniram-se em um espaço à parte durante o *aty* (reunião) e darão continuidade a esta dinâmica de fortalecimento da sua participação nos próximos encontros.

6. *Kyringue*: as comunidades registram a importância da participação dos jovens nos encontros.

7. *Xeramoí ha'e xejaryi*: as comunidades Mbya Guarani do litoral também registram que a sabedoria dos mais velhos têm orientado as discussões durante os encontros.

8. *Nhemboaty* (encontro Mbya Guarani): o próximo encontro será realizado na Tekoa Kuaray Resê (Aldeia Sol Nascente), no município de Osório, de 12 a 16 de julho de 2016. Este encontro acontecerá no mesmo período do I Seminário Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, III Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia, II Seminário das Agroflorestas.

Estes são os principais encaminhamentos e relatos do II *Nhemboaty Mbya kuery: teko ojeyv angua regua, yy e'e régua*.



Agujevete

## ANEXO C - KUAXIÁ 3º NHEMBOATY

### PARTE 1

#### KUAXIÁ

Aconteceu, entre os dias 12 e 18 de julho de 2016, na Tekoa Kuaray Rexê, município de Osório, Rio Grande do Sul, o *III Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy aguã regua, yy e'ë regua* - Encontro Guarani: o passado-futuro na continuidade da cultura no território litoral.

Participaram representantes de 8 aldeias do litoral do RS, quais sejam: Tekoa Kuaray Rexê (comunidade anfitriã), Tekoa Pindoty e Tekoa Itapoty (município de Riozinho), Tekoa Nhum Porã, Tekoa Guyra Nhendu e Tekoa Pakovaty (município de Maquiné), Tekoa Ka'aguy Pa'ü (município de Caraá) e Tekoa Nhu Porã (município de Torres). Entre os dias 13 e 14 de julho, este grupo recebeu lideranças Guarani de 8 comunidades existentes no estado de Santa Catarina, entre elas: *Tekoa Vya* (município de Major Gercino), *Tekoa Tavai* (município de Canelinha), *Tekoa Itanhaem* e Tekoa Mymba Roka (município de Biguaçu), *Tekoa Yvyty Kambire*, *Tekoa Itaty* e *Tekoa Pira Rupa* (município de Palhoça) e Tekoa Marangatu (município de Imarui). Recebeu, também, lideranças da aldeia Palmeirinha, localizada no estado do Paraná, e, da *Tekoa Anhetengua* (município de Porto Alegre, RS), chegando a reunir mais de 120 pessoas de 18 aldeias, com expressiva participação de caciques e mais velhos, mulheres e a juventude.

O Encontro Guarani reconhece a presença da FUNAI, representada por servidores da Coordenação Técnica Local de Porto Alegre, Coordenação Regional Litoral Sul e da Coordenação Geral de Licenciamento da Sede, Brasília, e agradece o empenho para encaminhar o solicitado no *kuaxia* do *II Nhemboaty Mbya Kuery*. Foi redigida uma Ata da reunião realizada por lideranças do RS e SC sobre o recurso do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), que deverá ser repassado às comunidades. A Ata foi entregue em mãos para a FUNAI e será encaminhada aos Ministérios Públicos Estaduais (MPE) e Ministério Público Federal (MPF).

Encerrada a pauta com a FUNAI, o *nhemboaty* prosseguiu. O grande grupo foi dividido entre jovens, mulheres, caciques e mais velhos, que, separadamente, discutiram suas impressões sobre os Encontros já realizados, os aspectos positivos para o coletivo *Mbya* e mudanças sentidas individualmente. Nos pequenos grupos, também foram aprofundados temas relativos à cultura, por exemplo, alimentação e medicina tradicional, educação das crianças, orientações dos mais velhos, aconselhamentos das mulheres aos homens e questões sobre o respeito e o comportamento dos mais jovens. Em seguida, a dinâmica do encontro foi o compartilhamento geral das discussões, que se desdobram nas seguintes propostas:

## PARTE 2

1. Realização de encontros para troca de conhecimentos entre as mulheres *Mbya* das aldeias do litoral, em temas como: *puã* (remédios naturais), cuidados na gestação e parto, preparo de alimentos tradicionais, plantação nas roças, saberes e fazeres do artesanato, e, *mborayu* (o amor).

2. Garantir o preparo das roças com a aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas para uso exclusivo das comunidades *Mbya Guarani*. A demanda é por trator equipado com roçadeira, arado e grade, ou seja, todo o necessário para este tipo de preparo da terra. Tão importante quanto a máquina, deve ser a garantia da sua manutenção, por um período prolongado, bem como um veículo apropriado e disponível para a circulação do trator entre as aldeias. Para tanto, é fundamental que o operador das máquinas seja *Mbya*, mesmo que não tenha comprovante de capacitação. O trabalho com máquinas não é novidade para *ore* (nós) *Guarani*, que há muito tempo trabalhamos nas plantações dos *jurua kuery*. Seria importante, todavia, a possibilidade de cursos de mecânica básica, tratores e seus motores.

3. Alternativa e complementarmente à aquisição do trator, algumas aldeias solicitam a aquisição de animais, como uma junta de boi e cavalo, para serem usados no trabalho de preparo da terra e colheita. É muito importante que os animais sejam mansos, acostumados a este tipo de trabalho e que aceitem lidar com qualquer pessoa. Experiências anteriores já trazem esse conhecimento.

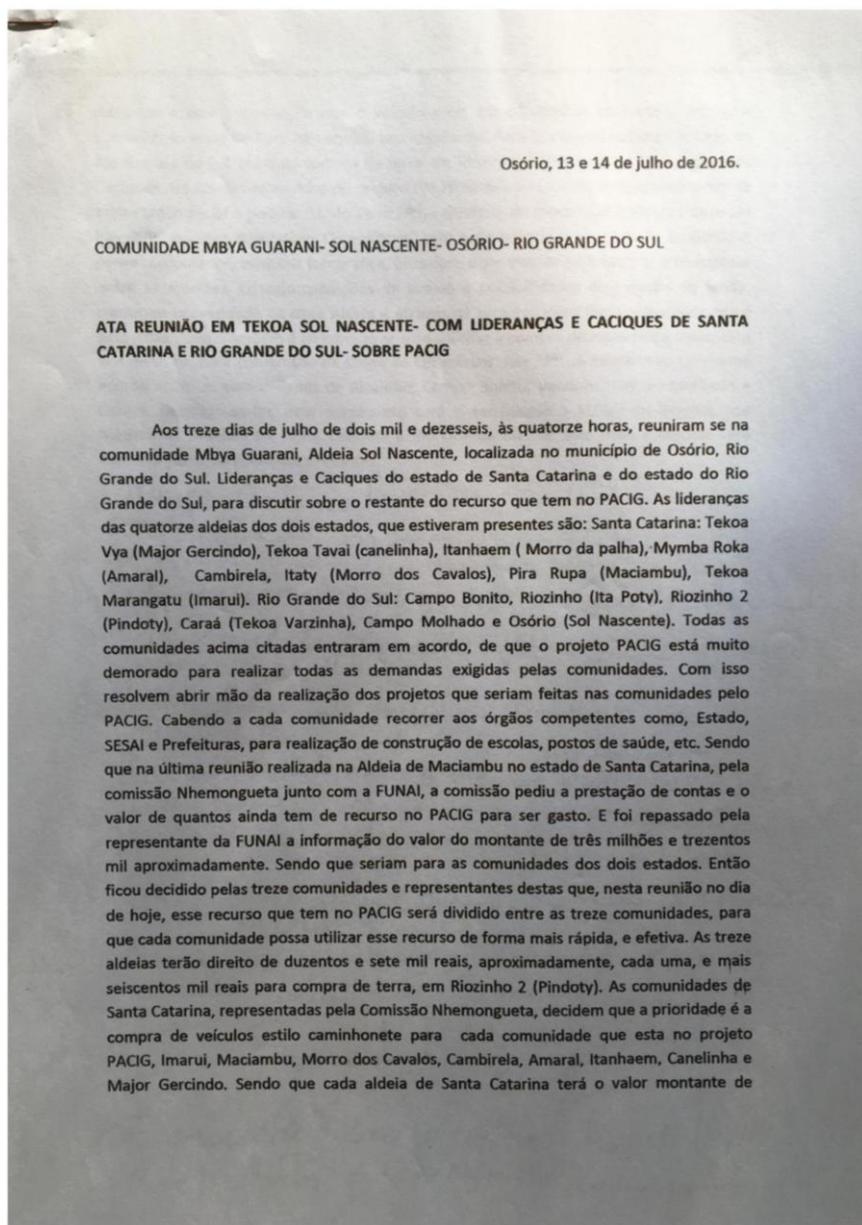
4. As comunidades decidiram que no próximo encontro a alimentação deverá ser adquirida preferencialmente de pequenos agricultores, quilombolas e pescadores tradicionais do território litoral, evidenciando a importância de acessarem alimentos locais, mais saudáveis e de qualidade, como *mandi'õ* (aipim), polvilho (para fazer *mbeju*), *avaxi ku'i* (farinha de milho), canjica (para fazer *kagüijy* e para acompanhar o *komandá*), *jety* (batata-doce), *komandá* (feijão), *pirá* (peixe), *uru ete* (galinha caipira), dentre outros, contribuindo para a alimentação tradicional *Mbya Guarani*.

O próximo *Nhemboaty* será realizado de 10 a 14 de outubro de 2016 na Tekoa Guyra Nhendu, no vale da Solidão, município de Maquiné.

Ha'évete, aguyjevete!

## ANEXO D - ATA REUNIÃO LIDERANÇAS MBYA GUARANI DO RS E SC SOBRE O PACIG

### PARTE 1



Fonte: NEDET (2016).



## **ANEXO E - KUAXIÁ 4 ° NHEMBOATY**

**Nhemboaty Mbya kuery yy e'ë reguá**

**IV Encontro Mbya Guarani do Território Litoral**

**Tekoa Guyra Nhendu (Aldeia Som dos Pássaros, Linha Solidão, Maquiné, RS)**

**Novembro de 2016**

Estivemos reunidos entre os dias 11 e 16 de novembro de 2016, na Tekoa Guyra Nhendu (Maquiné, RS), um conselho de caciques, karai, kunhã karai, jovens, kyingüe, professores e professoras, agentes de saúde e representantes de 10 aldeias do litoral do RS: Tekoa Nhu Porã (Torres), Tekoa Ka'aguy Pa'ú (Caraá), Tekoa Pindoty (Riozinho), Tekoa Kuaray Rexë (Osório), Tekoa Yryapu (Palmares do Sul), Tekoa Araçaty (Palmares do Sul), Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ú (Palmares do Sul), Tekoa Anhetengua (Porto Alegre), Tekoa Guapo'y (Barra do Ribeiro) e a anfitriã Tekoa Guyra Nhendu, reunindo um total de 85 Mbya Guarani.

Com ayvu porã (as belas palavras) nosso encontro trabalhou para o tekó nhemonbaraeté (o fortalecimento do Mbya rekó, o modo de ser Guarani). Nos alegamos por continuar no jeguatá tape porã que foi indicado pelo xeramoï kuery, xejaryi kuery (os mais velhos e mais velhas).

Nhemboaty é o nosso modo de viver, garantindo nossa organização interna, entre os parentes que vivem em diversas aldeias, reunindo caciques, karai, kunha karai, kiringue, jovens, mulheres, nos fortalecendo com a lembrança dos nossos antepassados e nos dando continuidade para o nosso futuro.

No Nhemboaty realizamos nossos rituais na opy, cantamos, dançamos e rezamos, comemos tembiu hete' i (alimento tradicional), discutimos nossa cosmopolítica.

Nós mbya kuery queremos a garantia das condições necessárias à permanência do nhemboaty e a priorização desse processo por parte do juruá kuery, em respeito ao nosso mbya reko (modo de ser).

Diante das graves ameaças aos nossos direitos, conquistados na Constituição Federal de 1988, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que afligem nossa autonomia e autodeterminação, com a proposta de diversas emendas constitucionais e projetos de lei como a PEC 215, PEC 55 e PL 31, demonstramos nosso repúdio e através de nossos Nhemboaty, em que realizamos nossos rituais, nossa rede espiritual nos fortalece e nos protege.

Aguyjevete Pavé' ĩ

## ANEXO F - PLANO DE VIDA MBYA KUERY

### PARTE 1

#### Plano de Vida Mbya kuery

Estivemos reunidos entre os dias 11 e 16 de novembro de 2016, no 4º Encontro Mbyá Guarani, *Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevý angüa regua, yye'ë regua* - Encontro Guarani: passado-futuro na continuidade da cultura no território do Litoral, na *Tekoa Guyra Nhendu* (Maquiné, RS), um conselho de caciques, *karaí, kunhã karaí*, jovens, *kyringüe*, professores e professoras, agentes de saúde e representantes de 12 aldeias do litoral do RS: *Tekoa Nhu Porã* (Torres), *Tekoa Ka'aguy Pa'ü* (Caraá), *Tekoa Pindoty* (Riozinho), *Tekoa Kuaray Rexë* (Osório), *Tekoa Yryapu* (Palmares do Sul), *Tekoa Araçaty* (Palmares do Sul), *Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü* (Palmares do Sul), *Tekoa Anhetengua* (Porto Alegre), *Tekoa Guapo'y* (Barra do Ribeiro), *Tekoa Nhu'u Porã* (Maquiné), *Tekoa Pakovaty* (Maquiné) e a anfitriã *Tekoa Guyra Nhendu*, reunindo um total de 85 Mbya Guarani.

Aqui, discutimos a construção de um Plano de Vida Mbya Guarani em que estejam contempladas questões de autonomia, autodeterminação, sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional. Nosso Plano de Vida é dar continuidade ao modo de ser e viver dos Mbya, ensinado pelos *xeramoí* e *xejaryi*. O nosso Mbya *rekó* é o Plano de Vida. Para isso, hoje dependemos da demarcação das nossas terras, de garantir condições permanentes para a manutenção dos cultivos das nossas sementes e da medicina tradicional. Do acesso livre ao *ka'aguy heté reguá* (recursos naturais originários), como *yy porã* (fontes de água pura), *mymba* (animais silvestres), *yva'a* (frutas nativas), *ei hete'i* (abelhas nativas) e a matéria prima necessária para os nossos artesanatos, tais como *takua hete'i* (taquara), *guembé pi* (cipó), *yvíra* (fibras) e outras plantas. Pensamos desde o litoral do Rio Grande do Sul para todo nosso território tradicional, que não tem fronteiras.

É através dos *nhemboaty* que fortalecemos nossa organização social. Nos encontramos para refletir e dialogar em cada aldeia, para que participem as famílias, os mais velhos, os jovens e as crianças. Estamos dando continuidade aos *nhemboaty* e, levando em consideração as nossas futuras gerações, que retomamos o trabalho coletivo de construção de um Plano de Vida. Durante os encontros foram formados grupos de trabalho para manter a continuidade das atividades Mbya. Há o grupo dos *xeramoí* (anciões), dos *mburuvixa* (caciques), *kyringüe* (jovens), *kunhangué* (mulheres) e um grupo de trabalho que ficará responsável pela articulação dos Mbya com outros povos e comunidades tradicionais do litoral.

Convocamos aqueles que convivem com a terra e as águas, que pisam no chão da mesma forma que nós Mbya Guarani, como *ma'enty va'e* (agricultores familiares), *kamba kuery* (comunidades quilombolas) e *pira ojopoi'a* (pescadores artesanais) para apoiar nossos *nhemboaty* e fazer acontecer nosso Plano de Vida. Também precisamos ter acesso às matas e áreas de pesca para além das *tekoa*, realizando trocas com as outras comunidades, ajudando na manutenção dos corredores ecológicos que interligam as nossas aldeias e os caminhos percorridos pelos ancestrais Mbya Guarani. Agradecemos às comunidades que já contribuíram para nosso fortalecimento físico e espiritual, com alimentação natural tradicional como *pirá*, *jety*, *mand'ó*, *rorá*, *mbeju* e outros alimentos que pudemos preparar para nossas crianças e famílias.

Fonte: NEDET (2016).

## PARTE 2

Agradecemos às instituições que honraram com o compromisso assumido no primeiro encontro desta retomada dos *nhemboaty* no território litoral do RS, realizado em março de 2016 na *Tekoa Pindoty* (Riozinho, RS). A partir do CODETER Litoral-RS, do extinto MDA e da UFRGS, tivemos oportunidade de fortalecer o envolvimento da Emater, SDR, FUNAI, a 11ª CRE e novos parceiros como a AEPIM, que apoiaram a realização dos *nhemboaty* até aqui. Queremos dar continuidade e agradecemos também parceiros locais que nos apoiaram neste *nhemboaty*, como a prefeitura de Maquiné, a igreja e a escola da Solidão, o CTG Devotos da Tradição e a vizinhança da *Tekoa Guyra Nhendu*. Com nossa própria organização social fortalecida, também fortalecemos e ampliamos nossa rede de parceiros.

O nosso próximo *nhemboaty* será realizado na *Tekoa Ka'aguy Pa'ü* (Caraá), no mês de fevereiro de 2017.

Aguyjevete Pave' ĩ

**ANEXO G - KUAXIÁ 4º NHEMBOATY – RECURSO PACIG – COMPRA TEKOA  
GUYRA NHENDU**

**PARTE 1**

**IV Nhemboaty Mbya Kuery: teko ojevy angüa regua, yye'ë reguá**

**Encontro Guarani: passado-futuro na continuidade da cultura no território do Litoral.**

**IV Encontro Mbya Guarani do Território Litoral**

**Tekoa Guyra Nhendu (Aldeia Som dos Pássaros, Linha Solidão, Maquiné, RS)**

**Novembro de 2016**

Estivemos reunidos entre os dias 11 e 16 de novembro de 2016, na Tekoa Guyra Nhendu (Maquiné, RS), um conselho de caciques, karaí, kunhã karaí, jovens, kyingüe, professores e professoras, agentes de saúde e representantes de 12 aldeias do litoral do RS: Tekoa Nhu Porã (Torres), Tekoa Ka'aguy Pa'ü (Caraá), Tekoa Pindoty (Riozinho), Tekoa Kuaray Rexë (Osório), Tekoa Yryapu (Palmares do Sul), Tekoa Araçaty (Palmares do Sul), Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü (Palmares do Sul), Tekoa Anhetengua (Porto Alegre), Tekoa Guapo'y (Barra do Ribeiro), Tekoa Nhu'u Porã (Maquiné), Tekoa Pakovaty (Maquiné) e a anfitriã Tekoa Guyra Nhendu.

Retomamos a discussão sobre a continuidade do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG) tendo sido feitas considerações sobre o encaminhamento do III Nhemboaty Mbya Kuery Yye'ë Reguá, realizado entre os dias 12 e 18 de julho de 2016, na Tekoa Kuaray Rexë (Osório, RS). Na ocasião, foi redigida Ata de reunião com participação de lideranças Guarani de aldeias situadas no Estado de Santa Catarina, que foi entregue à FUNAI, em mãos de representantes da Coordenação Geral de Licenciamento (CGLic) e encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF).

Considerando o tempo decorrido, sendo explicado pela FUNAI que o documento está no aguardo do setor jurídico do DNIT, e com mais uma oportunidade para aprofundar o entendimento do assunto neste Nhemboaty, redigimos este documento no qual revemos algumas posições e indicamos como encaminhar a questão. Quanto a aquisição da área restante para comunidade de Riozinho, prevista no PACIG, decidimos que seja utilizado uma parte do recurso para adquirir 12 hectares de área onde está instalada há 6 (seis) anos a *Tekoa Guyra Nhendu* (aldeia Som dos Pássaros), na linha Solidão (Maquiné) e com o restante do recurso que seja utilizado para a aquisição de outra área. No momento a área de 12 hectares, em que está localizada a *Tekoa Guyra Nhendu* está à venda e dado a oportunidade do negócio, pelo preço abaixo do mercado praticado na região, nós decidimos por este encaminhamento.

Conversamos entre as lideranças do Estado do RS e entendemos que o recurso não deverá ser dividido entre as comunidades, como foi documentado no encontro na aldeia Sol

## PARTE 2

Nascente (Osório/RS) com a participação das demais lideranças do Estado de SC. Queremos que o Programa seja concluído conforme o previsto, com a execução realizada pelos órgãos: FUNAI ou DNIT. Tal decisão deve-se ao fato das comunidades do Estado do RS não terem associações e de atualmente não ter interesse em abrir para esta finalidade.

Salientamos a importância da urgência no andamento do Programa, principalmente no que se refere à aquisição de área para Riozinho, tendo em vista já existir uma área em vista, sendo que nela já se constituiu uma aldeia (Aldeia Som dos Pássaros-Maquiné/RS) de grande importância para o povo Mbya Guarani no Litoral do RS.

Este documento será entregue para FUNAI e MPF/RS.

Julia Gimenes  
Sergio Gimenes  
Francisco Morávia Pires

REPRESENTANTES DAS ALDEIAS DO LITORAL DO RS

